

Diversidade Sexual e de Gênero

na Universidade Federal de Uberlândia:
entre limites e potencialidades

Organizadores

Elaine Saraiva Calderari

Saulóber Tarsio de Souza

Klênio Antônio Sousa

Hélder Eterno da Silveira

EDUFU

Coleção E-books PROAE-UFU





Universidade Federal de Uberlândia



Reitor

Prof. Valder Steffen Júnior

Vice-Reitor

Prof. Carlos Henrique Martins da Silva

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Darizon Alves de Andrade

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Kárem Cristina de Sousa Ribeiro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Carlos Henrique de Carvalho

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Helder Eterno da Silveira

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Elaine Saraiva Calderari

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Prof. Márcio Magno Costa

Prefeito Universitário

Prof. João Jorge Ribeiro Damasceno

©Universidade Federal de Uberlândia Avenida João
Naves de Ávila, nº 2121 Bairro Santa Mônica 38.400-902
- Uberlândia – MG Fone: (34) 3239-4893

Diretor Geral
EDUFU

Coordenação Editorial
Elaine Saraiva Calderari

Coordenação de Revisão
Sauloéber Tarsio de Souza

Revisão de Textos
Autoras e Autores

Editoração Eletrônica
Marina Rosa

Capa e Diagramação
Marina Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D618s
2023 Diversidade sexual e de gênero na Universidade Federal de Uberlândia
[recurso eletrônico] : entre limites e desafios / Elaine Saraiva
Calderari, Sauloéber Tarsio de Souza, Klênio Antônio Sousa, Hélder
Eterno da Silveira (organizadores). -- Uberlândia : EDUFU, 2023.
329 p.: il. ; (E-books PROAE-UFU).

ISBN: 978-85-64554-13-9
Livro digital (e-book)
Vários autores.
Inclui bibliografia.

1. Orientação sexual. 2. Identidade de gênero. 3. Políticas Públicas.
I. Calderari, Elaine Saraiva, (Org.). II. Souza, Sauloéber Tarsio de,
(Org.). III. Sousa, Klênio Antônio, (Org.). IV. Silveira, Hélder Eterno da
Silveira, (Org.).V. Série.

CDU: 392.6-055.3(815.1)

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408



Sumário

12 **Apresentação**

16 **Linha do tempo:** Ações voltadas
ao reconhecimento da diversidade
sexual na UFU

24 **Prefácio**
Marco Aurélio Máximo Prado

01

Parte

Conceitos e Estruturações

31 **Capítulo 01.** O manual de comunicação LGBT em conceitos

Adeon Souza do Amaral
Saulóeber Tarsio de Souza

59 **Capítulo 02.** Assistência estudantil na garantia do direito ao pertencimento na UFU

Carlos Aparecido Soares Filho
Elaine Saraiva Calderari
Gabriel Rodrigues Barbosa
Maykon Júnior de Paula

81 **Capítulo 03.** Ações de ensino, pesquisa e extensão sobre diversidade sexual e de gênero no Ensino Superior: O caso da Universidade Federal de Uberlândia

Emerson F Rasera
Fábio Figueiredo Camargo
Renata Aparecida Soares

105 **Capítulo 04.** Extensão Universitária, compromisso e responsabilidade por uma educação voltada à equidade e diversidade na UFU

Hélder Eterno da Silveira

128 **Capítulo 05.** Histórico da política de diversidade sexual e de gênero da Universidade Federal de Uberlândia e sua Comissão Permanente de Acompanhamento: desafios e perspectivas

Klênio Antônio Sousa
Maria Isabel Silva de Morais
Mônica de Faria e Silva
Natália Vasconcelos
Taciana Cecília Ramos

02

Parte

Projetos e Processos

153 Capítulo 06. Entre avanços e retrocessos: educar e existir em tempos difíceis

Alinne Grazielle Neves Costa

169 Capítulo 07. GPECS como espaço de (re)existências: pesquisas sobre corpo, gênero e sexualidade no âmbito de um programa de Pós-Graduação em Educação

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva
Luciana Aparecida Siqueira Silva
Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira
Lourdes Maria Campos Corrêa

190 Capítulo 08. Nome social ou nome civil? Algumas problematizações necessárias ao provimento 73/18 do CNJ

Cândice Lisboa Alves
Pedro Ferreira

213 Capítulo 09. Conhecimento situado, empoderamento interseccional e espacialidades LGBT na vivência preta e não binária na UFU

Vinicius Nunes Fileto

03

Parte

Avanços e Narrativas

233 **Capítulo 10.** O Sexo da palavra de Luiz Canabrava e Samuel Rawet

Fábio Figueiredo Camargo

256 **Capítulo 11.** Conjugalidade lésbica da meia idade e adiante: o que a literatura tem a nos contar?

Lia M Meloni
Emerson F Rasera

284 **Capítulo 12.** Educação TRANSformando a vida de pessoas travestis e transexuais

Rosilane Cristina Silva
Vagner Matias do Prado

302 **Capítulo 13.** Narrativas, práticas pedagógicas e produção de saberes de travestis, mulheres e homens trans na docência

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

319 **Sobre os(as) autores(as)**



Apresentação



[...] em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. (UNESCO, 2002).

Esta coletânea de textos intitulada “Diversidade Sexual e de Gênero na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e desafios” tem a proposta de promover a interlocução entre pesquisadores, discentes e servidores da comunidade acadêmica em torno das questões que envolvem o debate relativo a diversidade sexual e de gênero no interior da UFU, especialmente após a adoção da Resolução no. 10/2019 do Conselho Universitário que estabeleceu tal política.

O propósito geral do livro é buscar pautar os conceitos sobre a diversidade, as reflexões relativas a pesquisa, ao ensino e a extensão que envolvem tal temática, as ações dos coletivos numa perspectiva de construção da memória dos grupos LGBTQIA+ ligados a UFU, visando ampliar esses canais de discussão junto à comunidade acadêmica, buscando também reverberar no conjunto mais amplo da sociedade o tema aqui debatido. Tal ação visa a contribuir com a promoção do respeito e do empoderamento dessa comunidade em específico, que ainda enfrenta cotidianamente preconceitos de todas as naturezas ligados ao fenômeno da LGBTfobia.

Ao fomentar a publicação dessa obra, buscamos reconhecer os avanços promovidos pela instituição no sentido de buscar a adoção de movimentos que fortaleçam e deem visibilidade a esse debate, porém, também é necessária no sentido de se debater os limites dessa política de diversidade sexual e de gênero na UFU. Nesse sentido, é mais um movimento para avançar com as políticas de promoção de equidade para todos, todas e todes, reforçando-se os mecanismos institucionais de apoio a esses grupos ainda bastante marginalizados e vulnerabilizados.

Portanto, essa coletânea pretende contribuir para a construção de um referencial para a comunidade acadêmica que estabeleça parâmetros para subsidiar o aperfeiçoamento do pensamento dessa comunidade quanto ao reconhecimento e aceitação da diversidade

dos indivíduos que a compõem, influenciando na mudança qualitativa no comportamento, atitudes e práticas da mesma. Assim, acreditamos que ao reunirmos esses textos, colabora-se para a valorização da memória dos coletivos e ações ligadas a diversidade sexual e de gênero junto a UFU, mas também representa material de pesquisa que poderá ser utilizado por um público mais amplo do que aquele circunscrito aos muros da academia.

Em relação ao conjunto dos pesquisadores que compõem os textos da coletânea, além daqueles envolvidos com a história das ações dos coletivos LGBTQIA+ no interior da Universidade Federal de Uberlândia, também foram convidados os participantes das mesas temáticas do evento anual coordenado pela DIPAE-PROAE denominado “Maio da Diversidade”. O resultado, portanto, não poderia ser diferente, assim como os seus autores, as temáticas aqui reunidas são também muito diversas abordando questões conceituais importantes relativas ao movimento LGBTQIA+, projetos de ensino, extensão e de pesquisa com a temática de diversidade sexual e de gênero, o direito e a diversidade, conjugalidade lésbica geracional, pessoas transgênero, diversidade racial e sexual, entre outros.

Recortes históricos

Assumimos, aqui, o risco de recortar um período para (re)contar os processos e negociações para a estruturação de ações da Universidade Federal de Uberlândia no sentido de enlaçar a temática da sexualidade e de se constituir em uma instituição promotora dos direitos da população LGBT. Nessa trajetória, diversas pessoas contribuíram e se tornaram representativas para a construção de uma universidade inclusiva e segura.

(Re)Contaremos essa história a partir da coordenação do projeto/programa “Em cima do salto: saú-

de, educação e cidadania”. A extensão foi a porta de entrada para as discussões sobre atenção em saúde para as travestis e transexuais e, com elas, também sobre o entrelaçamento do direito à saúde como campo dos direitos humanos. Em seguida, a Assistência Estudantil assume um papel fundamental na difusão e na condução de diversas ações e atividades referente à temática junto com os coletivos estudantis. A Comissão Permanente de acompanhamento da política institucional surge como o ponto de apoio e referência na instituição, sendo assessorada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Desde então, entre limites e potencialidades, foram construídos percursos e ultrapassados os percalços nas lutas pelo reconhecimento da diversidade sexual na Universidade Federal de Uberlândia.

Boa leitura.

Sauloéber Társio de Souza

Elaine Saraiva Calderari

Klênio Antônio Sousa

Hélder Eterno da Silveira



Linha do tempo Ações voltadas ao reconhecimento da diversidade sexual na UFU

2006

Projeto “Em cima do salto”

Faculdade de Medicina e Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex).

Fonte | <http://www.historicodirco.ufu.br/content/%E2%80%99Cem-cima-do-salto-sa%C3%BAde-educac%C3%A7%C3%A3o-e-cidadania%E2%80%9D>

2008

Semana Cultural do Orgulho LGBTQIA+ de Uberlândia.

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

2011

Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT.

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

Fonte | Acervo Grupo SHAMA – Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT – Proexc.

2007

Palestra “Saúde e sexualidade no SUS”, com a criação do Ambulatório Saúde e Cidadania e a implantação do nome social no prontuário eletrônico do Hospital de Clínicas-UFU.

Faculdade de Medicina e Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

2010

1º Encontro Regional de Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro.

Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro – Triângulo Trans e Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

2015

Implantação do nome social na UFU

Conselho Universitário.
Fonte| <http://www.prograd.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2017/08/uso-do-nome-social-na-ufu>

2015

I Mostra Cultural de Diversidade Sexual da UFU.

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

2015

Psico na Parada.

Instituto de Psicologia
I Mostra Cultural da Diversidade Sexual

2016

Implantação do primeiro banheiro unissex no Bloco 2C - Campus Umuarama.

Coletivo LGBT Gisberta Júnior, do Instituto de Psicologia da UFU.

2016

Credenciamento do Ambulatório Saúde e Cidadania e criação do Centro de Referência em Atenção Integral para a Saúde Transespecífica – Craist.

2016

Criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) com a Diretoria de Inclusão, Promoção e Assistência Estudantil (Dires) e a Divisão de Promoção das Igualdades e Apoio Educacional (Dipae).

2017

Bate-papo da Proae com as entidades estudantis.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2017/05/proae-das-e-cas-ufu>

Fonte| <https://comunica.ufu.br/noticia/2016/04/conselho-universitario-aprova-criacao-da-pro-reitoria-de-assistencia-estudantil>

2017

Reunião aberta para discutir a Política de Diversidade Sexual na UFU.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2017/10/reuniao-para-discutir-politica-de-diversidade-sexual>

2017

Roda de conversa: Todos os coletivos em todos os campi.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2017/05/todos-coletivos>

2017

I Semana Cultural da UFU: Diversidades e Cidadania, no Campus Monte Carmelo, em parceria como coletivo “Bruxas de Salém” e com a Comissão de Cultura da UFU de Monte Carmelo.

Fonte | <http://www.proae.ufu.br/acontece/2017/11/semana-cultural-diversidades-e-cidadania>

2017

I Seminário de direitos culturais com a temática “O que são direitos culturais?”.

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e Diretoria de Cultura (Dicult/Proexc/UFU).

Fonte | <https://eventos.ufu.br/proex/direitos-culturais/2017/09>

2018

Lançamento do Projeto de Extensão SOMOS, que visa promover orientação e ações para a população LGBTQIAP+.



2017

Palestra sobre diversidade e representatividade dos coletivos.

Fonte | <https://comunica.ufu.br/noticia/2017/07/encontro-promove-debate-sobre-diversidades-e-representatividade-dos-coletivos>

2018

Hasteamento da bandeira LGBT no bloco da Reitoria, no Campus Santa Mônica.



2018

I Maio da Diversidade.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae), em parceria com diversos coletivos, como o LGBT Gisberta Júnior, Cores do Pontal, DiversaUFU, Bruxas de Salém, entre outros, marcando a atuação da categoria estudantil na mobilização do ambiente universitário em prol da diversidade sexual e de gênero.

Fonte | <http://www.proae.ufu.br/acontece/2018/05/maio-da-diversidade-em-uberlandia>

2018

Hasteamento da bandeira LGBT na Esajup, no Campus Santa Mônica.



2019

II Mês da Diversidade.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae) e coletivos UFU.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2019/05/abertas-inscricoes-para-o-mes-da-diversidade-ufu-2019>



2019

Aprovação da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/legislacoes/resolucao-consun-ufu-no-10-2019-politica-de-diversidade-sexual-e-de-genero-da-ufu>

2019

Gaymada no Agita UFU.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Divisão de Esporte e Lazer (Diesu).



Fonte| <https://comunica.ufu.br/ufu-em-imagens/2019/03/agita-ufu-2019>

2019

UFU Recebe o Selo da Diversidade da OAB-MG (Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais – 13ª Sucessão de Uberlândia).

2019

II Seminário de Direitos Culturais de Uberlândia, com a temática “**Patrimônio, Cidadania e Culturalidades**”.

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e Diretoria de Cultura (Dicult/Proexc/UFU).

Fonte| <http://www.proexc.ufu.br/acontece/2019/08/ii-seminario-de-direitos-culturais-links-com-os-registros-das-atividades>

2019

Criação da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU.



Fonte| <https://ufu.br/cpdiversa>

2019

I Simpósio de Assistência Estudantil na UFU.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Fonte| <https://eventos.ufu.br/i-tae>

2019

Artigo: **As ações afirmativas sob o olhar da Assistência Estudantil da UFU**, no II Seminário de Direitos Culturais de Uberlândia.

Fonte| <https://www.even3.com.br/anais/iiseminariodireitosculturaisuberlandia/>

2020

III Maio da Diversidade.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae) e coletivos UFU.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2020/05/maio-da-diversidade-celebra-o-dia-internacional-da-luta-contra-lgbtphobia>

2020

Projeto de extensão Craist e unificação com os projetos TeleCraist e Não é Sexta, mas CESTA!.

Faculdade de Medicina e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.



2021

IV Mês da Diversidade.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae) e coletivos UFU.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2021/05/maio-da-diversidade-e-o-enfrentamento-da-lgbtphobia>

2021

Lançamento dos e-books sobre Diversidade Sexual e Gênero.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2021/05/proae-lanca-e-books-e-clips-tematicos-sobre-o-mes-da-diversidade>

2021

II Simpósio de Assistência Estudantil na UFU.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2021/09/inscricoes-abertas-para-o-ii-simposio-de-assistencia-estudantil>

2021

Hasteamento da bandeira LGBT no Bloco 5S, no Centro de Convivência e no Bloco 50 no Campus Santa Mônica.



2021

Recebimento de moção de aplausos pela Câmara Municipal de Uberlândia pela vereadora Gilvan Masferrerm, pelas conquistas da diversidade na UFU

Fonte| <https://comunica.ufu.br/noticia/2021/08/conquistas-de-diversidade-na-ufu-sao-reconhecidas-pela-camara-de-uberlandia>



2022

Apresentação do II Relatório Anual de Atividades da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU (CPDiversa).

Fonte| https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/relatorio_de_atividades_cpdiversa_2022_final_1.pdf

2022

Hasteamento da bandeira LGBT na portaria do Campus Santa Mônica.



2022

Implementação do Banheiro Neutro nos Blocos 1I, 3Q, 5O e 5S no Campus Santa Mônica; 8C e 2C no Campus Umuarama; 1B no Campus Glória e 1A no Campus Monte Carmelo.



2022

V Mês da Diversidade.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae) e coletivos UFU.

Fonte| <http://www.proae.ufu.br/acontece/2022/05/confira-programacao-completa-domes-da-diversidade>

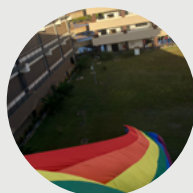
2023

Hasteamento da bandeira LGBT na portaria do Campus Patos de Minas, unidade Pavonianos e em frente a biblioteca no Campus Umuarama.



2023

Hasteamento da bandeira LGBT na portaria do Campus Monte Carmelo



2023

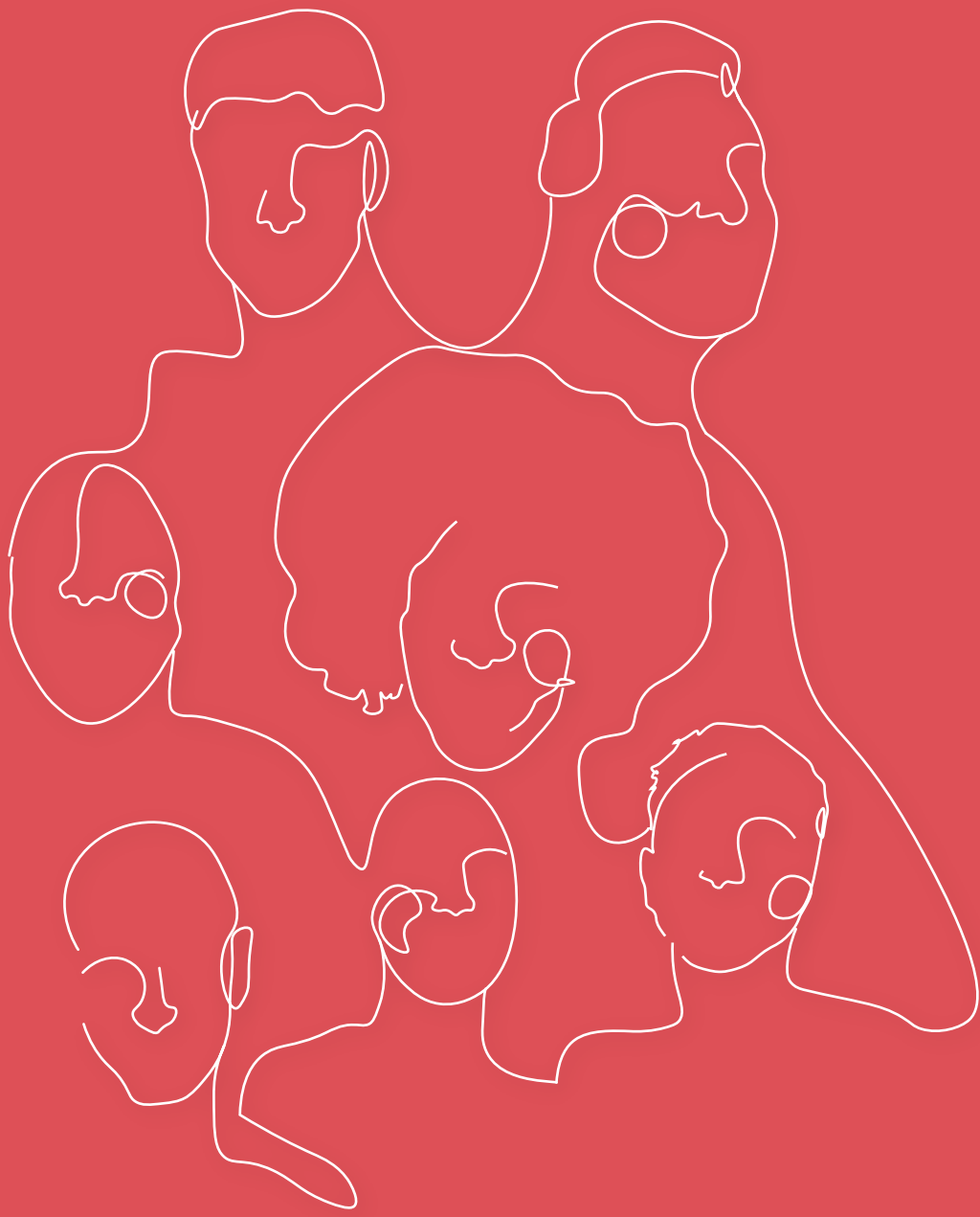
VI Maio da Diversidade.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae) e coletivos UFU.

2023

Lançamento do livro: **Diversidade sexual e de gênero, na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e potencialidades.**

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae).



Prefácio

Com imenso prazer que eu aceitei ao escrever o prefácio do Diversidade Sexual e de Gênero na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e potencialidades reconhecer a importância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no cenário LGBTQIA+ no Brasil mas também instigar a leitura da política institucional traçada na UFU ao longo destas décadas. Este prazer está relacionado a um cultivo de relações institucionais, de trabalho e que foram se configurando amigáveis no entremeio de uma experiência que tive com a UFU, particularmente com o Centro de Referência e Assistência Integral para a Saúde Transespecífica, o Craist/UFU.

Desde que existia o Em Cima do Salto/UFU - programa de extensão que foi dando solo para várias ações de pesquisa, ensino e extensão na UFU relacionado à diversidade sexual e de gênero, eu já acompanhava o trabalho de colegas ali no triângulo mineiro com a população de travestis na época. Desde então, o Craist foi se estruturando como um dos principais ambulatorios para população trans no Brasil e hoje é, sem dúvida, uma das principais referências de trabalho cuidadoso, humanizado e não patologizador das identidades trans no país. O programa Em Cima do Salto foi inovador na primeira década dos anos de 2000 e, sem dúvida, inaugurou a capilaridade dos temas LGBTQIA + no âmbito de outras ações da própria UFU que aos poucos foram se espalhando em diversas áreas, disciplinas, centros de pesquisa e extensão e mesmo nas políticas institucionais.

Mas a Universidade Federal de Uberlândia não se intimidou em aproveitar de várias experiências de pesquisa e de extensão de seus professores e professoras e, logo, iniciou um processo de instalação de uma política institucional para diversidade sexual e

de gênero que hoje passa desde detalhes da assistência estudantil até incentivo de normativas de promoção de direitos das minorias e de valorização de projetos que aí buscam incidir.

Este livro é fruto de ações e eventos na UFU que foram desenhando uma história de políticas institucionais de valorização, proteção e promoção da diversidade sexual e de gênero. A linha do tempo da implantação paulatina de uma política institucional evidencia, logo na primeira parte deste livro, como as ações foram se dando, se refinando e implementando políticas que não dependem mais do esforço de um ou outro colega, mas sim de processos institucionais.

No Brasil, ainda é raro que Universidades tenham políticas institucionais voltadas à população LGBTQIA+ de forma mais completa em âmbitos institucionais distintos e que valorizem as identidades de minorias sexuais e de gênero. Há algumas experiências, principalmente alocadas em Universidades Públicas, no entanto, elas tendem a ser mais pontuais como

reconhecimento de nome social ou algum tipo de evento para discussão da diversidade. No entanto, o caso da UFU merece destaque por ter desenhado uma política institucional mais completa, com várias nuances que vão desde o acesso, a política de assistência estudantil, apoios institucionais, valorização de projetos de pesquisa e extensão, sustentação de ações voltadas a comunidade LGBTQIA+ e com garantia de direitos com previsão de obrigações institucionais e retenção de atos preconceituosos e violentos contra este grupo social.

Assim, este livro é um excelente exemplo de comemoração além de publicização desta política e de seus limites e avanços. O aspecto crítico do livro torna a discussão institucional mais oportuna ainda pois se busca apontar alguns limites da própria política institucional bem como pontos de avanço. Neste sentido, a UFU tem sido uma Universidade que se abre a sua

própria reflexão crítica buscando inclusive pontes com outras instituições para aperfeiçoamento de sua política local.

É neste clima de esforço institucional, de valorização da história dos núcleos de pesquisa e extensão desde o início deste esforço e com a consciência de seus limites e potencialidades que este livro pode ser tornar um bom exemplo de empenho institucional em não silenciar vozes, experiências, identidades que estão em todos os âmbitos, carreiras profissionais, hierarquias institucionais e práticas sociais.

Neste sentido, o livro produzido pela própria Editora da UFU vem somar uma voz importante em um momento histórico de regressão de direitos LGBTQIA +, de ataques internos e externos à comunidade LGBTQIA +, especialmente ataques às pessoas trans e travestis e suas organizações políticas e sociais. Este livro, embora com composição diversa e heterogênea, evidencia a importância de uma instituição federal de ensino e pesquisa como a UFU se posicionar publicamente. O enfrentamento a posições ultraconservadoras que intencionam a privatização de direitos de minorias sociais, que buscam repatologizar a sexualidade e criminalizar a diversidade de gênero, faz-se urgente e necessária. Não há mais retorno para posições de desigualdade, portanto há que se fazer enfrentamentos em várias frentes, este livro é mais um passo na construção destes enfrentamentos políticos e sociais na perspectiva de um horizonte de igualdade e equivalência de direitos.

01

Parte

Conceitos e Estruturas



01

Capítulo

O manual de comunicação LGBT em conceitos

Adeon Souza do Amaral (PROAE-UFU)
Sauloéber Tarsio de Souza (PROAE-INHIS-UFU)

Esse capítulo introdutório da coletânea “Diversidade Sexual e de Gênero na Universidade Federal de Uberlândia: entre limites e desafios” surgiu da necessidade de se destacar alguns conceitos que têm circulado com certa força social (alguns mais do que outros) e que indicam grandes e aceleradas mudanças no mundo contemporâneo.

Tem como principal finalidade pautar os conceitos relativos a diversidade sexual a partir do Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS, 2018) cujos significados são debatidos por grupos da sociedade brasileira e internacional, porém, necessitando-se de mais visibilidade.

Ao iniciar essa coletânea de textos com a temática relativa a diversidade sexual introduzindo-se a linguagem debatida e convencionada pela comunidade LGBTQIA+ buscamos contribuir para a leitura dos demais textos reunidos na obra, mas sobretudo, destacando-se os frutos das discussões densas que envolveram essa comunidade na formulação desses conceitos, cujo objetivo foi o aperfeiçoamento do pensamento social no sentido de se viabilizar mudanças no comportamento do conjunto da sociedade buscando-se mudanças nas atitudes e práticas.

A apresentação dos conceitos aqui não visa a problematização de cada um deles, até porque seria uma tarefa impossível para os limites de um capítulo de livro, bem como para os objetivos da coletânea. Nesse espaço é mais importante ressaltar o contexto que levou a criação desse documento que contém pouco mais de uma centena de páginas coloridas e ilustradas, sendo o número 01 de 25 textos que compõem a Enciclopédia LGBTI+, fruto de iniciativa da Aliança Nacional LGBTI+, da Rede GayLatino e de organizações apoiadoras como UNAIDS, SOMOSGAY, UFPR, FENAJ, NEAB, Grupo Dignidade, IBDSEX, CEPAC, etc.

Antes de passarmos ao manual e suas indicações, é necessário compreendermos que os conceitos, segundo Koselleck (1992), são palavras cujo sentidos podem ser historicizados ou cujas formulações exigiriam um certo nível de teorização e os seus entendimentos seriam também reflexivos:

“

E preciso estabelecer a distinção entre conceito e palavra, ainda que não me atenha à divisão dos lingüistas. De forma evidentemente simplificada, podemos admitir que cada palavra remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo (KOSELLECK, 1992, p.135).

Destaca ainda que todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico, mas também é indicativo de algo que se situa para além da língua, de maneira que um conceito se relaciona sempre ao que se quer compreender, assim, representa a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, é exercício para se tornar determinado termo como inteligível, assim, é efetivamente uma relação tensa.

Outro ponto destacado por Koselleck (1992) trata-se de que todo conceito articula-se ao contexto em que é utilizado, podendo atuar sobre ele, tornando-o compreensível por meio de um processo ligado a linguagem de determinada população:

“

Podemos assumir que a língua (Sprachhaushalt) pode ser pensada como elemento importante na compreensão e entendimento do uso de certos conceitos e não de outros para a inteligibilidade de realidades históricas.³ Assim procedendo estamos construindo uma cadeia, através do conjunto da língua, que articula um conceito a outro. Através desse procedimento podemos constatar, por exemplo, estreita articulação dos conceitos de Estado e Sociedade, articulação hoje esquecida, posto que a partir de Hegel esses dois conceitos foram pensados separadamente. Podemos ainda nuançar e separar conceitos tornando possíveis de serem ditos e expressos conteúdos que não tinham expressão (KOSELLECK, 1992, p.137).

Seguindo a sua reflexão sobre a concepção de conceito, acredita ainda em uma formulação hipotética que todo conceito só pode ser pensado enquanto tal, falado e expressado somente uma única vez, o que significa dizer que a sua formulação teórica (abstrata) relaciona-se, portanto, a uma situação concreta que também deverá ser única.



Vejam os por exemplo Aristóteles com a sua formulação do conceito de *Koinonia politike*, posteriormente traduzido como respublica ou também *societas civilis*. Certamente ao formular o conceito de *Koinonia politike* tinha Aristóteles diante de si, como experiência empírica, a realidade da polis e de sua comunidade de cidadãos. Tinha, portanto, diante de si a realidade específica e concreta tanto da cidade de Atenas quanto das outras cidades estado da Grécia. Foi para esses cidadãos que Aristóteles pensou e concebeu sua Política. Com a tradução do termo para o latim como *societas civilis*, ria forma em que aparece em Cícero, altera-se o quadro de experiências históricas que possibilitaram a Aristóteles a formulação do conceito de *Koinonia politike* (KOSELLECK, 1992, p.138).

Tendo esse pensador como ponto de partida para nossa reflexão nesse capítulo, é preciso compreender que os conceitos são únicos em contextos também únicos e que a partir das suas expressões linguísticas, realizar um procedimento que acomoda essa realidade à sua linguagem, do contrário podemos incorrer no uso ingênuo e anacrônico dos conceitos, a partir de uma semântica que temos em nossas cabeças como algo já posto *a priori*.

Dessa maneira, passemos a compreensão do contexto de constituição do documento *Manual de Comunicação LGBTI+*, que em sua materialidade tem na capa oito faixas coloridas que reportam à bandeira internacional desse movimento. Os rostos com ca-

racterísticas diferentes em cada uma delas remetem à diversidade dos movimentos, rostos e cores que são retomados em cada capítulo (conforme figura 01). Também compõem o documento as fotografias da 22ª Parada do Orgulho LGBT em São Paulo e no Rio de Janeiro (2017), além de alguns gráficos e quadros, bem como símbolos ligado ao movimento.

O *Manual* tem um prefácio de introdução e uma página de referências à bibliografia especializada consultada para a elaboração do documento. Está dividido em duas partes, uma sem título e a que segue intitulada “para abordar a população LGBTI+ na mídia”. Cada uma dessas partes divide-se em cinco capítulos.¹

.....

1 Os primeiros: “Sexualidade, gênero e sexo biológico”, “Orientação sexual”, “Identidade e expressão de gênero”, “Discriminação, Preconceito e Estereótipo”, “Conquistas e avanços” e os finais: “Não erre! Termos e comportamentos a evitar”, “Substitua preconceito por informação correta”, “Sugestões de pautas do Movimento LGBTI+”, “Datas para se pautar” e “Bandeiras e Símbolos” (REIS, 2018).

Figura 01 | Capa Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS, 2018).



Nos três capítulos iniciais, apresentam-se definições para palavras como sexualidade, sexo, gênero biológico, intersexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, homossexual, lésbica, homoafetivo, etc, que são organizadas a partir da estrutura palavra-definição e da sistematização em ordem alfabética.

Já na sequência, os capítulos quatro e cinco buscam definir palavras como “fobia” e “crime de ódio” e a divulgar pesquisas destinadas a catalogar crimes de LGBTQIA+fobia, fazendo-se referência a legislação internacional sobre os direitos LGBTQIA+ e também sobre identidade sexual e de gênero que localiza categorias de “identidade e expressão de gênero”, além da legislação brasileira e uma linha do tempo que apresenta pessoas LGBTI+ em diversas sociedades.

Os capítulos seis e sete expõem palavras relativas ao universo LGBT entendidos como ultrapassados com viés preconceituoso apresentando seus contrapontos mais adequados. O capítulo seguinte visa contribuir com os jornalistas fomentando pautas específicas (a desigualdade regional na proteção desse público) e pautas gerais como o combate ao neonazismo que tem busca fomentar o ódio a população LGBTQIA+.

Na finalização do documento, os capítulos nove e dez apresentam um calendário com datas importantes internacionalmente para os grupos LGBTQIA+ além da lista de bandeiras e símbolos que tem representado as lutas do movimento. De acordo com Medeiros (2022, p.95-96):

“

A organização do *Manual*, que é um esforço combinado de diferentes tipos de instituições e organizações civis, inspira-se na iniciativa de outras organizações da América Latina e América do Norte e põe como objetivo a orientação

dos meios de comunicação de massa, comunicólogos e estudantes com relação ao uso de uma terminologia atualizada e livre de preconceitos no que diz respeito ao debate e luta internacional por direitos LGBTQIA+. Para isso, os elaboradores consultaram bibliografias de referência, especialistas e sociedade civil. Nessa direção, o *Manual* toma como base outros manuais já produzidos em outros países da América Latina e da América do Norte, realizados por ONGs (Organizações Não-Governamentais) como a SOMOSGAY (Paraguai) e a Colômbia Diversa. Nos chama atenção o apoio institucional da UNAIDS, programa das Nações Unidas que se dedica ao combate à aids e à redução do impacto socioeconômico da epidemia no mundo. O programa é um esforço conjunto de 11 organismos das Nações Unidas, dentre os quais o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), a ONU Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial.

Pelo trecho acima, observa-se que a construção do manual foi articulada a um conjunto de órgãos ligados a um mundo globalizado que é a expressão do seu tempo, organismos multilaterais em diversos espaços transnacionais buscando intervir ou fomentar a adoção de políticas públicas, mesmo que em algumas situações claramente polêmicas como a atuação do Banco Mundial em favor do neoliberalismo austero.

Destaca-se na construção desse documento a grande presença das ONGs ligadas aos movimentos LGBTQIA+, como a *Gaylatino e Aliança Nacional LGBTI+*², esse fenômeno das organizações não governamentais ganhou força a partir dos anos de 1980, quando o surgimento da AIDS forçou rearticulação dessa comunidade no sentido de se institucionalizar para protagonizar a luta por direitos civis e também contra o preconceito e discriminação. Nos anos de 1990, o Banco Mundial fomentou um conjunto de projetos de combate à aids o que possibilitou às ONGs a captação de recursos, movimento que gerou certa tutela por parte dessa instituição financeira sobre esses organismos civis criados nesse contexto.

Para alguns teóricos essa aproximação das ONGs com as empresas financiadoras das suas ações ao longo das últimas décadas do século XX exigiu dos organismos da sociedade civil certa “docilidade” na luta que deveria estar entre as linhas estabelecidas pelos seus patrocinadores (CHAMAYOU, 2020). Nesse aspecto, Medeiros (2022) observou em sua análise sobre a *Gaylatino* que ao enfatizar a luta em sentido amplo com o objetivo de promoção de justiça social junto a diferentes setores sociais atingidos pelas medidas neoliberais, acaba restringindo a visibilidade da comunidade LGBTQIA+ por adotar a expressão em sua apresentação do termo “direitos humanos”:

.....

2 “A *Gaylatino* se apresenta na primeira pessoa do plural (“somos una red de gays latinos”), que projeta a constituição de um “nós” cujos laços se realizam não só pela experiência da homofobia nas sociedades latino-americanas, mas também pela experiência de ausência de trabalho digno, educação, saúde, habitação, serviços sociais, justiça e segurança. A *Gaylatino* se significa como uma rede e como parte do movimento LGBTI+, no entanto, enquanto parte específica do movimento pela letra G de LGBTI+, a letra que identifica homens gays. (...) Por sua vez, a *Aliança Nacional LGBTI+* não se apresenta em primeira pessoa do plural, mas em terceira pessoa, referindo-se a si mesma como “organização da sociedade civil” que tem como objetivo “a promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania, em especial da comunidade LGBTI+” por meio de “parcerias com pessoas físicas e jurídicas” (MEDEIROS, 2022, p.97-98).



Se a *Gaylatino* enfatizava que “unimos fuerzas en una red de activistas, no de organizaciones”, a *Aliança Nacional LGBTI+* toma a si mesma como uma organização e informa que se articula em parcerias com “pessoas físicas e jurídicas” e “com pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como organizações das mais diversas naturezas”. Organizações e empresas privadas comparecem em seu horizonte de articulação, o que certamente traz efeitos para a sua atuação política. Mais uma vez, as demandas dos movimentos LGBTQIA+ são circunscritas ao domínio dos direitos humanos, mas com um acréscimo, pois trata-se de “defesa dos direitos humanos e cidadania”. Diferentemente da *Gaylatino*, a *Aliança Nacional LGBTI+* oferece primeiramente informações sobre quando se deu o seu registro formal e o início de suas atividades. Não fala quantos eram os militantes que constituíram o grupo, como faz a *Gaylatino*, e o próprio comparecimento da sigla LGBTI+ na nomeação “*Aliança Nacional LGBTI+*” já nos diz algo sobre a maneira como a organização se significa. Essa sigla, em torno da qual se organizam as identificações e reivindicações da militância LGBTQIA+, se articula de maneira mais institucionalizada à discursividade das leis. Nesse sentido, as pessoas LGBTI+ aparecem não só como comunidade de pessoas e aliados, mas como parte da sociedade civil, humanos e cidadãos, pessoas físicas e jurídicas (MEDEIROS, 2022, p.99).

Conforme podemos observar, os distintos organismos estabelecem diferentes estratégias para viabilizar as lutas pelas demandas das pessoas LGBTQIA+, porém, é por meio dos ativistas que a causa é organizada em pautas e ações concretas resultando em avanços, mas também em derrotas, como em qualquer campo de lutas sociais (BOURDIEU, 1983).

Nessa perspectiva, é preciso compreender um pouco da trajetória do organizador do manual Toni Reis, que é o atual diretor-presidente da *Aliança Nacional LGBTI+*, também integra o comitê executivo da rede

GayLatino. Iniciou sua trajetória de ativismo na Universidade Federal do Paraná, onde estudou letras e participou do movimento estudantil sendo eleito tesoureiro, diretor e presidente da Casa do Estudante Universitário (CEU). Na militância LGBTQIA+ foi um dos fundadores do Grupo Dignidade, a primeira organização da sociedade civil voltada para essa causa e também da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), sendo o seu primeiro presidente e da gestão entre 2007 e 2012. Enquanto professor atuou no movimento sindical de professores, além de ter participado do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba e do Estadual de Saúde do Paraná, cargos que permitiram reforçar a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), portanto, extrapolando em sua militância a esfera da defesa dos direitos LGBTQIA+, envolvendo lutas pela educação e saúde públicas de qualidade (MEDEIROS, 2022).

Reis se doutorou em Educação pela Universidad de La Empresa e fez estágio pós-doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).³ O centro de suas discussões acadêmicas sempre esteve ligado a temática da diversidade sexual e de gênero. Enquanto presidente da ABGLT esteve à frente do debate interno sobre a relação dos movimentos LGBTQIA+ com o Estado brasileiro, mantendo contato com os governos do PT de Lula e Dilma Rousseff, em especial, nos processos de organização e execução das Conferências Nacionais LGBT.

Com o golpe jurídico-parlamentar de 2016, que levou ao poder a aliança entre o neoconservadorismo ultrarreligioso, as bancadas policiais-militares armamentistas de extrema-direita e o projeto econômico neoliberal, as lutas pelos direitos dos LGBTQIA+ foram

.....

3 Entre seus livros publicados estão Guia de Advocacy e Prevenção em HIV/AIDS, Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando e Sexo, Ética e Consentimento, entre outros.

arrefecidas, exigindo a experiência de Reis em embates na esfera política nacional, em especial na audiência pública na Câmara dos Deputados com a pauta Estatuto da Família (PL 6583/13), cuja proposição era a de definir “família” como a união entre homem e mulher. Na ocasião Reis defendia a ampliação do conceito de “família”, enquanto o pastor Silas Malafaia defendia a definição tradicional de núcleo familiar.

Portanto, foi nesse contexto que se exigiu ainda mais ações em defesa dos sujeitos LBTQIA+, como a construção e publicação do manual, bem como a luta pelo direito de constituírem outros arranjos familiares que deveriam ser reconhecidos pelo Estado. Assim:

“

De certa forma, essa é uma demanda que nos diz algo sobre o funcionamento e atuação dos movimentos LBTQIA+ em tempos mais recentes. Se a própria família nuclear monogâmica, constituída historicamente como forma de atender às necessidades capitalistas relativas à regulação da propriedade privada e da mão de obra, garantindo a sua reprodução social, justificou toda forma de disciplinarização, punição e violência direcionada contra sujeitos LBTQIA+, é relevante apontar que a estratégia das principais organizações LBTQIA+ no século XXI é a assimilação do modelo familista-monogâmico, e não o questionamento das suas balizas fundamentais. A prática de advocacy, anunciada como objetivo estratégico da Aliança Nacional LGBTI+ e que intitula uma das obras de Toni Reis, encontra-se no seio desse processo, em uma negociação contraditória das reivindicações dos movimentos LBTQIA+ com a norma cis-heteronormativa. (MEDEIROS, 2022, p.101)

Esse cenário das primeiras duas décadas do século XXI exigiram dos movimentos LBTQIA+, a adoção de ações no sentido de disputar as narrativas no conjunto mais amplo da sociedade civil, como a construção

do Manual de Comunicação LGBTI+, organizado por Reis e publicado em 2018, buscando colocar de forma mais visível os conceitos considerados ultrapassados ou inconsistentes para definir a diversidade desses movimentos. Como vimos anteriormente, os conceitos são fluídos, sempre móveis e só podem ser utilizados de forma cognoscível uma única vez, de acordo com Koselleck (1992), dessa maneira, recortamos um conjunto de conceitos desse documento que evidenciam essa fluidez de significados presentes nas lutas LGBTQIA+, representando, portanto, um retrato em cores dos debates do presente contexto.

Conceitos

GLS por LGBTQI+

GLS é uma sigla que se popularizou por designar, em uma única sigla, não só os “gays” e as “lésbicas”, mas também as pessoas que, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, são solidárias, abertas e “simpatizantes” em relação à diversidade LGBTI+. GLS também é utilizada para descrever as atividades culturais e mercadológicas comuns a este grupo de pessoas. A sigla GLS é excludente porque não identifica as pessoas bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Dessa forma, não deve ser empregada como referência à esfera política das diversas vertentes dos movimentos LGBTI+. (...)

Intersexual

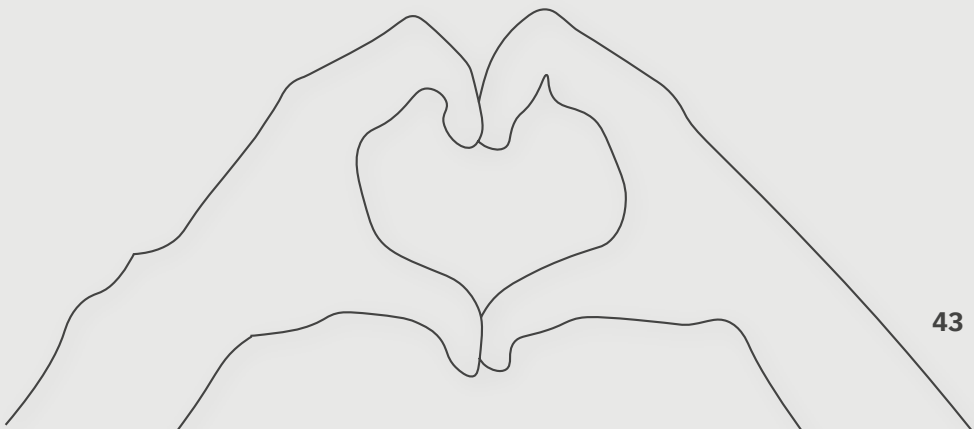
É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino (GÊNERO, 2009). Hermafrodita é um termo desatualizado e depreciativo. (...)

Homossexualismo por homossexualidade

Termo incorreto e preconceituoso devido ao sufixo “ismo”, que denota doença e anormalidade. O termo substitutivo é homossexualidade, que se refere da forma correta à orientação sexual do indivíduo, indicando “modo de ser e sentir”. (...)

Orientação sexual

Opção sexual é uma expressão incorreta. O termo aceito é “orientação sexual”. A explicação provém do fato de que ninguém “opta”, conscientemente, por sua orientação sexual. Assim como a pessoa heterossexual não escolheu essa forma de desejo, a pessoa homossexual ou bissexual (tanto feminina quanto masculina) também não. (...)



“O” travesti por “A” travesti

Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa com identidade de gênero feminino. O termo “O” Travesti, se referiria a uma pessoa travesti do sexo biológico feminino, mas com identidade de gênero masculino. (...)

Parceiro homossexual e casal homossexual por casal homoafetivo

Ao falar sobre homoafetividade ou casamento homoafetivo, o ideal é usar a expressão casal homoafetivo. A palavra homoafetiva é sinônimo de homossexual, mas ressalta a conotação emocional e afetiva envolvida na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. É importante ressaltar que, ao se referir a uma pessoa, deve ser usada a palavra homossexual, ou bissexual ou transgênero, conforme o caso. (...)

Heteronormativo/a

A heteronormatividade é uma expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBTI+, principalmente os relacionados à formação de família e expressão pública (BENTO, 2008). (...)

Heterossexista

O heterossexismo é a atitude condizente com a ideia de que a heterossexualidade é a única forma sadia de orientação sexual. O termo é utilizado na mesma acepção que caracteriza as palavras racismo e sexismo (BORRILLO, 2009). (...)

Sexualidade

Refere-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (GÊNERO, 2009). (...)

Gênero

Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos (GÊNERO, 2009). (...)

Sexo biológico

Em termos simples, o sexo biológico diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. Podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros. Em um primeiro momento, isso infere que a pessoa pode nascer macho, fêmea ou intersexual (NEUTROIS.COM, [201-?]). Não há gênero no sexo biológico em si, o que existe é uma expectativa social de gênero em relação ao corpo/genital (CADERNO, 2017). v

Intersexualidade

É um termo guarda-chuva que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos (GLAAD, 2016). Ainda é comum a prescrição de terapia hormonal e a realização de cirurgia, destinadas a adequar aparência e funcionalidade da genitália, muitas vezes antes dos 24 meses de idade. Contudo, algumas pessoas intersexuais submetidas a este processo relatam que não se adaptaram e rejeitaram o sexo designado ao nascimento, respaldando uma conduta terapêutica que defende o adiamento da intervenção até que a/o jovem sujeito possa participar na tomada da decisão (SANTOS; ARAÚJO, 2004). (...)

A orientação sexual

Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (PRINCÍPIOS, 2006). Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade),

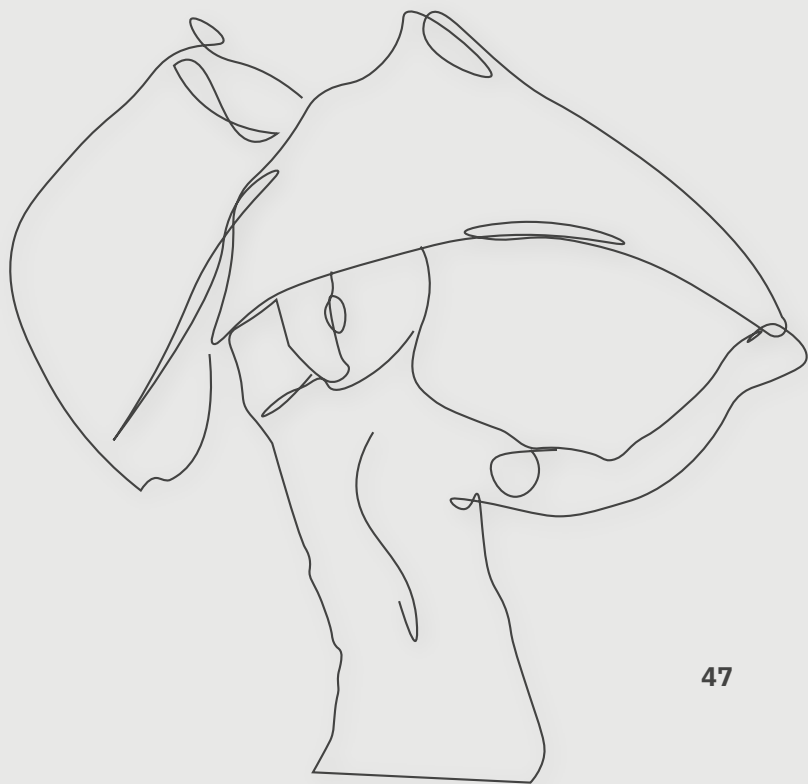
pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa (KINSEY et al., 1948). Assim, as três orientações sexuais preponderantes mencionadas acima não são as únicas. (...)

Assexual

É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual. (...)

Bissexual

É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros (GÊNERO, 2009). O termo “Bi” é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais. (...)



Gay

Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays (GÊNERO, 2009). A palavra “gay” vem do inglês e naquele idioma antigamente significava “alegre”. A mudança do significado para homossexual “remonta aos anos 1930 (...) e se estabeleceu nos anos 1960 como o termo preferido por homossexuais para se autodescreverem. [A palavra] Gay no sentido moderno se refere tipicamente a homens (enquanto que lésbica é termo padrão para mulheres homossexuais)” (OXFORD DICTIONARIES, 2017, tradução nossa). (...)

Heterossexual

Indivíduo atraído amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/ gênero oposto (adaptado de GÊNERO, 2009). Heterossexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo/gênero para se identificarem como tal. (...)

Homossexual

É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero (adaptado de GÊNERO, 2009). Assim, o termo homossexual pode se referir a homossexuais femininas – lésbicas, ou homossexuais masculinos – gays (vide as definições de lésbica e gay nesta seção. (...)

Homoafetivo

Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/ gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010). (...)

Pansexualidade

Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade. O prefixo pan vem do grego e se traduz como “tudo”. Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica (MARSHALL CAVENDISH CORPORATION, 2010). (...)

Lésbica

Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/ gênero (cis ou trans). Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas (GÊNERO, 2009). (...)

Identidade de gênero

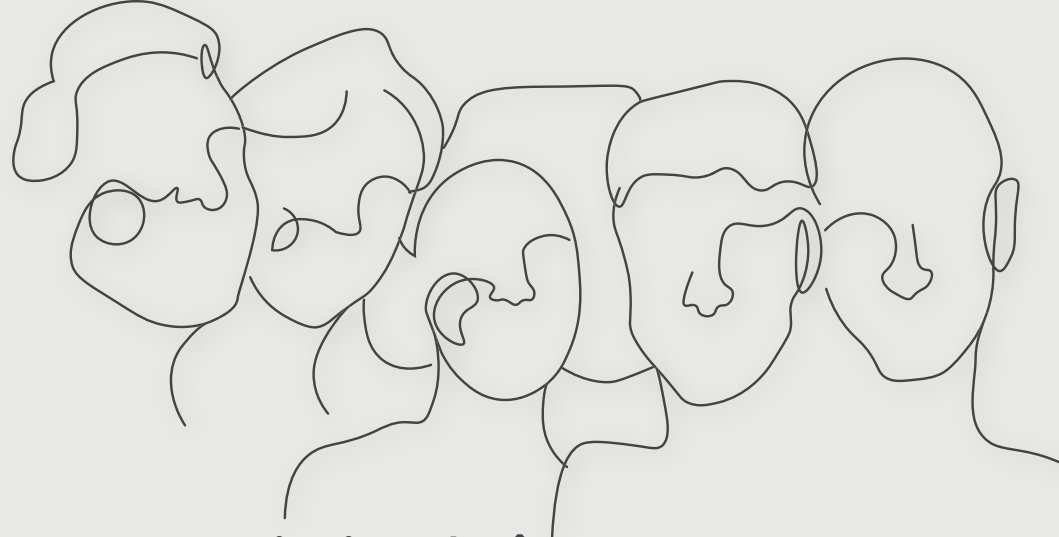
É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS, 2006). Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher) (ABGLT, 2010). A identidade de gênero da pessoa não necessariamente está visível para as demais pessoas. Expressão de gênero é como a pessoa manifesta publicamente, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas. A expressão de gênero da pessoa nem sempre corresponde ao seu sexo biológico (adaptado de GLAAD, 2016). (...)

Androginia

Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros (BRASIL, 2016a). (...)

Agênero

Pessoa que não se identifica ou não se sente pertencente a nenhum gênero (CADERNO, 2017). (...)



Binarismo de gênero

Ideia de que só existe macho |fêmea, masculino | feminino, homem | mulher, sendo considerada limitante para as pessoas não-binárias (CADERNO, 2017). (...)

Cisgênero

Um termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-” (GLAAD, 2016). Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer. (...)

Cross-dresser

Embora qualquer pessoa possa vestir roupas associadas a um sexo diferente, o termo cross-dresser se refere tipicamente a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagem e acessórios culturalmente associados às mulheres. Tipicamente tais homens se identificam como heterossexuais. Esta prática é uma forma de expressão de gênero e não é realizada para fins artísticos. Os cross-dressers não querem mudar permanentemente o sexo ou viver o tempo todo como mulheres (GLAAD, 2016). (...)

Drag queen

Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma drag queen não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero (ABGLT, 2010). (...)

Drag king

Versão “masculina” da drag queen, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho artístico (ABGLT, 2010). (...)

Gênero fluído (gender-fluid)

A pessoa que se identifica tanto com o sexo masculino ou feminino. Sente-se homem em determinados dias e mulher em outros (adaptado de <https://www.merriam-webster.com/dictionary/gender-fluid>). (...)

Transformista

Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto movido por questões artísticas (ABGLT, 2010). (...)

Transgênero

Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade (ABGLT, 2010). Segundo Letícia Lanz (2015), não faz sentido escrever “travestis, transexuais e transgêneros”, ou usar TTT na sigla LGBTI+, uma vez que travestis e transexuais são transgênero por definição. Ou escreva-se travestis e transexuais, ou escreva-se transgêneros, ou, de preferência, pessoas trans. (...)

Transexual

Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero. Algumas pessoas trans recorrem a tratamentos médicos, que vão da terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual. São usadas as expressões homem trans e mulher trans (CADERNO, 2017). (...)

Mulher trans

É a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero masculino ao nascer. (...)

Homem trans

É a pessoa que se identifica como sendo do gênero masculino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero feminino ao nascer. (...)

Queer

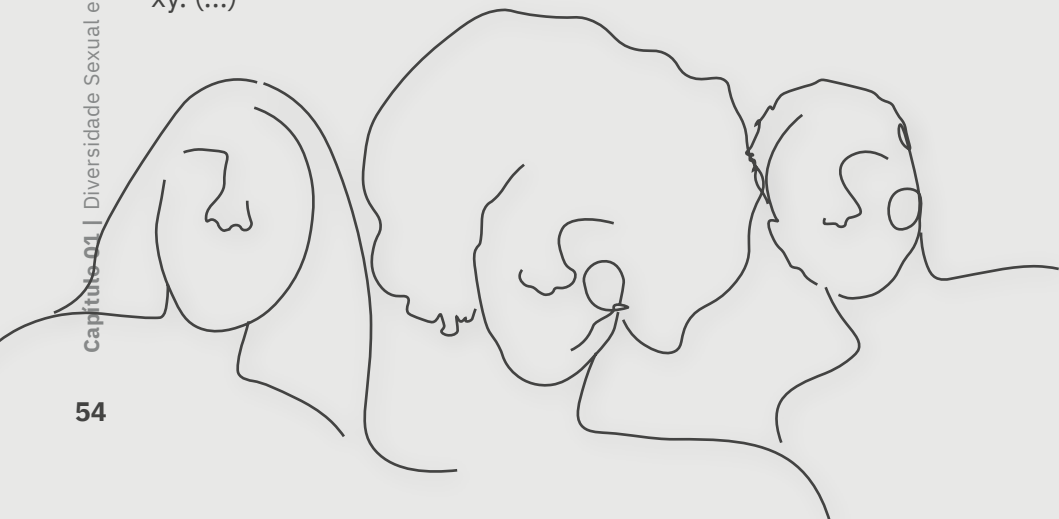
Um adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. De modo geral, para as pessoas que se identificam como queer, os termos lésbica, gay, e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade. O termo queer também é utilizado por alguns para descrever sua identidade e/ou expressão de gênero. Quando a letra Q aparece ao final da sigla LGBTI+, geralmente significa queer e, às vezes, questioning (questionamento de gêneros) (GLAAD, 2016). (...)

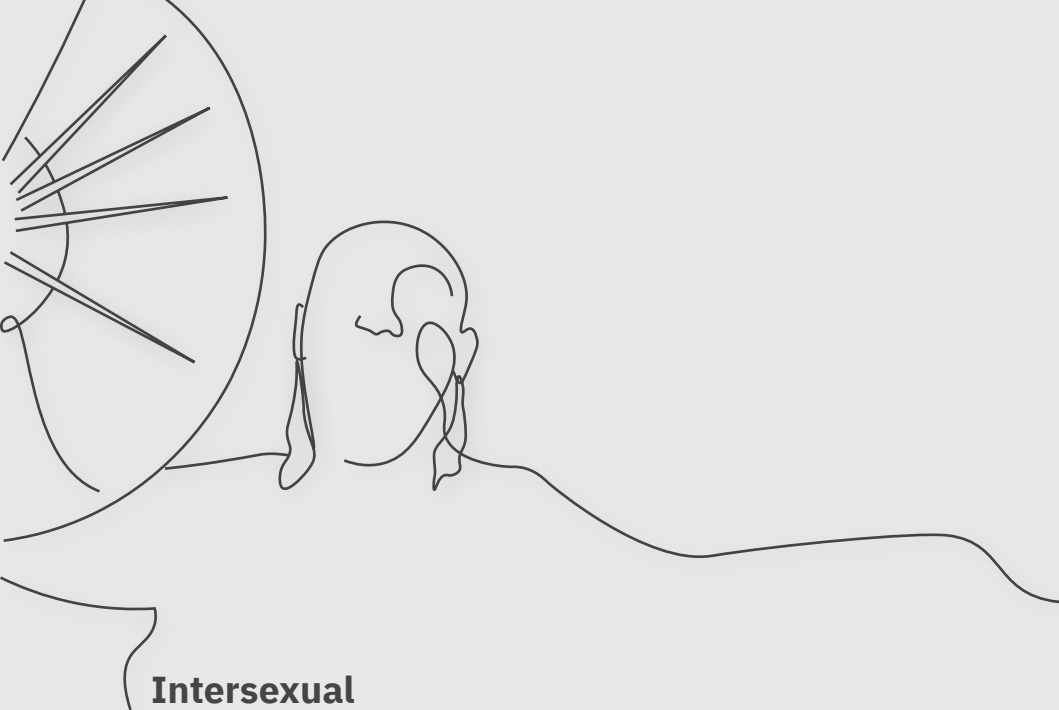
Travesti

Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. Existe o grupo dentro deste segmento que se autoafirma 'mulheres travestis'. Atualmente, o termo travesti adquiriu um teor político de resignificação de termo historicamente tido como pejorativo. (Definição da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, aprovada pelo coletivo de participantes do ENTLAIDS, Rio de Janeiro, 2008; com colaboração adicional do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais, Negras e Negros; e adaptações de ABGLT, 2010; e CADERNO, 2017). (...)

Sexo biológico

É o que existe objetivamente: órgãos, hormônios e cromossomos. Feminino - vagina, ovários, cromossomos xx. Masculino - pênis, testículos, cromossomos xy. (...)





Intersexual

Combinação dos dois Orientação sexual
Inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero ou do mesmo gênero. (...)

Identidade de gênero

Forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero masculino e feminino, lembrando que nem todas as pessoas se enquadram, e nem desejam se enquadrar, na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e queer, por exemplo. (...)

Expressão de gênero

Forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero masculino e feminino, lembrando que nem todas as pessoas se enquadram, e nem desejam se enquadrar, na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e queer, por exemplo. (REIS, 2018, p.27-35)

Considerações Finais

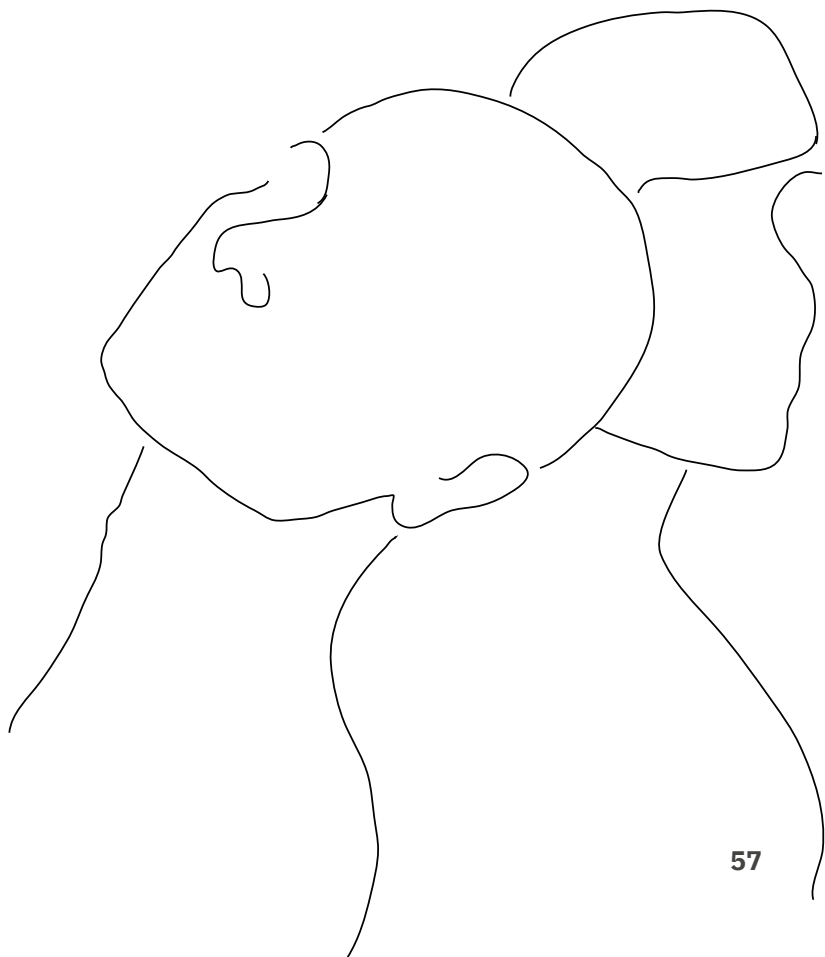
Nesse espaço conclusivo, é importante salientar outra vez que a apresentação dos conceitos no manual expressa um retrato do momento em que o mesmo foi produzido, destacando-se que a própria sigla que identifica os movimentos é fluída e atualmente já agrega outras designações passando-se da LGBTI+ para LGBTQIA+ buscando abarcar toda a diversidade deles. Entendemos também que os conceitos não são definidores de nenhum comportamento hermético, até porque a interseção entre essas definições é uma realidade no mundo concreto, divergindo em muitos casos, desse esforço de teorização das orientações relativas a sexualidade dos indivíduos.

Como vimos, os conceitos são historicamente definidos pelo contexto social no qual foram forjados, porém, assim como os cenários, os conceitos também são fluídos e dinâmicos o que certamente, levará a revisão desse documento em futuro próximo, a medida em que o debate relativo as demandas do movimento LGBTQIA+ avance junto a sociedade civil.

As definições e significados apresentados no manual são resultados do contexto de criação da *GayLatino e da Aliança Nacional LGBTI+*, como vimos, a partir da década de 1990 decorrente da pressão por alocação de recursos e formulação de políticas públicas como uma das prioridades dos organismos da sociedade civil. Foi nesse cenário que a militância desencadeou conflitos com o sistema político que gerou acomodações tanto no sentido de enfraquecimento de alguns setores do movimento já que houve adesões compromissadas com “as regras do jogo” e com a ordem dominante, acirrando as contradições nas relações de dominação (MEDEIROS, 2022, p.98).

Por fim, a apresentação dos conceitos no manual, os quais reproduzimos aqui, é um esforço no sentido

de contribuir para o esclarecimento do conjunto social mais amplo, a partir da teorização/reflexão conceitual dos movimentos impactando no mundo concreto, promovendo o respeito e do empoderamento da comunidade LGBTQIA+, fortalecendo-se as lutas pelos direitos desses grupos que cotidianamente sofrem com o fenômeno conhecido por LGBTfobia que envolvem situações perpassadas pelo preconceito, estigma e discriminação.



Referências

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p.122-145.

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Coleção Explosante. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2020.

KOSELLECK, R. **Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos**. Revista Estudos Históricos, v.5, n.10, 1992, p.134-146.

MEDEIROS, M. da S., A formulação de um saber linguístico no Manual de Comunicação LGBTI+ **Dissertação de Mestrado** - Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP) – Campinas-SP, 2022.

REIS, T. (org.) **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

02

Capítulo

Assistência estudantil na garantia do direito ao pertencimento na UFU

Carlos Aparecido Soares Filho
Elaine Saraiva Calderari
Gabriel Rodrigues Barbosa
Maykon Júnior de Paula

Introdução

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia (Proae/UFU) é um órgão da administração superior criado em 2016, tendo por missão contribuir com o acesso, a permanência e a conclusão de curso da comunidade estudantil da UFU por meio da implementação da Política de

Assistência Estudantil voltada para a inclusão social, a produção de conhecimentos, a formação ampliada, a melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, garantindo aos estudantes o direito à educação.

Para isso, atua nas áreas de esporte e lazer, moradia, alimentação, transporte e atenção à saúde, preocupando-se com a inclusão digital e a cultura, procura oferecer creche, acessibilidade e apoio pedagógico aos estudantes, combate as discriminações de gênero e apoia a diversidade (sexual, étnico-racial etc.), de acordo com o Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes.

Desde sua criação, a Proae vem atuando diretamente nessas frentes, compondo a comissão de criação da Política Institucional da Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, que busca combater a discriminação e o preconceito no ambiente universitário, garantindo o acompanhamento dos estudantes e fomentando ações referentes à resolução de tais problemas.

A aprovação da política, em 3 de setembro de 2019, sob a Resolução nº. 10 do Conselho Universitário, é um marco institucional, garantindo como foco o fim da discriminação, da intolerância e da supressão de direitos que impeçam a população LGBTQIAP+ de participar da vida ativa na instituição e de usufruir de todos os seus recursos.

A Proae também foi designada para a implementação e o gerenciamento de diversas ações que envolvem essa temática, criando e/ou executando propostas e políticas institucionais, como também assessorando as comissões permanentes da UFU, como a Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDiversa).

Na Proae, por meio da Diretoria de Inclusão, Promoção e Assistência Estudantil (Dires) e da Divisão de

Promoção das Igualdades e Apoio Educacional (Dipae) que, dentre outras ações, se dedica a promover o bem-estar do aluno com ações para a sua integração ao ambiente universitário que possam derrubar preconceitos, diminuir diferenças e desigualdades.

A Dipae prima pelo princípio da promoção das igualdades e pelo apoio ao estudante, zelando pela permanência e conclusão de curso para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, viabilizando ações afirmativas de igualdade de gênero, étnico-raciais e de diversidade sexual, fomentando atividades de acolhimento, com o combate sistemático a toda forma de racismo, violência contra a mulher e homofobia, favorecendo a permanência material e simbólica no ensino superior.

Em 2017, após a realização de um bate-papo em que todas as entidades estudantis foram convidadas a dialogar, a Dipae/Proae deu o primeiro passo rumo à defesa da diversidade com a criação do evento “Todos os Coletivos”, cuja ideia inicial foi mapear todos os coletivos existentes ou em formação na UFU com o objetivo de fortalecê-los, empoderando-os, além de estreitar relações com eles visando entender suas demandas, com a criação de um espaço de escuta e manifestação desses coletivos. Entende-se, aqui, que coletivos são grupos estudantis que se organizam com o intuito de lutar por (e defender) uma causa comum – visibilidade, direitos, dentre outras.

Houve também por parte da Dipae a intenção de criar uma rede de parceria e apoio composta de diferentes dispositivos sociais para ações afirmativas no campo das diversidades. Neste momento, acredita-se que existam mais de 20 (vinte) coletivos já organizados no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, *campi* de Uberlândia.

O evento “Todos os Coletivos” foi estruturado em 5 (cinco) encontros:

I- foram convidadas, entre participantes de coletivos e representantes de entidades, 26 pessoas. Destas, compareceram seis representantes dos coletivos LGBTQIAP+, o coletivo Ocupa teatro, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia – Neab-UFU e feministas. Foi apresentada pela Dipae a proposta de parceria entre essa divisão e os coletivos. Os representantes se apresentaram e a conversa foi sobre suas lutas, seus desafios etc.

II- compareceram cinco representantes de coletivos (LGBTQIAP+ e feministas), além de estudantes dos cursos de Relações Internacionais e Filosofia interessados pela causa das minorias dentro da universidade. Durante o evento, foram apresentadas as redes propostas pela Dipae – Rede de Apoio ao Estudante Estrangeiro e Rede de Apoio às Ações Promotoras de Diversidades –, o trabalho feito pelo GT de violência contra mulheres na UFU e os trabalhos da Comissão de Diversidade Sexual.

III- compareceram representantes dos coletivos LGBTQIAP+ e estudantes dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia. Nesse encontro, começou-se a elaborar o “Todos os Coletivos”, com representações dos *campi* fora de sede, bem como houve uma exposição sobre a temática Diversidade por um profissional pesquisador da área.

IV- realizado no Campus Patos de Minas. Na ocasião, houve um encontro da Dipae com os alunos desse *campus* interessados em constituir coletivos. Ao final da conversa, o grupo decidiu iniciar os trabalhos com a organização de um coletivo apenas.

V- aconteceu no anfiteatro do Bloco 5 O, denominado como evento piloto sobre a temática Diversidades, contando com a participação de representantes dos coletivos de todos os *campi* da universidade, com alunos interessados pela causa e representantes do DCE. Houve exposição da professora Cida Satto sobre a temática. Foi possível ainda que os alunos conversassem sobre seus desafios, suas angústias e suas proposições para a instituição.

Com base nos encontros, foram definidas ações estratégicas, como a aplicação de um questionário para a elaboração de um diagnóstico sobre a temática, mas também o lançamento de um evento (com frequência anual) denominado “I Semana Cultural da UFU: diversidades e cidadania”, no Campus Monte Carmelo, em parceria com o coletivo “Bruxas de Salém” e com a Comissão de Cultura da UFU de Monte Carmelo.



Figuras 01 e 02 | Debate sobre Diversidade e Diferença (?) na Universidade.

Fonte: <https://comunica.ufu.br/noticia/2017/07/encontro-promove-debate-sobre-diversidades-e-representatividade-dos-coletivos>.

Em 2018, foi criado o **Calendário Temático** anual da Proae, cuja programação concentra as campanhas, os eventos e as atividades planejadas pela Pró-Reitoria que visam garantir maior visibilidade à pauta da diversidade e também mais adesão por parte do público que, previamente, já vislumbra as ações programadas relacionadas às temáticas indicadas pelas comissões, também discutidas nos Fóruns de Assuntos Estudantis, que apresentam as demandas das entidades estudantis. Com a temática em questão, foi criado o Mês da Diversidade, que acontece anualmente em maio e busca oportunidades para estabelecer diálogos com toda a comunidade, interna e externa, sobre discriminação, preconceito, homofobia, violações de direitos e desrespeito, com o objetivo de conscientizar sobre o dia 17 de maio – Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia.

Em 2019, a Universidade Federal de Uberlândia recebeu o Selo da Diversidade da OAB-MG (Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais – 13ª. Sucessão de Uberlândia) como instituição de destaque em préstimos e ações da administração em prol da população LGBTQIAP+ de Uberlândia.

A Proae também lançou uma série de e-books com temas relacionados aos conceitos LGBTQIAP+, em que é abordada a Política de Diversidade e de Gênero, a criação da Comissão de Acompanhamento e do Mês da Diversidade, além de projetos de extensão e cultura da UFU, como Minha Mãe Sabe, Conquistas Históricas LGBTQIAP+, entre outros, além da Carta de Intenções do Maio da Diversidade na UFU. Todo esse material foi referência para a elaboração de artigos científicos e compilado para o livro, apresentando as lutas e conquistas na universidade (<http://www.proae.ufu.br/acontece/2021/05/proae-lanca-e-books-e-clips-tematicos-sobre-o-mes-da-diversidade>).

Outra ação significativa foi o hasteamento da bandeira LGBTQIAP+ em diversas edificações nos *campi*

da UFU, que se tornou uma marca da Proae, realizado anualmente em datas e eventos referentes à temática, buscando garantir não só visibilidade ao movimento LGBTQIAP+, mas também marcar uma posição da instituição na garantia de um ambiente universitário inclusivo e seguro para a toda a comunidade.

É importante destacar dois momentos históricos do Maio da Diversidade: o hasteamento da bandeira LGBTQIAP+ no bloco da Reitoria no Campus Santa Mônica e em diversos outros blocos pelos *campi*, como na Assessoria Jurídica, no Bloco 3M e no Centro de Convivência; e a realização da primeira Parada LGBTQIAP+ dentro de um *campus* universitário da UFU.

Nas semanas de acolhimento e recepção dos estudantes, foi feita a divulgação do *Guia Viver na UFU* com o objetivo de orientar os(as) alunos(as) sobre como a instituição é organizada, apresentando informações sobre a comunidade acadêmica,



Figura 03 | Selo da Diversidade OAB, entregue à Universidade Federal de Uberlândia.

Fonte: Arquivo Proae-UFU.

sobre o ensino remoto e sobre o app da universidade, explicando ainda detalhadamente cada área de atuação, benefícios, ações e serviços da Proae (<http://www.proae.ufu.br/acontece/2021/12/confira-o-guia-viver-na-ufu>). No guia, há uma parte específica em que as **AÇÕES AFIRMATIVAS na UFU** estão destacadas, com a apresentação de setores, equipamentos, ações e comissões que tratam de cada temática, incluindo as atribuições e funções da Proae e da CPDiversa.

Eventos Temáticos

A “1 Semana Cultural da UFU: diversidades e cidadania” foi o evento piloto sobre a temática e buscou inserir pautas de extrema importância para a promoção da igualdade em nossa sociedade e no âmbito da universidade. O Campus Monte Carmelo foi o local escolhido para abrigar a atividade por apresentar demandas expressivas referentes à temática, principalmente pela presença de cursos acadêmicos ligados apenas às Ciências Agrárias e Tecnológicas. O objetivo foi inserir temas e assuntos relacionados à área das Humanidades e das Ciências Sociais Aplicadas.

Esse evento foi um sucesso e uma referência para o que se transformou no **Maior da Diversidade** nos anos seguintes nesta instituição, sendo o primeiro evento executado em todos os *campi* da UFU ao mesmo tempo e com a mesma temática.

O Maio da Diversidade passou então a ser realizado anualmente desde 2018, e organizado pela Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Dipae/Proae) em parceria com diversos coletivos da universidade, abrindo espaços permanentes para que os coletivos possam realizar atividades que discutam a temática. Os coletivos como LGBT Gisberta Júnior, Cores do Pontal, Diversa UFU, Bruxas de Salém, entre outros, marcam a atuação da categoria estudantil na mobilização



Figuras 04, 05, 06 e 07 |
Hasteamento da bandeira
LGBTQIAP+ na UFU

Fonte: Arquivo Proae-UFU.

do ambiente universitário referente à diversidade sexual e de gênero, além da realização de estudos e debates sobre as questões LGBTQIAP+ por meio de cinedebates, palestras, manifestações, ações culturais etc.

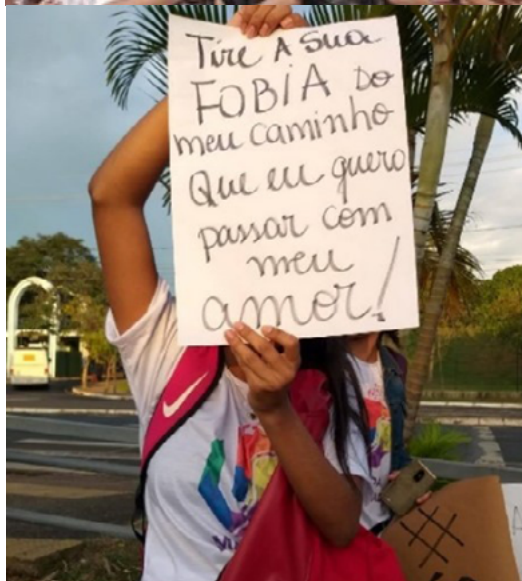
A agenda do evento reúne palestras, rodas de conversa, apresentações e cinedebates sobre a temática da diversidade. Entre as atividades já apresentadas, temos as seguintes: “O Brasil é o país que mais mata LGBTQIAP+: os desafios e as perspectivas dos processos de violência”; “Corpos trans: trânsitos e trajetórias”; “Oficinas de Voguing”; Apresentação do manifesto teatral PULSE!; “Retificação de registro de pessoas trans”; “Orientação jurídica pela Comissão da Diversidade Sexual da OAB”; “LGBTfobia: como proceder”; Roda de conversa: mães pela diversidade”; “O epistemicídio e os pesquisadores”; “Atravessamos pro outro lado: um lugar das experiências de vida de refugiados e soli-



Figuras 08 e 09 | Maio da Diversidade (2018 e 2019).

Fonte: Arquivo Proae-UFU.

citantes de refúgio LGBTQIAP+”; “Intercultura Brasil – Campanha Internacional – Você está seguro comigo: recebimento e envio de intercambistas LGBTQIAP+”; “Masculinidade tóxica: influências da performance da masculinidade nas relações cotidianas”; “O processo transexualizador no SUS: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino”; “Políticas públicas de saúde para LGBTQIAP+: um diálogo necessário”; “Lesbianidades”; cinedebate, com a exibição do documentário “Duas vezes senzala”, e saraus com shows diversos.



Figuras 10 e 11 | Maio da Diversidade (2018 e 2019).

Fonte: Arquivo Proae-UFU.



Figura 12 | Manifesto teatral Pulse, pelo coletivo Teatro de Viés, em parceria com a Dipae, em Uberlândia, Monte Carmelo e Ituiutaba, em maio de 2019.

Fonte: Arquivo Proae-UFU.

No ano de 2022, também foi firmada uma parceria com o Projeto Somos, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, com o apoio à Semana da Diversidade e a promoção da Feira da Diversidade, com atividades como o podcast SOMOSCast e também a Feira da Diversidade. As ações do projeto visam dar espaço a temáticas LGBTQIAP+, comparti-

lhando vivências positivas ou negativas, com a apresentação de oficinas, palestras e atividades culturais, possibilitando espaços de sociabilidade para a comunidade, buscando a troca de experiências e dando visibilidade à diversidade sexual e de gênero no interior da instituição.

A atuação institucional da UFU, nas ações propostas por essa campanha, representa um enfrentamento da LGBTfobia e a legitimação da diversidade sexual em nossa sociedade com respeito às diferenças. A diversidade está presente em nossas raízes culturais e se faz presente na pluralidade de ideias, manifestações culturais e interações cotidianas.

Com essas ações, os coletivos ganharam visibilidade e passaram a estruturar importantes espaços na luta contra a intolerância, o preconceito, a discriminação e a violência em razão de orientação sexual e identidade de gênero em Uberlândia e também nas demais cidades em que a universidade possui unidades avançadas, como Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, sendo destacado nesse artigo a atuação de 3 (três) coletivos nos campi avançados: O Bruxas de Salém em Monte Carmelo, o Diversa UFU em Patos de Minas e o As Cores do Pontal em Ituiutaba.

O Coletivo Bruxas de Salém – Campus Monte Carmelo

A atuação do coletivo Bruxas de Salém iniciou em setembro de 2017, no Campus Monte Carmelo-UFU, após um estudante do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartografia ter sofrido uma agressão motivada por homofobia em um evento promovido no *campus*. Ao beijar outro rapaz, ele foi agredido por um estudante da Agronomia, que jogou cerveja nos dois e os xingou.

Após o episódio, a Proae promoveu o evento denominado “Todos os Coletivos”, com o intuito de incentivar os estudantes na implementação e consolidação

dos seus coletivos. Essa foi a oportunidade para a criação oficial do Bruxas de Salém no campus. O evento ocorreu em Uberlândia, e enquanto os estudantes retornavam para Monte Carmelo, já foi discutida e definida a criação do coletivo dentro da própria van.

Vale ressaltar que o *campus* é composto por 5 (cinco) cursos acadêmicos, todos eles tendo como grande área as Ciências Exatas e da Terra, com cursos que, na maioria das vezes, não têm no currículo nem a disciplina Ética nem conteúdos que abordem questões relacionadas à diversidade.

A primeira ação do coletivo foi a realização do evento denominado “Semana da Diversidade e Cidadania”. O principal objetivo foi realizar, durante uma semana, palestras, oficinas, mostras de trabalhos e exposições que abordassem, entre outras das bandeiras que nós levantamos, a temática LGBTQIAP+, feminismo e negritude, causas importantes a serem discutidas dentro do *campus*, principalmente em razão de acontecimentos como o que foi citado em Monte Carmelo.

O evento teve uma repercussão muito positiva, permitindo que após sua realização pudéssemos executar pequenas ações para manter a interação entre as pessoas da comunidade acadêmica. Além disso, abriu as portas para novas parcerias e ações, como a palestra “Trans-Cores (in)visíveis: a invisibilidade da comunidade trans nos espaços educacionais”, realizada na “3º Semana Nacional do Livro”, na Biblioteca da UFU, em 2019.

Em parceria com a Divisão de Saúde da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, o coletivo realizou a entrega de mensagens de apoio aos estudantes com conteúdo referente à saúde mental.

É notória a diferença que o coletivo fez com todas as suas ações, tornando-se referência para os(as) estudantes à procura de orientação em ocorrências de preconceito e discriminação no *campus* da UFU de Monte Carmelo.



Figura 13 e 14 (acima) | “I Semana Cultural da UFU: diversidades e cidadania” – Campus Monte Carmelo.

Figura 15 e 16 (acima à direita) “Trans-Cores (in)visíveis: a invisibilidade da comunidade trans nos espaços educacionais”. Campus Monte Carmelo.

Figura 17 e 18 | Maio da Diversidade – 2019.

Fonte: Arquivo Proae-UFU.



O Coletivo DIVERSA UFU – Campus Patos de Minas

No Campus Patos de Minas-UFU, foi criado o coletivo denominado Diversa UFU em 2018, que buscou atender pautas de alta relevância dentro do ambiente universitário, procurando edificar todos os conceitos que a universidade pública, gratuita e de qualidade propõe à sociedade.

O coletivo passa a estabelecer um papel fundamental para ampliar e fomentar debates, ajudando a construir uma universidade mais democrática, que amplia a pluralidade e suas demandas e trabalha a diversidade em todos os seus aspectos e particularidades sendo que o Coletivo Diversa UFU atendeu a complexidade que é a estrutura universitária, construindo caminhos para que ela funcione.

Desde a criação do Coletivo, a Proae proporciona todo o incentivo e liberdade para que os mais diversos assuntos possam ser trabalhados no cam-



pus, sendo possível perceber toda uma transformação por parte dos(das) estudantes através da realização dos eventos do Diversa UFU, eventos esses que só se tornam possíveis graças ao apoio da pró-reitoria.

Coletivo as Cores do Pontal – Campus Pontal

No Campus Pontal-UFU, na cidade de Ituiutaba, foi criado o coletivo As Cores do Pontal, por meio da movimentação dos estudantes. O processo de fundação do coletivo se deu pela necessidade de uma mobilização que compreendesse a representatividade da então população LGBTQIAP+ no *campus*. Essa movimentação resultou no desenvolvimento de inúmeros projetos de extensão que compreenderam toda a comunidade acadêmica. Inicialmente, o coletivo desenvolveu atividades como a “UFU fora do armário”, que proporcionou o acolhimento da sociedade em geral no ambiente acadêmico.



Na página anterior:
Figura 19, 20 e 21 | Mês da Diversidade – Campus Patos de Minas.

Fonte: Arquivo Proae-UFU.

Com inúmeras atividades de extensão, o coletivo ultrapassou os limites do território acadêmico e começou a desenvolver projetos em outros espaços. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em 2017, tornou-se o organizador oficial de eventos relacionados às questões de gênero e sexualidade na cidade. A Parada LGBTQIAP+, a Semana de Conscientização e o Miss & Mister LGBTQIAP+ foram algumas das ações desenvolvidas pelo coletivo.

A partir de 2018, o coletivo passou a atuar também em parceria com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil junto a elaboração do Mês da Diversidade na UFU, fortalecendo a atitude de enfrentamento da LGB-Tfobia e a legitimação da diversidade sexual em nossa sociedade com o respeito às diferenças, visto que a diversidade está presente em nossas raízes culturais e se faz presente na pluralidade de ideias, manifestações culturais e interações cotidianas.



Figura 22 e 23 | Auditório na abertura oficial do evento.

Fonte: Acervo do coletivo As Cores do Pontal.

Figura 24 e 25 | Concorrentes e ganhadores do Miss & Mister do ano anterior ao evento de 2017.

Fonte: Acervo do coletivo As Cores do Pontal.



Figura 26 | Mês da Diversidade 2019. Campus Pontal.

Fonte: Arquivo Proae-UFU.



Considerações Finais

A UFU é cada vez mais plural e diversa, portanto, a necessidade de um olhar atento para as ações afirmativas, de inclusão social e de conhecimentos é imperativa, de forma a fomentar um ambiente inclusivo e de respeito em toda a nossa comunidade universitária.

A instituição segue compromissada com a pauta da diversidade sexual, apoiando projetos e ações diversas, mas agora também de forma institucionalizada, com a Política de Diversidade Sexual e de Gênero (Resolução Consun 19/2019) e a Comissão Permanente de Acompanhamento, no qual a Assistência Estudantil, em um trabalho com os coletivos estudantis, vem sendo o ponto de referência para garantir o acolhimento, o apoio e a proteção das pessoas que se identificam como pertencentes ao grupo LGBTQIAP+ e que se sentem ameaçadas por discursos de ódio que circulam também no interior da UFU, imprimindo nas suas paredes a ameaça do autoritarismo, da intolerância e o incentivo ao cometimento de crimes contra as minorias.

Além disso, a Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional (Dipae/Proae) garante a realização anual do Mês da Diversidade com o intuito de promover o debate sobre a homofobia e a transfobia dentro e fora do contexto universitário, encontrando-se em criação o Programa UFU Diversidade, para garantir o acolhimento e o acompanhamento dos estudantes propondo ações, em parceria com os coletivos estudantis, para uma formação cidadã relativa às questões da diversidade sexual e de gênero.

Referências

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – **PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 03 mai. 2023.

BARBOSA, Cláudio Gomes; CALDERARI, Elaine Saraiva e FAQUIM, Juliana Pereira da Silva. A assistência estudantil como instrumento para permanência e como mecanismo de equidade e justiça social nas instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Uberlândia. **Educação Superior em Perspectiva**, Volume II, 2020. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/educacao-superior-em-perspectiva-vol-II-versao-online.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

FAQUIM, Juliana Pereira da Silva et al.. As Ações Afirmativas **Sob O Olhar da Assistência Estudantil da UFU**. In: Anais do II seminário de direitos culturais: patrimônio, cidadania e culturalidades. Anais...Uberlândia(MG) Sede da OAB e UFU - Campus Santa Mônica, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/IIseminariodireitosculturaisuberlandia/202478-AS-ACOES-AFIRMATIVAS-SOB-O-OLHAR-DA-ASSISTENCIA-ESTUDANTIL-DA-UFU>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução nº 15 de 2009, do Conselho Universitário, que dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil da **Universidade Federal de Uberlândia** Disponível em: <<http://www.ufu.br/institucional>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução nº 06 de 2016, do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) e traz em suas diretrizes a contribuição ao acesso, a permanência e conclusão dos estudantes na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino básico, técnico e tecnológico e superior e, como competência, cumprir e fazer cumprir a Política de Assistência Estudantil aprovada pelo **Conselho Universitário-UFU**. Disponível em: <<http://www.Ufu.br/institucional>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução nº 10 de 2019, do Conselho Universitário, que estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da **Universidade Federal de Uberlândia**. Disponível em: <<http://www.Ufu.br/institucional>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

03

Capítulo

Ações de ensino, pesquisa e extensão sobre diversidade sexual e de gênero no ensino superior: O caso da Universidade Federal de Uberlândia

Emerson F. Rasera¹
Fábio Figueiredo Camargo
Renata Aparecida Soares

.....

1 Os autores e autora são membros da Comissão de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia (2021/2022) e foram os(as) responsáveis pela coleta e análise dos dados apresentados neste capítulo. Eles e ela agradecem a todos(as) os(as) membros da Comissão pelas contribuições e pelo apoio no desenvolvimento dessa ação

Introdução

A diversidade sexual na universidade é assunto espinhoso que, muitas vezes, se quer deixar de lado, mas o imperativo em uma sociedade que anseia por ser inclusiva é debater a temática de modo a encará-la com urgência. Numa sociedade como a nossa, baseada em uma visão heteronormativa que se pauta pelo binarismo de gênero, todas as pessoas estão fadadas a ser algo ou seu contrário, de modo a se comportar como se fosse possível ser homem ou mulher de forma integral, como uma predestinação quase fatal, constituindo-se como parte de uma necropolítica defendida por governos de estado sob o lema “menino veste azul, menina veste rosa”. Assim, elas passam a ser vistas e reconhecidas a partir de seu sexo biológico e não se leva em consideração a dignidade de ser e pensar sobre quem se é. As identidades deixam de ser respeitadas ou reconhecidas de modo que a pessoa é ferida em seus direitos mínimos, pois a lógica perversa quer normatizar e normalizar os corpos, educando-os para serem comportados como enfatiza Guacira Lopes Louro (2000) e Helena Altmann (2001).

No sistema universitário, para o qual esses corpos supostamente educados dentro da visão heteronormativa migram, essas marcas, muitas vezes, contribuem para a evasão escolar e para o mau desempenho das funções básicas, como a comunicação interpessoal ou a proposição de ideias em decorrência de timidez excessiva, por exemplo. Lembrando com Michel Foucault que a instituição educacional como um todo “[...] concentrou as formas do discurso neste tema [a sexualidade]; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores” (FOUCAULT, 2007, p. 36), devemos ter em mente que se o(a) aluno(a) chegou até o ensino de terceiro grau, passou por experiências diversas, muitas das quais foram violentas no que respeita à sua identidade.

de de gênero e orientação sexual. Portanto, cabe ao ensino superior minorar ou reduzir os danos causados por uma sociedade cuja educação é pouco inclusiva.

Se tomarmos por base o estudo de Miriam Abramovay, Anna Lúcia Cunha e Priscila Pinto Calaf (2009), percebe-se o quanto as agressões sofridas por alunos(as) homossexuais é responsável pelo sentimento de insegurança que rege os(as) adolescentes no país. Quando chegam à fase adulta dentro da instituição universitária isso, caso a universidade não seja acolhedora, implica em ampliação do medo, a ausência da sala de aula e a evasão, a privação de atividades extracurriculares, média de aproveitamento menor, autoestima reduzida e altos níveis de depressão.

Em “Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais”, Marcos Lacerda, Cícero Pereira e Leoncio Camino apresentam, a partir de uma universidade privada, como o preconceito se dá por explicações ético-morais e religiosas. O estudo pode ser pensado para várias outras universidades, pois o preconceito está enraizado nas bases da sociedade binária e generificada. (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002) Maria Lúcia Miranda Afonso, Maximiliano Rodrigues e Eduardo Francisco de Oliveira (2018), por sua vez, verificaram, em três universidades de Belo Horizonte, relações da intolerância a partir de amostras de estudantes tanto do sexo masculino quanto do feminino e a prática da religião, indicando o quanto os homens são mais preconceituosos para com a comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, queers, intersex, assexuais e outros) do que as mulheres.

Tomando por base o dispositivo da sexualidade de Michel Foucault, Juliana Lapa Rizza, Paula Regina Costa Ribeiro e Maria Renata Alonso Mota afirmam que o dispositivo da sexualidade está bastante presente nas escolas e na formação de professores(as). Elas percebem o quanto o dispositivo aparece nas políticas

públicas através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ou, mais recentemente, nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012). Também os programas governamentais de formação continuada de docentes problematizam a sexualidade de crianças e adolescentes, assim como o projeto Escola sem homofobia, o que possibilitou a visibilidade da temática da diversidade sexual nos currículos das universidades (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018). Nessa pesquisa, as autoras mapearam a existência de 27 cursos de licenciatura de universidades federais das 5 regiões do país que têm no currículo disciplinas sobre sexualidade. Elas elencam que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, em curso de licenciatura e de graduação plena, trazem a palavra diversidade, amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Seguindo essa linha, para a implementação dos estudos sobre a diversidade, estão também contempladas toda a diversidade do povo brasileiro que conta com o Plano Nacional de Educação, lei 13.005 de 25 de junho de 2014, objetivando o aprimoramento de mestres e doutores, que pavimenta o caminho para os estudos sobre diversidade a partir da promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, o que pode permitir “[...] aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos(as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.” (BRASIL, 2014, não paginado) A Resolução nº 1 do CNE, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, também é outra parte da legislação que respalda os estudos sobre a diversidade sexual e

de gênero, assim como a resolução nº 2 do CNE de 20 de dezembro de 2019 continua a reforçar a necessidade de se trabalhar com a diversidade nas escolas, e nas competências gerais dos(as) docentes regulamenta que eles(as) precisam: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.” (BRASIL, 2019, p. 15)

As ações são importantes, mas não basta apenas pensar na promoção e respeito para com a diversidade e a diferença, se os(as) professores(as) não estiverem dispostos(as) “[...] a romper os seus compromissos com uma educação normalizadora, (re)produtora e reiteradora dos ditames do classismo, da branquitude, da heteronormatividade, da corponormatividade etc.” (JUNQUEIRA, 2014, p. 7). Desse modo, é preciso fomentar tais ações para que a comunidade acadêmica se sensibilize para a necessidade de alterar seus preconceitos internalizados advindos de uma educação pouco inclusiva.

Assim, buscando compreender como a Universidade Federal de Uberlândia tem respondido ao desafio da promoção do debate sobre a diversidade sexual e de gênero, este capítulo apresentará um mapeamento das ações de diversidade sexual e de gênero desenvolvidas na universidade durante o ano de 2021. Visando alcançar esse objetivo, o texto está organizado de forma a contextualizar a universidade e sua política institucional de Diversidade Sexual e de Gênero; descrever o mapeamento das ações de ensino, pesquisa e extensão sobre diversidade sexual e de gênero; e fazer algumas considerações finais.

A Universidade Federal de Uberlândia e a questão da diversidade sexual e de gênero

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), localizada em Minas Gerais, é uma universidade pública, criada em 1969 e federalizada em 1978, com sete *campi* distribuídos em Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. O Anuário 2021 (UFU, 2021) da universidade mostra que ela possui 1.939 docentes efetivos, 25.999 alunos(as) de graduação, 4.054 alunos(as) de pós-graduação *strictu sensu*, 157 alunos(as) de pós-graduação *lato sensu* e 2.909 servidores(as) técnicos(as). São 97 cursos de graduação, 78 de pós-graduação e 06 de especialização, além de residência médica e multiprofissional, educação básica e educação profissional. A UFU é uma referência em ciência e tecnologia para a região do Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o noroeste e partes do norte de Minas, o sul e o sudoeste de Goiás, o norte de São Paulo e o leste de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso.

Ao longo dos últimos anos, várias ações no campo da diversidade sexual e de gênero têm sido desenvolvidas por diferentes membros da comunidade universitária, por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Em relação às normativas institucionais referentes a questões de Diversidade Sexual e de Gênero se destacam dois documentos: a Resolução 01/2015 do Conselho Universitário (UFU/CONSUN, 2015) que assegura às pessoas travestis, transexuais e transgêneros o direito do uso do nome social no âmbito da universidade e a Resolução 10/2019 do Conselho Universitário (UFU/CONSUN, 2019) que estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da universidade.

A Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU busca “garantir o exercício pleno da cidadania e da dignidade das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) (UFU/

CONSUN, 2019, p. 2)”. Suas ações devem ser desenvolvidas por meio de quatro programas, quais sejam: I - Acolhimento e Acompanhamento; II - Ensino; III - Pesquisa; e IV - Extensão e Cultura. Os programas são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, respectivamente. O acompanhamento do cumprimento da referida política é de responsabilidade da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDIVERSA), constituída por representantes de docentes, técnicos(as), e discentes, bem como membros de todas as Pró-Reitorias.

A Comissão foi nomeada para seu primeiro mandato em dezembro de 2020 e buscou tanto realizar um acompanhamento das ações desenvolvidas no interior de cada programa pelas diferentes Pró-Reitorias, bem como realizou um mapeamento das ações de ensino, pesquisa e extensão sobre diversidade sexual e de gênero na universidade de forma a obter um panorama que caracterizasse as ações, seus(suas) responsáveis e seus resultados, como será apresentado na próxima seção.

O Mapeamento das Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Diversidade Sexual e de Gênero na UFU²

A Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU, buscando dar suporte ao desenvolvimento de atividades relacionadas a essa temática no âmbito da uni-

.....

2 Essa seção do texto é uma versão ampliada e revisada daquela constante no Relatório de Atividades da CPDIVERSA do ano de 2021. Para consultar o referido Relatório, acesse: https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/relatorio_anual_cpdiversa_2021.pdf

versidade, realizou mapeamento das ações desenvolvidas pelas diferentes unidades de ensino da UFU no ano de 2021. Para alcançar esse objetivo, as 32 unidades de ensino/unidades especiais de ensino da universidade foram consultadas e solicitadas a preencher formulário eletrônico com questões que envolviam ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil realizadas com a comunidade. A coleta de dados foi complementada pela requisição de fichas de disciplinas e consultas ao Sistema de Informações de Extensão (SIEX) da universidade. A análise dos dados foi descritiva e exploratória, buscando caracterizar as várias ações de Diversidade Sexual e de Gênero da universidade.

Caracterização das Unidades Respondentes

A Comissão recebeu respostas de 24 unidades de ensino da universidade.³ Entre essas unidades, 18 desenvolvem algumas ações referentes à Diversidade Sexual e de Gênero e 06 informaram não desenvolver nenhum tipo de ação.

Ações de Ensino

Oito unidades responderam que ofertaram disciplinas que contemplam o tema da Diversidade Sexual e de Gênero no ano de 2021, em um total de quinze dis-

.....
 3 Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Ciências Contábeis, Faculdade de Direito, Faculdade de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia Elétrica, Faculdade de Engenharia Mecânica, Faculdade de Engenharia Química, Faculdade de Matemática, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina Veterinária, Faculdade de Odontologia, Instituto de Artes, Instituto de Biologia, Instituto de Biotecnologia, Instituto de Ciências Agrárias, Instituto de Ciências Biomédicas, Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Instituto de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Instituto de Física, Instituto de Geografia, Instituto de História, Instituto de Letras e Linguística, e Instituto de Psicologia.

Disciplina	Unidade UFU
Saúde Coletiva II	Faculdade de Medicina
Saúde Coletiva VII	Faculdade de Medicina
Ética e Bioética Profissional	Faculdade de Medicina
Dinâmica das Relações Interpessoais	Faculdade de Medicina
Arte e Feminismos	Instituto de Arte
Estágio Supervisionado IV	Instituto de Arte
Projeto interdisciplinar 1	Instituto de Arte
Geografia, Cultura Humanística, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais	Instituto de Ciências Humanas do Pontal
Inclusão da Diversidade no Espaço Escolar	Instituto de Ciências Humanas do Pontal
Literatura das bordas	Instituto de Letras e Linguística
Tópicos em Estudos Linguísticos: Performatividades e constituições discursivas do sujeito nos Estudos Queer	Instituto de Letras e Linguística
História, Gênero e Sexualidade	Instituto de História
Introdução à Engenharia de Alimentos	Faculdade de Engenharia Química
Psicologia da Sexualidade	Instituto de Psicologia
Direito da Diversidade Sexual	Faculdade de Direito

Tabela 1 | Oferta de disciplinas com o tema da Diversidade Sexual e de Gênero na UFU/2021 informada pelas unidades de ensino

ciplinas (Tabela 1), sendo que apenas quatro unidades confirmaram a oferta completa das disciplinas para o ano de 2022.

A análise dessas respostas aponta um reduzido número de unidades que informaram ministrar alguma disciplina que contemple a temática de sexualidade e gênero, sendo que a Faculdade de Medicina e o Instituto de Artes são as unidades que mais ofertaram. Foi possível observar também que as disciplinas são oferecidas por cursos nas áreas de Artes, Saúde, Humanas e Sociais e Exatas. E que as disciplinas se concentram nos currículos dos cursos de graduação, sendo apenas uma ofertada na pós-graduação. A análise das respectivas fichas de disciplina mostra que a ementa e o programa de várias disciplinas não contemplam explicitamente o tema da Diversidade Sexual e de Gênero, indicando que elas podem ser desenvolvidas sem abordá-lo, a depender do(a) professor(a) responsável.

Assim, conclui-se que há a necessidade de muitos esforços para a oferta de disciplinas em todas as unidades da UFU. A confirmação da oferta completa das disciplinas por apenas quatro unidades aponta que nem todos(as) os(as) discentes terão a possibilidade de cursar as respectivas disciplinas. Parece haver diferenças relativas à importância do tema da diversidade sexual e de gênero na formação dos(as) alunos(as) entre as unidades de ensino. Contudo, dado o caráter transversal e interdisciplinar da temática, há a possibilidade de inclusão em cursos de qualquer área do conhecimento. A quase completa ausência da temática na pós-graduação permite questionar como tem se dado a formação dos(as) futuros(as) docentes das universidades em relação a questões LGBTQIA+.

Ações de Pesquisa

Cinco unidades informaram o desenvolvimento de 33 projetos de pesquisa durante o ano de 2021 (Tabela

Título	Unidade	Coordenação/ Orientação	Equipe	Financi.
A Crítica LGBT: elementos para uma prática pedagógica materialista e queer	INCIS	Márcio F. Souza	2	sim
A humilhação como fenômeno social: bases teóricas, epistemológicas e empíricas	INCIS	Márcio F. Souza	3	sim
Autoestima, microagressões no ambiente de trabalho e percepção de empregabilidade em profissionais LGBTQIA+	IPUFU	Pricila Zarife	1	não
Capitalismo e monogamia	INCIS	Márcio F. Souza	2	sim
A retórica católica e o homoerotismo em Um animal de deus, de Walmir Ayala	ILEEL	Fábio F. Camargo	2	sim
A trajetória das conjugualidades e o envelhecer na narrativa de mulheres lésbicas idosas	IPUFU	Emerson Rasera	2	sim
Adaptação e evidências de validade do LGBT Climate Inventory (LGBTCL) para o contexto brasileiro	IPUFU	Pricila Zarife	2	não
Análise da tradução do texto dramático para encenação: “The best brothers” processo artístico de criação e questões éticas levantadas	ILEEL	Marileide D. Esqueda	2	não
Angústia e influência digital. Desafios da aceitação da homossexualidade no romance “El fuego en el que ardo”	ILEEL	Daniel M. V. Almeida	2	não

“Armário” e “coming out” na literatura brasileira: uma revisão integrativa	IPUFU	Emerson Rasera	2	não
As Questões LGBT no Ensino da Odontologia	IPUFU	Emerson Rasera	2	não
Atenção Integral em Saúde na População LGBT: discursos de acadêmicos do curso médico	IPUFU	Emerson Rasera	2	não
Bases de um estudo discursivo na perspectiva queer	ILEEL	Daniel M. V. Almeida	2	não
Censura e erotismo na literatura de Cassandra Rios	ILEEL	Fábio F. Camargo	2	sim
Construção e evidências de validade da Escala de Microagressões de Gênero no Trabalho (EMAGT)	IPUFU	Pricila Zarife	1	não
Direitos humanos de filhos menores de idade das mães encarceradas no presídio regional de Sarandi - Itumbiara (GO)	INCIS	Maria Lúcia Vannuchi	2	não
Diversidade sexual, saúde e formação profissional	IPUFU	Emerson Rasera	5	sim
Do corpo à culpa: uma investigação sobre a beleza e os afetos no campo universitário	INCIS	Márcio F. Souza	2	não
História, cultura, gênero e raça: exercício de desconstrução de imagens de corpos negros na historiografia do Brasil	INCIS	Maria Elizabeth R. Carneiro	5	não
Now Sissy That Walk: Afirmações e resistências de ser gay e afeminado	IPUFU	Emerson Rasera	2	não
O demônio da carne: Escritores homossexuais e catolicismo no Brasil	ILEEL	Fábio F. Camargo	9	sim

O sensível e o (in)visível: a distribuição diferencial de visibilidade entre artistas dissidentes de gênero e sexualidade.	INCIS	Maria Lúcia Vannuchi	2	não
O sexo da palavra: cenas sexuais homoeróticas na prosa brasileira	ILEEL	Fábio F. Camargo	22	sim
Os estudantes da área de Ciências da Saúde e da Psicologia estão preparados para o atendimento da população transexual?	FAMED	Luana P. Soares	2	não
Poéticas do excesso: Glauco Mattoso e Waldo Motta	ILEEL	Fábio F. Camargo	2	não
Relações poliamorosas no Brasil contemporâneo: movimentos de transformações no campo da afetividade.	INCIS	Márcio F. Souza	2	sim
Representações sociais das identidades profissionais e de gênero por estudantes de Pedagogia e Engenharia: um estudo comparativo na UFPB e na UFU.	INCIS	Maria Lúcia Vannuchi/ Márcio F. Souza	7	sim
Saúde Bucal e Geral da população trans no município de Uberlândia/MG	FOUFU	Adriano M. Loyola	2	não
Sentidos sociais em imagens têxteis: o patchwork brasileiro à luz do cenário euro-americano.	INCIS	Cristiane A. F. Silva	1	não
Terapias afirmativas: os debates entre profissionais e pesquisadores	IPUFU	Emerson Rasera	2	Sim
Tradução Queer: tradução comentada de um trecho da novela "Pela Noite" de Caio Fernando Abreu	ILEEL	Silvana M. Jesus	2	Não
Trajetória e representatividade das mulheres no espaço político- impeachment de Dilma Rousseff.	INCIS	Maria Lúcia Vannuchi	2	Não

Na página anterior:

Tabela 2 | Projetos de Pesquisa com o tema da Diversidade Sexual e de Gênero na UFU/2021 informados pelas unidades de ensino

2).

A análise das respostas sobre as pesquisas desenvolvidas mostra que apenas cinco unidades (Instituto de Ciências Sociais, Faculdade de Odontologia, Instituto de Letras e Linguística, Instituto de Psicologia e Faculdade de Medicina) informaram a realização de pesquisa sobre a temática da Diversidade Sexual e de Gênero, que se concentram especialmente no Instituto de Ciências Sociais, Instituto de Letras e Linguística, e Instituto de Psicologia (que desenvolvem entre 10 e 11 pesquisas, cada unidade). As pesquisas são coordenadas e/ou orientadas por doze docentes, apesar de se concentrarem em apenas cinco pesquisadores(as), indicando uma comunidade de pesquisadores da temática muito restrita. Os projetos envolvem tanto estudantes de graduação quanto de pós-graduação, em geral, havendo poucos(as) alunos(as) por projeto e predominando orientações individuais. Apenas 13 projetos indicam ter alguma forma de financiamento ou bolsa para sua realização. Os objetivos das pesquisas contemplam as especificidades das áreas de conhecimento (Saúde, Ciências Sociais, Letras e Psicologia), sendo que alguns parecem enfatizar a dimensão do estudo de gênero e não da Diversidade Sexual e Diversidade de Gênero.

Além disso, foram identificados cinco grupos de pesquisa sobre diversidade sexual: o “Afetad@s: Sexualidades, Cuidado e Políticas públicas” (IPUFU/FAMED), o “Núcleo de Estudos de Gênero” (INHIS), o “Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero: Relações

Sociais, Representações e Subjetividades” (INCIS), o “EDQueer – Estudos Discursivos na perspectiva Queer” (ILEEL), e o “Grupo de Pesquisa em Mídia, Literatura e Outras Artes” (ILEEL). Esses grupos estão inseridos nas mesmas unidades que indicaram o desenvolvimento dos referidos projetos de pesquisa. A formalização e o registro administrativo dos grupos de pesquisa contribuem para a nucleação dos esforços científicos e os constitui como referências institucionais para o estudo e a investigação sobre a temática.

Tais resultados mostram que a temática da Diversidade Sexual e de Gênero é investigada em poucas unidades, por poucos(as) docentes da universidade com poucos recursos financeiros, o que demanda ações consistentes e de médio e longo prazo visando estimular a pesquisa sobre essa temática pelas diferentes áreas do conhecimento. A análise futura das publicações resultantes desses projetos poderá contribuir para uma visão mais ampla sobre o panorama da pesquisa sobre a temática da Diversidade Sexual e de Gênero na UFU.

Ações de Extensão

Dez unidades respondentes indicaram que durante o ano de 2021 estiveram em desenvolvimento 27 ações de extensão.

Título	Unidade	Tipo	Horas.	Pub. direto	Equipe
Culturas de matriz africanas, culturas indígenas e gênero na perspectiva dos direitos humanos	INHIS	projeto	50	25	6
Diálogo à Margem – Promovendo a Diversidade e os Direitos Humanos.	FAMED	projeto	12	100	6
Meninas da Física	INFIS	programa	1200	10000	9
Pertencer, cuidar e aprender: programa mentoring LGBTQIAP+ na educação médica	FAMED	projeto	10	15	4
Primeiros Passos Rumo à Gestão Cultural – 2021”	IARTE	evento	8	40	9
“Qualquer amor já é um pouquinho de saúde”	FAMED	projeto	120	27	6
Rede TRANSformação.	FAMED	projeto	50	200	7
O impacto de gênero: representação feminina na mídia e em cargos de poder e suas problemáticas	FEQUI	evento	2	200	18
Os desafios de ser LGBT: LGTBfobia e o mercado de trabalho	FEQUI	evento	2	200	19
Semana de Telecomunicações Online - SATEL Online	FEELT	projeto	15	160	2
Mulheres, trajetórias de lutas e conquistas	INHIS	evento	4	115	14
Repensando o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil	FAMED	evento	8	25	21
Somos - Grupo de assessoria jurídica à população LGBT	FADIR	programa	300	700	2
O acolhimento da população trans no serviço público de saúde	FOUFU	evento	4	40	10
A (trans)capacidade no cuidado em saúde da população Trans	INCIS	evento	4	40	8
A objetificação das mulheres nos jogos eletrônicos	INCIS	evento	8	20	4

Feminização do cuidado e desqualificação do trabalho das mulheres	INCIS	evento	8	30	4
O queer é um materialismo?	INCIS	evento	8	30	3
Café Queer: Estudos Queer ao alcance de todes	ILEEL	projeto	60	30	3
30 anos de “Problemas de Gênero”: Leitura crítica da obra de Judith Butler	ILEEL	curso	30	30	3
Colóquios Sob o signo de João	ILEEL	evento	24	200	28
Conversando sobre (in) visibilidades no acesso à saúde pelas pessoas trans	FAMED	evento	10	s.d	7
1º Simpósio Mineiro de Saúde Transespecífica	FOUFU	evento	16	100	17
A clandestinidade no processo transexualizador e seus efeitos na saúde da população Trans	FOUFU	evento	4	40	27
A (trans)capacidade no cuidado em saúde da população Trans - Saúde Mental	FOUFU	evento	4	40	8
Todas por ela	FADIR	projeto	s.d	s.d	s.d
Acolhidas	INFIS	evento	2	30	11

Tabela 3 | Ações de Extensão com o tema da Diversidade Sexual e de Gênero na UFU/2021 informadas pelas unidades de ensino

A análise dessas respostas e dos respectivos registros no Sistema de Informação de Extensão/ SIEEX (quando disponíveis) apontam que apenas dez unidades desenvolveram ações de extensão com a temática da Diversidade Sexual e de Gênero, quais sejam: Faculdade de Odontologia, Instituto de Letras e Linguística, Instituto de Ciências Sociais, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Instituto de História, Instituto de Física, Instituto de Arte, Faculdade de Engenharia Química e Faculdade de Engenharia Elétrica. As ações de extensão foram desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento e linhas de extensão, mostrando seu caráter transversal e interdisciplinar.

Em relação ao tipo de ação realizada, foram 16 eventos curtos, 1 curso, 8 projetos e apenas 2 programas, com predomínio de ações com público direto de até 50 pessoas, sugerindo a importância da criação de ações mais robustas, de mais longo prazo que permitam um alcance maior da comunidade. A maior parte das equipes envolveu até 10 membros, e foi composta por alunos(as), docentes e comunidade externa. O tamanho das equipes parece se adequar ao tipo de ação predominantemente desenvolvida.

Novamente, como visto nas outras ações analisadas, algumas atividades parecem enfatizar a dimensão do gênero (especialmente a questão das mulheres) e não da Diversidade Sexual e Diversidade de Gênero.

Outras Ações

Entre as outras ações informadas pelas unidades e desenvolvidas durante 2021 estão nove ações realizadas pelo Programa de Educação Tutorial (PET).

Título da ação	PET responsável
Câncer do colo de útero: conhecer para prevenir (Especial saúde da mulher)	Odontologia
Cinema através da lente do feminismo materialista	Sociais
Manifestações orais em pacientes soropositivos para o HIV	Odontologia
Campanha sobre ações afirmativas	Faculdade de Engenharia Mecânica
Ciclo de Debate sobre o documentário “A vida e morte de Marsha P. Jonhson”	Faculdade de Engenharia Química
Conversa aberta e sincera com Dandara Tonantzin sobre lutas e conquistas da mulher; batalhas contra preconceitos, entre outros temas	Faculdade de Engenharia Química
Indicações com representatividade LGBTQIA+	Faculdade de Engenharia Elétrica
Palestra de Gênero sobre “A vivência das mulheres em um ambiente predominantemente masculino no meio acadêmico”	Faculdade de Engenharia Química
Prevenção e abordagem multidisciplinar no combate ao câncer de colo de útero	Odontologia

Tabela 4 | Ações do PET com o tema da Diversidade Sexual e de Gênero na UFU/2021 informadas pelas unidades de ensino

A análise das ações desenvolvidas mostra o envolvimento de cinco grupos PET, destacando-se o da Odontologia e da Engenharia Química. É interessante observar que eles envolvem cursos das áreas de Humanas, Saúde e Exatas, indicando que discentes e docentes de várias áreas do conhecimento na universidade estão preocupados(as) e interessados(as) nos debates sobre a temática. Novamente, como apontado anteriormente, algumas atividades parecem enfatizar a dimensão do gênero (especialmente a questão das mulheres) e não da Diversidade Sexual e de Gênero. Contudo, as ações realizadas apontam como os grupos do Programa de Educação Tutorial podem ser um meio interessante de trazer a temática da Diversidade Sexual e de Gênero, apesar de não estarem presentes em todas as unidades de ensino da universidade.

Considerações Finais

Para finalizar, é importante destacar que esse foi o primeiro mapeamento sobre a temática na universidade. Metodologicamente, o principal desafio encontrado referiu-se à quantidade e à qualidade das respostas recebidas. Somado ao fato de que aproximadamente 30% das unidades não atenderam à solicitação para responder ao formulário, várias unidades o fizeram de forma genérica e, por vezes, incompleta, não preenchendo dados importantes para o mapeamento.

Muitas respostas sugerem um desconhecimento da Política e seus objetivos, sendo recorrente a inserção de respostas sobre ações relativas a questões de gênero (especialmente sobre as mulheres, as quais são parte de outra Política institucional), sem considerar a dimensão da diversidade de gênero, foco fundamental da Política de Diversidade Sexual e de Gênero. Esse fato pode, inclusive, ter implicado em uma superestimação das atividades efetivamente desenvolvidas no campo dessa Política.

Da mesma forma, foi possível observar que há diferentes visões sobre Diversidade Sexual e de Gênero nas várias ações desenvolvidas pelas unidades. Apesar da relevância desse debate, essas visões não foram objeto de análise e reflexão nesse mapeamento que se restringiu a acolher as ações indicadas pelos(as) respondentes.

Além disso, a observação do modo de encaminhamento interno da solicitação (os trâmites entre secretários, coordenações e direções via SEI) parece indicar que não há uma sistemática de acompanhamento dessa Política nas unidades. Por um lado, compreendemos que isso demandou esforço das unidades para a resposta à solicitação do mapeamento, impactando nos resultados apresentados. Por outro, aponta para o lugar ainda inicial dessas questões no cotidiano institucional.

Concluimos que é necessário forte compromisso institucional para o pleno cumprimento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU que ainda não se encontra efetivamente implementada em sua amplitude de ações nas práticas de ensino, pesquisa e extensão em todas as unidades de ensino.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília, DF: RITLA, SEEDF, 2009.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641>. Acesso em: 06/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 06/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiorseres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622>. Acesso em: 06/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13207%3Aresolucao-cp-2002&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866. Acesso em: 07/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 07/09/2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007. 176 p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Conceitos de diversidade. Parte I. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v.2, n. 3, p. 4-8, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/divedu/issue/view/545>. Acesso em: 06/09/2022.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/bxYBcQWzD94mPvKZJj9c5Lt/abstract/?lang=pt>. Acesso em 06/09/2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 07-34.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Alonso. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 1-18, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Anuário 2021**. Disponível em: http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/anuario_2021.pdf. Acesso em: 30/08/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução Nº 10/2019, do Conselho Universitário. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2019-10.pdf>. Acesso em: 30/08/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução No. 01/2015, do Conselho Universitário. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2015-1.pdf>. Acesso em: 30/08/2022.

04

Capítulo

Extensão Universitária, compromisso e responsabilidade por uma educação voltada à equidade e diversidade na UFU

Hélder Eterno da Silveira

Em busca de uma introdução

A Universidade de Uberlândia (UNU) foi autorizada a funcionar pelo Decreto-lei n. 762/1969, e federalizada pela Lei n. 6.532, de 24 de maio de 1978. Como qualquer instituição da época, a UNU (e depois UFU) foi proposta em um período de

repressão oriundo do golpe de 1964 que implementou a Ditadura Militar no país.

Foi nesse período que os militares propuseram a Reforma Universitária de 1968 pela Lei 5.540 que visava modernizar e expandir as universidades brasileiras com o propósito de impulsionar a economia e o desenvolvimento do país. A referida lei já trazia como premissa a autonomia da universidade brasileira, porém, com vários artigos vetados para que o texto se ajustasse ao sistema político vigente.

A extensão universitária foi contemplada na lei em alguns artigos, mas chama a atenção sua vertente assistencialista trazida no Art. 40 ao afirmar que as instituições de ensino superior devem proporcionar aos *“corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento”*. Tal concepção assistencial da extensão seguiu por muito tempo e visava inserir os/as estudantes em ações sociais voltadas ao benefício da sociedade sem que isso representasse uma oportunidade formativa a partir da troca de saberes que pudessem auxiliar o desenvolvimento dos futuros profissionais.

A Reforma Universitária tentou condicionar a universidade para uma prática formativa que entendia os conhecimentos eleitos pela ciência formal como principais para o desenvolvimento da humanidade. Esses conhecimentos, por vezes, eram entendidos como superiores aos demais saberes presentes na sociedade, sem considerar os limites e os fatores interferentes de sua produção. Nessa direção, a universidade se apresentou como resposta aos dilemas sociais e solucionadora de seus problemas. Essa universidade, por muito tempo, não foi inclusiva, tampouco representou a população brasileira nas fileiras das turmas que formavam.

Porém, a partir de 1988, novos debates ocorreram no país, trazendo discussões sobre a diversificação

das práticas formativas e uma extensão que pudesse, sem ser assistencialista, considerar os valores e saberes populacionais para o processo de desenvolvimento estudantil. Do mesmo modo, práticas e políticas afirmativas foram propostas para levar à universidade a oportunidade de jovens cursarem o ensino superior e terem possibilidade de transformar sua história de vida a partir de condições objetivas de formação e de trabalho.

O conceito de extensão foi se construindo junto com a própria Constituição Federal e, segundo a Política de Extensão pode ser entendido como:

“

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORPROEX) compreende a extensão para além de uma

simples atividade acadêmica. Ela, por si só, é operacionalizadora da indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão e promove outra dinâmica na vida da universidade, bem como na forma com que produzimos conhecimento, pois reconhece a importância da articulação do contexto universitário com os dilemas da sociedade. Essa compreensão traz outro desafio para o ensino superior: formar além de seus espaços acadêmicos e entender que o território é local de desenvolvimento das profissões.

A extensão leva o território à universidade, pois o considera como local privilegiado da atuação das profissões. Assim, se o campo de atuação profissional é o território, de que modo promover o aperfeiçoamento profissional sem considerar esse lugar? O desafio posto é, portanto, no entendimento da extensão promover ações que, de fato, valorizem o território e as pessoas presentes nele em suas dinâmicas, culturas, modos de interação e articulação sociais. Assim, o Art. 207 da CF ao considerar o ensino superior, o faz a partir de uma base em que as dimensões, ensino, pesquisa e extensão, não se separem, tampouco se desconectem em quaisquer etapas do desenvolvimento profissional.

Deste modo, a universalização da extensão não é uma utopia ou desejo de um pequeno grupo acadêmica. Noutra medida, é o próprio cumprimento do preceito legal que dá fundamento à universidade brasileira, motivo pelo qual ensejou na inserção da extensão em todos os projetos pedagógicos, bem como na própria relação da pesquisa com a sociedade. A extensão, operacionalizadora da indissociabilidade, completa a função e a missão da universidade de formar para o desenvolvimento profissional e para o trabalho, a partir da valorização do contexto social, ambiental, político, econômico, cultural e tecnológico.

Para isso, a extensão tem se conectado às políticas públicas voltadas para áreas estratégicas de desenvolvimento do país, como: comunicação, cultura, direitos

humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. Essas áreas temáticas se desdobram em várias outras na construção de programas e projetos que possam se articular à políticas públicas como:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
- Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes;
- Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;
- Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos;
- Direitos humanos, individuais e coletivos.

A extensão, articulada com as políticas públicas, tem forte potencial de democratização do acesso ao conhecimento, além de gerar impactos que se voltam para a transformação da própria sociedade. No campo dos direitos humanos, por exemplo, a potência da extensão contribui para uma mudança da cultura que sobrepesa apenas determinados conhecimentos elitistas presentes na ciência e eleitos por grupos sociais hegemônicos. Noutra vertente, extensão é diversa, é plural, valoriza as culturas, a arte e as diferentes manifestações sociais. Essa dimensão constitucional pode

trazer formações que se voltem ao diverso no campo da universidade, expressão da própria realidade social.

Mas, afinal, o que seria uma universidade mais diversa? Como a extensão pode colaborar para rompermos com os privilégios de acesso ao conhecimento dado a algumas pessoas e negligenciadas a outras tantas? Não é uma resposta simples, tampouco que se esgota numa discussão que se pretende fazer. Mas, algumas reflexões são necessárias e serão realizadas neste texto, a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia nas ações de extensão voltadas à diversidade e pluralidade na instituição.

A diversidade se faz pela diversidade e não por palavras...

A UFU tem adotado práticas para colocá-la no circuito do debate sobre a diversidade, mas, também na busca de ações concretas que possibilitem ao diverso se manifestar. A referência à diversidade e ao diverso não é apenas um vernáculo textual para enriquecer o texto. É prática que se faz na constituição de políticas e de ações institucionais. Ou seja, é necessário se construir caminhos para a diversidade, mas que sejam construídos a partir do diálogo e da participação das pessoas que expressam essa diversidade.

A UFU, por meio de suas pró-reitorias e unidades acadêmicas, administrativas e especiais, tem buscando um profundo diálogo com quem tem autoridade e lugar de fala sobre a **diversidade** e vem construindo estratégias sustentáveis para que o diverso tenha lugar no ambiente acadêmico.

Importante ressaltar que o entendimento da “diversidade” se dá, não apenas na qualidade daquilo que é variado, mas na compreensão da cultura da diversidade, tendo em vista que os espaços devem ser organizados a partir da valorização do diverso, para além do

politicamente correto sobre o diverso. Nessa direção, a promoção da diversidade tem ocorrido por meio de ações construídas pelas pessoas que expressam o diverso na Instituição, com seus modos de ser, de viver, de agir e de se colocar.

Deste modo, a UFU tem tratado a diversidade por meio da construção de pautas políticas levadas aos conselhos superiores da Instituição que, por sua vez, vêm discutindo o lugar da cultura da diversidade na universidade. Essa discussão resultou em políticas voltadas à valorização da educação para as relações étnico-raciais, a valorização e proteção à mulher, a política de diversidade de gênero da Instituição, as cotas para pretos, pardos e indígenas, a política de vagas para imigrantes, apátridas e refugiados, dentre outras.

Cada uma dessas políticas induz ações de reconhecimento e valorização da cultura da diversidade e tem sido pauta de editais, programas, campanhas, projetos, atividades, comunicação e valorização das pessoas que vivem a Instituição. Assim, o diverso avança para além de uma discussão interessante e politicamente correta para uma práxis formativa que viabiliza a cultura da diversidade.

Por isso, pró-reitorias como a Assistência Estudantil; Extensão e Cultura estão investindo em ações que combatam a invisibilidade das pessoas em suas diferenças e práticas sociais. No âmbito da UFU, editais tem se constituído para valorizar ações de extensão, de cultura e de promoção à diversidade, em todas as suas dimensões. Reconhecemos que ainda temos muito a fazer na instituição, mas o debate e a ação estão postos à mesa e vieram para ficar.

Como ilustração, trataremos da diversidade sexual e de gênero nos projetos de extensão, sem demérito para as demais ações que expressem o diverso e o plural na Instituição, igualmente valorizados e reconhecidos por meio da indução que trazem as políticas

específicas.

A política de diversidade sexual e de gênero foi estabelecida na UFU por meio da Resolução n. 10 de 2019 do Conselho Universitário. Não obstante, a proposição não foi simples, tampouco se estabeleceu rapidamente. Um grupo formado por membros da Instituição se reuniu por três anos para debater o assunto e propor uma minuta que fosse levada ao Conselho Universitário da UFU.

Esse grupo expressava, na vivência e na experiência acadêmicas, a diversidade sexual em sua composição e foi formado por servidores(as) e discentes da Instituição. O grupo produziu um estudo sistemático e muito bem fundamentado sobre a necessidade de a Universidade possuir uma política de diversidade sexual e de gênero, haja vista que o apagamento da discussão pode resultar em situações graves de preconceito, de desvalorização e de opressão às pessoas da comunidade acadêmica e extra acadêmica. A defesa que se fez foi, justamente, que pessoas queremos formar na UFU? De que modo essa formação possibilita o acesso a todas as pessoas, independentemente da cor de pele, raça, orientação sexual, opção religiosa ou qualquer outra expressão do que é a própria pessoa?

O texto que resultou desse trabalho, estabelecido por comissão específica, levou ao Conselho Universitário um debate pouco presente naquele colegiado: a diversidade sexual e de gênero. Porém, ao cair no debate, o texto foi prontamente dialogado e aceito, resultando em sua aprovação por ampla maioria dos conselheiros e conselheiras que deliberaram por:

“

Art. 1º Estabelecer a Política de Diversidade Sexual e de Gênero que possa orientar a implementação de programas com suas atividades na Universidade e garantir o exercício pleno da cidadania e da dignidade das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT). Parágrafo único. A Política tem como foco o fim da discriminação, da intolerância e da supressão de direitos que impeçam a população LGBT de participar da vida ativa na Instituição e usufruir de todos os seus recursos.

O foco da política foi o combate à exclusão e a garantia estatutária e constitucional de as pessoas exercerem o pleno direito à cidadania e à dignidade humanas. Não se faz conhecimento, tampouco podemos promover equidade com discriminação, assim dizia o relator da matéria no Conselho Universitário: um estudante que expressa, na pele, o ser homem gay no país que mais mata a comunidade LGBTQIAPN+ do mundo, segundo o Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA).

A Universidade, conforme preconiza seu estatuto, é promotora da paz, da equidade e da igualdade de oportunidades. Para o relator do processo:

“

Os debates sobre a efetivação dos atos da administração pública se intensificaram, nos últimos anos, a partir de estudos e da publicação de números alarmantes que apontam para o Brasil como um dos países que mais matam homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros; ferindo - sobremaneira -, o direito à vida dessa população. Isso deixa evidente o quanto o Estado tem falhado na preservação da vida, na forma com que as forças de segurança atuam e na responsabilização pelas vidas perdidas ao longo de anos,

segundo relatório de Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional. Esse dado alarmante ressalta que o caráter homotransfóbico do país se dá pela retórica de valorização da dignidade humana que aceita a morte de sua população pela incompreensão do valor humano e de sua independência com relação à raça, cor, orientação sexual e identidade de gênero.

Ainda, segundo o relator:

“

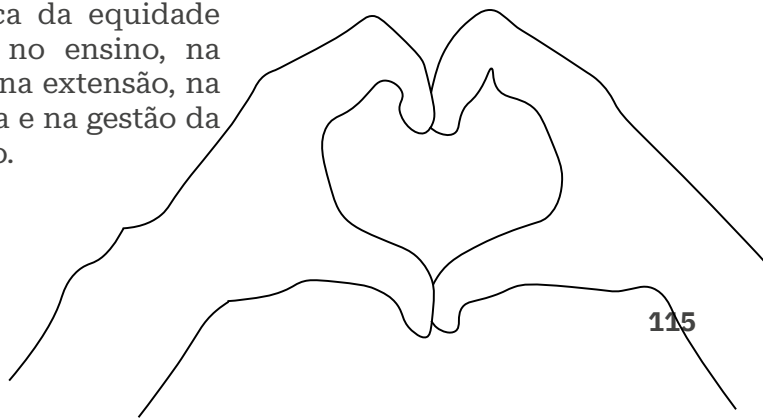
A construção desta Minuta se deu com muitas vozes e por muitas mãos. Se deu pelo grito de pessoas negligenciadas na sociedade e que devem encontrar nesta Universidade a igualdade de condições e o respeito às questões identitárias e de orientação sexual que marcam a normalidade da existência humana. A Universidade deve ser o exemplo pelo qual a sociedade deve se guiar. Exemplo de igualdade, de manutenção dos direitos humanos, de dignidade, de justiça, de fraternidade, de solidariedade e de uma sociedade mais justa e responsável com seus membros.

Assim, a instituição trouxe à baila no seu conselho máximo a minuta de resolução que teve por foco a garantia dos direitos, o convívio pacífico e a valorização da pessoa humana em todas as suas dimensões e características. A UFU se engrandeceu por meio da Resolução n. 10/2019 do Conselho Universitário e caminhou em direção à equidade e à manutenção da política de paz, preconizada em seus marcos legais.

Esse documento não é um texto livre produzido por algumas pessoas. É, antes de tudo, uma atitude corajosa de uma instituição no interior do país que forma pessoas para atuar, não apenas no mercado de trabalho, mas, também, comprometidas com a qualidade de vida das pessoas e com o desenvolvimento social e valorização multicultural. A UFU cresce, na medida

que a diversidade, presente nela, cresce.

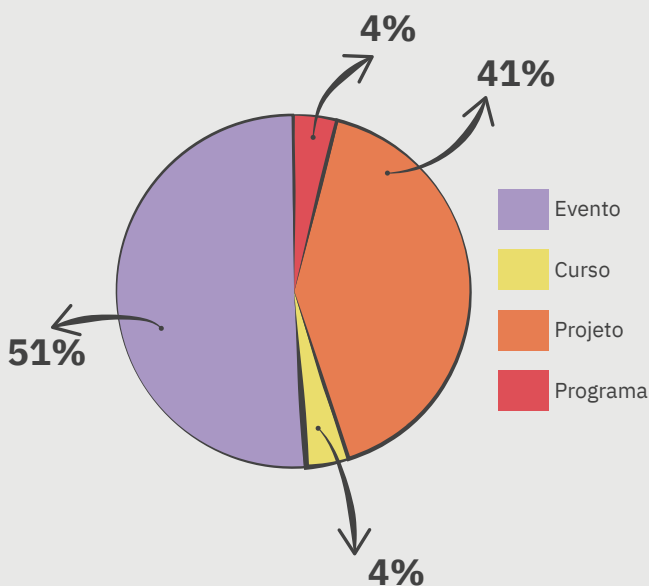
Porém, permanecem os desafios: como manter essa política para além do texto? Como fazer com que ela se efetive em práticas e ações que promovam o diálogo respeitoso entre as pessoas que constituem a Instituição? Como, de fato, sermos e valorizarmos o diverso e o plural na Universidade. O modo com que o documento encontrou de enfrentar esse debate e esses desafios foi pela constituição de uma Comissão Permanente que pudesse acompanhar a efetividade dessa política no âmbito institucional. Essa comissão, formada por pessoas de diferentes segmentos institucionais, tem agido proativamente na construção de caminhos, na orientação às pró-reitorias e unidades e na busca da equidade de ações no ensino, na pesquisa, na extensão, na assistência e na gestão da Instituição.



A experiência da extensão: indução à diversidade e valorização cultural

A extensão na UFU é responsável pela articulação da formação dos/das discentes com outros setores da sociedade. Assim, desde 2010, quando se iniciou o registro sistemático das ações de extensão, várias atividades voltadas à diversidade foram construídas, conforme se percebe no gráfico abaixo:

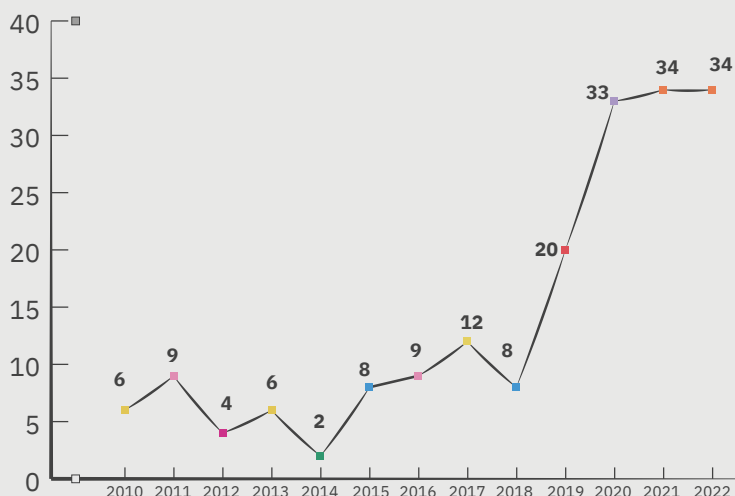
Modalidades cuja temática é a diversidade sexual e de gênero, 2010-2022



Esses dados demonstram que nossa comunidade acadêmica, muito antes de se estabelecer a Política de Diversidade Sexual e de Gênero já estava preocupada com a questão. Os programas construídos foram indutores de várias ações e se voltaram para estruturar atividades com a comunidade LGBTQUIAPN+ das cidades onde a UFU possui campus.

Pormenorizando o assunto, verificamos que houve um crescimento importante a partir de 2019, ano da aprovação da Resolução:

Ações cadastradas, por ano



Dados: Sistema de Informação e Registro da Extensão, SIEX

O efeito indutor do documento do Consun resultou no crescimento no número de ações propostas e aprovadas na Instituição, com um incremento de mais de 100% tendo referência o maior valor antes de 2019, que foi no ano de 2017 com o registro de 12 ações. Tais ações são de diversas naturezas e propostas por várias unidades da Instituição.

UNIDADE PROPONENTE	QUANTIDADE
Diretoria Clínica do Hospital de Clínicas	2
Escola Técnica de Saúde	2
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design	1
Faculdade de Ciências Contábeis	2
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal	4
Faculdade de Direito	34
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia	4
Faculdade de Engenharia Elétrica	1
Faculdade de Engenharia Mecânica	2
Faculdade de Engenharia Química	2
Faculdade de Medicina	30
Faculdade de Odontologia	26
Instituto de Artes	1
Instituto de Biologia	2
Instituto de Ciências Agrárias	4
Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal	4

Instituto de Ciências Humanas do Pontal	25
Instituto de Ciências Sociais	3
Instituto de Economia e Relações Internacionais	2
Instituto de Física	1
Instituto de Geografia	1
Instituto de História	5
Instituto de Letras e Linguística	4
Instituto de Psicologia	12
Instituto de Química	1
Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	1
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - DICULT	1
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - DIREC	11
Pró-Reitoria de Graduação	3
Total Geral	191

As unidades com maior participação e registro em ações de extensão com a temática da diversidade são a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Odontologia, a antiga Faculdade de Ciências Integradas do Pontal e o Instituto de Psicologia. Essas unidades possuem programas estruturados que parecem ser um caminho seguro da sustentabilidade das ações, bem como sua manutenção ao longo dos últimos anos. A Faculdade de Direito, por exemplo, registrou o Programa SOMOS que oferece assessoria jurídica à população LGBT e, segundo o registro:

“

“Trata-se de uma proposta de programa a ser realizada por meio do ESAJUP (Escritório de Assessoria Jurídica Popular) do curso de Direito da UFU para oferta de assessoria jurídica à população LGBT, aliado a outras ações de extensão tangentes à promoção de cursos e palestras, desenvolvimento de material para distribuição por meios físicos e digitais, intervenção por intermédio de instrumentos legais junto a instituições e órgãos públicos e privados para garantia e promoção dos direitos fundamentais de pessoas LGBT, tais como acesso à justiça, autodeterminação. Trata-se de um vínculo a ser criado entre comunidade interna e externa, em que discentes prestarão atendimento e informações à população, trazendo aprendizado a ambas as partes. Assim, cria-se um meio de formação especializada para os alunos do Direito, ao mesmo tempo que se estabelece um novo meio de extensão, conectando Academia e sociedade, para além dos muros da Universidade.”

Ações dessa natureza compõem importante escopo e demonstra a necessidade de acolhimento e atenção que a temática merece. Chama a atenção que a Faculdade de Direito seja, por meio da ESAJUP, vem sendo muito acionada para atuar na defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, tendo em vista o número de casos voltados à violência e agressões de toda ordem à essa comunidade na cidade de Uberlândia e região. Isso se dá pelos números já apresentados que colocam o país em situação vexatória com relação à violência contra essa população, frente ao mundo.

Outra ação que merece destaque é desenvolvida pela Faculdade de Medicina da UFU: o Projeto Ambulatório Saúde das Travestis e Transexuais atende mais de 150 pessoas da população trans e teve grande importância durante a pandemia da Covid-19 ao levantar a Campanha UFU Solidária para distribuir cestas básicas às mulheres trans e travestis em situação de insegurança alimentar e fome, causadas pela dificuldade em realizar seu trabalho durante a pandemia.

Ao todo foram distribuídas mais de 2.500 cestas básicas para a população trans da cidade de Uberlândia e região, movimento que contou com a parceria de várias entidades da sociedade civil e instituições organizadas.

A atividade, apesar de não ser uma ação direta de extensão, possibilitou que as pessoas acompanhadas pelo Ambulatório mantivessem contato com o projeto durante a pandemia. Isso fez com várias mulheres trans e travestis fossem assistidas durante esse período, inclusive pelo acompanhamento de sua saúde no momento necessário do distanciamento imputado pela Covid-19.

A programa estabelecido pela FAMED tem um grande alcance na cidade de Uberlândia e região. Essa ação aborda a transexualidade a partir do reconhecimento e valorização da pessoa humana que, por sua vez, precisa enfrentar uma sociedade ainda pautada no preconceito e discriminação. Para as proponentes do projeto



Figura 01: Entrega de cestas para a população trans. Arquivo pessoal

“

O Ambulatório Saúde das Travestis iniciou como um dos eixos de intervenção do Projeto Em Cima do Salto: Saúde, Educação e Cidadania, em setembro de 2007. Foi o último eixo de intervenção a ser construído devido à complexidade de se implantar um espaço de prestação de serviço em saúde que considerasse os aspectos do ensino e extensão. Funcionando no Ambulatório Amélio Marques, os primeiros desafios enfrentados relacionavam-se ao estabelecimento de estratégias para garantir o acesso das travestis ao serviço como a abertura de prontuário mesmo na ausência dos documentos necessários e fora da área de regionalização determinada pela Secretaria de Saúde do município; a sensibilização dos gestores e funcionários para o cumprimento da determinação do uso do nome social e lidar com a desconfiança das mesmas em acreditar na oferta do serviço.

O trabalho educativo e formativo oferecido aos estudantes de graduação compõem uma importante ação do projeto da FAMED com o envolvimento de discentes na busca de orientações respeitadas e qualificadas para a população trans da região. Essa oportunidade é uma das poucas iniciativas presentes em Instituições de ensino superior, sendo que o projeto, em sua configuração, foi o primeiro a ser implementado no país.

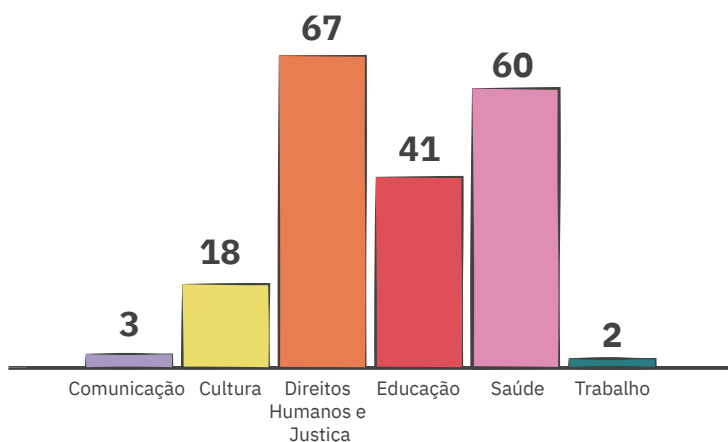
Ressalte-se que a quantidade de ações voltadas à diversidade ainda pode ser ampliada, sobretudo em áreas como as engenharias, as ciências sociais aplicadas, a educação e aos cursos de licenciatura. As Pró-Reitorias, nesse sentido, tem papel fundamental na proposição de editais específicos voltados para a diversidade o que, por sua vez, poderia ampliar significativamente as atividades de extensão e cultura.

Para cumprir essa função, no ano de 2022, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura lançou edital

especial voltado às políticas afirmativas da instituição, com vistas a selecionar novos projetos e atender demandas represadas nas unidades acadêmicas. O resultado desse edital ainda merece ser investigado, a fim de se compreender o alinhamento dos projetos selecionados com os marcos legais da UFU.

Sobre as áreas temáticas dos projetos, observamos que o campo dos direitos humanos e saúde ainda dominam a atuação das atividades, tendo em vista a necessidade de garantir de direitos e acesso à saúde, reflexo nos projetos cadastrados pelas unidades com maior protagonismo.

Área temáticas



Dados: Sistema de Informação e Registro da Extensão, SIEEX

Todavia, é importante que ações voltadas ao trabalho e à emancipação da comunidade LGBTQIAPN+ sejam intensificadas na instituição. Um movimento importante de evolução na política da UFU será, sem dúvidas, a garantia de direitos aliada à formação profissional, ao trabalho e à melhoria da qualidade de vida da população que expressa diversidade sexual e de gênero. Essa realidade envolverá unidades importantes no campo das tecnologias, das humanidades e das ciências sociais.

As ações de extensão têm muita capilaridade na região, com alcance superior à própria comunidade acadêmica. Ao longo de uma década, as atividades cuja temática voltaram-se para a diversidade sexual e de gênero alcançaram público direto de 24.833 (vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e três) pessoas, sobretudo nos projetos e nos eventos. Esse público, de algum modo, participou das atividades de extensão, trazendo suas vivências, experiências, dilemas e posicionamentos sociais. A troca estabelecida com os/as estudantes e toda comunidade acadêmica tem valor inestimável para aprimorar a formação profissional praticada na Instituição e espera-se, com isso, que nossa comunidade consiga avançar em pautas de valorização das pessoas e na garantir dos direitos individuais e coletivos.

À guisa de conclusão

A extensão universitária possibilita que as temáticas desenvolvidas nas instituições de ensino superior não se restrinjam ao espaço acadêmico e tenham como local privilegiado de ação o próprio território. Não basta a Universidade formar pelos livros e promover uma educação pautada apenas nos marcos teóricos e procedimentais de uma área de referência. É necessário ir além da “sala de aula” e constituir novos modos de desenvolvimento profissional pautados na

relação do conhecimento e de seus sentidos nos territórios.

A extensão traz a pujança de uma formação mais complexa, cuja atuação do professor e da professora deve ser a de mediador em situações e dilemas presentes no contexto social. Essa pedagogia da extensão coloca em evidência outros modos de atuação do magistério, muito calcado e enraizado na própria universidade. Nesse sentido, a extensão renova, não apenas o currículo, mas, também, as práticas pedagógicas, os modos de ação e os mecanismos de construção de conhecimentos, ao reconhecer que não existe a hierarquia de saberes, pois todos os saberes são importantes e, simplesmente, diferentes.

Das ações de extensão, há de se considerar que os direitos humanos e a justiça têm ocupado cada vez mais lugar na opção dos(das) propositores(as) das atividades de extensão, dada a abrangência dessa área temática. Ao se analisar, por exemplo, o sistema de registro e informações da extensão na UFU, verificou-se uma preocupação com as questões relacionadas à diversidade sexual, ainda que não houvesse uma indução específica da instituição.

Porém, com a criação da Política de Extensão, a Universidade ganhou em número de ações e no debate voltado à valorização da diversidade cultural e sexual. Os projetos e ações vem crescendo de modo importante para que a universidade consolide seus princípios estatutários de promover a igualdade e a equidade em todas as frentes e, aqui, discutida, nas questões da diversidade de gênero.

As atividades promovidas pela Universidade voltam-se à valorização das pessoas dentro e fora da instituição, com ações desenvolvidas nos territórios e no contexto acadêmicos. Isso vem reforçando a necessidade de debatermos as temáticas da diversidade sexual sem preconceitos e sem moralismos que possam excluir as pessoas em suas múltiplas culturas e modos de ser.

Não obstante, o trabalho da universidade é alcançar, para além de sua comunidade interna, também, os membros da comunidade externa. Este desafio, posto para a extensão, tem sido incorporado por diferentes grupos organizados na Instituição, sobretudo áreas do direito, da educação, da medicina e da psicologia. Mas é preciso avançar e alcançar outras áreas das ciências sociais aplicadas, das engenharias e da tecnologia. O debate não é de pertencimento de uma área apenas e, sim, diz da promoção da cidadania, da garantia dos direitos fundamentais à vida e à diversidade. E, nesse sentido, a diversidade compreendida como um direito humano deve ser preservada, defendida e acolhida em todos os espaços sociais, dentro e fora da UFU, cujo compromisso deve ser com os valores humanos, com o Estado Democrático de Direitos e com a vida.

Referências

FORPROEX, 2012. **Política Nacional da Extensão Universitária**. Manaus, AM, 2014. 1ª. Edição, 66 p.

UFU, PROEXC. **Sistema de Informação e Registro da Extensão**. Acesso em 01 de março de 2023. Disponível em: <http://www.siex.proex.ufu.br/>.

UFU, 2019. Resolução n. 10/2019. Estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da **Universidade Federal de Uberlândia**. Acesso em 01 de maio de 2023. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2019-10.pdf>

05

Capítulo

Histórico da política de diversidade sexual e de gênero da Universidade Federal de Uberlândia e sua Comissão Permanente de Acompanhamento: desafios e perspectivas

Klênio Antônio Sousa
Maria Isabel Silva de Moraes
Mônica de Faria e Silva
Natália Vasconcelos
Taciana Cecília Ramos

Introdução

O presente texto apresenta o histórico da elaboração e implementação da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (PDSG) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a composição da Comissão Permanente de Acompanhamento desta Política (CPDIVERSA). Inicialmente, fizemos uma breve reflexão dos motivos que levaram à constituição de tal Política. Em seguida, discutimos sobre a importância da comunicação e da divulgação dos atos da CPDIVERSA para o fortalecimento desta Política interna, bem como para uma melhor conexão com a comunidade acadêmica e com a comunidade externa à UFU.

Por que uma Política de Diversidade Sexual e de Gênero em uma Universidade?

Promover a igualdade e a equidade de gênero, combater a violência e contribuir para a superação da discriminação à população LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais) consiste em compromissos que têm se mostrado cada vez mais urgentes e relevantes no contexto da universidade pública, sobretudo em uma sociedade em que o desrespeito, a discriminação e o preconceito geram atos de crueldade nos mais diversos ambientes, como no trabalho e na família.

Ainda que alguns avanços possam ser vistos na em termos de direitos humanos da população LGBTQI+ no Brasil, a luta e a resistência continuam, uma vez que persistem a invisibilidade, o constrangimento, os estigmas, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e tantas outras fobias e formas de intolerância e exclusão social.

O Estatuto da Universidade Federal de Uberlândia, no artigo 4º, inciso VII, dispõe que, na organização e no desenvolvimento de suas atividades, defenderá e respeitará, entre outros princípios, o de orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania (BRASIL, 1999).

Ademais, consiste em outra diretriz assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Universidade (artigo 4º, inciso X), bem como defender os direitos humanos, a paz e a preservação do meio ambiente, artigo 4º, inciso XII, (BRASIL, 1999).

Desta maneira, resta evidente que a UFU empenha-se, em suas práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura, em formar estudantes humanizados, aptos a agir de forma mais cidadã e dialógica com a comunidade em que estiverem inseridos, o que perpassa pela reverência às diferentes



expressões de orientação sexual e de identidade de gênero que possam encontrar no meio social. Tal formação, indubitavelmente, passa também pela comunidade acadêmica, que é composta por manifestações variadas de diversidade sexual e de gênero¹.

Somado a isso, considerando que a UFU busca, como exposto em termos legais, condições igualitárias de acesso e permanência de discentes em seu âmbito e está pautada na defesa dos direitos humanos, é possível inferir que a diversidade sexual e de gênero não pode ser olvidada em suas políticas institucionais, o que igualmente justifica o tratamento da temática neste espaço público.

Ainda com vistas à concretização desse princípio, especificamente, lê-se, no texto do Estatuto da UFU, que esta Universidade tem por objetivos “buscar e estimular a solidariedade na construção de uma so-

.....

1 A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) realizou, no ano de 2018, a quinta edição da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, publicada no ano seguinte. Tal Pesquisa consiste no documento com “a principal e mais ampla fonte de dados sobre estudantes de graduação das universidades federais brasileiras” (ANDIFES, 2019), considerando dados do perfil social dos universitários (cor ou raça, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade de pais e mães), dados econômicos (renda, trabalho, bens e moradia), indicadores educacionais e acadêmicos anteriores e posteriores ao ingresso dos estudantes nas universidades. No tocante à diversidade sexual e de gênero, este levantamento aponta que “a proporção de estudantes identificados como homossexuais é quase três vezes a de estudantes do sexo feminino. Em contrapartida, a proporção de estudantes do sexo feminino que se declara bissexual é 2,5 vezes a proporção entre seus colegas do sexo masculino” (ANDIFES, 2019, p. 54). O próprio estudo reconhece que “as razões por trás dessas variações só podem ser deslindadas por meio de pesquisas mais focadas, que combinem, de preferência, metodologias quantitativas e qualitativas” (ANDIFES, 2019, p. 54), mas, o que se quer demonstrar com esse apontamento é que a temática da diversidade sexual e de gênero se faz muito presente na Universidade pública brasileira, sendo, inclusive, protagonizada pelas graduandas e pelos graduandos no País.

cidade democrática e justa, no mundo da vida e do trabalho” (artigo 6º, inciso VII) e “preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia”, artigo 6º, inciso VIII, (BRASIL, 1999). Depreende-se dessa leitura, portanto, o franco comprometimento da Universidade Federal de Uberlândia com a consolidação das liberdades individuais e coletivas, o que envolve o respeito e a valorização da diversidade sexual e de gênero.

Por fim, nesta exposição inaugural de normas que explicitam a relevância acadêmica e social de uma Política de Diversidade Sexual e de Gênero na Universidade, convém recordar que a UFU é uma fundação pública de Educação Superior, integrante da Administração Federal Indireta (artigo 2º do Estatuto da UFU) (BRASIL, 1999). Destarte, como órgão da Administração Pública, esta Universidade deve acatar os ditames legais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), entre outros regramentos da legislação federal ordinária.

Na CRFB/1988, já em seu artigo 1º (incisos II e III, respectivamente), foi estabelecido que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana² (BRASIL, 1988).

Além do mais, representam objetivos fundamentais desta República, conforme o texto constitucional,

.....

2 A dignidade da pessoa humana, segundo Maria Celina Bodin de Moraes, tem substrato material em quatro postulados: (i) da igualdade, formal e substancial, proibindo-se todo tratamento discriminatório; (ii) da integridade psicofísica, que configuraria um “amplíssimo direito à saúde”, e o direito à condições mínimas de vida digna; (iii) da liberdade, relacionada à autonomia privada, mas admite a ocorrência de limitações em prol do interesse social; e, (iv) da solidariedade, que preconiza a busca de uma sociedade livre e justa, sem excluídos ou marginalizados, que exerça a reciprocidade e o reconhecimento do outro (MORAES, 2010, p. 117).

construir uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (artigo 3º, inciso III) e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, inciso IV) (BRASIL, 1988).

Essas previsões preliminares da CRFB/1988, Carta Maior do Estado brasileiro, aliam-se à determinação de igualdade de todos perante a lei, em uma isonomia que também necessita ser material (efetivada no caso concreto), que está alinhada no artigo 5º, “caput”, da Constituição (BRASIL, 1988), bem como pelo cumprimento da regra contida no inciso XLI desse mesmo artigo, cujo texto prevê que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (BRASIL, 1988).

Ainda na Constituição Cidadã, artigo 5º, §3º, fica instituído que o Brasil poderá incorporar tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos como emendas constitucionais, após o devido trâmite legislativo, o que equivale dizer que o País, no decurso dos anos, pode acolher diversos documentos internacionais que versam sobre diversidade sexual e de gênero - e assim tem agido, em que pese os avanços e os retrocessos no histórico dessa adesão³.

O exposto nas linhas constitucionais, assim, confere maior respaldo à justificativa da importância de se tratar e acompanhar Políticas de Diversidade Sexual e

.....
3 Neste sentido, à título ilustrativo, tem-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, na qual se espelham os Princípios de Yogyakarta, que versam sobre a soberania dos direitos fundamentais de todo e qualquer ser humano, aplicando-os, em especial nesta abordagem, às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) (ONU, 1948).

de Gênero especificamente nas Universidades Federais, como é a UFU. Atrelado a isto, não se pode renegar os dados da realidade fática no mundo, mormente no Brasil, que reforçam a urgência de se abordar a diversidade sexual e de gênero em espaços formativos socialmente referenciados, como são as universidades públicas nacionais.

Isto porque a violência é responsável por processos de exclusão escolar, de precarização e eliminação de postos de trabalho, pela marginalização, invisibilização e desumanização dos sujeitos. De acordo com os dados do “Segurança em números”, publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2022 e reproduzidos no Relatório “Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram registrados 35,2% a mais de agressões, 7,2% a mais de homicídios e 88,4% a mais de estupros das pessoas que se identificam dessa maneira no corrente ano (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022, p. 14).

Fora as expressões físicas de violência, a população LGBT é vítima, geralmente, de diferentes tipos de agressões, tais como as de cunho psicológico/emocional, passando por abandonos e outras opressões⁴. Desse modo, diante do exposto e consoante com seu embasamento jurídico, a Universidade Federal de Uberlândia reconheceu a relevância e a necessidade de mais estudos e pesquisas, mecanismos institucionais e planos de ação e intervenção para o estabelecimento de estratégias para educação na (e para a) diversidade.

.....

4 Dados recentes coletados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), por exemplo, apontam situações como expulsão de casa, perda de vínculos familiares e abandono do círculo social mais próximo como rotineiros nas existências dessas pessoas, agravando, não raro, a vulnerabilidade dessa população (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Assim, esta Universidade estabeleceu, no ano de 2019, por meio da Resolução nº 10/2019 do Conselho Universitário (CONSUN), a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU (PDSG), cujo objetivo é orientar a implementação de programas e garantir o exercício pleno da cidadania e da dignidade das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) (artigo 1º, “caput”, desta Resolução), por meio do fortalecimento de políticas afirmativas direcionadas a essa população.

A Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDIVERSA) foi, outrossim, prevista na Resolução supracitada. Esta Comissão é composta por representantes dos segmentos docente, técnico-administrativo e discente da UFU, está alicerçada na legislação atual e tem como princípio estimular o debate e a reflexão da Política anunciada acima, além de acompanhar e propor ações junto às unidades acadêmicas e Pró-Reitorias referentes a ela. O tópico seguinte trará o detalhamento tanto da PDSG quanto da CPDIVERSA e o importante significado dessas ações institucionais.

O Nascimento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (PDSG) e da Comissão Permanente de Acompanhamento da PDSG na UFU

Em setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUN) da Universidade Federal de Uberlândia, mediante a Resolução nº 10/2019, a Política de Diversidade Sexual e de Gênero (PDSG) da UFU. A aludida Resolução prevê, como descrito alhures, a implementação de programas cujo propósito seja garantir o exercício pleno da cidadania e da dignidade das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT).

São consideradas pessoas LGBT, nos termos do artigo 2º desta normativa, “toda e qualquer expressão de orientação sexual, identidade de gênero e de sexualidade humana que esteja à margem do padrão heteronormativo e do binarismo de gênero” (UFU, 2019). Ainda de acordo com o texto da Resolução nº 10/2019 do CONSUN-UFU, a PDSG tem como foco “o fim da discriminação, da intolerância e da supressão de direitos que impeçam a população LGBT de participar da vida ativa na Instituição e usufruir de todos os seus recursos” (artigo 1º, parágrafo único, da citada Resolução) (UFU, 2019).

Em seu Capítulo III, intitulado “Do Acompanhamento Institucional”, é deliberada a composição da Comissão Permanente de Acompanhamento e suas responsabilidades. A Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDIVERSA) é composta por representantes dos diferentes segmentos da Universidade, sendo, na esteira do previsto no artigo 13, incisos I a IV da Resolução nº 10/2019 do CONSUN-UFU:

“

- I - Um representante de cada Pró-Reitoria da Universidade, indicado pela respectiva Pró-Reitoria;
- II - Dois representantes dos estudantes eleitos por seus pares, referendados pelo Conselho Universitário;
- III - Dois representantes dos técnicos administrativos eleitos por seus pares, referendados pelo Conselho Universitário;
- IV - Dois representantes dos docentes eleitos por seus pares, referendados pelo Conselho Universitário. (UFU, 2019)

Cumprindo outra determinação legal da Resolução nº 10/2019 do CONSUN-UFU (artigo 13, §1º), foi eleito um coordenador pelos integrantes da Comissão, o qual apresentou comprovada experiência de pesquisa

ou extensão na temática da Diversidade Sexual e de Gênero. O mandato de cada integrante da Comissão Permanente de Acompanhamento tem duração de 2 (dois) anos, sendo permitida sua recondução por mais um mandato (artigo 13, §2º, da Resolução em análise) (UFU, 2019). A participação na CPDIVERSA é voluntária e não remunerada.

A CPDIVERSA, ato contínuo, tem como atribuições, segundo o artigo 11 da Resolução nº 10/2019 do CONSUN-UFU, apoiar as Pró-Reitorias na implementação dos Programas que estruturam a PDSG, quais sejam, os Programas de Acolhimento e Acompanhamento, Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura, indicados no artigo 5º deste regramento do CONSUN e pormenorizados nos dispositivos seguintes (artigos 6º ao 9º); dar suporte ao desenvolvimento das atividades abrigadas pelos referidos Programas; criar critérios de qualidade desses Programas e suas atividades, bem como de eficiência das ações desenvolvidas; buscar a integração dos Programas de que trata esta Política; e ser referência para as questões LGBT na Universidade (UFU, 2019).

Por força dessas competências, em seu Plano de Atividades, previsto no artigo 12 da Resolução nº 10/2019 do CONSUN-UFU, a CPDIVERSA tem trabalhado no acompanhamento dos programas da Política junto às Pró-Reitorias, no mapeamento das ações, projetos e programas de PDSG desenvolvidos no âmbito da comunidade UFU e na divulgação da Política e das ações da Comissão. Essas tarefas, além de cumprirem com a Política, visam o direcionamento de ações sistemáticas para a promoção do debate, do respeito e da tolerância quanto às questões LGBT e sua população, preservando acesso aos direitos sociais da comunidade UFU.

Retomando sobre a composição da CPDIVERSA, consigna-se que, em dezembro de 2019, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) da UFU tornou

pública a consulta de candidatos para composição da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia.

A candidatura foi realizada por meio de um questionário *online* disponibilizado no sítio eletrônico da PROAE, solicitando nome, matrícula SIAPE ou matrícula de estudante, curso, *campus*, categoria funcional, mini currículo, currículo completo, foto, vídeo (cuja inserção foi dispensada posteriormente devido a identificação de problemas técnicos) e justificativa para participação na comissão. Todos os dados ficaram à disposição para divulgação e consulta, como também foram acrescentados aos autos do processo das eleições.

O período para candidaturas teve início em 06 de dezembro de 2019, por meio de publicação no sítio eletrônico Comunica UFU (UFU, 2019) e foi estendido até dia 18 de dezembro de 2019, como foi publicado no *site* dessa mesma Pró-Reitoria. O processo recebeu 9 (nove) candidaturas, sendo 3 (três) para representação estudantil, 3 (três) para representação de técnicos administrativos e 3 (três) para docentes, sendo que 75% dos inscritos eram do *campus* Santa Mônica e 25% do *campus* Umuarama. Para definição da numeração de cada candidato(a) considerou-se a ordem de inscrição dele(a).

Foram candidatos na categoria “Estudantes” os graduandos Max Pereira Ziller (candidatura 1), Pâmela Alves Magalhães (candidatura 2) e Luis Felipe Nunes Reis (candidatura 3). Já na categoria “Técnicos Administrativos” se inscreveram Ricardo Francisco Nogueira Vilarinho (candidatura 1), Taciana Cecília Ramos (candidatura 2) e Guilherme Augusto da Silva Gomes (candidatura 3). Para a categoria “Docentes” concorreram Emerson Fernando Rasera (candidatura 1), Fábio Figueiredo Camargo (candidatura 2) e Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (candidatura 3).

Os nomes dos candidatos e das candidatas ficaram divulgados por 10 (dez) dias e a votação para eleição dos membros foi realizada do dia 23 de dezembro de 2019 ao dia 17 de janeiro de 2020. Todo o processo foi disponibilizado no sítio eletrônico da PROAE (UFU, 2019) e a comunidade acadêmica foi informada que cada segmento deveria votar em um de seus pares, sob pena de invalidação dos votos. A eleição teve ampla divulgação nos canais institucionais da Universidade.

Os questionários virtuais foram disponibilizados via sistemas gratuitos existentes e disponíveis na rede mundial de computadores (Internet), em decorrência da alta demanda concentrada no Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) da UFU, bem como em virtude dos limites orçamentário/financeiro e de pessoal deste Centro.

As candidaturas foram divulgadas, sendo solicitados os seguintes dados dos eleitores: nome (não obrigatório), SIAPE ou matrícula (obrigatório), curso (obrigatório) justificativa do voto (opcional) e indicação de ações e atividades para o trabalho da comissão permanente (opcional). Foram computados e validados 195 votos na categoria discente; 156 votos na categoria técnicos administrativos e 95 votos na categoria docente. Todo o processo foi auditado por pelo menos 3 (três) membros da equipe PROAE e pelo menos um convidado/uma convidada externo/externa a esta Pró-Reitoria.

A PROAE verificou a duplicidade de votos, as matrículas dos discentes foram encaminhadas para validação de vínculo institucional na PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação) e as matrículas SIAPE foram direcionadas para validação dos servidores ativos na PROGEP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas).

Dando continuidade à tramitação e diante da aprovação, pelo Conselho Universitário, da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, em 2020 foi homologada a Portaria

REITO Nº 1175, de 29 de dezembro, que constituiu a Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU, que podia dar início aos trabalhos.

A comissão contou como membros titulares os/as seguintes servidores/servidoras e estudantes: Taciana Cecília Ramos (representante PROEXC), Maria Tereza Divalda Carneiro Matos (representante Progep), Renata Aparecida Soares (representante PROPLAD), Isabella Mendonça Nogueira (representante PROPP), Mônica de Faria e Silva (representante PROGRAD), Klênio Antônio Sousa (representante PROAE), Max Pereira Ziller e Pâmela Alves Magalhães (representantes discentes), Guilherme Augusto da Silva Gomes e Ricardo Francisco Nogueira Vilarinho (representantes técnico-administrativos), Fábio Figueiredo Camargo e Emerson Fernando Rasera (representantes docentes). E como suplentes: Luciana Maria Pires Carrijo (representante PROGEP), Luis Felipe Nunes Reis (representante discente), Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (representante docente) e Natália Vasconcelos (representante PROAE). Foi nomeado coordenador *pro tempore* desta comissão Klênio Antônio Sousa (coordenador da Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional - PROAE).

Em 2021, em virtude da necessidade de atualização dos membros da comissão, foi publicada a Portaria de Pessoal UFU nº 2080, de 31 de maio de 2021, que culminou na revogação da normativa anterior. Sua composição passa a ser então: Kássio Alexandre Paiva Rosa (representante PROEXC), Vera Lúcia Schulz (representante PROGEP), Renata Aparecida Soares (representante PROPLAD), Rita de Cássia Lima (representante PROPP), Mônica de Faria e Silva (representante PROGRAD), Klênio Antônio Sousa (representante PROAE), Max Pereira Ziller e Pâmela Alves Magalhães (representantes discentes), Ricardo Francisco Nogueira Vilarinho e Taciana Cecília Ra-

mos (representantes técnico-administrativos), Fábio Figueiredo Camargo e Emerson Fernando Rasera (representantes docentes), como membros titulares e Eliane Pereira (representante PROGEP), Yêda Marina Gomes da Rocha Carvalho (representante PROPP), Maria Cecília de Lima (representante PROEXC), Maria Isabel Silva (representante PROGRAD), Luis Felipe Nunes Reis (representante discente), Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (representante docente) e Natália Vasconcelos (representante da Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional - PROAE), como membros suplentes.

Em 18/06/2021, tendo reunidos os membros definidos em portaria e quorum adequado e para dar continuidade aos trabalhos da comissão, foram eleitos o coordenador, Emerson Fernando Rasera e seu substituto legal, Fábio Figueiredo Camargo.

A atual Portaria, homologada em 11 de julho de 2022, conta como membros titulares da CPDIVERSA: Emerson Fernando Rasera e Fábio Figueiredo Camargo (representantes docentes), Lourdes Maria Campos Corrêa e Taciana Cecília Ramos (representantes técnico-administrativos), Max Pereira Ziller e Lucas Guzzo dos Santos (representantes discentes), Kássio Alexandre Paiva Rosa (representante PROEXC), Maria Cecília de Souza Nogueira (representante PROGEP), Renata Aparecida Soares (representante PROPLAD), Helton Luiz de Oliveira (representante PROPP), Mônica de Faria e Silva (representante PROGRAD) e Klênio Antônio Sousa (representante PROAE).

Foram designados como componentes suplentes desta Comissão os/as seguintes servidores/servidoras e estudantes: Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (representante docente), Vera Lúcia Schulz (representante PROGEP), Maria Cecília de Lima (representante PROEXC), Taisa Carrijo de Oliveira Camargos (representante PROPP), Alda Regina Silva Oliveira (representante PROGRAD), Natália Vasconcelos (representante PROAE).

tante da Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional - PROAE), João Pedro Vaz da Trindade Andrade, Jéssica de Pádua Póvoa e Júlia Alves Andrade (representantes discentes).

Para a Coordenação desta Comissão foi designado o servidor Emerson Fernando Rasera e como suplente, Fábio Figueiredo Camargo, conforme Portaria de Pessoal UFU nº 2611, de 01 de julho de 2021 (UFU, 2021). Nesse contexto, insta salientar uma regra prenunciada neste tópico de que os mandatos dos representantes da CPDIVERSA são temporários, o que enseja a realização de eleições periódicas para a ocupação desses cargos.

Isto implica afirmar que se torna mais relevante sensibilizar a comunidade universitária sobre a temática de diversidade sexual e de gênero, com o intuito de construir coletivamente uma cultura de respeito e valorização da diversidade na UFU, não somente para coibir violações contra os direitos de LGBTQIA+, mas para que outras pessoas se interessem e se candidatem para participar desta Comissão. Nisto repousa a necessidade de maior conhecimento da PDSG, favorecida pela ampla divulgação e pela comunicação de suas ações, como detalhado a seguir.

A Importância da Comunicação da PDSG no Ambiente Universitário

Uma Universidade, como o próprio nome acentua, é composta por uma variedade de cursos, que contemplam um universo de pessoas diferentes entre si, o que é também uma característica do nosso país, onde a diversidade está presente em várias instâncias. E onde podemos encontrar grupos de pessoas, encontramos também a diversidade de gênero, sexual, de ideias, de princípios, de religião, entre tantas outras. Esta confluência de pluralidades traz à Universidade, em nível institucional, a necessidade de se constituir

como um lugar seguro.

Viver o plural, o diverso, tem seu sentido e marca a vida de pessoas que vivem esta experiência, na prática. Quem está fora de certos grupos minoritários, ou seja, a maioria das pessoas que compõem a Universidade (entre técnicos administrativos, docentes e discentes), pode não ter a exata dimensão do que determinadas experiências significam para tais grupos, como por exemplo, a da discriminação, a do preconceito, a da marginalização e, principalmente, a da desinformação ou da falta de informação.

Manter uma Política de Diversidade Sexual e de Gênero, portanto, implica para a Universidade, como instituição de educação e formação, a comunicação das ações que estão sob o guarda-chuva desta política. Informação, divulgação e ampliação da sua aplicação são ferramentas de que a Universidade pode dispor para reforçar a sua existência, bem como de seus desdobramentos.

Na Universidade Federal de Uberlândia, há uma comunicação direta entre a Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDIVERSA) e a Diretoria de Comunicação (DIRCO), órgão institucional da UFU responsável pela comunicação oficial e pela assessoria de imprensa. Este é um trabalho de fluxo contínuo, para que tanto a comunidade acadêmica como a sociedade, possam ter informações precisas e contemporâneas sobre a execução da PDSG da UFU.

Esta atividade, inclusive, decorre da imposição legal, ditada no artigo 4º da Resolução nº 10/2019 do CONSUN-UFU, de que as atividades desenvolvidas no âmbito de programas institucionais de que trata esta Política tem por objetivos, entre outros, “construir campanhas e publicações institucionais sobre a diversidade sexual e identidade de gênero para conscientização da comunidade interna e externa” (artigo 4º, inciso V) e “levantar, produzir e difundir dados so-

bre violações de Direitos aos LGBT na Universidade e sua região de alcance (artigo 4º, inciso XII)” (UFU, 2019).

Tais desideratos se relacionam com as atribuições da CPDIVERSA, como detalhado anteriormente, porque é função da Comissão acompanhar o cumprimento da PDSG e isto atravessa, igualmente, o monitoramento das atividades dos Programas de Acolhimento e Acompanhamento, Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura que subsidiam a Política ora abordada. Comunicar as produções e os dados gerais sobre diversidade sexual e de gênero dos referidos Programas, portanto, integra o rol de atribuições da CPDIVERSA descritos na Resolução nº 10/2019 do CONSUN-UFU.

Diante deste entendimento, foi constituída uma frente de trabalho na CPDIVERSA com o título “DIVULGAÇÃO CPDIVERSA E PDSG JUNTO À DIRCO”, que traçou um fluxo de trabalho de divulgação junto a Diretoria de Comunicação. As primeiras proposições feitas foram a apresentação do que é a Política de Diversidade Sexual e de Gênero (PDSG) da UFU, o monitoramento dos dados, a possibilidade de criação de um carrossel explicativo de divulgação na rede social Instagram, as atribuições da Comissão e posterior divulgação também no espaço da Rádio Universitária (UFU, 2021).

Em 28 de setembro de 2021, os membros da CPDIVERSA se reuniram e definiram o texto para divulgação da Comissão junto à DIRCO. por meio do sítio eletrônico da UFU, o que foi realizado em 19 de novembro de 2021 (UFU, 2021). Em observância ao disposto no Relatório Anual de Atividades da CPDIVERSA- UFU do ano de 2021:



Constituem outros encaminhamentos futuros de divulgação da CPDIVERSA nos meios institucionais da UFU: Publicidade radiofônica da CPDIVERSA (o que é a Comissão, quais são suas atribuições etc.) na Rádio Universitária de forma rotativa (sem previsão de sair da programação); realização de entrevista com o Presidente da CPDIVERSA na TV Universitária – forma de demonstrar, por exemplo, que a Comissão é permanente e há eleição periodicamente para novos representantes; publicação de notícias relacionadas à atuação da CPDIVERSA por etapas, à medida que forem acontecendo as ações; quando houver o resultado do levantamento de dados das ações que ocorrem na UFU pelas diferentes Pró-Reitorias, apresentar o levantamento de ações relacionadas à pesquisa no Comunica Ciência UFU (espaço de divulgação científica da Universidade). (UFU, 2021)

Apresentado esse prognóstico, pode-se afirmar que a história se apoia em registros e os registros se apoiam nos fatos. Escrever a história da Política de Diversidade Sexual e de Gênero significa deixar registrados os fatos históricos que marcam a trajetória desta Universidade na trilha da democracia, da busca pela convivência cidadã e respeitosa de sua comunidade.

Vivemos em um país em que o apagamento de fatos, o epistemicídio, a propagação de notícias falsas e tantas outras questões, nos privam do acesso à verdade e, conseqüentemente, da construção de conhecimentos necessários para a busca de uma sociedade democrática. Fortalecer, portanto, a comunicação institucional da PDSG representa fortalecer, concomitantemente, a disseminação de informações e de conhecimentos que possam contribuir para a minimização das desigualdades e das exclusões nesse campo.

Considerações Finais

Registrar o percurso de uma Política de tão grande envergadura para a Universidade Federal de Uberlândia, a 10 mãos, constitui-se num marco histórico e de tamanho orgulho para aqueles que viram tudo nascer e com o desejo genuíno de que se tornasse realidade. Ainda há caminhos a se trilhar, mas fica a certeza de que a semente foi lançada.

O trajeto desde a composição da comissão de elaboração da política, de sua aprovação, publicação e publicização marca a história desta Universidade. Muito honra aos autores deste texto estarem presentes em alguns desses momentos, dessas etapas. A história começa a ser construída e registrada quando se propõe uma obra como essa da qual esse texto faz parte.

A Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU, acreditamos, ainda muito se fortalecerá, se consolidará na busca por uma universidade pública laica, gratuita, de qualidade e da diversidade. Este texto nasce no momento em que muitas políticas públicas estão sendo solapadas, em que a luta pela diversidade precisa se renovar, ganhar fôlego, porque a guerra não está vencida – as batalhas são diárias.

Mas o começo está consolidado, o início da caminhada já se fez. Aos que estão, aos que virão depois, aos que vieram antes, fica o reconhecimento de sua contribuição à história, à luta, à busca pela dignidade humana em um ambiente universitário. O caminho continua a se fazer no caminhar cotidiano, no evoluir das ideias, no consolidar da garantia dos direitos. Este foi o exercício a que nos propusemos, ao aceitarmos tecer essa escrita.

Referências

ANACLETO, A. A. A.; GALLICIANO, V.; TEIXEIRA FILHO, F. S. **Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual** ISSN 2236-1995. Relações de gênero, sexualidades e diversidades, um diálogo no espaço universitário. Maringá, 2013. Disponível em: http://www.sies.uem.br/anais/pdf/genero_e_identidade_de_genero/5-01.pdf. Acesso: 12 set. 2022.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Publicado em: 27 mai. 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 18 set. 2022.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, 2019, 318 p. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGBTQfóbicas no Brasil**: dados da violência/ elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 79 p. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH_violencia_2018.pdf. Acesso: 14 set. 2022.

BRASIL. Universidade Federal de Uberlândia. Estatuto e Regimento Geral. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <https://ufu.br/legislacoes/estatuto-e-regimento-geral>. Acesso em: 19 set. 2022.

CANABARRO, R. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional** (2013) – ISSN 2318-6208. História e direitos sexuais no Brasil: O movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. Disponível em: <http://labds.eci.ufmg.br/handle/123456789/107>. Acesso: 19 set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+ : relatório da pesquisa / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. – Brasília: CNJ, 2022. 208 p: il. color. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contralgbtqia.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

MORAES, Maria Celina Bodin de. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. *In: Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

MIRANDA, D. **A cidade dos invisíveis**: a Transfobia como um Instrumento de Segregação Social e Urbana. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 331347, 2018. ISSN 2177-2886. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12854/pdf_18. Acesso: 19 set. 2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

PROAE. **Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU**. 23 dez. 2019. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/acontece/2019/12/comissao-permanente-de-acompanhamento-da-politica-de-diversidade-sexual-e-de-genero>. Acesso em: 20 set. 2020.

PROAE. **Processo de candidaturas que irão compor a comissão de acompanhamento sofre mudança**. 12 dez. 2019. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/acontece/2019/12/processo-de-candidaturas-que-irao-compor-comissao-de-acompanhamento-sofre-mudanca>. Acesso em: 20 set. 2022.

PROAE. **Votação para a Comissão permanente de acompanhamento termina nessa sexta feira**. 15 jan. 2020. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/acontece/2020/01/votacao-para-comissao-permanente-de-acompanhamento-termina-nessa-sexta-feira>. Acesso em: 20 set. 2022.

UFU. Conselho Universitário (CONSUN). **RESOLUÇÃO Nº 10/2019, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2019-10.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

UFU. **CPDIVERSA realiza mapeamento das ações, projetos e programas de diversidade sexual e de gênero da UFU.** 19 nov. 2021. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2021/11/cpdiversa-realiza-mapeamento-das-acoes-projetos-e-programas-de-diversidade-sexual-e>. Acesso em: 20 set. 2022.

UFU. **Proae divulga abertura de vagas para comissão de política de diversidade sexual e de gênero.** 11 dez. 2019. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2019/12/proae-divulga-abertura-de-vagas-para-comissao-de-politica-de-diversidade-sexual-e-de>. Acesso em: 20 set. 2022.

UFU. **UFU elege membros de sua comissão de política de diversidade sexual e de gênero.** 20 jan. 2020. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2020/01/ufu-elege-membros-de-sua-comissao-de-politica-de-diversidade-sexual-e-de-genero>. Acesso em: 20 set. 2022.

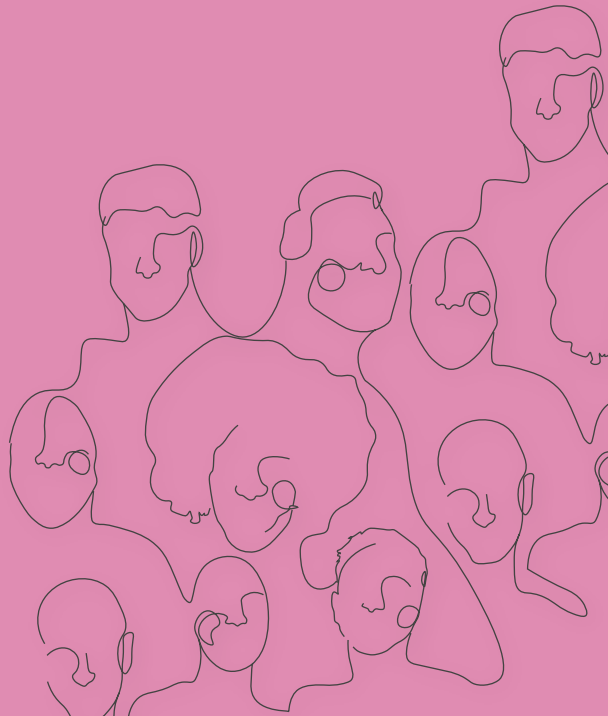
UFU. **Relatório anual de atividades da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU (CPDIVERSA) – Ano 2021.** Disponível em: https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/relatorio_anual_cpdiversa_2021.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

VAIDERGORN, J. **Cidadania e direitos humanos na formação universitária.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 253-256, mai.-ago. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ykKJvVt94S5xk3QJqbrC6Rw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

02

Parte

Projetos e Processos



06

Capítulo

Entre avanços e retrocessos: educar e existir em tempos difíceis

Alinne Grazielle Neves Costa

Introdução

“

O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante. Acho que isso ajuda a entender de onde brota a violência de um xingamento, de uma

injúria. Quando alguém xingar outro de algo, por exemplo, quando chama essa pessoa de “sapatão” ou “bicha”, não está apenas dando um “nome” para esse outro, está julgando essa pessoa e a classificando como objeto de nojo. A injúria classifica alguém como “poluidora”, como alguém de quem você quer distância por temer ser contaminado. (MISKOLCI, 2015, p.43)

A citação acima de Miskolci, nos convida a uma reflexão inicial de como as lésbicas, os gays, os bissexuais, os travestis e os transgêneros, ou seja, sujeitos que compõe a comunidade conhecida pela sigla LGBT+¹ são tratados em nossa sociedade e também, dentro das escolas brasileiras, ou seja, como sujeitos subalternos/as e invisibilizados/as e por isso, estereotipados como seres abjetos que existem e resistem dentro e fora do ambiente escolar.

Esses corpos que são vidas e sobretudo, sujeitos de direitos permanecem ainda na atualidade fora e as margens do processo de escolarização. Temáticas sobre o respeito a diversidade sexual estão fora dos currículos oficiais que regem a educação brasileira, a exemplo a Base Nacional Comum Curricular também conhecida como BNCC homologada no ano de 2017 e que ao longo de suas 587 páginas não apresenta nenhuma menção a expressão “diversidade sexual” e tão pouco cita a comunidade LGBT+.

Desta forma, a proposta desse texto é apresentar um breve panorama do avanço na conquista dos direitos LGBT+ e como pouco a pouco temos experienciado o retrocesso dessas conquistas, principalmente, no ambiente escolar e para exemplificar essa situação será apresentado o meu relato de experiência, enquanto professora e lésbica.

.....
 1 Nesse texto faço a escolha de usar apenas a sigla LGBT+ em detrimento a LGBTQIAP+.

Entre Avanços e Retrocessos

A fim de, elucidar a relevância desse texto, faz-se necessário resgatar alguns contextos históricos para reflexão de que vivemos momentos difíceis e de total silenciamento aos docentes e, principalmente, aos corpos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. A princípio, verifica-se que a conquista por visibilidade e direitos da população LGBTQ+ em nossa sociedade é recente e coaduna com as lutas históricas por direitos humanos que ocorreram durante a Ditadura Militar no Brasil. Este período entre os anos de 1964 a 1985 foi um marco da História das violações dos direitos humanos em nossa sociedade, pois a contestação à injustiça, à ausência de democracia e à utilização da violência física e psicológica como ferramenta de política foram motivadores para a reflexão e luta em prol do respeito aos direitos humanos, até então fortemente violados, tais como: direito à vida, direito à sindicalização, à carteira de trabalho, à assistência social, ao voto, à liberdade de expressão, direito à educação, entre outros.

Porém, foi o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se tornou um grande marco histórico para comunidade LGBTQ+, pois pela primeira vez a população brasileira foi consultada sobre as relações homoafetivas e identificou-se 60 mil homossexuais que declararam viver uma união estável residindo em uma mesma casa com o/a seu/sua cônjuge. O que reforçou a luta da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais por conquistar direitos garantidos a qualquer cidadão e cidadã que viva a heteronormatividade, como, por exemplo, o direito ao casamento civil que por meio da Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013 do Conselho Nacional da Justiça dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas

de mesmo sexo. Essa Resolução passa a entender que as relações homoafetivas são válidas, como qualquer outra união civil e devem ser protegidas legalmente.

Na esteira dessas conquistas e reconhecimento da existência da comunidade LGBT+, no ano de 2011, o Governo Federal, através da Secretaria de Direitos Humanos, lançou um relatório sobre a violência homofóbica no Brasil (Relatório sobre violência homofóbica no Brasil, 2011) revelando um quadro de violações cotidianas dos mais variados tipos e que merecem ser tratadas desde cedo no espaço escolar. Segundo denúncias ao Poder Público Federal, por meio de ligações, ofícios ou e-mails esse relatório constatou, que

“

De janeiro a dezembro de 2011, foram denunciadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Tais números trazem algumas revelações importantes: a primeira diz respeito ao padrão de sobreposição de violências cometidas contra essa população. Os dados revelam uma média de 3,97 violações sofridas por cada uma das vítimas, o que parece indicar como a homofobia se faz presente no desejo de destruição (física, moral ou psicológica) não apenas da pessoa específicas das vítimas, mas também do que elas representam, ou seja, da existência de pessoas LGBT em geral. (BRASIL, Relatório sobre violência homofóbica no Brasil, 2011, p.25)

Esses dados apresentados foram potencializados pela pandemia de covid-19, pois muitas das violências sofridas pela comunidade LGBT+ ocorrem em seu núcleo familiar o que deixou essas pessoas durante o confinamento cada vez mais expostas a experiências e vivências traumáticas por aqueles e aqueles que dizem amá-los. Ademais ao procurar o serviço de saúde essas vidas sofrem mais cicatrizes em seus corpos sendo atravessados por experiências de mais violações a

sua dignidade humana. O sofrimento da comunidade LGBT+ não tem fim, seja em casa, nos hospitais, no trabalho, na rua e se estende ao ambiente escolar e por isso, ainda se constitui como um grande desafio a se enfrentado para garantir, primeiramente, o direito à existência desses corpos e à cidadania plena desses sujeitos dentro e fora do ambiente escolar.

Ao entrarmos em uma escola conseguimos presenciar nitidamente em seu interior atitudes como a divisão por sexo nas aulas de Educação Física, as filas de meninos e de meninas na Educação Infantil; as distinções sexistas de vestuário que afirmam, por exemplo que meninos não usam rosa, brincos, colares, esmaltes e, também separando brincadeiras específicas para cada gênero, a forma dos/as professores/as tratarem alunos homens ou mulheres, com rispidez ou com delicadeza; tratar a violência, verbal e até mesmo física, entre meninos como algo normal, “coisa de homens” e a preocupação constante com a manifestação da sensualidade das meninas a ponto de controlar seu vestuário, podem levar à manifestações preconceituosas e/ou geradoras de violência. Entretanto, implementar nas escolas públicas e privadas uma educação que compreenda e respeite a sexualidade, a identidade de gênero e a orientação sexual, requer “a criação de condições para que as pessoas que não se enquadram nos marcos normativos de gênero e sexualidade possam viver livres de violências e injúrias” (OLIVEIRA; DINIZ, 2014, p.241).

Segundo Junqueira (2010) a escola ao negligenciar uma discussão mais aprofundada sobre sexualidades, acaba por reforçar estereótipos e preconceitos, uma vez que considera e/ou entende que existe uma única forma de sexualidade. Contudo, cresce a visibilidade de jovens que não se conformam aos padrões heteronormativos e marcam sua presença no espaço escolar resistindo por meio de performances de gênero que produzem várias discriminações e conflitos. Ademais,

a falta de representatividade no espaço escolar, nos livros didáticos e no ensino, somado ao despreparo dos/as educadores/as para lidar com esses corpos, em muitos casos, leva à evasão escolar dessa juventude que mais uma vez tem seus direitos violados e neste caso, especificamente, o direito à educação. Esse cenário descrito atravessa não só a cultura escolar, mas também adentra ao ensino de História que sofre pressão de uma parcela conservadora que cresce apoiada pelo atual governo brasileiro e suas consequências são sentidas nas palavras de Seffner (2021, p.422) que afirma: “A História ensinada encontra-se sob ataque, e os estudos em gênero e sexualidade também.”

Seguindo neste percurso histórico de retrocesso, no ano de 2015, ganha força no cenário nacional o discurso problemático de “ideologia de gênero” que aparece em textos escritos pela Igreja Católica a partir da década de 1995 como crítica ao uso do termo “gênero” feito pela ONU em várias conferências pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Dessa forma, alguns grupos de católicos e de evangélicos começam a pregar segundo Furlani (2016, p.3) “o perigo de ensinar gênero e sexualidade para as crianças”. Nos dizeres da estudiosa, Jimena Furlani:

“

A Ideologia de Gênero é uma narrativa que surge no interior da Igreja Católica e o Movimento Internacional e Nacional Pró Vida e Pró Família com o objetivo de frear, interromper, e se possível, retroceder as mudanças sociais e política decorrentes, no mundo, do uso do conceito gênero, especialmente, nas políticas de educação, saúde, legislação e direitos humanos. (FURLANI, 2016, p.2)

Diante do exposto, percebe-se que pressionados pelas bancadas religiosas e com respaldo das igrejas

católicas e evangélicas, deputados de vários Estados e Municípios brasileiros retiraram dos Planos de Educação (estes planos incluem as diretrizes e metas para a educação nos próximos dez anos) referências a identidade de gênero, diversidade e orientação sexual. Esse processo também culminou em abril do ano de 2017, com a decisão do Ministério da Educação (MEC) de retirar do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trechos que diziam que os estudantes teriam de respeitar a orientação sexual dos demais e também suprimiu a palavra gênero em alguns trechos do documento.

Sob essa ótica do retrocesso e da violação de direitos a escola, o cotidiano escolar e os principais documentos que regem a Educação Básica no Brasil sinalizam que “[...]os corpos na escola não têm desejos, não se vinculam a prazeres eróticos e, na verdade, não existem como forças constitutivas de quem somos nas práticas sociais” (LOPES, 2008, p. 125) e vão na contramão do entendimento que esses espaços de educação formal são propícios para a discussão de temas que tratam do desconhecimento da sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, bifobia, homofobia, lesbofobia e transfobia . Assim, retirar dos planos que regem a educação essas temáticas é violar um princípio constitucional exposto no artigo 227, e presente, também, no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que é o direito à informação.

Educar e Existir em Tempos Difíceis

“

“Se você não é livre para ser você mesmo na questão mais importante de todas as atividades, que é a expressão do amor -, então a vida, em si mesma, perde seu sentido.”

Harvey Milk

Em consonância com a citação de Milk, primeiro político a se assumir gay nos EUA, durante muitos anos de minha existência senti-me aprisionada pelo medo de ser quem eu realmente era, uma mulher lésbica. Vivi na pele as dores de estar em um lar em que minha mãe por ser evangélica condenava a homossexualidade, e por isso, seria inadmissível que uma de suas filhas fosse tal aberração. Além de palavras ofensivas que eram proferidos dia e noite, carreguei em meu corpo as marcas da agressão física como uma tática de purgar esse pegado abominável. E a sensação desde pequena era se aqui com aqueles que amo sou tratada assim, imagina lá fora. Tal, angústia trouxe suas consequências como o adoecimento mental. Porém, ao tomar uma decisão de sair de casa e ingressar na universidade outras possibilidades foram sendo apresentadas a mim.

Formada em História e atuando desde o ano de 2004 em várias escolas, sobretudo particular, embora presenciasse na organização escolar o quão delicado era se assumir como lésbica, abordar as temáticas de sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, bifobia, homofobia, lesbofobia e transfobia, além de ser professora em espaços marcados pela presença homogênea de homens nunca tinha sido alvo de uma violência como irei relatar.

No segundo semestre de 2021, em uma escola privada de Uberlândia que chamarei de “Mordaça 1” vivenciei uma das experiências mais devastadoras de minha carreira docente. Fui convocada para uma reunião de última hora e com uma pauta secreta, pois me recordo que todas as minhas colegas os meus colegas se perguntavam o porquê de tal reunião fora do calendário escolar. A reunião que era online começa com um discurso da coordenação sobre a importância de renovar as matrículas dos alunos e das alunas para o

próximo ano e que por isso, alguns “cuidados” deveriam ser tomados e nesse exato momento a pauta da reunião é apresentada a nós professores e professoras foi pedido pela coordenação que os professores gays e as professoras lésbicas da escola “fossem menos” gays e lésbicas evitando o uso de camisetas, bermudas, tênis e quaisquer outros objetos e condutas que deixasse claro a nossa orientação sexual e identidade de gênero. Foi pedido a um professor que pintava a unha que parasse de pintá-la.

Ainda nesse sentido, foi pedido que não fizéssemos trabalhos, debates ou falássemos em nossas aulas temas relacionados a gênero e a comunidade LGBTQ+ pois além do período das matrículas, a coordenação estava sendo pressionada pelos pais que viam nessa discussão uma doutrinação ou uma “ideologia de gênero”. Chegaram ao absurdo de relatar que haviam pais que desejavam visitar a escola pois havia sido divulgado em grupos de familiares dos discentes da escola a existência de um banheiro unissex, o que era mentira, ou seja, fruto de notícias falsas espalhadas.

Diante do exposto pela coordenação era visível o constrangimento de muitos professores e professoras. Alguns docentes assumidamente gays foram pedindo a fala e externando sua indignação ao que estavam vivenciando, eu fui uma dessas pessoas. E pouco a pouco a reunião foi assumindo uma atmosfera fúnebre e estávamos em lágrimas pelas nossas vidas, pela nossa dignidade que havia sido violada com essa absurda pauta. A discussão não era sobre nossas metodologias, sobre o conteúdo ministrado, sobre notas lançadas era tão somente os corpos dos docentes LGBTQ+ e a representatividade dessas vidas e dessa discussão no ambiente escolar. No dia seguinte organizamos entre nós uma manifestação tímida, fomos todos trabalhar com camiseta preta, mas que deixava claro o descontentamento de todos os professores e professoras com essa reunião.

A partir desse episódio que me marcou profundamente e que nunca mais esquecerei, muitos outros foram se seguindo e em várias outras escolas, principalmente, no ano de 2022, por se tratar de ano eleitoral. Várias cartas enviadas via WhatsApp e e-mails sobre evitar falar de temas polêmicos como religião, política e “ideologia de gênero”. É interessante mencionar como diretores e coordenadores usam indiscriminadamente a expressão “ideologia de gênero” para censurar nós docentes, sem ao menos saber explicar o que significa tal expressão. A realidade é desafiadora, a escola é cada dia mais lugar de atitudes de discriminação, preconceito, machismo, sexismo e de LGBTfobia e trabalhar na contramão dessas violências e colocar seu emprego sobre constata ameaça de demissão.

Ainda nessa perspectiva, pensar o ambiente escolar como espaço privilegiado para a superação de atos discriminatórios e violentos, no que diz respeito a corpo, gênero e sexualidade, requer, segundo Junqueira (2009) a compreensão que não se trata apenas de defender uma minoria vitimizada ou dar-lhe apenas visibilidade, mas de reconstruir toda uma diversidade de relações sexistas, hierarquizadas, desiguais e opressoras, que atingem toda a comunidade escolar. Nesse sentido, o espaço escolar tem um papel fundamental segundo Louro (1999) para refletir e superar as práticas de distinções e desigualdades, assim como a produção de preconceitos e discriminações. Em suas palavras:

“

[...] Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; Produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentidos socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino - no corpo é feita, sempre

no contexto de uma determinada cultura, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade [...] (LOURO, 1999, p. 11-12)

E, seguindo nesse entendimento é necessário compreender a importância dos documentos e do currículo que regem a educação brasileira para a desconstrução desses estereótipos e para a desnaturalização das normatividades de corpo, gênero e sexualidade, Para Tomaz Tadeu da Silva (2001),

“

O currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz (SILVA, 2001, p.27)

Urge dar voz à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, evidenciando a sua existência, as suas lutas contra as injustiças sociais e para a superação de uma realidade excludente, de violações de direitos, de assassinatos, de suicídios, de adoecimentos mentais, entre tantas outras mazelas. Assim, uma escola compromissada com um currículo que trate da diversidade humana e o respeito às diferenças poderá fortalecer essa minoria marginalizada e invisibilizada dando-lhe empoderamento e o pleno exercício da cidadania dentro e fora do ambiente escolar.

Isso Não é o Fim

Essa discussão está longe de se encerrar, como professora compromissada com a educação em e para os direitos humanos, tento produzir em meus alunos e minhas alunas um senso crítico para a compreensão da necessidade urgente da empatia e do respeito a todas as vidas. Além disso, muitos discentes da comunidade LGBTQ+ presentes nas escolas que atuo encontram em mim uma aliada e, por isso, ouço vários relatos que me deixam triste e me fazem pensar como a escola também é um lugar poderoso de opressão.

Nas palavras de Foucault (1988) a sexualidade é um dispositivo histórico de poder, uma forma de invenção social que se constitui historicamente, e que oprime aqueles e aquelas que não aceitam a sujeição de seus corpos ou também, para quem aceita a disciplina e transforma-se em “corpo dócil”.

Assim, não só a sexualidade, como também, a identidade de gênero e a orientação sexual constituem uma dimensão da experiência social permeada por inúmeras questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um espectro do que entendemos como sendo a nossa identidade. E, o ambiente escolar, por excelência é lugar de trânsito de vários corpos e de várias identidades construídas e a serem construídas, tanto dos alunos e das alunas como também dos professores e professoras.

Finalizo reeinterando os apontamentos de Richard Miskolci:

“

Considero que seria mais promissor tirar a própria heterossexualidade de sua zona de conforto, trazer ao discurso suas normas e a hegemonia cultural centrada

nela, de forma a questionar até mesmo o que seria normal. Nessa perspectiva *queer*, a ideia seria trazer ao discurso as experiências do estigma e da humilhação social daquelas pessoas que são frequentemente xingadas, humilhadas por causa da sua não normatividade de gênero (MISKOLCI, 2016, p.17)

Essa abordagem na perspectiva *queer* seria uma possibilidade de confrontar as ações e omissões que contribuem para perpetuar uma cultura escolar e um ensino a serviço, única e exclusivamente, da heteronormatividade compulsória e que divide de forma simplista a sociedade em heterossexuais e homossexuais calando mais uma vez as pessoas LGBTQ+ dentro e fora do ambiente escolar. Precisamos que mais professores e professoras se tornem aliados nessa luta que não é contra o bem ou contra o mal ou entre liberais e conservadores, mas sim pelo direito de existir.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Direitos Humanos: documentos internacionais**. Brasília: SEDH, 2006 – a.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90. Brasília, DF; Congresso Nacional, 1990.

_____. Secretaria dos Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha.(Orgs.) – Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

_____. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/buscatas-adm?documento=2504> > Acesso em 30 de maio de 2015.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FURLANI, Jimena. **“Ideologia de Gênero”?** Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09pp, 2016. Disponível em: Acesso em: 31janeiro2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Brasília, IBGE, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. Revista Espaço do Currículo, v.2, n.2, p.208-230, 2010.

_____. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. 1ª. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LAURETIS, T. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOPES, L. P. M. **Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer**. In MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. Educação & Realidade. v. 2. n. 20, jul/dez, 1995, p. 101-132.

_____. **Gênero, sexualidade, educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

MOTT, L. **Manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos.** Salvador: GGB, 2000.

PRADO, M.A.M; MACHADO, F.V. **Preconceitos contra homossexualidades:** A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

07

Capítulo

GPECS como espaço de (re) existências: pesquisas sobre corpo, gênero e sexualidade no âmbito de um programa de Pós-Graduação em Educação

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva
Luciana Aparecida Siqueira Silva
Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira
Lourdes Maria Campos Corrêa

Introdução

A Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é algo recente em sua trajetória, tendo sido aprovada no ano de 2019, por meio da Resolução nº10/2019, do Conselho Universitário (CONSUN), cujo acompanhamento ficou delegado à Comissão Permanente

de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDiversa). Entre seus princípios, elencados no Art. 3º, indica-se “V - produção e difusão de informações no campo do ensino, pesquisa, extensão e gestão sobre as temáticas LGBT como ferramentas fundamentais para promoção de respeito e igualdade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2019).

O Mês da Diversidade é uma atividade afirmativa anual realizada no mês de maio pela Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional (DIPAE), pertencente à Pró-reitora de Assistência Estudantil (PROAE). Seu objetivo é oportunizar as discussões a respeito das temáticas LGBTQIA+ na UFU, entendendo o enfrentamento à LGBTfobia como uma atitude de legitimação da diversidade sexual e, nesse sentido, promove diversas ações que atendem aos princípios da Política de Diversidade Sexual e de Gênero.

No ano de 2022, entre as ações nos diversos *Campi* da UFU, foi promovida uma mesa redonda no Campus Araras de Monte Carmelo (MG), intitulada “Diversidade Sexual na Universidade: entre pesquisas e vivências”. Ela foi composta pelos/as docentes Elenita Piniheiro de Queiroz Silva e Fábio Figueiredo Camargo¹, e mediada pela Pedagoga Lourdes Maria Campos Corrêa. As discussões abordaram tanto a pesquisa na área de gênero e diversidade sexual, como as situações vividas no cotidiano da Universidade.

A questão da pesquisa também se encontra no Art. 4º da Política de Diversidade Sexual e de Gênero, apontando-se, entre os objetivos das atividades desenvolvidas no âmbito de programas institucionais, “X - estimular a constituição de núcleos, inter e

.....
1 Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Literaturas de Língua Portuguesa, Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários. Componente da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CP-Diversa).

multidisciplinares, com foco em pesquisas voltadas à diversidade sexual e de gênero como instância transdisciplinar” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2019).

Em seu Art. 5º, a resolução nº10/2019 apresenta quatro programas por meio dos quais deve ser organizada a Política de Diversidade Sexual e de Gênero, sendo eles: Acolhimento e Acompanhamento; Ensino; Pesquisa; Extensão e Cultura. O Art. 8º assim define os objetivos do Programa de Pesquisa:

“

I - estimular a pesquisa acadêmica na área da Diversidade Sexual e de Gênero por meio da criação de editais para desenvolvimento de projetos;

II - induzir e incentivar a criação de Núcleos de Estudos e Pesquisas na área da Diversidade Sexual e de Gênero; e

III - atuar, junto às coordenações dos programas de pós-graduação, na orientação acadêmica sobre assuntos relacionados à Diversidade Sexual e de Gênero (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2019).

Em um levantamento² simplificado, realizado no mês de setembro de 2022 por meio da plataforma do Repositório Institucional da UFU, utilizando-se como termos de busca “sexualidade e gênero”, foram encontrados 1708 trabalhos, sendo 999 aqueles dentro do assunto de Ciências Humanas. As datas de publicação revelam que esses trabalhos se iniciaram no ano de 1992 e 84% concentram-se publicados a partir da década de 2010. Utilizando-se o termo de busca LGBTQIA+ e, mais especificamente, Lésbica, Gay,

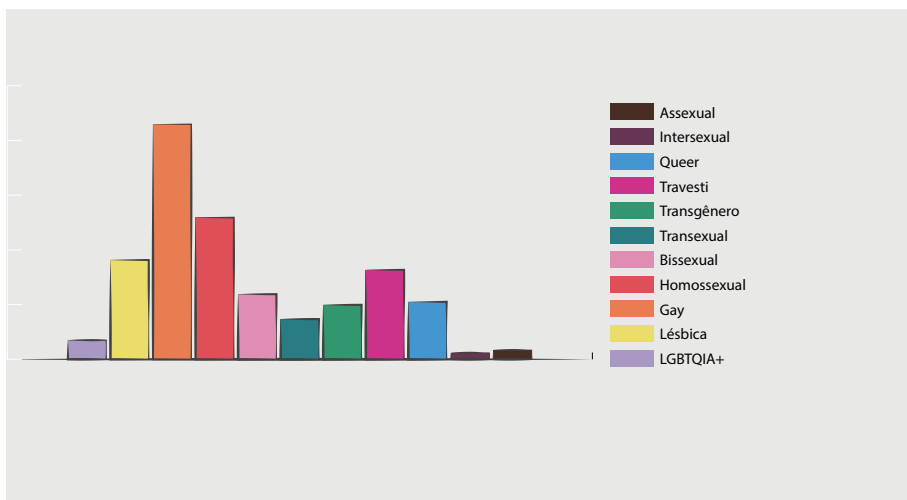
.....

2 Levantamento realizado em setembro de 2022 sem a utilização de filtros (assunto, título etc.), buscando os termos em todo o corpo dos trabalhos. Não foram averiguados os conteúdos dos textos, portanto trata-se de uma busca simplificada para uma breve verificação de dados gerais dos trabalhos acadêmicos.

Homossexual, Bissexual, Transexual, Transgênero, Travesti, Queer, Interse- xual e Assexual, obser- vamos o quantitativo de trabalhos desenvolvidos, como mostra a Figura 1 a seguir:

Figura 1 | Gráfico do número de trabalhos sobre LGBTQIA+ no repositório institucional da UFU

Fonte: Levantamento elaborado pelas autoras.



Assim, o número de trabalhos encontrados indica que tais temáticas sobre diversidade sexual e de gênero têm estado presentes nas pesquisas realizadas do âmbito da UFU. Já um breve olhar

direcionado mais especificamente aos trabalhos elencados no Repositório para o termo de busca “LGBT-QIA+” revelou que 44% deles são teses e dissertações, sendo concentrados apenas nos Programas de Pós-graduação em: Estudos Linguísticos; Educação; Geografia; Direito; História; Tecnologias, Comunicação e Educação (Mestrado Profissional); Artes Cênicas; Música; Administração. Embora esse resultado não represente todo o corpo de trabalhos da Universidade, desperta indícios de que determinadas áreas centradas principalmente nas Humanidades concentram maiores esforços no campo de pesquisa sobre a diversidade sexual.

Diante disso, tem-se a importância da pesquisa na área de diversidade sexual e de gênero na Universidade, a qual deve ser incentivada de diversas maneiras, entre elas, a criação de núcleos. Tais núcleos permitem o encontro de pesquisadores/as de diversos cursos, contribuindo para que a temática rompa fronteiras das distintas áreas do conhecimento que compõem a Universidade.

Entre os núcleos de Pesquisa da UFU, temos o Grupo Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação – GPECS, liderado pela Profa. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva. O grupo iniciou seus encontros no ano de 2012 e desde então tem produzido Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos, capítulos de livros, resumos e trabalhos completos publicados em eventos. Além disso, atende demandas em eventos, escolas de Educação Básica, cursos de graduação, entre outros, que solicitam palestras, mesas redondas, rodas de conversa e oficinas sobre a temática de corpo, gênero e sexualidade.

O GPECS está vinculado institucionalmente à Linha de Pesquisa Educação em Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e cadastrado junto

ao Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPQ)³ desde 2013. Temos assumido o grupo de pesquisa como um certo tipo de agenciamento, um espaço-tempo de criação (SILVA, 2022). Como um espaço de torções no pensamento, o grupo tem se movimentado no campo dos estudos de Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação, com intuito de pensar a educação escolar e o ensino de Ciências e Biologia, desenvolvendo pesquisas, tanto a nível de pós-graduação como de graduação, e ações de ensino e extensão.

No movimento de corpos-pensantes e corpos-pensamento o grupo vai sendo mobilizado e produzido pelos/nos acontecimentos, constituindo um espaço-tempo de criação, de campos de problematização, de multiplicidades (SILVA, 2022). Assim, ele é atravessado pelos ordenamentos burocráticos e institucionalizantes que regem a vida e a produção científica, sendo fabricado na trama das disputas institucionais e sociais e se constituindo também como um espaço-tempo de subversão e (re)existências (SILVA, 2022).

Nos últimos anos, vários países, incluindo o Brasil, têm experienciado uma ofensiva antigênero articulada por movimentos ultraliberais e neoconservadores cujas ações visam conter as políticas voltadas a ampliar e/ou garantir os direitos sociais e humanos alcançados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ (SILVA, 2022; JUNQUEIRA, 2017). No país, o movimento Escola sem Partido (EsP) reúne diferentes sujeitos e instituições sociais em torno do slogan “ideologia de gênero”, que busca “inundar a todos e a todas com moralismos, divisões naturalizadas, identidades fixas, generificações hierárquicas, silêncios interesseados, ódios destruidores, omissões desastrosas,

.....

3 Grupo liderado por Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (<http://lattes.cnpq.br/3140638814052182>), com participação efetiva de Ana Maria de Oliveira Cunha (<http://lattes.cnpq.br/8454453778087200>) no período de 2012 a 2021, ano de sua aposentadoria.

retrocessos inaceitáveis” (PARAÍSO, 2018, p. 25), tendo como alvo as instituições escolares - as salas de aula, os materiais didáticos e os/as professores/as, além de outros espaços e instituições sociais.

Esses grupos e movimentos, com sua agenda neoliberal e ultraconservadora, forjaram espaços no campo educacional⁴ tendo articulado, direta e indiretamente, a (re)formulação do Plano Nacional de Educação, dos planos estaduais e municipais de diferentes regiões brasileiras, bem como da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com intuito de suprimir as discussões de gêneros e sexualidades do espaço escolar (SILVA, 2022; BANDEIRA; VELOZO, 2019; REIS; EGGERT, 2017; TOMELOTTI; CARVALHO, 2016). Nesse campo de disputas da educação escolar e da escola, grupos de pesquisas como o GPECS, que lideramos e participamos, através da produção de pesquisas e das ações desenvolvidas, que promovem o diálogo e o debate com a sociedade, em diferentes espaços, tornam-se alvo, mas também (re)existência a esses movimentos.

Assim, no presente texto, propusemo-nos a fazer uma incursão pelas pesquisas concluídas por estudantes de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) vinculado/as ao GPECS que têm se debruçado sobre questões que envolvem algumas políticas, programas e ações educativas no Brasil em articulação com as discussões de corpos, gêneros e sexualidades. Tomaremos essas produções como ponto de partida para discutir como se implicam, (res)significam e ecoam nas ações desenvolvidas no/pelo grupo.

.....

4 O século XXI foi inaugurado com movimentos ultraconservadores no que se refere à educação para a sexualidade, sendo que “expressões como ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ aparecem e desaparecem dos documentos oficiais e das políticas públicas em educação, um verdadeiro jogo de esconde-esconde” (SEFFNER, 2017, p. 22), prevalecendo no contexto escolar um sentimento de insegurança no que se refere à abordagem de tais temáticas.

Na defesa que fazemos do grupo de pesquisa como agenciamento, entendemos que as produções e ações que desenvolvemos vão sendo atravessadas pelo que nos acontece enquanto grupo que se debruça a pensar e investigar corpos, gêneros, sexualidades e educação, bem como pelas experiências do/as sujeito/as que compõem o grupo - estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e docentes da educação básica e superior. Larrosa (2002, p. 21) propõe a experiência como “[...] o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, e afirma que isso vai produzindo alguns afetos, inscrevendo algumas marcas, e deixando alguns vestígios, alguns efeitos (LARROSA, 2002, p. 24).

A pesquisa “nos lança para fora de atos secos, opacos, desconectados da vida e das existências, e, assim, exige-nos, posicionamento ético-político” (SILVA, 2022, p. 673). Nesse processo de pesquisar, de construir uma tese ou dissertação, vamos sendo interpelados/as pelo que nos acontece, implicados/as social-político-cientificamente com o que vamos produzindo e nessa trama também vamos nos constituindo como sujeitos/as. Assim, nessa incursão pelas pesquisas concluídas (Quadro 1) ao longo dos dez anos de intensa produção acadêmica do/no grupo, emergiram interesses em objetos de pesquisa variados, sempre gravitando em torno do eixo central das discussões do GPECS.

TESES DE DOUTORADO		
PESQUISADOR/A	TÍTULO	ANO
Marisa Pinheiro Mourão	Corpo, deficiência, inclusão escolar em teses na Educação em Ciências (2008-2018)	2022
Camila Rocha Cardoso	Infância da educação em ciências na produção acadêmica de teses: a conformação do saber infantil	2022
Luciana Aparecida Siqueira Silva	Intersexualidade e corpos intersexo em livros didáticos de Biologia (PNLD 2012-2018)	2022
Adriana de Assis Damasceno	Gênero e (meio) ambiente: desdobramentos para a Educação Escolar	2021
Edneide Maria Ferreira da Silva	Aproximações e distanciamentos na Educação do Campo: dos documentos oficiais aos livros didáticos - Componente curricular Ciências	2020
Nilda Masciel Neiva Gonçalves	O corpo narrado: experiência formativa no estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPI	2019
Fátima Lúcia Dezopa Parreira	Ciência, gênero, sexualidade e religião: alianças, tensões e conflitos no Ensino de Biologia	2019
Sandro Prado Santos	Experiências de pessoas <i>trans</i> - Ensino de Biologia	2018
Lourdes Maria Campos Corrêa	Aíds nos livros didáticos de Biologia: PNLEM 2007, PNLD 2012 e 2015	2017
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO		
PESQUISADOR/A	TÍTULO	ANO
Jamílka Oliveira Tiano Santos	Livros de formação docente para Ciências e Biologia: entrelaçando corpo, gênero e sexualidade	2022
Youry Souza Marques	Corpo, gênero e sexualidade em um livro didático de Ciências da Natureza do PNLD/EJA 2014	2021
Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira	As Mulheres da Ciência: uma análise dos livros didáticos de Biologia aprovados no PNLD 2012, 2015 e 2018	2020
Natania Borges Costa	Artivismo, gênero e sexualidade - Linn da Quebrada para o Ensino de Biologia	2019
Amaury Lucatti Souza	Narrativas de mim, dos gêneros e da ciência na docência da educação infantil	2018
Lauana Araújo Silva	Mulheres negras e suas representações nas coleções de livros didáticos de Biologia aprovados pelo PNLD 2015	2018
Joviana Gonçalves Teixeira	Imagens e sexualidade: lendo blogs e páginas de Facebook de Professoxs de Ciências e Biologia	2017
Mayara Cristina de Oliveira Pires	Corpo, gêneros e sexualidades nos objetos educacionais digitais de livros didáticos de biologia PNLD/2015	2017
Jaqueline Nascimento Gonçalves	“Você acham que me corto por diversão?” adolescentes e a prática da automutilação	2016
Gabriela Almeida Diniz	Sexualidade na internet: a publicação em <i>blogs</i> de professores/as de ciências e biologia	2015
Patrícia Lemos Campos	Caderneta de saúde do(a) adolescente: uma contribuição na educação para a sexualidade?	2014
Fátima Lúcia Dezopa Parreira.	Diálogos sobre sexualidade: aproximações e distanciamentos nos discursos de licenciados/as de Ciências Biológicas bolsistas do PIBID/UFU	2014

Quadro 01 | Teses e Dissertações produzidas no âmbito do GPECS

Nesse movimento de corpos-pensamentos que vai constituindo nosso espaço-tempo de criação, nos aliamos a perspectivas críticas e pós-críticas para pensar e investigar os atravessamentos de corpos, gêneros, sexualidades e educação e vamos nos movimentando nos territórios dos Estudos Culturais, Foucaultianos, Feministas, de Gênero e da Educação para as Relações Étnico-raciais. Tais campos nos permitem pensar e deslocar a Educação e a Biologia para construções epistemológicas que consideram a historicidade e a participação política desses campos na produção de sujeitos humanos, seus corpos e suas existências.

A educação escolar e o ensino de Ciências e Biologia vão adquirindo centralidade nas investigações e experimentações do GPECS. No grupo, temos pensado, com os aportes teóricos com quem dialogamos, que a escola é espaço de produção de subjetividades. Veiga-Neto (2007, p. 70) afirma que “mais do que qualquer outra instituição, a escola encarregou-se de operar as individualizações disciplinares, engendrando novas subjetividades e, com isso, cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade moderna”. Na escola são ensinados modos de ser e estar na sociedade que atravessados por gênero, sexualidade, raça, classe, etnia, vão operando na fabricação dos sujeitos (SILVA, 2022; LOURO, 1997).

Nesse processo, os saberes do campo das Ciências Biológicas são acionados na escola, legitimados pelo discurso médico que, revestido de uma aura de neutralidade científica, produz “verdades⁵” sobre o sexo, o que estabelece fronteiras entre o normal e o patológico, entre o moral e o imoral, controlando a sexuali-

.....
 5 Lemos a noção de verdade com Foucault que afirma que a verdade é “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros.” Assim, a verdade não é algo absoluto, mas produzida em meio a relações de poder-saber.

dade por meio daquilo que Foucault (2017) denominou “pedagogização do sexo”. Tais “verdades” que são (re)produzidas nos espaços escolares, sobre corpos, gêneros e sexualidades, assentadas, principalmente em um discurso biológico-determinista, que prevê um alinhamento entre sexo, gênero, orientação sexual e desejo, assentados em uma matriz heteronormativa, ditam sobre o que é ser homem ou mulher, hetero ou homossexual, o que é normal ou patológico (LOURO, 1997; SILVA; SANTOS, 2016; SANTOS, 2018).

Por um lado, a escola é lida como uma instituição social que (re)produz corpos dóceis, submissos e altamente especializados. Partindo-se de uma padronização que demarca o que é normal e patológico, o intuito é educar crianças e adolescentes em conformidade com essas noções de normalidade. Dessa forma, opera com as diferenças para hierarquizar e posicionar sujeitos em determinados lugares sociais, um processo que é atravessado por desigualdades e violências.

Por outro lado, Louro (1997, p. 85) afirma que “a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida”. Apostando nisso, defendemos que

“

a escola e a educação escolar precisa ser antes de tudo, espaços-tempo que permitam a criação de respostas às barbáries provocadas pelas desigualdades de gênero, pelos modelos explicativos que hierarquizam, expulsam e eliminam corpos, experiências, modos de existência. Nós que pensamos e produzimos a escola temos a tarefa política de assegurar que a vida, em toda sua multiplicidade, seja forjada e vivida (SILVA, 2022, p. 676)

É a partir dessas formas de pensar a escola, a educação escolar e ensino de Ciências e Biologia que

vamos mobilizando nossas investigações) e experimentações) no grupo de pesquisa. Demarcamos que entre 2013 e 2022 foram concluídas vinte pesquisas produzidas no âmbito do GPECS, sendo oito teses e doze dissertações, que se desdobram em tantas outras e que continuam a ser produzidas mesmo em um contexto de pânico moral, no qual emergem discursos e programas governamentais que enfatizam a finalidade exclusivamente reprodutiva do sexo⁶.

Nesses tempos, o GPECS busca ser um *espaçotempo* de resistência às sanções normalizadoras de corpos, gêneros e sexualidades no contexto escolar, fazendo emergir (re)existências imbricadas na dinamicidade do território escolar. Na trama das produções do grupo, vamos sendo convocadas a operar com os conceitos e a nos movimentar nos territórios dos campos teóricos, os quais vamos acionando para pensar com/sobre os objetos que nos debruçamos a investigar. Na incursão que buscamos empreender pelas teses e dissertações, levantamos as palavras-chaves que foram utilizadas em cada um dos trabalhos (Figura 2), pois entendemos que elas possibilitam apresentar um panorama dos caminhos que fomos trilhando ao longo da existência do grupo.

A partir de diversas temáticas de pesquisa, tais como: intersexualidade (SIQUEIRA-SILVA, 2022), infância e educação em Ciências (CARDOSO, 2022),

.....

6 O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o Ministério da Saúde (MS) lançaram no dia 03 de fevereiro de 2020, a campanha intitulada “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo”. A ministra Damares Alves afirmou que “Temos excelentes técnicos no nosso Ministério, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação. Todos estarão envolvidos nesse processo. Vamos oferecer cartilhas, promover rodas de conversas com os adolescentes, vamos convidar a arte, a música, para fazerem parte”. Disponível em: < <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>>. Acesso em 13/03/2020.

Figura 2 | Nuvem de palavras elaborada a partir das palavras-chave das teses e dissertações produzidas no âmbito do GPECS

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das informações disponibilizadas pelas teses e dissertações.



corpo e deficiência (MOURÃO, 2022), livros de formação docente (SANTOS, 2022), gênero e meio-ambiente (DAMASCENO, 2021), educação do campo (SILVA, 2020), estágio supervisionado (GONÇALVES, 2019), ciência e religião (PARREIRA, 2019), pessoas trans (SANTOS, 2018), educação de jovens e adultos (MARQUES, 2021), mulheres da ciência (FERREIRA, 2020), música e ensino de Biologia (COSTA, 2019), mulheres negras (SILVA,

2018), automutilação (GONÇALVES, 2016), entre outras, o GPECS tem provocado deslocamentos e rupturas nos modos de produzir um ensino de Biologia. Apostamos em um ensino de Biologia comprometido com a garantia de direitos de todas as pessoas, contribuindo para que a escola possa ser, para além de uma instituição de sequestro (FOUCAULT, 2017), um espaço de acolhimento e respeito às multiplicidades.

O livro didático tem sido um dos objetos de estudo sobre o qual temos nos debruçado, com vinculação ao projeto de pesquisa intitulado “Saberes sobre corpo, gênero e sexualidades em manuais escolares/livros didáticos de Biologia - Brasil/Portugal”⁷ (SIQUEIRA-SILVA, 2022; MARQUES, 2021; FERREIRA, 2020; SILVA, 2020; SILVA, 2018; PIRES, 2017; CORRÊA, 2017). As referidas pesquisas integram um importante eixo do GPECS, por dedicarem-se a olhar para o livro didático em sua multiplicidade, tomando-o como uma produção cultural histórica e socialmente localizada, entrelaçada a interesses e disputas que marcam nosso tempo. Os estudos foram desenvolvidos em torno de coleções de livros didáticos de Ciências e Biologia aprovados por editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre os anos de 2007 e 2018, abrangendo diferentes níveis e modalidades de ensino, e adotando abordagens de pesquisa diversas.

As pesquisas que se debruçaram sobre o livro didático e seus entrelaçamentos com corpos, gêneros e sexualidades observaram que os referidos materiais contribuem para: a produção de saberes relacionados prioritariamente a aspectos biológicos, com a adoção de argumentos impositivos e moralizadores; o reforço de estereótipos e binarismo de gênero e sexo; a manutenção da heterossexualidade e família nuclear como

.....
 7 Projeto de pesquisa aprovado pela chamada universal 01/2016 - CNPQ/MCTI, coordenado pela Profa. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, Universidade Federal de Uberlândia/UFU - Brasil.

o padrão válido para as vivências de sexualidade; o apagamento do papel ativo das mulheres na/da produção científica; o reforço da responsabilidade feminina na(contra)concepção, gestação, parto e cuidado/educação dos corpos dos/as filhos/as; a desarticulação dos conhecimentos e saberes biológicos na definição do sujeito mulher negra na sociedade brasileira.

No âmbito do GPECS têm sido ainda desenvolvidas pesquisas que se dedicam a desvelar as questões relativas a corpos, gêneros e sexualidades no contexto escolar, tanto com foco em estudantes da Educação Básica (PARREIRA, 2019, 2014; GONÇALVES, 2016; CAMPOS, 2014), quanto em docentes em formação inicial (GONÇALVES, 2019; PARREIRA, 2014) e aqueles em exercício da docência (PARREIRA, 2019; SANTOS, 2018; SOUZA, 2018; TEIXEIRA, 2017; DINIZ, 2015). Tais pesquisas, ao promoverem incursões no território escolar e verem emergir as tentativas de controle e cerceamento das discussões que permeiam o campo de estudos, são capazes de provocar deslocamentos nos modos usuais de se pensar a atuação docente na produção das noções de corpos, gêneros e sexualidades.

A partir das indagações propostas por pesquisadoras/es, em articulação com a orientadora e demais componentes, o GPECS tem se tornado um espaço efetivo de formação do/as jovens pesquisadores/as, oportunizando a realização de pesquisas articuladas, com referenciais teóricos consistentes e análises densas, trazendo importantes contribuições ao campo. Dessa maneira, as temáticas das dissertações e teses produzidas foram abrangentes, mas sempre dentro do escopo do grupo, jamais deixando de ser consideradas as possibilidades de pensar a Biologia como espaço de (re)existência e de assunção como campo de estudo da sexualidade e do gênero fora dos ditames da heterossexualidade como padrão, da medicalização dos corpos e do modelo binário de gênero.

Os caminhos que fomos percorrendo ao longo dos dez anos do grupo nos coloca em interlocução com a escola em diversas frentes, seja pela inserção de membros do grupo nesse espaço, seja através de convites para dialogar com docentes e estudantes, bem como pelas pesquisas que aconteceram na/com a escola e seus/suas sujeito/as. Nesse espaço-tempo de encontros, criações e acontecimentos vamos sendo provocados/as, interpelados/as e convocados/as a pensar, discutir, problematizar, atuar e nos posicionar ético-politicamente frente às demandas e situações que nos são colocadas/vivenciadas. No âmbito da Universidade também somos chamados/as a pensar e dialogar sobre os atravessamentos de gênero, sexualidade e educação, em atividades de ensino, eventos, como também a compor comissões e espaços institucionais com intuito promover o debate e ações em defesa das diferenças e do direito a todas os modos possíveis de vida.

Ao tomarmos as investigações, no formato de teses e dissertações, desenvolvidas no GPECS como um fio para pensar as experimentações do grupo, entendemos que elas nos possibilitam a pensar, dialogar, operar e movimentar os sentidos dos conceitos que vamos mobilizando, como de corpos, gêneros, sexualidades, que orientam nossas atividades, posicionamentos e produções enquanto grupo de pesquisa. É na rede que estabelecemos entre os membros, com colegas de outros grupos e com os/as autores com quem dialogamos, que vamos tecendo nossos posicionamentos em defesa da vida e contrária a qualquer forma de discriminação e violência. Apostamos na coletividade e na articulação e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como modos de (re)existências.

Referências

BANDEIRA, Andreia; VELOZO, Emerson Luis. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. **Ciência & Educação**, v. 25, n. 4, p. 1019-1033, 2019.

CARDOSO, Camila Rocha. **Infância da educação em ciências na produção acadêmica de teses: a conformação do saber infantil**. 2022. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5321>

CORRÊA, Lourdes Maria Campos. **AIDS nos livros didáticos de Biologia: PNLEM 2007, PNLD 2012 e 2015**. 2017.196 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, MG, 2017.

COSTA, Natania. **Artivismo, gênero e sexualidade: Linn da Quebrada para o ensino de Biologia**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

DAMASCENO, Adriana de Assis. **Gênero e (meio) ambiente: desdobramentos para a educação escolar**. 2021. 193 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, MG, 2021.

DINIZ, Gabriela Almeida. **Sexualidade na internet**: a publicação em blogs de professores/as de ciências e biologia. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

FERREIRA, Alessandra Pavolin Pissolati. **As Mulheres da Ciência**: uma análise dos livros didáticos de Biologia aprovados no PNLD 2012, 2015 e 2018. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, MG, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Volume IV. Estratégia, poder-saber. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GONÇALVES, Jaqueline Nascimento. **“Vocês acham que me corto por diversão?”**: adolescentes e a prática da automutilação. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

GONÇALVES, Nilda Masciel Neiva. **O corpo narrado**: experiência formativa no estágio supervisionado do curso de licenciatura em ciências biológicas da UFPI. 2019. 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **“Ideologia de gênero”**: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Debates Contemporâneos: educação para a sexualidade. Rio Grande: Editora da FURG, 2017, p. 25-52.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, jan./abr. 2002. Tradução João Wanderley Geraldi, 2002, p. 20-28.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

MARQUES, Youry Souza. **Corpo, gênero e sexualidade em um livro didático de ciências da natureza do PNLN/EJA 2014**. 2021. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

MOURÃO, Marisa Pinheiro. **Corpo, deficiência, inclusão escolar em teses na Educação em Ciências (2008-2018)**. 2022. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo**: invenção política com gênero e sexualidade em tempos de slogan “ideologia de gênero”. *In*: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades. Belo Horizonte: Mazza, 2018, p. 23-52.

PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa. **Diálogos sobre sexualidade**: aproximações e distanciamentos nos discursos de licenciados/as de ciências biológicas bolsistas do PIBID/UFU. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

PARREIRA, Fátima Lucia Dezopa. **Ciência, gênero, sexualidade e religião**: alianças, tensões e conflitos no ensino de biologia. 2019. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

PIRES, Mayara Cristina de Oliveira. **Corpos, gêneros e sexualidades nos objetos educacionais digitais de livros didáticos de biologia PNLD/2015**. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, v. 38, n, 138, p. 9-26, 2017.

SANTOS, Jamilka Oliveira Tiano. **Livros de formação docente para Ciências e Biologia: entrelaçando corpo, gênero e sexualidade**. 2022 (No prelo).

SANTOS, Sandro Prado. **Experiências de pessoas trans-ensino de Biologia**. 2018. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SILVA, Edneide Maria Ferreira da. **Aproximações e distanciamentos na Educação do Campo: dos documentos oficiais aos livros didáticos - componente curricular ciências**. 2020. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; SANTOS, Sandro Prado. Práticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do GPECS: problematizando corpos, gêneros, sexualidades e educação escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 4, n. 2, 2016.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. **Encontros com o GESE: relato de uma experiência**. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; BOER, Raphael Albuquerque de (Orgs.). (Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. p. 669-690.

SILVA, Lauana Araújo. **Mulheres negras e suas representações nas coleções de livros didáticos de biologia aprovados pelo PNLD 2015**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SIQUEIRA-SILVA, Luciana Aparecida. **Intersexualidade e corpos intersexo em livros didáticos de Biologia (PNLD 2012-2018)**. 2022 (No prelo).

TEIXEIRA, Jovania Gonçalves. **Imagens e sexualidade: lendo blogs e páginas de Facebook de professores/as de ciências e biologia**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

TOLOMEOTTI, Tamires; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Um currículo degenerado: os planos de educação e questão de gênero nos documentos educacionais. **Revista Ártemis**, v. 22, n. 1, p. 73-84, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução nº 10/2019, de 30 e agosto de 2019**. Estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Conselho Universitário, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte:

08

Capítulo

Nome social ou nome civil? Algumas problematizações necessárias ao provimento 73/18 do CNJ

Pedro Ferreira
Cândice Lisboa Alves

Introdução

A transgeneridade, embora natural, é um desafio para quem se reconhece na situação, assim como para o entorno que comunga das várias privações dela decorrentes quanto a direitos fundamentais. Nesse sentido pode-se afirmar que direitos considerados óbvios ao ser humano (como

o nome, os direitos sexuais, os da personalidade de uma maneira geral) não são de livre fruição para o segmento, e assim o acesso a eles pode ser considerado uma verdadeira luta. Nesse sentido, muito se tem comentado sobre a condição de cidadania precária dos LGBTQI+, o que significa um verdadeiro calvário rumo à ideia de igualdade realmente material. Nesse artigo, de maneira específica, serão enfocados os desafios relacionados à alteração do nome civil dessas pessoas e a possível (in)evolução do direito a este respeito.

Ainda que todas as pessoas tenham o direito de serem nominadas de maneira condizente com como se sentem, não há no Ordenamento Jurídico brasileiro uma norma jurídica que possibilite a alternância do nome e do sexo em função do reconhecimento da transexualidade. Visando a mitigar a ausência normativa, especialmente diante do contrassenso com a realidade, o Poder Executivo, por meio de atos normativos, implementou, nos últimos treze anos¹, o uso do nome social.

Nome social é uma forma de permitir que as pessoas sejam tratadas da maneira como se reconhecem sem, todavia, o direito de alteração dos documentos civis de identificação. Pelo fato de ser um ato mais cotidiano que propriamente jurídico é fácil perceber que ele não estancou a marginalidade do grupo ao qual se dirigia já que as determinações eram adstritas à administração pública, desconsiderando, então, as demais instituições.

.....

1 Em 2009, ocorreu a primeira implementação do nome social, no Brasil, por meio da publicação da Portaria nº 1.820, do Ministério da Saúde, que assegurou o uso do nome social aos transgêneros no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2009a). Todavia, as regulamentações mais significativas quanto ao nome social ocorreram a partir de 2016, tendo como marco inicial o decreto de nº 8.727/2016, que dispõe sobre o “uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016).

Mesmo com a possibilidade de uso do nome social, em diversos momentos essas pessoas precisam apresentar a Carteira de Identidade ou outro documento de identificação civil onde permanece o nome civil e sexo que, quando não retificados, constroem o indivíduo ao mesmo tempo que fomenta indiretamente o preconceito, violando os direitos da personalidade dos transexuais e das travestis.

Isso posto, a decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275, no dia primeiro de março de 2018, foi a principal conquista jurídica dos transgêneros, tendo em vista que possibilitou a retificação de registro civil administrativamente, independente de laudo médico e de cirurgia de transgenitalização. Para a efetivação desta decisão no plano nacional, o Conselho Nacional de Justiça, no dia 28 de junho de 2018, publicou o Provimento 73/18 que regulamenta os atos registrares dos cartórios de registro civil sobre a situação mencionada.

Diante do contexto apresentado, este artigo se propõe a analisar a forma como o provimento 73/18 do CNJ viabiliza ou dificulta a alteração do nome civil e, conseqüentemente, se a utilização do nome social continuará sendo uma alternativa aos transgêneros. Diante disso, o texto propõe discutir sobre a retificação de registro civil à luz dos direitos da personalidade; explorará os aspectos gerais da decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 e do Provimento 73/18 do CNJ; e, por fim, realizará considerações acerca do Provimento 73/18 do CNJ e a possível continuidade do uso do nome social.

Para tanto, a pesquisa foi teórica e bibliográfica, de cunho exploratório. Quanto ao procedimento adotou-se o método hipotético indutivo. O texto tem como principais marcos teóricos Berenice Bento e Maria Berenice Dias.

Retificação de Registro Civil à Luz dos Direitos da Personalidade: o direito de pertencer a si Mesmo

A principal pergunta direcionada a uma gestante é relacionada ao sexo do seu bebê. O feto deixa de ser feto e passa ser uma menina ou um menino, sendo que essa identificação ocorre em observância do órgão sexual, o qual é o único fator determinante no momento da designação do nome e do sexo da pessoa no momento da efetuação do registro civil. (DIAS, 2016, p. 226).

Desde o nascimento, a importância do nome na individualização do ser humano é inquestionável, uma vez que intervém na construção identitária de cada pessoa. À vista disso, é fundamental que esse processo seja agradável ao portador do nome e, para isso, é necessário que a nomenclatura seja um reflexo de como o sujeito se sente sobre si mesmo e como é identificado pela sociedade. (FACHIN, 2014, p. 41).

Diante desse cenário, o transgênero é compelido a conviver com determinado prenome e sexo no registro civil que não corresponde com a sua identidade de gênero, sujeitando-o a ter sua identidade reiteradamente violada e sua condição de transgeneridade compulsoriamente revelada. É certo que não parece razoável que o transgênero seja compelido a revelar a sua identidade trans sem que isso seja um ato de vontade própria, de maneira que é no mínimo vexatório ter que expor-se a isso (DIAS, 2016, p. 227). Portanto, diante da incapacidade, no ato do registro de nascimento, de compreender a diversidade psicossomática dos seres humanos (DIAS, 2016, p. 226), é fundamental a possibilidade de o transgênero retificar o registro civil no decorrer de sua vida.

Não permitir essa mudança registral repercute na violação do direito da personalidade, tendo em vista que “o direito fundamental ao nome deve levar em conta não apenas a existência de um nome em si, mas

a sua função social na criação da identidade do ser humano” (FACHIN, 2014, p. 41). O termo “direitos da personalidade” refere-se às particularidades humanas que necessitam de proteção específica no âmbito das relações privadas (SCHREIBER, 2011, p. 13), e poder-se-ia ampliar para abarcar também as relações públicas, como as referentes aos bancos de dados públicos e oportunidades correlatas, como concursos públicos e afins.

Sobre essas particularidades, vale ressaltar que os direitos da personalidade têm uma compreensão fluida e aberta, tendo em vista a constante evolução humana, e assim um bem da personalidade que, no passado, não solicitava tutela jurídica pode, nos dias atuais, requerer e merecer respaldo e proteção. (VEIGA JUNIOR, 2016, p. 136). Nessa linha, tanto a sexualidade quanto a identidade de gênero, atualmente, devem ser consideradas manifestações das personalidades das pessoas e, então, fazem jus à tutela jurídica, de modo que não as respeitar afronta os direitos da personalidade (VEIGA JUNIOR, 2016, p. 135).

No caso dos transexuais e das travestis, o direito à identidade de gênero tem relação direta com o direito de autodeterminação, que é “o poder que todo indivíduo possui de determinar o que acredita ser melhor para sua vida, no que se refere à sua evolução enquanto pessoa, delimitando os contornos de sua personalidade” (VEIGA JUNIOR, 2016, p. 142). Negar a retificação do registro civil do transgênero é negar a sua identidade de gênero, conseqüentemente, o seu direito à autodeterminação, já que o nome possui um relevante papel na construção identitária² (FACHIN, 2014, p. 37). Mas, ressalte-se: não apenas o nome, mas a designação sexual, que é um elemento relevante na

.....

2 A construção identitária tem como ponto de partida a forma como a pessoa se reconhece e como quer ser reconhecida pelo meio social e, por isso, o nome a integra. (FACHIN, 2014, p. 37).

identificação civil no Estado de Direito tal qual o conhecemos na atualidade.

Ademais, a autodeterminação está conectada ao direito à felicidade, que também integra a personalidade dos sujeitos. Portanto, ser feliz é um direito da personalidade que deve ser garantido a todos, inclusive ao transgênero, que infeliz com sua condição, faz jus ao direito de pertencer a si mesmo por meio de cirurgias, de hormonioterapia e de retificação de registro civil (VEIGA JUNIOR, 2016, p. 147).

Os direitos de personalidade supramencionados têm um histórico de rejeição ou não reconhecimento no Brasil. O fato se deve a não existência normativa quanto a possibilidade de retificar o registro civil, o que redundou em decisões judiciais ou manifestações do Ministério Público em sentido contrário. Nesses casos, os argumentos se baseavam em grande parte à não previsão na Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) e em uma percepção jurídica ainda não voltada à inclusão e diversidade

Diante da impossibilidade ou da morosidade de retificar o registro civil, muitos transexuais e travestis puderam contar apenas com o uso do nome social³ em determinadas instituições, como no Sistema Único de Saúde e na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Nesse sentido, a possibilidade de utilizar o nome social assegurou aos transgêneros o direito de serem reconhecidos em alguns espaços, amenizando o constrangimento nestas dependências, porém para além dos muros desses lugares, a situação de exclusão permanece.

Essa conjuntura tem como consequência a chamada “cidadania precária”, que se caracteriza por conceder, muito lentamente, direitos aos indivíduos que

.....

3 Alude ao nome com o qual o transgênero prefere ser chamado cotidianamente, tendo em vista que o nome de registro não o representa.

possuem no corpo determinadas marcas. Essa expressão é utilizada por Berenice Bento (2014, p. 166) para nomear situações na qual a “votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a conta-gotas, aos pedaços. E, assim, garante-se que os excluídos sejam incluídos para continuarem a serem excluídos”. A cidadania precária pode ser considerada efeito de um reconhecimento lento e descontínuo de um grupo socialmente vulnerabilizado.

O que se percebe do contexto apresentado é que os avanços jurídicos atinentes ao nome social foram apenas medidas que garantiram a inclusão social do transgênero em locais definidos sem, todavia, impedir a sua exclusão. Afinal, do que adianta o reconhecimento do nome social ficar adstrito apenas, por exemplo, ao SUS e à Administração Pública Indireta?

Esse cenário angariou nova roupagem após a decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275, no dia primeiro de março de 2018, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu favoravelmente à retificação de nome e gênero dos transgêneros, independente de cirurgia de transgenitalização, de laudos e de decisão judicial. O próximo tópico discutirá esse avanço judicial.

Os Avanços Consagrados pela ADI 4275 e pelo Provisório 73/18 do CNJ

No dia 21 de Julho de 2009, a Procuradora Geral da República, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, requereu, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, a interpretação constitucional do art. 58 da Lei 6.015/73, de maneira que o nome social dos transexuais fosse reconhecido como apelido público notório, permitindo, assim, a retificação de nome civil e do gênero no registro civil, independente de cirurgia de transgenitalização. (BRASIL, 2009b).

Diante da demanda judicial, após quase nove anos, foi deferido o pedido ajuizado declarando-se a possibilidade de retificação administrativa de nome e sexo dos transgêneros, independente de laudos e de cirurgia de transgenitalização, com efeito vinculante e erga omnes.

No itinerário é importante destacar que o pedido foi ao encontro da Opinião Consultiva n.º OC 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos⁴, anexado ao processo por meio de memorial⁵ com representação dos *amici curis* GADvS e a ABGLT.

Nesse seguimento, a decisão da ADI 4275 superou as expectativas em prol da cidadania trans, tendo em vista que, a princípio, a Ação Direta de Inconstitucionalidade tinha como objeto apenas a retificação de nome e gênero, independente de cirurgia de transgenitalização. Após o memorial da GADvS e da ABGLT, foi inserida na discussão também a desnecessidade de laudos e de ação judicial, resultando em um julgamento histórico em termos de reconhecimento dos transgêneros, ainda que do ponto de vista apenas jurídico

Após a decisão da ADI 4275, a maioria dos cartórios

.....
4 No dia 09 de janeiro, a Corte Americana de Direitos Humanos emitiu a Opinião Consultiva nº 24/2017, cujo título é “*Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo*”. Quanto à retificação de nome e gênero, o Corte declarou ser possível independente de laudos médicos, cirurgia de transgenitalização e Ação judicial. (MPF, 2018).

5 No memorial, os *amici curis* argumentaram no seguinte sentido: “a pessoa transgênero, que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer, por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade, dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil, pela via administrativa (art. 110 da Lei 6.015/73) ou judicial, independente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade” (BRASIL, 2018a, p.10).

aguardou a regulamentação da decisão e, tendo em vista a morosidade do Conselho Nacional de Justiça e a recusa de muitos Cartórios para realizar a retificação do registro civil administrativamente, os Tribunais dos Estados de Ceará, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo publicaram, respectivamente, os seguintes provimentos: nº 09/2018/CGJCE, nº 21/2018/CGJRS, nº 17/2018/CGJGO e nº 16/2018/CGJSP. Isso significa que os Cartórios desses Estados foram compelidos a adotar o ofício da realização de tal procedimento.

No dia 28 de Junho de 2018, o CNJ, por meio do Provimento nº 73, dispôs sobre “a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais”, tornando-se obrigatória a retificação do registro civil administrativamente dos transgêneros em todo território nacional, tendo em vista que muitos cartórios apenas não realizavam a mudança do nome e gênero por não existir uma regulamentação (BRASIL, 28 de jun. 2018b). Assim, os provimentos estaduais listados anteriormente foram revogados, mantendo apenas o federal, de nº 73/2018, do CNJ.

O Provimento do CNJ condicionou a retificação do registro civil basicamente à declaração de vontade do requerente, isto é, o transgênero, no exercício da sua autonomia, diz quem é, independente de provas como, por exemplo, laudos. Diante disso, a pessoa maior de 18 anos somente precisa ir até o cartório de registro civil de pessoas naturais e fazer o requerimento, sendo necessário portar os documentos dispostos no art.

3º, §6º, do Provimento nº 73 do CNJ⁶.

Destacam-se dois pontos positivos quanto à norma contida no Provimento 73: o não impedimento a retificação em função de certidão positiva no âmbito cível, criminal, trabalhista, militar, eleitoral e de protesto (prevista no art. 3º, §9º, do Provimento 73 do CNJ); e a sigiliosidade, tutelada no art. 5º, que garante a vedação de menção à retificação do assento de nascimento do transgênero, sob pena de violação do seu direito à intimidade.

Reflexões sobre Impactos Negativos do Provimento 73/18 do CNJ

Reconhecer os avanços advindos do Provimento 73/18 do CNJ não significa considerá-lo imune a críticas ou reflexões, pois este ato administrativo possui dispositivos que aparentam óbices à retificação de registro civil administrativamente, ou, no mínimo, à sua morosidade.

Uma primeira consideração a ser feita diz respeito à idade para alteração do registro que segundo a norma apenas é possível após os 18 anos, nos termos do

.....

6 I – certidão de nascimento atualizada; II – certidão de casamento atualizada, se for o caso; III – cópia do registro geral de identidade (RG); IV – cópia da identificação civil nacional (ICN), se for o caso; V – cópia do passaporte brasileiro, se for o caso; VI – cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda; VII – cópia do título de eleitor; IX – cópia de carteira de identidade social, se for o caso; X – comprovante de endereço; XI – certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); XII – certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); XIII – certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); XIV – certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos; XV – certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos; XVI – certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos; XVII – certidão da Justiça Militar, se for o caso (BRASIL, 2018b).

art. 2º, do Provimento 73/18 do CNJ⁷.

O dispositivo está em consonância com a maioria estabelecida no Código Civil, porém desconsidera algumas possibilidades já concedidas aos transgêneros, como a hormonoterapia.

Desde 2013 é possível a hormonioterapia a partir dos 16 anos. A alteração foi possível tendo em vista uma consulta quanto ao início da terapia hormonal (BRASIL, 2013) realizada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto ao Conselho Federal de Medicina, protocolada em 24 de janeiro de 2012, a fim de obter um parecer.

A consulta sugeriu o bloqueio hormonal quando dos primeiros indícios da puberdade, com o propósito de evitar o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários e, conseqüentemente, o aparecimento das características físicas contrárias às desejadas, para que, desta forma, seja amenizado o sofrimento do transgênero. Por conseguinte, a puberdade fica estagnada. O tratamento é reversível, bastando a não utilização do bloqueio hormonal para que os caracteres sexuais de nascimento possam se desenvolver. Ademais, outra sugestão foi no sentido de que os transgêneros, a partir dos 16 anos, pudessem, gradativamente, induzir, por meio de medicamentos, a puberdade do gênero que identifica, ou seja, os meninos trans injetariam testosterona, e as meninas trans e travestis utilizariam o estradiol via oral. (BRASIL, 2013). A hormonioterapia, diferentemente do mero bloqueio hormonal, pode ser irreversível.

O Conselho Federal de Medicina acatou todos os pedidos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e, então, desde 22 de Fevereiro de 2013, o

.....

7 Art. 2º Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à identidade autopercebida (BRASIL, 2018b).

transgênero, com a autorização dos responsáveis, pode iniciar a terapia hormonal aos 16 anos e, assim, passar a adquirir as características sexuais secundárias do gênero oposto ao designado quando do nascimento. (BRASIL, 2013).

A realidade está em descompasso com a diretiva normativa do Provimento, como se percebe. A dúvida aqui levantada diz respeito a estes adolescentes transgêneros, com faixa etária entre 16 e 18 anos. Da forma como consta no artigo mencionado, eles apenas poderão pleitear a modificação registral via ação judicial, e ainda pendendo dúvidas sobre a concessão, já que estará adstrita ao entendimento do magistrado quanto ao assunto. Não obstante, mesmo que seja negado o requerimento judicialmente, no plano fático esse adolescente já estará em vias de modificação corporal, algumas inclusive de cunho irreversível⁸. Por estas razões talvez fosse mais acertado que o art. 2º do Provimento 73/18 do CNJ, estabelecesse a possibilidade de retificação administrativa do registro civil para os transgêneros a partir dos 16 anos, com a devida anuência daquele(s) que detém a guarda⁹, para coadunar-se com a postura já adotada no sistema de saúde.

Outra crítica ao Provimento 73/18 do CNJ é quanto à morosidade para usufruir do benefício concedido, isto é, de retificar o registro civil administrativamente, em virtude de três fatores que serão apresentados a seguir.

O primeiro motivo decorre da exigência de comprovação do arquivamento de processo judicial, caso

.....
8 Exemplo de característica irreversível: mesmo que o homem trans deixe de utilizar a testosterona, a voz continuará grave, em decorrência do uso do hormônio.

9 Entende-se pela anuência dos que detêm a guarda, tendo em vista que, em regra, são as pessoas que possuem maior convívio com o adolescente e, assim, compreendem suas necessidades. Dependendo da concordância, por exemplo, do pai que não se relaciona com o adolescente poderia ser um óbice.

a pessoa tenha postulado judicialmente a retificação de registro civil. Nesse sentido, preceitua o art. 4º, § 5º do Provimento 73/18 do CNJ (BRASIL, 2018b): “a opção pela via administrativa na hipótese de tramitação anterior de processo judicial cujo objeto tenha sido a alteração pretendida será condicionada à comprovação de arquivamento do feito judicial”.

O problema dessa exigência é a morosidade do Judiciário em proceder ao arquivamento, posto que, após o protocolo da petição de desistência, o processo seguirá concluso para a homologação do pedido e, posteriormente, os autos retornarão para a secretaria para providenciar sua baixa, após o decurso do prazo recursal. São atos processuais simples e, teoricamente, céleres. Todavia, na prática, podem estender-se por meses, postergando o direito de o transgênero retificar o seu nome e gênero administrativamente.

A morosidade descrita acima vislumbra uma conjuntura em primeira instância: a situação é ainda mais complicada quando os autos estão em instâncias superiores, tendo em conta que, quando o autor interpõe um recurso, é cabível a desistência dessa refutação, mas nunca da ação propriamente dita, da qual somente cabe desistência até a prolação da sentença. Nesses termos, ensina Theodoro Junior¹⁰.

Destarte, o transgênero que tem processo em instâncias superiores precisa aguardar o julgamento do processo, o que poderá demorar meses. Em razão disso, a exigência da certidão de arquivamento é um óbice para a agilidade do processo administrativo de retificação de registro civil.

Estima-se que o CNJ tenha adotado essa medida

.....
 10 Depois da sentença de mérito, o que pode haver é a renúncia à pretensão formulada na ação (art. 487, III, c), que não depende de anuência do réu, mas que, uma vez homologada, provoca solução de mérito contrária ao pedido do autor, equivalente à sua improcedência, com eficácia de coisa julgada material (THEODORO JÚNIOR, 2015, p. 1318).

visando a em redução dos processos no Poder Judiciário. De fato, é preocupante a sobrecarga neste. Todavia, a confirmação da desistência poderia ser conferida com a comprovação do protocolo da petição de desistência dos processos que ainda não tiveram sentença. Quanto aos processos em instâncias superiores, diante da impossibilidade de desistência da ação, não deveria ser requerida a comprovação supracitada. Assim, o CNJ garantiria a redução dos processos judiciais de retificação de registro civil dos transgêneros e o processo administrativo seria mais célere.

Outro ponto relevante refere-se ao custo para retificar o registro civil administrativamente, tendo em vista que o valor é alto e a gratuidade é difícil de ser adquirida, como é possível notar no art. 9º, caput e parágrafo único, do Provimento 73/18 do CNJ¹¹.

Diante da morosidade para editar normas específicas concernentes aos emolumentos, os cartórios, de acordo com a disposição do art. 9º do Provimento 73/18 do CNJ, devem cobrar o valor da averbação de atos do registro civil, que consta da tabela de Ato do Registrador Civil das Pessoas Naturais de cada Tribunal de Justiça, conforme consta no Art. 236, § 2º da CF c/c a Lei n. 10.169, de 29 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2018b).

Para simular a quantia que uma pessoa trans gastaria para retificar o registro civil, será utilizada a tabela de preço que consta no site¹² do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Uberlândia/MG. O pri-

.....

11 Art. 9º Enquanto não editadas, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, normas específicas relativas aos emolumentos, observadas as diretrizes previstas pela Lei n. 10.169, de 29 de dezembro de 2000, aplicar-se-á às averbações a tabela referente ao valor cobrado na averbação de atos do registro civil. Parágrafo único. O registrador do RCPN, para os fins do presente provimento, deverá observar as normas legais referentes à gratuidade de atos (BRASIL, 2018b).

12 Valores disponíveis no site: <http://registrociviludi.com.br/tabela-emolumentos/>

meiro valor é o de R\$ 291,06, que corresponde à averbação para alteração; o segundo é de R\$ 11,22¹³ para cada folha arquivada. Ademais, é necessário juntar no processo administrativos a certidão de protesto e a de nascimento atualizada, que também possuem um custo.

Esse valor é ainda maior para quem não pode ir pessoalmente ao cartório em que foi registrado, pois o processo administrativo será preparado em qualquer Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e depois será remetido ao cartório do requerente, o qual, após realizar a mudança do nome e do gênero, encaminhará a certidão para o solicitante. O custo desse procedimento ficará ao encargo do transgênero, conforme consta do art. 3º, parágrafo único do Provimento 73/18 do CNJ¹⁴.

Em relação a isso, ir pessoalmente ao cartório em que foi registrado pode ter um alto custo, de maneira que a única opção será o custeio pelo transgênero do procedimento do parágrafo único do art. 3º do Provimento 73/18 do CNJ, o que também não tem um preço baixo, diante dos altos valores dos serviços de entrega dos Correios.

Já o parágrafo único, do artigo 9º, do Provimento 73/18 do CNJ, dispõe que o registrador do Cartório de Registro de Pessoas Naturais deverá se atentar às normas quanto à gratuidade. Todavia, quanto à reificação de registro civil administrativamente, elas não existem. A gratuidade no Cartório de Registro de Pessoas Naturais é possível apenas nas situações de

.....
 13 Considerando que as certidões e os documentos requeridos pelo CNJ serão arquivados, estima-se que serão mais de 10 folhas arquivadas.

14 Art. 3º, parágrafo único. O pedido poderá ser formulado em ofício do RCPN diverso do que lavrou o assento; nesse caso, deverá o registrador encaminhar o procedimento ao oficial competente, às expensas da pessoa requerente, para a averbação pela Central de Informações do Registro Civil (CRC) (BRASIL, 2018b).

Registro de Nascimento, Registro de Óbito, 1ª via da Certidão de Nascimento, 1ª via da Certidão de Óbito e 2ª via dessas certidões para os reconhecidamente pobres, conforme o art. 30, caput e §1º da Lei 6.015/73 (BRASIL, 31 de dez. 1973). Além disso, o art. 1.512, caput e parágrafo único do Código Civil prevê a gratuidade para o Registro de Casamento e a 1ª via da Certidão de Casamento para os que se declararam pobres (BRASIL, 11 de jan. 2002). Por fim, no art. 102, § 6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, há a previsão de gratuidade para o reconhecimento de filiação no registro civil (BRASIL, 16 de jul. 1990). Portanto, percebe-se que não existe nenhuma normativa que regulamente a gratuidade do ato de retificação de registro civil.

Diante da ausência de regulamentação, o atestado de pobreza pode ser negado pelo cartório, mesmo que seja emitido pela Defensoria Pública. Nesse sentido, a ausência de normas específicas quanto à gratuidade dos emolumentos dificulta a possibilidade de os transgêneros alterarem o nome e o sexo administrativamente, pois esse grupo, uma vez excluído, em geral, do trabalho formal e do seio familiar, dificilmente terá condições de arcar com o custo da retificação do registro civil.

Sem dinheiro para custear a alteração registral de forma administrativa, resta a possibilidade de alterar o nome e o sexo através de ação judicial, já que por esse meio pode não haver custo se o transgênero adquirir prestação jurídica via defensoria pública ou por assessoria jurídica popular e também obtiver justiça gratuita. Portanto, o Poder Judiciário será a única opção para os transgêneros que não possuem poder aquisitivo para arcar com a retificação de registro civil pelo Cartório de Registro de Pessoas Naturais.

Diante dessa conjuntura, cabe destacar um trecho da sentença da 8ª Vara Cível de Uberlândia/MG: “considerando a edição do Provimento nº 73/2018, do

CNJ, está autorizada a alteração do prenome e gênero diretamente no Cartório de Registro das Pessoas Naturais, razão pela qual tenho pela perda superveniente do interesse processual da parte autora” (MINAS GERAIS, 2018).

Essa sentença extinguiu o processo tendo como parâmetro o Provimento 73/18 do CNJ. Todavia, nenhum dispositivo desse ato normativo estabelece que os transgêneros retificarão o registro civil exclusivamente de forma administrativa. Além disso, seu art. 2º dispõe que “toda pessoa maior de 18 anos completos, habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à identidade autopercebida”. Isto posto, a realização da retificação de registro civil pelo Cartório de Registro de Pessoas Naturais é uma faculdade, não excluindo a via judicial. Nesse sentido causa grande estranheza o magistrado ter extinguido o feito sob a alegação do **art. 485, I c/c art. 330, III, ambos do Código de Processo Civil (MINAS GERAIS, 2018, p. 1), porque, além de persistir o interesse processual da parte autora mesmo após a vigência do provimento 73/18, do CNJ, o autor pode não ter condições financeiras para arcar com a retificação de registro civil administrativamente.**

Por fim, a derradeira questão a ser aventada quanto ao Provimento nº 73/18 do CNJ, que possibilita a morosidade para usufruir o direito de retificar o registro civil administrativamente, está consubstanciada no art. 8º, mais especificamente nos parágrafos 3º¹⁵ e

.....
 15 § 3º A subsequente averbação da alteração do prenome e do gênero no registro de casamento dependerá da anuência do cônjuge (BRASIL, 2018b).

4^o¹⁶, que regulamentam a necessidade da anuência do cônjuge para a mudança do nome e do gênero no registro de casamento, sendo que, na ausência desta, o consentimento deverá ser suprido judicialmente:

É de conhecimento geral que, após o matrimônio, a certidão de casamento, no lugar da certidão de nascimento, é requerida por instituições públicas como, por exemplo, aquelas responsáveis por retificar a carteira de identidade. Sem a retificação do nome na carteira de identidade, é como se a retificação do registro civil não tivesse ocorrido, porque, para modificar os dados no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), é necessária a apresentação do RG, também imprescindível para retificar outros documentos, como, por exemplo, diplomas, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Nesse caso, a retificação da certidão de casamento é fundamental para que a pessoa trans tenha, de fato, a retificação do nome e do gênero.

A anuência do cônjuge ser requisito para essa alteração parece inconsistente e mais gravosa do que a decisão da ADI mencionada. À vista disso, a tendência é que o transgênero consiga retificar sua certidão de casamento judicialmente se houver discordância do cônjuge. Todavia, nesse caso, a alteração poderá demorar meses ou até anos, demonstrando que o referido dispositivo apenas retarda a obtenção de um direito já garantido.

Ademais, outro óbice do art. 8º, § 3º, do Provimento nº 73/18 incide quanto à palavra “cônjuge”, que, nesse contexto, teve duplo sentido, pois pode referir-se ao cônjuge de fato e de direito, ou ao cônjuge que se encontra na certidão de casamento. Nesse

.....
16 § 4º Havendo discordância dos pais ou do cônjuge quanto à averbação mencionada nos parágrafos anteriores, o consentimento deverá ser suprido judicialmente (BRASIL, 2018b).

último caso, o ex-cônjuge¹⁷ também estaria abarcado pela previsão, tendo em vista que, após o divórcio, é realizada apenas uma averbação na certidão de casamento. Assim, alguns cartórios poderiam requerer a anuência somente dos cônjuges, e outros dos cônjuges e dos ex-cônjuges, demonstrando, assim, a interpretação dúplice – e levando à problemática – desse dispositivo.

Considerações Finais

Apesar de o Provimento nº 73/18 do CNJ ter sido um grande avanço jurídico para as pessoas trans, algumas situações peculiares merecem ser analisadas com cuidado, já que podem se constituir como óbices para usufruir, de imediato, desse benefício, seja porque o transgênero é menor de idade, possui processo judicial em andamento, é casado ou divorciado, ou mesmo porque o valor para a retificação de registro civil é alto.

Diante desse impasse, a utilização do nome social continuará sendo uma alternativa aos transgêneros, sendo uma opção que, além de não garantir mudança significativa no cenário de exclusão social destas pessoas, viola os direitos da personalidade, sobretudo o direito ao nome, à autodeterminação e à felicidade.

Tendo isso em consideração, urge o reconhecimento pleno dos transgêneros pelo Estado. Para isso é fundamental a inclusão social desse grupo, sendo que a principal maneira disso ocorrer é através da retifica-

.....
 17 Caso o cartório exija a anuência do ex-cônjuge, o transtorno pode ser imenso para o transgênero. Basta imaginar a seguinte situação: determinado homem transexual, quando ainda se apresentava como mulher cisgênero, casou-se com um homem cisgênero. Após o divórcio, essa pessoa trans resolve alterar o seu nome na certidão de casamento. O ex-marido dificilmente concordará com essa retificação, afinal, o ex-cônjuge é um homem cisgênero e heterossexual que teria que portar em sua certidão de casamento um relacionamento homossexual.

ção de registro civil. E, assim, o Provimento n° 73/18 do CNJ poderia ter mudado mais significativamente esse cenário de exclusão, mas infelizmente não o fez.

Referências

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 165-182.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Processo Consulta CFM nº 32/12. **Parecer nº 8/13.** Relator: Lúcio Flávio Gonzaga Silva. 22 fev. 2013. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2013/8>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

BRASIL. Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 10 de ago. 2020.

BRASIL. Lei nº6.015, de 31 de Dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 de dez. 1973 e Republicado em 16 de set. 1975 . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015original.htm. Acesso em: 10 de ago. 2020.

BRASIL. Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de jul. 1990 e retificado em 27 de set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 de ago. 2020.

BRASIL. Lei 10.405, de 10 de Janeiro de 2002. Instituir o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 10 de ago. 2020.

BRASIL. Portaria 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 ago. 2009a. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2020.

BRASIL. Provimento 73, de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jun. 2018b. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

BRASIL. ADI 4275. **Memorial juntado por GADvS e ABGLT (amicus curiae)**. 10 fev de 2018a. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2691371>. Acesso em: 5 de ago. 2020.

BRASIL. ADI 4275. **Petição Inicial da ADI 4275 (Procuradora Geral da República Deborah Macedo)**. 21 jul. de 2009b. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2691371>. Acesso em: 5 de ago. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e direitos LGBTI**. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo: mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. **Revista brasileira de direito civil**, v. 1, p. 36-60, 2014.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Nº do processo: 5001219-61.2017.8.13.0702**. Juiz: José Márcio Parreira. Sentença em 08 ago. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1hYzf9NPZDxbSvDe5Aohmhki64tQTp7Nn>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MPF. Corte Interamericana de Direitos Humanos divulga Opinião Consultiva sobre identidade de gênero e não discriminação, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/corte-interamericana-de-direitos-humanos-divulga-opinio-consultiva-sobre-identidade-de-genero-e-nao-discriminacao>. Acesso em 06 de ago. 2020.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I**. 56. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

VEIGA, Hélio Junior. **O direito de pertencer a si mesmo: a despatologização do transexualismo e sua regulamentação jurídica como um direito fundamental ao gênero**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

09

Capítulo

Conhecimento situado, empoderamento interseccional e espacialidades LGBT na vivencia preta e não binária na UFU

Vinicius Nunes Fileto

“

Faz mais sentido acreditar em alguma teoria quando sua vida a representa na prática.

Introdução

Este ensaio se pauta no objetivo de relacionar minha experiência enquanto corpo negro, não binário, periférico nos diversos espaços que me inseri na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com enfoque especificamente na minha atuação junto a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) na condução das atividades do Maio da Diversidade quando era aluno da dada instituição.

Para tal, vou me esforçar para aproximar tais vivências a conceitos que estudei durante o período entre os anos de 2014 e 2020 em que fui aluno e pesquisador na UFU nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Atualmente, sou licenciado e mestre em Geografia atuando nas áreas da Geografia das Sexualidades e Geografia dos Movimentos Sociais. Enquanto aluno, fui muito atuante nas movimentações políticas e culturais da universidade. Assim, os conceitos que considere pertinentes para os objetivos traçados para o ensaio foram os de conhecimento situado, empoderamento interseccional e espacialidades LGBT.

A Geografia tem muito a contribuir com o debate da diversidade sexual. A virada de chave para a prática de uma geografia militante para mim iniciou ao entender isso. A análise geográfica tem em sua contribuição mais direta na espacialização das expressões da sexualidade na sociedade e nas negociações que envolvem esse aspecto. Eu já havia me assumido gay quando ingressei na universidade, mas toda a complexidade do tema e a importância da pauta para a reprodução da minha vida e a vida das minhas e dos meus, acessei quando comecei a explorar os diversos espaços que apenas a universidade naquele momento poderia me proporcionar.

Neste sentido, este ensaio está estruturado em três partes principais: a primeira vai localizar meu discurso a partir da minha história e da representação que

meu corpo ocupa na sociedade fundado no conceito de conhecimento situado, muito importante na minha caminhada enquanto estudante de geografia e pesquisador da área da Geografia das Sexualidades; na segunda parte vou demonstrar por meio do conceito de empoderamento interseccional como a UFU foi importante para eu me reconhecer como um corpo negro, não binário, periférico e performático cada um em um momento e em uma escala específicos; e a terceira parte que vai findar na exposição da relevância de movimentações como o Maio da Diversidade e o Programa Institucional de Apoio a Cultura (PIAC) na espacialização LGBT dentro da UFU.

Conhecimento Situado

Não existe nenhum tipo de conhecimento que é produzido automaticamente. Sempre demanda um processo que começa com uma idéia e finda em um produto, seja uma pesquisa, um ensaio, uma aula, uma produção literária, etc. Este processo é desenvolvido por uma ou mais pessoas que vão agir a partir de diversas variáveis: objetivas que vão estar mais relacionadas a concepções teórico-metodológicas, e subjetivas que vão estar relacionadas à experiência de vida, a história, as motivações que condicionam os caminhos de determinada(s) produção(ões).

Quando consideramos o lugar de fala e realidade social do produtor do conhecimento, do pesquisador, escritor, etc., como algo importante para a produção do conhecimento, levamos em consideração Cabral (2006) que resume o Conhecimento Situado em uma análise crítica que procura encontrar o conhecimento científico como produto da inter-relação entre sujeito e objeto, levando em conta o caráter e contexto social do sujeito responsável pelo processo. Além disso, os saberes localizados buscam a compreensão da visão dos sujeitos periféricos na história da produção do conhecimento ocidental, negando o universalismo totalizante, mas também o relativismo.

Para aplicar o conceito de Conhecimento Situado devemos escapar de tudo que já está previsto, que está posto previamente, proporcionando conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. Totalizar os saberes acaba por negar uma posição, uma corporificação e uma perspectiva parcial, resultando em uma visão que não apresenta objetividade e silencia a contestação e a desconstrução (HARAWAY, 1995).

Löwy (2000) também considera o Conhecimento Situado como aquele que traz em sua estrutura metodológica aspectos que transcendem a subjetividade

do sujeito produtor do conhecimento, no qual o conhecimento é formado por meio da própria subjetividade do indivíduo, ou seja, mantém como foco a sua historicidade a partir de sua situação particular. Tudo o que é produzido ou desenvolvido é carregado de subjetividade de quem protagoniza o processo.

Podemos considerar inicialmente que Conhecimento Situado é situado por um movimento que é transitório dinâmico e carregado de ideologia. Em 2013, no ensino médio, se fosse indagar sobre o lugar que eu estaria falando muito dificilmente eu elencaria aspectos do lugar que eu prioritariamente elenco hoje, sobretudo na escala do social. Ao mesmo tempo podemos dizer que o a composição do meio, sua ação sobre o sujeito, o reconhecimento ou não pela comunidade que representa condiciona a legitimidade do conhecimento produzido.

Por isso concluo por aqui que a localização do Conhecimento Situado é uma mutualidade entre a subjetividade identificada e declarada pelo produtor do conhecimento e a ação do meio sobre o sujeito produtor do conhecimento. Essa proposição emerge nas discussões epistemológicas e metodológicas, em defesa de uma produção de conhecimento contra-hegemônico, feminista e decolonial. (SELISTER-GOMES; QUATRIN-CASARIN; DUARTE, 2019).

Ao ser traduzido para minha realidade, eu sou nascido e criado na cidade de Uberlândia. Mais especificamente no bairro Jardim Ipanema, no setor leste da cidade. Sou filho de pais separados. Meu pai é autônomo e minha mãe é doméstica. Eu fui criado pela minha avó que é feirante. Eu sou a primeira pessoa da minha família a alcançar o nível educacional superior. Faço parte da comunidade LGBT. Sou um corpo negro e não binário. Tenho consciência, atuo nos movimentos sociais que representam minhas pautas e é deste lugar que falo. Sou poeta, rapper e produtor cultural de periferia.

O lugar que eu falo me encaminhou para trabalhos que convergiam com minha vivência. Eu segui em um caminho que buscava assuntos relacionados à Geografia Humana. A minha preocupação com as causas sociais não se limitaram a minha movimentação política e social, mas também profissional. Os estudos das epistemologias feministas e antirracistas me formaram para além de um pesquisador bem localizado, formaram um sujeito político para a sociedade.

Empoderamento Interseccional

Um dos principais conceitos que eu debrucei meus estudos na Geografia das Sexualidades foi o de interseccionalidade. Esse conceito fez parte do meu processo de empoderamento e foi vivenciado por mim durante grande parte da minha experiência na UFU. Já me vi em situações em que eu precisei dividir as minhas identidades para conseguir negociar acesso em determinados espaços. No Hip Hop, era reconhecido e respeitado como um artista preto, mas preterido como pessoa trans não binária. Já no movimento LGBT, o racismo é muito presente. Ao entender a complexidade da vivência da interseccionalidade na minha vida e na vida dos meus, eu me senti indagado a estudar cada vez mais profundamente e inclusive foi trabalhado na minha dissertação de mestrado.

Para entender o significado e amplitude do conceito de interseccionalidade busquei primeiramente a sua conceituação básica. No dicionário de língua portuguesa a palavra intersecção significa corte; cruzamento (GOMES, 1999, p. 214). O sufixo “dade” é descrito por Cunha (1999) como morfológicamente advindo do sufixo acusativo do latim “itatis”. Este por sua vez é formador de substantivos abstratos, que possibilita a noção de corte e cruzamento ser compreendida de forma mais ampla, complexa e abstrata.

O conceito de interseccionalidade é inserido no

contexto das ciências humanas por Crenshaw (1991) ao defender a idéia de que as mulheres negras teriam uma experiência social diferente do que as mulheres brancas (que neste contexto vivenciaram uma efervescente produção de debates feministas), ao apontar o patriarcado além de opressor no tocante das relações de gênero, também se expressava nas relações de raça e classe. Além de Kimberle Crenshaw, Angela Davis também deu bastante atenção à construção do debate que permeia o conceito, sobretudo no que tange às relações de classe, que surge então a partir do debate das feministas negras fundamentadas pelas idéias marxistas.

Entretanto o conceito de interseccionalidade não se limita ao caso das mulheres negras, mesmo reconhecido seu protagonismo. Essa sobreposição nas experiências de opressão pode ser identificada no Brasil através das construções sociais de gênero, sexualidade, religião, raça/etnia, das condições físicas e psíquicas de determinados sujeitos, etc (SILVA, 2009). A partir daí o conceito ganha credibilidade e amplitude no campo das ciências humanas, trazendo concepções mais encorpadas e artifícios mais coesos para entendimento da sociedade, dos sujeitos e do espaço.

Na Geografia o conceito vem como uma noção incorporada aos estudos das Geografias feministas e das sexualidades. Valentine (2007) e Brown (2012) introduzem o tema na ciência geográfica argumentando que é necessário dar atenção às experiências interseccionais dos sujeitos que se inserem espacialmente. No Brasil, destacam-se os estudos pioneiros de Silva e Silva (2014) ao aparelhar esta discussão a geografia brasileira.

Sobre o desenvolvimento da discussão que abarca o conceito interseccionalidade é muito interessante destacar que tanto Crenshaw (2004) quanto Silva e Silva (2014), todas as autoras mulheres, pioneiras no debate em seus ditos contextos, se sentiram desafia-

das a tratar desta noção por demandas materializadas por meio da vivência e da empatia das autoras. Isso me levou a seguir o caminho das autoras e trabalhei com este conceito para me profissionalizar e também para me empoderar.

No empoderamento interseccional, conceito que proponho, o empoderamento ocorre de camada em camada a partir de experiências corporificadas e espacialmente localizadas independentemente. Na minha experiência, a universidade foi um motor muito potente de empoderamento. Entretanto, na minha representação interseccional, esse empoderamento ocorreu de forma escalonada. Cada escala da representação do meu corpo eu me empoderei em momentos distintos. O que há de comum entre todas, no meu caso, foi o papel decisivo da UFU.

Como pessoa marcada pelo Gênero e Sexualidade, eu já me entendia como gay desde a primeira adolescência. Para a família eu saí do armário em 2012, com 16 anos. Quando entrei na universidade, já era assumidamente gay. Meu ingresso na UFU ocorreu em 2014, quando eu ainda não tinha muita consciência do que meu corpo representava socialmente. No primeiro evento que participei em 2015 da II Semana da Visibilidade Trans da UFU promovida pelo Diretório Acadêmico de Letras Vinicius de Moraes (DALVIM), tive acesso a discursos e discussões que até então permeavam minha vida socialmente, mas não tinha noção da potência política da minha vivência. Foi o primeiro evento da temática que participei e isso marcou notavelmente a potência de eventos deste tipo no empoderamento de pessoas com corpos marcados pelo gênero e sexualidade como foi meu caso.

A partir daí, entendi a importância de me posicionar como pessoa não-binária e militante do movimento LGBT. Neste período emergia as teorias feministas pós-estruturalistas na UFU. O movimento era bastante ativo e diversas articulações eram popostas naquele

período. Em 2016 eu já atuava no Movimento Estudantil (ME) da Geografia tanto local, como integrante do Diretório Acadêmico, como nacional, articulando políticas com a Confederação Nacional de Entidades de Estudantes de Geografia (CONEEG).

Eu fui convidado ainda 2016 pelo meu orientador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) onde atuava como bolsista em escolas rurais desde 2014, que seguiria comigo até o mestrado, para submeter um projeto de pesquisa na Fundação de Apoio a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). O tema que me foi apresentado foi sobre a espacialização do movimento LGBT no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nestes tempos eu já estava atuando na área acadêmica com pesquisas na área da educação do campo, nada direcionada para qualquer temática relacionada à diversidade sexual.

Assim que comecei aprovamos o projeto de bolsa, comecei a me inserir na seara dos estudos feministas da Geografia brasileira e, concomitantemente, a me conectar com minhas interseções de gênero, sexualidade e raça, estudei e aprendi muito sobre as teorias feministas pós-estruturalistas na prática. Foi aqui que eu compreendi que a minha vivência como pessoa LGBT era também área de pesquisa, de estudos que estavam sendo desenvolvidos em diversas ciências, inclusive na Geografia. Isso fez muito sentido para mim, bem como a teoria de interseccionalidade, que me acompanharia até os tempos atuais. Este período é que emergiu meu empoderamento com pessoa não binária e militante do movimento LGBT.

Durante os anos que participei do PIBID, algumas atividades tinham parcerias com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e por lá que descobri a minha negritude. Eu não havia sido criado em um espaço seguro para empoderamento. Ao contrário, as minhas experiências até então eram sumariamente alienantes. Foi um processo de descoberta, e o apoio dos meus ir-

mãos negros foi decisivo. Identificar o racismo vivido é um processo muito agressivo e intenso, mas só assim que o empoderamento preto é possível. Ter pessoas empáticas que sabem o que impacta tudo isso é primordial.

Em 2017, a minha inserção nos movimentos culturais do Hip Hop aconteceu dentro da UFU por meio do ME. Durante o meu empoderamento como pessoa preta, meu despertar artístico foi basilar. Neste mesmo contexto havia sido publicado o primeiro Edital de Ocupação da Casa de Cultura Graça do Aché da UFU. Este foi o primeiro edital de cultura que aprovei. Este processo permitiu que conhecesse o PIAC. Minha experiência como produtor cultural e pessoa que consumia a cultura preta produzida no meio acadêmico, que iniciou na UFU, contribuiu muito para me empoderar como pessoa preta antirracista.

Podemos marcar aqui, dois eixos de opressão que eu reconheci durante a minha vivência na Universidade: a lgbtfofia e o racismo. A UFU foi decisiva ao dar instrumentos possíveis para que eu buscasse caminhos para lutar pelos meus direitos e dos meus. É possível destacar aqui que foi em âmbitos diferentes o empoderamento em relação a cada eixo de opressão que vivencio. Cada momento me marcou de uma forma e isso ocorreu de maneira escalar, me fazendo concluir que o empoderamento ocorre de maneira escalonada e não geral, quando é interseccional.

Na produção acadêmica na área da Geografia das Sexualidades disputo espaços para os corpos dissidentes que nunca protagonizaram processos de produção do conhecimento. Enquanto isso, como pessoa não binária e discente da UFU, os eventos de conscientização demonstraram a preocupação da instituição com pautas como o Maio da Diversidade. Além disso, no movimento negro a possibilidade de expressar cultura dentro na UFU por meio de editais de apoio a cultura. Acessos dados pela instituição, o que

prova que ações espaciais podem transformar a realidade de quem os acessa.

Espacialidades LGBT

Quando ingressei no mestrado em 2018, eu já estava estudando sobre as temáticas que eram desenvolvidas na área da Geografia das Sexualidades e dos movimentos sociais. Durante o mestrado me aprofundei ainda mais neste campo, inaugurando no Brasil a temática da Geografia das Sexualidades no meio rural. Como pessoa LGBT, essa produção acadêmica que me aliei durante esse período, me trouxe bagagem para conseguir enxergar o quão relevante são as ações socioespaciais da comunidade e do movimento político LGBT no território brasileiro em toda sua complexidade..

A Geografia das Sexualidades campo em que me debrucei para entender é a proposta metodológica mais prática de infiltrar geograficamente no debate da diversidade sexual. A Geografia das sexualidades, como sua própria fundação anuncia, é retroalimentada pela teoria queer de Judith Butler. “A teoria queer, portanto, além de sua importância capital em reconhecer a formação de comunidades e culturas sexuais, é um espaço teórico no qual se pode evidenciar a exclusão e a marginalização de determinados grupos sociais nas atividades econômicas e políticas, frutos da homofobia” (SILVA, 2009, p. 44).

Butler (1990) vai além, ao tratar das performances do gênero, defendendo o binarismo enquanto uma construção social e que tal binarismo não comporta a complexidade das possibilidades do corpo de expressar o gênero. Negar toda a construção social do gênero é complexo. Neste sentido as feminilidades e masculinidades se mostram como formas viáveis de fazer a proposta de Butler possível. Para ela não é a relação feminilidades x masculinidades, mas feminilidades +

masculinidades que constrói as identidades de gênero das pessoas. Esta concepção desvenda várias interrogações sobre quem não se encaixam nas hétero-cis normas e não existiam socialmente.

A Geografia das sexualidades se pauta na espacialização da desconstrução da linearidade sexo/gênero/desejo. A geografia das sexualidades abrange os desejos, as identidades e as condutas sexuais que são estabelecidas no processo de regulação social cotidiana, e, sendo assim, a sexualidade é vivida temporal e espacialmente de diferentes formas. (SILVA, 2009) As produções das geografias queer de tradição anglófona, e das sexualidades no Brasil tradicionalmente produziu sobre as corporalidades gays e lésbicas. Depois com as corporalidades trans.

As espacializações possíveis que são produzidas pelos corpos marcados pelo gênero e sexualidade são testemunhadas por ações no espaço pelos sujeitos. Ações são negociadas espacialmente em que a instituição é decisiva. Neste sentido, a necessidade de apoio institucional para fomento de ações espaciais que promovam a produção de espacialidades LGBT é potente e necessária. Assim, chamo atenção para as ações do Maio da Diversidade que são a representação mais latente neste contexto.

O Maio da Diversidade ocorre no mês da luta contra LGBTfobia que é lembrado no dia 17 de Maio. Na UFU este mês concentra esforços da PROAE de levantar a bandeira contra a LGBTfobia na instituição. Este movimento vem ocorrendo com maior regularidade na Gestão Valder Steffen e vem contribuindo muito para a espacialização da pauta na Universidade. O espaço como já salientado, na perspectiva da Geografia das sexualidades, é também produzido discursivamente. As dinâmicas de organização dos eventos, têm sido construídas coletivamente que acaba destacando posicionamentos diversos.

Participei das ações de três edições do Maio da Di-

versidade. Durante estes momentos, muitas ações de espacialização ocorreram. Algumas mais sutis outras mais incisivas. Todas ações contribuindo para espacialização da luta contra LGBTfobia na UFU e muito ricas em representatividade. O mais marcante para mim foi notar a plasticidade da comunidade LGBT que é demonstrada pela amplitude de áreas que somam na produção e na grade da programação do evento.

Além das ciências humanas, seara que eu já desbravava academicamente, e demarcava espaços como aludido anteriormente, outras áreas também se preocupavam com a agenda da comunidade LGBT em suas perspectivas particulares. Nas áreas da saúde com os cuidados hormonais no processo de transexualização, com a saúde bucal de travestis trabalhadoras sexuais, com a prevenção de IST's. Nas áreas da educação com formações continuadas e capacitação de professores, até o resgate de pessoas trans de volta a educação e ao ambiente escolar. No direito com a defesa do nome social e a retificação de documentos até o casamento civil. É possível perceber a amplitude do espaço que alcançava uma articulação como essa promovida pela PROAE.

Já recebi convites para participar de ações espaciais importantes do evento. Em 2019 participei de uma mesa sobre “O epistemicídio e os pesquisadores LGBT's” em que dividi espaço com a professora Sayonara Nogueira, também militante do movimento LGBT egressa do curso de Geografia da UFU. No âmbito das ciências humanas, foi um movimento potente de produção de espacialidades LGBT na Geografia. Presumo que as ações em outros blocos, cursos, departamentos e institutos também impactaram o espaço a ponto de produzirem espacialidades também.

Outra maneira de espacializar a luta contra a LGBTfobia na UFU durante as ações do Maio da Diversidade foi por meio de ações de transformação da paisagem. Além das passeatas promovidas que agita-

vam e coloriam os campi da universidade, a bandeira do arco-íris estendida na reitoria da UFU e no Espaço de Cultura Graça do Aché transformaram a paisagem da universidade.

Por fim, a importância como aluno já explicitada, a importância desse evento para minha carreira artística como rapper também é muito representativa. Em 2021 fui convidada para fechar o evento que por conta da pandemia da COVID-19 foi no formato online. Especialização que também foi mais disseminada, agora no espaço virtual. Dar espaço para artistas LGBT possibilita que a especialização seja feita ainda mais diversificadamente.

Considerações Finais

Neste texto eu trouxe conceitos que pudessem dialogar com minha vivência na universidade que foi atravessada por ações que destacavam a agenda do movimento negro e LGBT na universidade, como é o caso do Maio da Diversidade. Com o entendimento do que é e da relevância do Conhecimento Situado que descobri o lugar de onde eu falo e represento.

Foi durante o tempo que estudei na UFU (2014-2020) que me inseri nos movimentos sociais e na militância. Para me sentir estimulado a participar de qualquer movimento, primeiramente me empoderei para tal. O comportamento que eu vivenciei me fez defender o conceito de empoderamento interseccional, fundado na experiência interseccional de uma bixa preta, que é meu caso.

Por fim o conceito de espacialidades LGBT que eu descobri durante o percurso do mestrado, me fez identificar a potencia de ações localizadas para demarcar os espaços ocupados por cada demanda. A importância da militância pra produção de espacialidades é enorme e ao meu ver, estruturalmente, com o Maio da Diversidade, a UFU contribuiu bastante para

a viabilização de ações produtoras de espacialidades LGBT na universidade.

Para quem leu até aqui uma mensagem eu quero muito deixar. Os conceitos que aprendi, só foram possíveis de existências como a minha. Existências como a minha ainda são rarefeitas na atmosfera universitária. E se queremos propor uma expansão da pauta é preciso que a representação social da pauta seja garantida. Lute por corpos dissidentes ocupem espaços de produção de conhecimento, pois faz mais sentido acreditar em alguma teoria quando sua vida a representa na prática.

Referências

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

BROWN, Michael. **Closet space: geographies of metaphor from the body to the globe**. London: Routledge, 2000.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CABRAL, Carla. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. Cadernos Pagu, 27, 2006. p. 63-97.

COUTO, Maria Aparecida Souza. Masculinidades e Feminilidades: A construção de si no contexto escolar. **Aurora**, v. 4 n. 1 p. 114-123, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ELISTER-GOMES, Mariana; QUATRIN-CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana. El conocimiento situado y la investigación-acción como metodologías feministas y decoloniales: un estudio bibliométrico. **Revista Cs**, [S.L.], p. 47-72, 9 set. 2019. Universidad Icesi. <http://dx.doi.org/10.18046/recs.i29.3186>.

GOMES, Maria Sueli. **Novo dicionário escolar DEAC: Portugues**. 10ª edição. Belo Horizonte: Acervo Cultural, 1999.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino eo privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 1995. 7-41.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos 'situados'. **Cadernos pagu**, 15, 2000. 15-38.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 211-236.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. Apresentação. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014. p. 17-38.

VALENTINE, Gill. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.

03

Parte

Avanços e Narrativas



10

Capítulo

O Sexo da palavra de Luiz Canabrava e Samuel Rawet

Fábio Figueiredo Camargo

Neste artigo analiso a produção ainda marginalizada pelo cânone literário: a literatura de temática homoerótica produzida por sujeitos homoeroticamente orientados, tendo como tema central, em sua maioria, relações sexuais de sujeitos homoeroticamente orientados. Muitas vezes vista como literatura pro-

duzida por marginais para um público marginalizado, e falando desse mesmo público, essa literatura foi relegada a um lugar de ex-centricidade e, muitas vezes, salvo raras exceções, excluída da chamada “literatura séria”. São tema desta análise as cenas de descrição de intimidades sexuais dentro de narrativas produzidas por Luiz Canabrava e Samuel Rawet, escritores que produziram alguns textos que apresentam o assunto nos anos 1966 e 1967.

Interesso-me pelas conexões entre essa produção e a sociedade que as produz, levando em consideração seu contexto histórico, bem como as representações dessas cenas produzidas nesses textos. Sabemos que essas transfigurações da realidade estão ligadas diretamente a códigos de conduta de seus escritores e do público leitor e a quantidade de preconceito que os sujeitos homoeróticos sofrem pode ser minimizada a partir da análise dessas representações. Estudar sobre elas é um modo de entender e produzir discussões acerca da possibilidade de reduzir os danos perpetrados pelo patriarcado com relação a esses sujeitos.

As cenas eróticas sempre foram uma questão delicada para escritores e seu público. A literatura erótica, que sempre possuiu um público cativo, não precisava se cobrir de pudores para fazer com que seus leitores, apreciadores do gênero, se deleitassem com descrições e representações de cenas em que os atos sexuais eram representados. Para além da literatura erótica, os autores da dita literatura séria sempre cuidaram muito dos termos que utilizavam para descrever essas cenas.

Os livros são frutos de seus momentos de produção e cenas eróticas só serão possíveis graças à coragem de uns, à esperteza de outros, a determinados momentos históricos, pois os leitores nem sempre compreendem essa necessidade descritiva, assim como há momentos propícios a esse tipo de leitura. Cabe lembrar a dificuldade de aceitação do que seja homoerótico em todos os níveis da cultura. Se a literatura que

não trata do tema encontra problemas de se organizar no mercado, aquela que o aborda de frente encontrará ainda mais oposição. A produção de cenas homoeróticas não está inteiramente voltada para o público gay, mas existe uma quantidade de títulos dirigidos aos vários tipos de público existentes em um país de poucos leitores como o Brasil.

Chamo cenas homoeróticas às descrições de relações sexuais entre iguais ou que se relacionam diretamente com a orientação sexual dos sujeitos narrados. Muitas das vezes, cenas sexuais homoeróticas poderão ser apenas cenas de masturbação individual dos sujeitos desde que tenham como pano de fundo o desejo homoerótico, desse modo serviram a este estudo uma série de recortes dessas cenas que apresentam não só os corpos das personagens como os cenários muito específicos do campo do desejo homoerótico como a sauna, as boates, locais de homosociabilidade¹ masculina; também sequências de intercuro sexual entre sujeitos do mesmo gênero, assim como cenas em que o desejo pelo mesmo sexo fala mais alto, bem como as cenas que não descrevem o sexo entre iguais, mas indicam a existência do ato, seja de forma eufemística, via metáforas, ou mesmo explicitamente, com uma linguagem bastante específica.

As cenas sexuais homoeróticas representadas explicitam a relação dos autores brasileiros com a tradição da criação de cenas eróticas, assim como demonstram

.....

1 Eve Kosowski Sedgwick em seu livro *Between men: english literature and male homosocial desire*, ao estudar os romances de expressão inglesa dos séculos XVIII e XIX, utiliza a expressão desejo homosocial para localizar o desejo que se dá entre homens em triângulos amorosos nos quais a mulher é mera coadjuvante, desse modo pode-se falar em homosociabilidade masculina, a qual não obrigatoriamente se dá como uma relação homossexual, mas produz interações entre homens dentro dos códigos aceitáveis de sociabilidade, indicando que o desejo homoerótico faz parte da organização social misógina do patriarcado. (SEDGWICK, 1985)

a relação desses escritores com seu tempo e de como esses contextos pressupõem a utilização de costumes, expressões que o uso canonizou ou rechaçou com relação aos sujeitos desviantes da heteronormatividade². Os autores escolhidos para análise neste momento são escritores que participaram em seu tempo de um movimento tímido que ensaiava uma possível liberdade gay, embora muitas vezes carregada de culpa. As representações que esses autores fazem dessas cenas dizem respeito diretamente a seus modos de viver não só sua experiência sexual, mas aos grupos aos quais se ligam, como, por exemplo, Luiz Canabrava, um dos responsáveis pela publicação de *Histórias do amor maldito*, juntamente com Gasparino Damata, que teve sua primeira edição em 1967 e uma segunda edição já em 1968. Anos em que a possível liberdade para sujeitos gays ou queers poderia ser vislumbrada muito timidamente. Samuel Rawet integrou o grupo “Café da manhã” e “Jornal dos Novos”, capitaneado por Dinah Silveira de Queiroz, do qual também fazia parte Luiz Canabrava.

Não basta que esses textos apresentem personagens homoeroticamente orientados em suas tramas, mas é importante que haja cenas sexuais homoeróticas para que se possa analisar como essas descrições se dão e como isso repercute na forma de visibilidade dada a esses sujeitos. Desvendar essas descrições pode contribuir não só para um estudo estético do literário, mas também para a possibilidade de que, ao desvendar essas representações, se consiga pensar as relações entre literatura, homoerotismo e sociedade.

.....

2 Heteronormatividade diz respeito ao sistema de organização da cultura no mundo, que a partir do patriarcado produz um modo de raciocínio e de linguagem ligado à representação do humano de acordo com o conceito de homem como universal e estabelece suas normas a partir da ideia de procriação, gerando uma matriz identitária que leva em consideração apenas as relações heterossexuais. Conforme Judith Butler (2003); Paul B. Preciado (2009).

Os textos eróticos sempre tiveram seu lugar assegurado na literatura, mesmo antes de serem reconhecidos como tal. A literatura ocidental, advinda da Grécia e da Roma chamadas clássicas já produziam cenas de relações eróticas ou tratava essas relações via metáforas. Conforme Alexandrian, em sua *História da literatura erótica* (1994), era muito comum os textos fazerem menção às relações sexuais dos casais, mas isso não fazia do texto obrigatoriamente erótico.

Visto que o erótico era permitido e lido, as cenas sexuais também eram produzidas e isso gerava uma estrutura que criava uma espécie de forma para as cenas sexuais descritas nesses textos. Há organizações de dois modos, a nosso ver, uma que lida com as informações e os vocábulos de modo a produzir metáforas desde as mais banais até as mais esdrúxulas, algumas se repetindo uniformemente durante muito tempo e outras mais diretas, com uma linguagem mais próxima da mimese realista que não têm medo de nomear aquilo que passará a ser proibido.

Do mesmo modo não havia uma divisão tão clara quanto se verá muito mais tarde entre o erótico, aquilo que é dedicado ou resultado do culto a Eros, e o pornográfico, embora a expressão já existisse, pois, conforme Alexandrian, Luciano de Samósata “[...] deixou o mais antigo livro pornográfico, os *Diálogos das cortesãs*”. (ALEXANDRIAN, 1994, p. 20) Ainda segundo Alexandrian, seria a *Ars amatoria*, de Ovídio, que asseguraria o triunfo do erótico sobre o pornográfico, demarcando uma linha divisória na qual o erótico seria aquela narrativa que lidava com as questões sexuais de um modo velado enquanto a pornografia explicitaria as relações sexuais contidas nos relatos. Essa informação corrobora a hipótese de que os escritores trabalham sobre uma estrutura definida em dois polos: ou se faz uma narrativa das cenas via metáforas, ou se faz pelo viés da crueza, da objetividade dos vocábulos.

Para Dominique Maingueneau (2010) haveria uma diferença entre os textos pornográficos e os textos com sequências pornográficas. O que marcaria a diferença tem a ver com o que Maingueneau define como discurso pornográfico, pois, conforme seus estudos, uma cena pornográfica é produzida para gerar o gozo físico do leitor, e apenas isso. Assim, para ele haveria os textos pornográficos propriamente ditos e aqueles que contêm sequências pornográficas, não se constituindo, portanto, como textos meramente para saciar o desejo de seus leitores, apresentando muitas vezes grandes reflexões sobre diversos outros temas.

Divisão um tanto quanto simplista esta, mas que serve ao meu propósito de marcar o lugar da literatura que se quer analisar aqui neste artigo. Muitas das vezes os textos desses autores analisados são recusados por conterem cenas consideradas pornográficas, quando frequentemente lidam com questões eróticas em uma profundidade e com uma função muito específica, para além do mero consumo pornográfico. O mesmo Maingueneau afirma que nessa divisão: “O erotismo é, então, percebido de maneira ambivalente: às vezes como uma pornografia envergonhada, que não tem coragem de dizer seu nome, outras como aquilo em que a pornografia não conseguiria se transformar.” (MAINGUENEAU, 2010, p. 31) Assim vão se fazendo as distinções quase sempre ligadas a uma função constantemente organizacional desses textos.

No caso das narrativas analisadas neste trabalho, pode-se perceber que não há nenhum interesse por parte dos autores em se fazer pornografia, mas eles querem representar a realidade dos sujeitos homoeroticamente orientados no exercício de sua sexualidade, daí fazerem uso das expressões ditas chulas ou cruas. De acordo com Anne-Marie Sohn, o primeiro terço do século XX viu surgir a linguagem anatômica como modo de se tratar do sexo no cotidiano. Segundo ela, essa linguagem, “[...] muito apreciada pelas mulheres

até por sua neutralidade, constitui um novo progresso que permite nomear de maneira distanciada órgãos e gestos”. (SOHN, 2008, p. 133) O que é perceptível é que a linguagem se altera com o passar do tempo, que a sociedade passa a utilizar uma linguagem anatômica, a qual a literatura também irá utilizar, pois sabe que seus leitores conhecem essas realidades. Desse modo, como bem lembra Eliane Robert Moraes (2013), a literatura erótica pode dizer os nomes dos objetos, dos órgãos, das partes do corpo, transformando muitas vezes a palavra em coisas maiores ou melhores, aos olhos do leitor do que a realidade.

As narrativas que analiso constroem seu espaço para além das produções higienizadas e organizadas, defendendo o fato de o texto refletir sobre a sexualidade, mesmo apresentando censuras, medos, problemas, elaborando fruição estética e o contato entre a sexualidade e o modo de se pensar o mundo das personagens, pois esses textos levam o sujeito à contemplação, em espaços para fora de si mesmo, e ao entrar em contato consigo mesmo, o leitor é levado ao erotismo propriamente dito, essa transgressão maior: o ato de voltar-se sobre si mesmo para se conhecer.

Há uma função muito específica nas cenas coletadas nos textos aqui tratados, pois é possível constatar a quantidade de repressão com a qual os sujeitos convivem nesse recorte histórico aqui apresentado. A representação das cenas produzidas pelos autores analisados demonstra a dificuldade de os sujeitos homoeróticos se conectarem uns aos outros, da angústia da vida homossexual, quase sempre produzida no gueto, na marginalidade, no fio da navalha entre a miséria, a tristeza e o risco de morrer, bem como da dificuldade de aceitação por parte das famílias e da sociedade circundante.

Desse modo, podemos perceber que nos contos analisados as cenas sexuais não se filiam de um modo claro e direto com o fazer da literatura erótica, pois

nem se contentam em produzir metáforas simplesmente, que poderiam tornar os textos algo como um erotismo banalizado, nem tentam ser textos que, ao trabalhar com um vocabulário cru, próximo ao que seja considerado vocabulário anatômico, não querem fazer com que os leitores cheguem ao orgasmo. São textos que pretendem ser considerados como literatura, e querem ser reconhecidos assim, ao tratarem de uma temática pouco explorada naquele momento, e relegada à condição de algo ruim para o desenvolvimento estético do literário, considerada de mau gosto, mas corajosa e com valor estético muitas das vezes. Passo, então à apresentação das narrativas selecionadas.

No conto “Aprendizado”, Luiz Canabrava narra a história de Túlio, adolescente seduzido por um senhor mais velho, o qual gosta de meninos. A narrativa insiste na diferença de idade e na relação financeira entre os dois personagens. Canabrava é testemunha de um movimento de libertação dos corpos, o que fica marcado na diferença entre sua produção de 1956, *O sangue de Rosaura*, cujos contos narram uma série de interdições aos personagens, bem como são narrativas extremamente contidas e reprimidas, e esse conto, que, segundo informado em *Histórias do amor maldito*, é de 1966. Ao contrário dos contos presentes no livro de 1956, em “Aprendizado”, ele focaliza um personagem, Túlio, morador de uma cidade grande, que, para não ver a briga dos pais, resolve se aventurar na rua à noite e se depara com o Doutor, “[...] um homem arredondado, de meia idade e parecia ter saído, naquele instante, de uma barbearia, onde lhe houvessem coberto o rosto de talco. Cheirava a talco.” (CANABRAVA, 1968, p. 116) O corpo do doutor, arredondado e perfumado, traz a marca do que é considerado feminino em nossa cultura, está em contraste com o corpo de Túlio. O Doutor também refreia “[...] uma alegria e uma vivacidade repentina, que poderiam fazê-lo muito afeminado, embora transparecessem no sorriso branco e nos

gestos rápidos [...]” (CANABRAVA, 1968, p. 116) Desse encontro na rua, Túlio e o doutor vão para a casa deste último, onde se dá a relação sexual, e o narrador inicia a cena por meio do discurso indireto:

“

“É um bonito menino, poderia ser meu filho. Mas não devo enganar-me, no fundo é um bostinha igual aos outros todos, sei o que pensa de mim. Mas agora é a minha vez, a situação é ótima, as perspectivas amáveis e o sexo fácil – basta estender a mão. Nada mais simples: colher o fruto, tenro e virgem. Estendo a mão simplesmente, amavelmente, não a mão do pecado, que não me sinto como deve se sentir um pecador.”

- Beba um pouco mais – disse, achegando-se.

Com uma das mãos, devolveu-lhe o copo; com a outra apagou a luz.

Túlio esperava, o coração aos pinotes, até que sentiu mais forte o cheiro de talco e a mão peluda tocar-lhe no calção amarelo. Pensou: “se ele se aventurar no que eu não quiser, dou-lhe uma porrada”, no mesmo instante em que o doutor, sensível a qualquer arrepio daquela natureza, e dono da situação à custa de muita prática, como se tivesse lido seu pensamento, o acalmava:

– Não se assuste, não vou fazer nada que você não queira.

Tudo acabado, o doutor acendeu a luz novamente e pulou no meio do quarto com inesperada agilidade, o copo na mão, sorrindo. (CANABRAVA, 1968, p. 118)

É de se notar que a relação sexual não é descrita, pois o narrador onisciente deste conto é bastante sutil. O leitor se depara com um pensamento do doutor sobre Túlio e sua beleza e de como ele agiria. É digno de nota que o Doutor, é dos poucos personagens das narrativas, que não se vê como um pecador mesmo já experiente em aliciar os jovens, que trata como se fossem peças descartáveis, pois não há futuro em relações como essas. A falta de futuro nas relações

amorosas é geracional nas narrativas de uma série de escritores que tratam da temática. A divisão do conto em permitir ao leitor acesso ao pensamento dos dois personagens produz justamente a binariedade da situação, na qual, embora o Doutor seja a parte feminina, é dele a iniciativa e o saber como conduzir as coisas. A partir do pensamento de Túlio, que daria porrada, caso o Doutor fizesse coisas que ele não gostasse, fica esclarecido que o adolescente agiu como ativo na relação sexual. Esta é descrita da seguinte forma: “Tudo acabado”. Desse modo fica claro o que ocorreu, mas sem nenhuma palavra a mais. A descrição da narração, a tentativa de encobrir eufemisticamente o ato sexual, funciona devido às inúmeras pistas do que ocorre antes do fato em si. Depois de tudo acabado, o menino vestirá suas roupas para sair, assim como irá “cantar” o doutor por dinheiro, alegando que sua mãe está brigada com ele. O aprendizado de Túlio se dá na vida e na ação junto aos pederastas mais velhos. Note-se o nome do personagem mais velho, dado a partir de seu lugar social, talvez um médico, talvez advogado, mas sinal de status antes de ser reconhecido com um nome próprio. O aprendizado da personagem está em como lidar com a situação de usar dos sujeitos que levam vidas escusas, mantendo-se como “normais”. Assim a corrente parece ser feita nos modos como os homens vão conhecendo a vida homoerótica, pois há uma iniciação com um homem mais velho, responsável pelo financiamento de uma vida fora de casa, o amor pelo próprio corpo e o uso para este até o momento em que o sujeito se torna adulto. A personagem aprendiz, depois do ocorrido, já voltando para casa tem “nojo por tudo”, rasga uma nota, das duas que recebeu, ao meio, mas depois se consola: “colo-a depois”. (CANABRAVA, 1968, p.119) Nessa despreocupação é que acaba o adolescente voltando para casa assobiando e as coisas parecendo voltar todas a seu lugar. A vida volta ao normal para os seres normais. O título irônico do

conto serve para demonstrar a vida difícil do Doutor que deve ter suas relações sempre de modo escuso e de algum modo financiada por seu próprio dinheiro.

Em *O sexo portátil*, provavelmente publicado em 1968, o leitor acompanhará as desventuras de Camilo, narrador em primeira pessoa, recém-chegado de Mata da Corda ao Rio de Janeiro, e tendo que se haver com sua identidade sexual conturbada, com sua fama de desastrado e inútil propalada por seu próprio pai. Camilo, que circula entre os bairros de Laranjeiras e Flamengo, passará a encarar as investidas de Renato, com quem dividirá um quarto, assim como se relacionará sexualmente com Zaíra, dividindo teto com ela. No entanto, ele não se resolve sem problemas, lembrando-se sempre de seu passado em uma cidadezinha do interior, lidando com as relações e as ordenações de sua família.

Em outro momento, Camilo nos informa:

“

Mas eu não tinha o que fazer aos sábados e voltava sempre às reuniões no quarto de Renato. Numa delas, embebedei-me diante de dois rapazes que sussurravam entre si. Não podia distinguir o que diziam, a música era alta e Renato procurava vencê-la, gritando. Os dois rapazes puseram-se a dançar. Constrangido, mas sem que me animasse a deixar o quarto, procurei a janela. O sol forte do fim da tarde calorenta doeu-me nos olhos. Suava, de costas para o barulho. [...] Virei-me. Ao meu lado, um rapaz de camisa azul. Esquecido dos bacilos que, na certa, pairavam no ar, comecei a dançar, sem que sentisse nenhum prazer na dança, ou no contato do corpo do parceiro de camisa azul. Todos dançavam. Uma repentina lucidez, um asco repentino levou-me a dizer: – Espera aí. Vou beber mais um pouco.

Desmanchado o nó, submergi como um escafandrista na escuridão, que já invadia o quarto, onde repousavam os corpos dos rapazes. Pesquisava, relutante. O ar era ignóbil: fervilhava de pastosas bolhas amarelas, que me

dificultavam a visão. As ramagens úmidas e as algas, pelos que se esvaneciam ao menor contato, diminuía o poder de percepção dos meus dedos ágeis. Contei vinte membros em duplicata e vinte troncos exatamente iguais. Os sexos e as bocas não eram iguais. Nenhum deles tinha a mesma consistência, nem odor. Os sexos assemelhavam-se a cordões umbelicais. (sic) Como um escafandrista, retornei à superfície. No quarto, que no primeiro minuto ainda julgava com a mesma gente, estava apenas Renato, deitado na cama, a respiração estertorosa de bêbado. (CANABRAVA, 1968, p. 42-43)

Da narração dessa cena salta aos olhos o modo como o narrador faz questão de salientar seu estado de espírito. Primeiro a afirmação de que ele não fazia nada aos sábados, e por isso tinha que ir à casa de Renato, a sua vulnerabilidade. Não fazer nada, indica sua inutilidade na regra da masculinidade, pois um homem, segundo a noção de gênero comum, está sempre ocupado com seu trabalho, mesmo em um sábado, é bom que ele faça algo e não se entregue ao ócio, produtor de tolices ou de desvios. Segundo, o quanto ele achava o ambiente decadente, e mais uma vez o quanto ele não se sente pertencente àquele mundo. Os bacilos no quarto e o ar ignóbil conforme ele conta a seu leitor estão a compor um lugar de abjeção, contagioso, de odor fétido, no qual o sujeito mal respira, sentindo-se parte de um mundo marcado pela doença, pela patologia constituinte da identidade do homossexual visto como perverso. Contribui para isso a necessidade de o narrador beber mais para se envolver em uma cena em que mais de dois homens estão a se beijar ou a copular. Ao invés de narrar a cena, explicitando o que aconteceu, ele prefere a metáfora do escafandrista. É digno de nota que ele utiliza nesse trecho a imagem duas vezes, sempre colocando-se “como um escafandrista”, o que significa que ele precisa se transformar em algo que ele não é para estar naquele lugar. O termo escafandrista é comum de dois gêneros, e significa

sujeito que mergulha utilizando um escafandro para fazer seu trabalho. A vestimenta é impermeável, hermeticamente fechada, a qual imunizaria o sujeito que trabalha mergulhando por muitas horas dentro d'água do contato com elementos indesejáveis. Portanto, Camilo, como um escafandrista, mergulha no fundo das águas, e estas estão abarrotadas de signos da confusão, pois onde ele submerge há muitas algas, ramos, bolhas amarelas. Essa realidade espessa, lodosa, na qual ele se afunda contribui para sua sensação incômoda de não pertencimento. Se a metáfora é para proteger os leitores de verem uma orgia, ao mesmo tempo ela reforça a dificuldade de Camilo em se relacionar com sua própria sexualidade, para a qual ele desejaria estar impermeabilizado. Mas ainda assim vemos que os membros, sexos e bocas se tocaram e o narrador emerge para a “realidade” tendo Renato deitado a seu lado. O retorno à realidade é sempre negativo para Camilo, como se sua vida fosse sempre muito difícil. Um presente incômodo, para o qual o sujeito quer sempre encontrar razão de ser em seu passado traumático na cidade do interior.

Samuel Rawet será muito reconhecido como escritor existencialista e angustiado, mas pouco analisado pelo viés da questão homoerótica. Os contos de Samuel Rawet cuidam de um cotidiano muito estranho nas grandes cidades, pois tudo é muito obscuro, até mesmo o modo da escrita se apresentar. Nos contos selecionados, os personagens encontram-se em situações limite ou em errância pela cidade grande, por suas ruas escuras ou pelos becos e espaços marginalizados pela sociedade. Em seu livro *Os sete sonhos*, publicado em 1967, ganhador do prêmio Guimarães Rosa, destaco dois contos nos quais são descritas cenas sexuais homoeróticas.

No conto “Os sete sonhos” temos um personagem a sonhar sete sonhos que são narrados sem ordem específica; dentro de um desses sonhos ele devaneia

que um homem está praticando uma felação com ele. Esse tipo de representação é bastante incomum para a literatura considerada séria do tempo de produção da narrativa. No conto, um mundo completamente onírico se descortina aos olhos do leitor. Nesses sete sonhos que serão sonhados ou são sonhados pelo personagem há uma lógica descendente, pois o personagem narrado, um homem anônimo, se encontra de um modo paradoxal: “Precisamente naquele instante o seu mundo era o do sétimo sonho daquela quinta-feira de outubro.” (RAWET, 2004, p. 143) Como o mundo onírico tem uma lógica própria vamos ver o personagem sonhando um sonho intermitente no qual algumas figuras se repetem, assim como se reiteram na narrativa muitas orações e um período inteiro. As figuras reiteradas são o moinho d’água, o golpe dado com a mão em um janelão, a cadeira de balanço e a cena coprofílica, esta que aparece inteiramente descrita no quinto sonho:

“

Regressara ao quinto sonho. E o regresso era ainda mais doloroso do que a partida que o levara ao sexto. Exatamente porque regressava. A sala em penumbra, a poltrona estofada no centro e ao longo do lado maior o tapete e o mesmo tipo à sua frente. A repugnância atingira um grau tão intenso que só o sonho, o sexto, aliviou-o das cargas de sono denso que encontrou como escape às conseqüências de uma imposição coprofílica. O tipo insistia com as mesmas manobras anteriores à sua volta. A princípio, e isto ainda antes de chegar à cadeira de balanço e ao moinho d’água, parecia ouvi-lo discretamente. Não sabia com exatidão o que lhe tinha a dizer. Sabia apenas que o outro parecia ouvi-lo discretamente, embora às vezes deixasse escapar um risinho, produto mais da ausência de controle do que propriamente motivado por qualquer coisa que dissesse. Apesar disso não se lembrava se tinha dito alguma coisa. O

tipo, baixo, gordo, o rosto arredondado, os cabelos ondulados para cima, escondendo por trás de umas lentes escuras os olhos ávidos e mal dissimulando uma ânsia maior do que a sua, o tipo deixou bruscamente a outra poltrona e lançou-se a seus pés. Sentiu os dedos que lhe procuravam as coxas e as mãos mergulharam avidamente na abertura da braguilha e envolveram-lhe o membro com sofreguidão. O espanto e a excitação tolheram qualquer reação. E instantes após a cabeça fazia-lhe pressão entre as virilhas, e via apenas o movimento ondeado dos cabelos enquanto uma sucção inutilizava-lhe alguma coisa, ainda não sabia exatamente o que era. Agora, via o rosto risonho à sua frente, um rosto redondo, entre infantil e imbecil, e procurava conter um ímpeto mais violento distraíndo-se com a engrenagem de um moinho d'água e uma cadeira de balanço de madeira vergada e assento e encosto de palha trançada. Um impulso irresistível de movimento fê-lo deixar de lado alguns pensamentos contraditórios coexistentes e assentou-lhe um golpe violento com o joelho na boca. (RAWET, 2004, p. 144-145)

Note-se que a personagem sonha ao revés, e seu sonho é angustiante, pois todas as figuras reiteradas lembram justamente uma relação sexual, remetendo à repetição de movimentos constantes, de vai e vem como a cadeira de balanço, e de subida e descida, como o moinho d'água, especificamente nesse trecho citado. A repetição de movimentos levaria ao fim de um processo, o que, por contiguidade se ligaria ao gozo, ou o fim de uma relação sexual, o que no caso, termina de um modo violento. No entanto, a cena coprofílica, uma cena de felação, a qual o narrador diz ser uma imposição coprofílica, causa ao personagem a sensação de um retorno “mais doloroso”, bem como de repugnância. A felação é produzida por “um tipo”, gordo de “rosto redondo entre o infantil e o imbecil”, o qual apresenta uma ausência de controle, que avidamente lhe toma o pênis e faz pressão na glândula com a boca, imagem que circulará diversas vezes na narrativa. Essa cena é angustiante e triste para a personagem,

que não suporta o “tipo”, dando-lhe uma joelhada na boca, o que interrompe a ação do outro bruscamente. Não bastasse a cena ser chamada de coprofílica, algo que está ligado à adoração das fezes ou de material morto, o que especificamente não existe na cena, a relação termina em violência por parte da personagem para com o “tipo” de corpo fora dos padrões normatizados. Assim, a representação tanto do ato quanto da personagem que ativamente produz algo considerado como ação de um pederasta passivo é negativamente, explicando porque este “tipo” merece a violência sofrida. Além da denominação coprofílica, o sujeito do ato é chamado de “tipo”. Embora ele seja anônimo, como o personagem que sonha, essa expressão indica o quanto ele é insignificante, sendo um significante muito utilizado por Rawet para descrever sujeitos homossexuais em outros contos. “Tipo” é uma expressão que indica um modelo a ser imitado, ou alguém que representa uma certa classe de pessoas, mas também é alguém reles, sem importância, destituído de valor humano. Esse “tipo” é um modelo do homossexual reconhecido por seu corpo ex-cêntrico, infantilizado, imbecilizado devido à sua condição de sujeito danoso à sociedade. O ato sexual é condenado, é algo perdido, pouco merecedor de cuidado, embora seja o motivo que mais movimenta o sonho. O *leit motiv* do sonho, a cena sexual recalcada desde sempre pela personagem, mesmo que repetida em suas representações “o moinho d’água”, “a cadeira de balanço” e a “mão quebrando a janela”, se refaz a cada sequência, como se fosse uma relação sexual constante. O recalcado se organiza não em termos de enunciado, mas de enunciação, pois são sempre metáforas da ordem da violência, de algo sempre sendo forçado como a cena coprofílica, na qual o sujeito força-se sobre o protagonista.

Se a sequência é perdida e incoerente para a personagem ela bem pode ser montada pelo leitor. “Sabia apenas que entre a prece mais ou menos espontânea,

mais ou menos mecânica, e o gesto do tipo que se lançara sobre suas virilhas havia uma relação um pouco mais importante do que as coisas vagas que até então lhe haviam transmitido.” (RAWET, 2004, p. 145) O desejo que se representa no sonho é a realidade na qual a cupidez gerada para com alguém do mesmo sexo deve ser recalçada, por isso volta em forma de símbolo para ser permitida e vivenciada. O personagem só irá voltar a uma realidade depois de passar pelo primeiro sonho, do qual acorda para a realidade, que ainda lhe parece onírica, mas que na narrativa é seu despertar em um quarto de hotel, portanto longe do cenário dos sonhos, embora o teto pareça mais distante do que o é na realidade, conforme as palavras do narrador. Logo, o personagem sai para andar na cidade, fechando a conta no hotel e pegando um ônibus para continuar sua viagem, podendo sonhar novamente.

Em “Crônica de um vagabundo”, conto presente no mesmo livro do conto anterior, a narrativa se inicia com “Era uma vez um vagabundo” (RAWET, 2004, p. 211) e vai nos apresentar um sujeito anônimo que chega a uma determinada cidade também sem nome e perambula por esta, tendo alguns encontros com transeuntes também anônimos, e de vez em quando consegue alguns empregos temporários. Embora a narrativa se inicie como um conto de fadas, não se faz a menor questão de representar um mundo maravilhoso, mas, ao contrário, apresenta ao leitor uma realidade crua e sem atrativos, com locais de pouca visibilidade em uma cidade grande. O vagabundo é alguém que não tem mais ou não quer ter mais nenhuma ligação com o mundo ordenado da cultura. O sujeito que vaga, que erra pelo mundo, alguém que perambula sem destino certo, errante, sem constância e sem residência certa, alguém sem paradeiro. Suas relações não se fazem duradouras, assim como ele pouco se importa com os laços afetivos ou as noções que movem uma sociedade organizada. Ele é um homem de negativas:

“

Não tem sono, não tem fome, não tem apetites sexuais, a roupa poderá ser considerada limpa até a tarde do dia seguinte. Não tem propriamente problemas, a não ser todos aqueles que se apresentam a um homem quando acorda de manhã, sem trabalho, sem futuro, sem afeto, sem responsabilidade e sem ambições, porque as que existiam eram tão grandes que se esfarinharam ao impacto de uma engrenagem sem mistérios mas terrível. Não tem sono, não tem fome, não tem sonhos, e o mistério das coisas já não o interessava mais, naquele momento nem as coisas. (RAWET, 2004, p. 220)

Dessa negativização do sujeito se faz o vagabundo de Rawet, homem sem qualidades, mais do que sujeito, objeto, alguém que não quer pertencer ou se adequar ao mundo da ordem, contida na repetição das negativas, reiteradas na falta de sono e de fome. Sua perambulação o coloca em contato com uma prostituta, com a qual vai para a cama, mas acha tudo muito tedioso e nauseante; com um velho que lhe ensina um lema de que o mundo é um bordel e todos são prostitutas; com um homem com sotaque nordestino que lhe pede para ajudá-lo a limpar a irmã de seu sogro, que está em uma cama suja de suas próprias fezes; encontra-se com uma senhora mais velha que é solitária e que pretende falar sobre um “Código da solidão”; com um senhor que escreve ou tenta escrever uma história sobre a revolução dos canjicas; e com um padeiro com o qual tem o seguinte encontro:

“

A lâmpada oscila ainda, pois o movimento da porta fez vibrar a instalação. Já vira outros piores. Alheio ainda à própria presença ali dentro prendia-o uma quietude e uma

certa umidade de capim e folhas. Definir exatamente os sentimentos ao ver o outro já sem roupa, apenas de cuecas ser-lhe-ia uma tarefa tão longa que significaria uma nova ausência ali; e queria estar presente. Precisava estar presente para vislumbrar uma pequena abertura no que era mistério, náusea, repugnância e estigma. O dorso flácido, o jeito risonho e ao mesmo tempo amedrontado, nos olhos um não levar-a-sério o próprio riso de insatisfação em perspectiva. Encara-o e seu modo apático ainda o desequilibra mais. Aproxima-se, tenta envolvê-lo com os braços numa excitação que lhe parecia necessária. Ele se ergue e fica a olhar pela janela fechada. Fuma. Ao se virar já o outro está deitado com uma expressão de funda agonia no rosto. Não chegou a pedir explicações, e sem que fosse solicitado principiou uma história não muito diferente da de uma puta. Ele se senta novamente e acompanha a conversa com uma palavra solta, mas suficiente para garantir uma ligação. Entendiam-se. A voz do outro era funda, podia-se ouvir quase o ar fazendo esforço na garganta, e o acento melancólico inevitável. O silêncio depois foi prolongado e quando se ergueu da cadeira e apertou-lhe a mão em despedida, viu nos olhos súplica tão intensa que não se conteve. Abaixou o corpo e beijou-o. O outro nem sequer se moveu, e quando ergueu a cabeça e no instante de abrir a porta ainda se virou, viu dois olhos úmidos, apenas úmidos se deslocarem para a parede (a cama de armar estava vazia, e não havia sinal de porteiro), desceu os degraus e pouco depois viu-se na rua novamente. (RAWET, 2004, p. 232)

A cena é patética, pois a personagem é incapaz de dar o que o outro, o padeiro, lhe solicita. Mesmo com toda dificuldade a personagem quer estar presente na cena, pois deseja conhecer o que é o mistério, a náusea, a repugnância e o estigma, lugares comuns do sujeito homoerótico antes dos anos 1970 no Brasil. Essa incapacidade de afeto ou de tentar minimamente dar prazer ao outro sequer é esboçada pela personagem que estranha os atos do padeiro, e vê o corpo deste, corpo semelhante ao do “tipo” citado no conto “Os sete sonhos”. Essa marca desse corpo flácido, sem força, totalmente passivo, é signo do pederasta jogado ao

léu pela cultura, do anormal e abjeto, que não recebe um mínimo afeto até mesmo de quem é tão abjeto quanto ele. Afinal de contas a personagem principal do conto é um anormal, como vai dizer de si a senhora velha que quer criar um código da solidão, que fala em contrabalançar o peso dos normais com sua abjeção. Judith Butler (2000) percebe na sociedade ocidental a matriz da heteronormatividade excludente, que gera os sujeitos ou corpos abjetos, pessoas que não são consideradas humanas, que não podem requerer o estatuto de sujeitos autônomos.

O corpo abjeto é justamente aquele que está fora dos padrões organizados pela cultura naquilo que é considerado produtivo, saudável e bem comportado. Não bastasse o sujeito não ter seu lugar reconhecido pelo outro, devido ao tratamento recebido pela cultura, ele tampouco percebe-se como sujeito, sendo, portanto, aquele que também se auto rejeita. A personagem de Rawet é um desses sujeitos, que, ao cruzar com vários sujeitos abjetos, não os reconhece enquanto sujeitos, impondo ao homossexual um desprezo generalizado. A vida dos sujeitos abjetos é representada como sendo uma vida de falta de afetos, e estes encontram-se tão negativizados quanto o protagonista. Não há possibilidade de escape a estes sujeitos, expletados da vida da cultura, marginalizados irremediavelmente da sociedade, destratados pela introjeção dos valores culturais que os torna abjetos.

Nesse sentido, as narrativas demonstram que, embora se trate de uma temática que se quer representar, os autores ainda estão presos ao contexto no qual produzem, pois seus personagens apresentam-se quase sempre como sujeitos desgarrados ou inadequados ao sistema social vigente, confirmando o que Pierre Bourdieu entende como o sujeito dominado que assume o discurso da dominação e se submete a este. (BOURDIEU, 1999)

Nesse sentido, esse incômodo geracional é demonstrado pelos escritores e representado em suas personagens e nas narrativas que eles criam. Quase todas as histórias se assemelham pelo fato de apresentar sujeitos frustrados e infelizes. O homoerotismo é tratado como algo desviante, patológico, negativo, e quase sempre mencionado como “homossexualismo”, conforme o reconhecimento que a questão suscitava à época. É importante salientar que a figuração de homoerotismo só surgirá muito mais tarde, já nos fins dos anos 1990. Desse modo, são sujeitos inadequados e, mesmo tendo suas possibilidades, precisam se esconder da família, dos amigos, quase sempre são incapazes de viverem sua sexualidade de forma tranquila, como demonstram as narrativas que tratam da evasão e da tentativa de se evitar os contatos entre os sujeitos desejantes. Os ambientes nos quais eles circulam são sempre sórdidos ou, quando são ambientes socialmente aceitos, os personagens encontram-se perdidos, incapazes de realizarem seus desejos e, mesmo quando os realizam, sentem-se incompletos, infelizes e angustiados. Assim, espero ter demonstrado através dessa pequena amostra, uma parte do trabalho que realizo com uma quantidade maior de narrativas que apresentam relações sexuais homoeróticas como marca de reflexão sobre a condição dos homossexuais representados na literatura brasileira.

Referências

ALEXANDRIAN. **História da literatura erótica**. Tradução de Ana Maria Scherer; José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. M. H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANABRAVA, Luiz. “Aprendizado”. *In*: DAMATA, Gasparino. (Org.) **Histórias do amor maldito**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1968. P. 109-119.

CANABRAVA, Luiz. **O sexo portátil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

DAMATA, Gasparino. (Org.) **Histórias do amor maldito**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010.

MORAES, Eliane Robert. **Perversos, amantes e outros trágicos**. São Paulo: Iluminuras, 2013.

PRECIADO, Beatriz. Terror anal. *In*: HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homossexual**. Santa Cruz de Tenerife, 2009. p.133-174.

RAWET, Samuel. **Contos e novelas reunidos**. Organização André Seffrin. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

SEDGWICK, Eve Kosowski. **Between men**: english literature and male homosocial desire. New York: Columbia University press, 1985.

SOHN, Ane Marie. O corpo sexuado. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. Tradução de 2 ed. Vol III. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008. P. 109-154.

11

Capítulo

Conjugalidade lésbica da meia idade e adiante: o que a literatura tem a nos contar?¹

Lia M Meloni
Emerson F Rasera

.....
1 Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia pela primeira autora sob orientação do segundo autor. Agradecemos o apoio financeiro do CNPQ.

Introdução

Sabe-se que o envelhecimento da população é um fenômeno que ocorre mundialmente, principalmente entre as mulheres, que tendem a viver mais que os homens (IBGE, 2011). Provavelmente, o número de mulheres lésbicas que atingem a velhice também tem aumentado. Embora esta realidade seja vigente e a produção científica sobre homossexualidade feminina esteja em ascensão e crescimento, a maior parte desses trabalhos não abarca satisfatoriamente as vivências de lésbicas idosas. Por um lado, há estudos que se concentram apenas em faixas etárias mais jovens. Por outro lado, os estudos em larga escala incluem amostras mistas, com diferentes orientações sexuais ou diversas faixas etárias, sem dar a devida atenção à discussão sobre as categorias de idade e as suas especificidades. Dessa forma, as vivências de envelhecimento, particulares da faixa-etária, não são devidamente reconhecidas (ALVES, 2010; GABBAY; WAHLER, 2002; SCHOPE, 2005).

Assim, fala-se sobre uma “tripla invisibilidade” envolvendo a velhice lésbica. Ela diz respeito justamente ao desinteresse na abordagem e cuidado desse nicho populacional, que fica vulnerável ao sofrimento de opressões por ageísmo (discriminação por idade), sexismo e lesbofobia, destacando três desafios distintos, mas que são enfrentados cotidianamente por essas mulheres (KEHOE, 1986). Dentre a literatura limitada com foco em mulheres lésbicas mais velhas, existem poucos trabalhos que investigam os relacionamentos românticos ou conjugais. Com isso, dificulta-se a discussão de aspectos importantes sobre os relacionamentos afetivo-sexuais entre mulheres, o que culmina com o desconhecimento acerca da existência lésbica e sua diversidade (TOLEDO, 2008).

Existem questões comuns experienciadas por mulheres de diferentes orientações sexuais no que con-

cerne os desdobramentos físicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento e que exercem influência sobre a sexualidade e as formas de se relacionar da mulher mais velha, como a menopausa, por exemplo. Contudo, as experiências afetivas de mulheres lésbicas diferem muito das vividas por mulheres heterossexuais, e há uma necessidade de esclarecimento e conhecimento mais aprofundados dessas relações (LIMA, 2006). Os laços afetivos construídos não são baseados somente no desejo individual, mas passam relações de gênero, sexo, raça, classe, vínculos intergeracionais e orientação sexual e, por isso, para a mulher lésbica, os relacionamentos são marcados por processos de uma vivência heterodissidente, muitas vezes, estigmatizada (TOLEDO, 2008).

Embora o casamento, viuvez e aposentadoria sejam vivências de grande relevância para adultos mais velhos, alguns pontos-chave de distanciamento das experiências de idosas lésbicas em relação a pessoas com padrões de vida heteronormativos são destacados, como o próprio desenvolvimento da identidade sexual, as discriminações relacionadas à sua identidade e ao seu relacionamento, ou ao casamento entre mulheres, que sofreram influências do contexto histórico e cultural vivido. Lésbicas que hoje têm 65 anos cresceram em um momento em que a sociedade impunha rígidos papéis de gênero e divisões muito tradicionais de trabalho, que designavam ao homem a função de provedor e à mulher de cuidadora. Movimentos históricos de libertação feminina exerceram grande influência sobre as formas de vivenciar a sexualidade, porém para mulheres com mais de 80 anos essas mudanças sociais parecem que vêm tarde demais. É em meio a essas transformações sociais que lésbicas construíram sua identidade e suas relações, portanto é necessário considerar o impacto geracional, assim como das múltiplas discriminações vividas, sobre sua visibilidade e bem-estar (BARKER; DE VRIES; HERDT, 2006).

Considerando que a presente revisão busca explorar os vínculos conjugais de mulheres lésbicas mais velhas, o uso do termo conjugalidade se torna proposital neste trabalho, por se tratar de uma expressão que não corresponde a um rótulo ou status específico, mas que diz de uma relação em constante movimento e mudança, podendo descrever um namoro, casamento, união estável, ou qualquer outro “nome” que se dê a uma relação construída em casal (PORRECA, 2019). Ainda, a iniciativa de investigar as relações amorosas procurando não se restringir a um estado civil específico, como o casamento, também se relaciona com a realidade de que a união civil entre duas mulheres nem sempre foi permitida, o que significa que durante muito tempo não houve possibilidade de escolha para casais lésbicos quanto ao reconhecimento legal de sua união.

Pensando na importância de abordar a relação entre parceiras do mesmo sexo e tendo em consideração o crescimento da população idosa, acompanhado do apagamento das discussões sobre a conjugalidade desse grupo, objetivou-se com esta revisão analisar como os relacionamentos conjugais de mulheres lésbicas mais velhas têm sido representados na literatura.

Método

O presente estudo é uma revisão integrativa da literatura, que de acordo com Whitemore e Knaf (2005) consiste em uma forma rigorosa de obter dados metodológicos e de resultados diversos, e que pretende responder à pergunta de pesquisa “Como os relacionamentos conjugais de mulheres lésbicas mais velhas têm sido representados na literatura?”.

O processo de levantamento bibliográfico foi realizado em janeiro de 2021 nas seguintes bases de dados: Psycinfo, BVS Saúde e SciELO. Os critérios considerados para a seleção das bases foi por serem de domínio

brasileiro e internacional, e por incluírem artigos relacionados à temática investigada pela revisão. Os descritores ou palavras-chave utilizados para pesquisa foram: “lesbian AND (romantic relationships OR marriage OR marital relations) AND (aging OR older persons OR elder OR senior)” na base Psycinfo e “(lésbica OR lesbianismo) AND (casamento OR relacionamento conjugal) AND (envelhecimento OR pessoa idosa)” nas bases BVS Saúde e SciELO. Além disso, foram utilizados filtros disponíveis nas próprias bibliotecas online, de forma a selecionar apenas artigos já revisados por pares e, com exceção da Psycinfo que trabalha exclusivamente com publicações em inglês, os filtros de seleção de trabalhos na língua inglesa e portuguesa também foram utilizados. É importante ressaltar que a última base citada (SciELO) não surtiu resultados, tanto de artigos em inglês ou português, além do fato de que em ambas as outras bases todos os artigos encontrados estavam na língua inglesa.

Em relação ao período da pesquisa, a busca contemplou os anos de 2010 a 2020. Foram recuperados 140 artigos ao todo, dos quais, primeiramente, foram excluídos os artigos duplicados resultando em 133 trabalhos; depois procedeu-se à leitura dos títulos e resumos com o intuito de avaliar se constavam informações referentes aos relacionamentos conjugais de mulheres lésbicas mais velhas. Em seguida, a leitura dos textos completos foi realizada a fim de ponderar se os artigos seriam ou não inclusos no corpus da revisão de acordo com sua elegibilidade, realizando a seleção final do material.

Como critérios de inclusão foram adotados os seguintes aspectos: (a) publicações no formato de artigo científico; (b) na língua inglesa ou portuguesa; (c) trabalhos revisados por pares; (d) dentro do período de 2010 a 2020; e (e) que estivessem dentro da temática proposta pela revisão, tratando de mulheres lésbicas mais velhas e seus relacionamentos conjugais. Os es-

tudos foram excluídos quando: (a) trabalhos fora da temática em discussão; (b) que não tinham as mulheres como foco; e (c) que não abarcassem pessoas de meia-idade em diante. Assim, o *corpus* final da revisão foi composto por 23 artigos.

Um formulário de extração de dados e método de codificação foi desenvolvido como meio de organização dos estudos incluídos, através de uma planilha do Excel, de forma a separar informações chave sobre cada trabalho. As variáveis de interesse para a revisão foram dispostas na planilha com informações sobre: títulos de cada texto, resumos, autores, palavras-chave, anos de publicação, seus periódicos, área de estudo da revista, objetivo, método, estratégia de coleta de dados, análise dos dados, participantes do estudo, perfil dos participantes, local do estudo, contexto, principais resultados e as potencialidades e limitações dos estudos.

Os dados dos resultados foram submetidos à análise temática, que consiste na criação de categorias temáticas classificadas e agrupadas de acordo com suas semelhanças de conteúdo, seguindo etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos mesmos (BAR-DIN, 2006). As publicações selecionadas foram lidas diversas vezes a fim de obter familiarização com os dados, de forma que os temas de análise fossem identificados de acordo com as principais características de seus resultados.

Resultados

As informações dos 23 artigos foram apresentadas na revisão divididas em quatro partes. A primeira, Panorama das publicações, se refere aos dados descritivos e características dos estudos, apresentadas de acordo com as dimensões: (a) Ano, (b) Fonte de publicação, (c) País de origem, (d) Métodos e (e) Participantes. Em seguida, os principais resultados dos estudos analisados foram agrupados de acordo com suas afinidades temáticas, abarcando três categorias: Representações dos relacionamentos conjugais e o envelhecer para casais lésbicos; Relações e laços sociais: família, trabalho e rede de apoio; e Preocupações e preparações do casal frente o fim da vida.

1 | Panorama das publicações

Em relação à primeira dimensão de análise, (a) Ano, sobre a distribuição das publicações ao longo dos anos, observa-se que cinco foram publicados em 2018, sendo esta a maior concentração de trabalhos em um ano; seguido de quatro artigos publicados em 2012 e em 2017; dois nos anos de 2014 e 2015; uma publicação nos anos de 2011, 2013, 2016, 2019, duas em 2020; e nenhuma no ano de 2010. Os trabalhos revisados não seguiram um crescimento ou decréscimo em relação aos anos.

Os resultados relativos à dimensão (b) Fonte de publicação, que diz respeito às revistas e suas áreas de estudo, apontam que os artigos foram publicados em 16 periódicos distintos. Dentre todos os 23 trabalhos, não houve nenhuma publicação em periódico brasileiro, fato que vai ao encontro do que é relatado por diversos autores, como Anne Dantas (2021), ao denunciar a falta de publicações relacionadas à temática do envelhecimento lésbico, principalmente na literatura brasileira, ao mesmo tempo em que a conjugalidade

de casais gays e lésbicos é um campo que tem atraído a atenção (NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN; FONTAINE; DOS SANTOS, 2015). Quanto às áreas de foco dos periódicos analisados, foram encontradas: 6 publicações voltadas aos estudos sobre a pessoa idosa, suas questões particulares, de saúde e sociais; 5 em revistas multidisciplinares que tratam de temas de saúde e sociais de maneira mais geral e integrativa, sem abordar um nicho populacional específico;

4 em revistas que versam particularmente sobre casamento e família; 4 em periódicos específicos sobre homossexualidade; 1 em um periódico de psicologia; 1 de estudos feministas, 1 específico sobre sexo; e 1 específico sobre o envelhecer na mulher. Considerando os resultados, os artigos foram distribuídos em vários tipos de revistas, e não se identificou nenhuma publicação em um periódico científico voltado especificamente ao envelhecimento LGBT, o que assinala o desinteresse relacionado à velhice lésbica, apesar da atenção crescente sobre seus relacionamentos.

Sobre a dimensão (c) País de origem, a grande maioria tem origem exclusivamente estadunidense (19), sendo que apenas três trabalhos têm origens diferentes: Canadá, Argentina e Austrália, e um deles foi realizado entre os Estados Unidos e Canadá. A predominância da origem estadunidenses pode se dever a uma maior quantidade de produção advinda do país, mas também pode ter sido influenciada pela busca realizada na base internacional Psycinfo. Contudo, ainda se ressalta a necessidade de mais estudos nacionais nessa área e que considerem a realidade brasileira (DANTAS, 2021).

O que concerne a dimensão (d) Métodos, foram encontradas 11 pesquisas qualitativas empíricas, 9 quantitativas empíricas, duas revisões de literatura qualitativas e um artigo “quanti-quali”. Os métodos de coleta variaram entre de entrevistas semiestruturadas em profundidade (10 artigos), uso de grupo focal

(1 artigo), questionário aplicado em papel e online (4 artigos), levantamento bibliográfico (2 artigos), uso de dados decorrentes de projetos anteriores (6 artigos), como com a retirada de informações de perfis de sites públicos ou do *Census*. Já o recrutamento, salvos os casos citados em que os dados já existiam e não foi preciso recrutar pessoas para a pesquisa, nota-se um uso de métodos variados: divulgação por meio da mídia, redes sociais, contato direto por telefone, e-mail, panfletagem, envio de cartas e ajuda por intermédio de registros locais e agências comunitárias. Quanto às análises, entre as pesquisas qualitativas, a maioria ocorreu por métodos indutivos de categorização e codificação, com exceção de uma pesquisa que utilizou análise narrativa, sendo importante ressaltar que seis destas fizeram uso de softwares como auxílio da análise. Já entre as análises quantitativas, observou-se a aplicação de análise descritiva, análise estatística de regressão com auxílio de softwares (Stata 12, Stata 14.1, Mplus 7.4 e SPSS), e análise exploratória textual por meio do software Meaning Extraction Helper. Entre as revisões, uma não apresenta método de análise, enquanto a outra parte da teoria feminista e sociologia. Por fim, o trabalho “quanti-quali” analisou seus dados qualitativos por meio da análise temática e os quantitativos por análise estatística descritiva. Assim, tendo em conta a metodologia qualitativa e quantitativa dos 23 estudos selecionados, foi possível apreender conteúdos relacionados ao envelhecimento e relacionamentos lésbicos de forma qualitativamente aprofundada e também de maneira quantitativa e passível de generalização.

A propósito da quinta dimensão, (e) Participantes, observa-se que o número de pessoas flutuou muito, considerando a variedade do corpus da revisão. Temos um N variando de 5 a 120 pessoas nas pesquisas quali, de 265 a 3.567 nas pesquisas quanti (salvo o estudo que utilizou dados do *Census* e obteve um número muito maior de participantes), e 456 na pesquisa

“quanti-quali”. Apesar da grande variação numérica, os estudos concentram-se em nichos similares, os quais focam suas discussões em pessoas de meia-idade e pessoas idosas. É importante ressaltar que dos 23 artigos apenas quatro tratavam exclusivamente de mulheres lésbicas, dos demais, 10 foram compostos de forma mista (por homens e mulheres e com pessoas heterossexuais e homossexuais), entretanto foram incluídos na revisão por também trazerem a mulher lésbica como parte da discussão, seguidos por 9 artigos que se concentravam na população LGBTQ+, abordando homens gays, mulheres lésbicas e bissexuais. Apenas um trabalho incluiu pessoas transexuais em sua amostra, que consistiu em apenas 1.1% dos participantes totais da pesquisa. Assim, destaca-se a importância em diversificar as populações estudadas, considerando a identidade e gênero das pessoas além de sua orientação sexual, assim como a relevância de mais trabalhos que falem sobre a realidade da mulher lésbica, cisgênera e transgênera, especificamente; além da importância de mais estudos que tratem de mulheres lésbicas de forma exclusiva, permitindo discussões e dados mais aprofundados e específicos acerca de seus relacionamentos e trajetórias.

Ademais, no que diz respeito à faixa-etária que as pesquisas contemplam, dos 23 trabalhos apenas 8 se concentravam em pessoas idosas, enquanto 15 tinham a amostra composta majoritariamente por pessoas de meia-idade adiante. Essa diferença talvez possa ser indicativa do entendimento comum que o avançar da idade implica em menores investimentos nos relacionamentos afetivo-sexuais. Contudo, em relação aos quatro estudos exclusivos com lésbicas, dois deles trataram especificamente da lésbica de idade avançada e os outros dois, de lésbicas na meia-idade. Houve também um perfil evidenciado entre as participantes das pesquisas: majoritariamente brancas, com altos níveis educacionais e com melhores condições financeiras. A participação de minorias racializadas, ou em

vulnerabilidade socioeconômica, foi bastante pequena quando comparada ao número total de participantes, o que indica que as amostras foram limitadas e enviesadas a um perfil privilegiado.

2| Representações dos relacionamentos conjugais e o envelhecer para casais lésbicos

Dentre as publicações revisadas, observaram-se alguns pontos em comum no que se refere a como as relações lésbicas são caracterizadas. O primeiro, e talvez um dos aspectos mais significativos, é sobre como o relacionamento lésbico é constantemente retratado como uma parceria de longa duração, aduzindo que as mulheres tendem a se envolver em relações mais longas e estáveis, nas quais as companheiras identificam-se como parceiras para a vida. Enquanto isso, lésbicas que não vivem um relacionamento como este apresentam o desejo e a procura por estar, considerando que os relacionamentos estão correlacionados a níveis de saúde e interação social mais altos e menos chances de solidão na velhice (AVERETT; YOON; JENKINS, 2011; POWELL; NEUSTIFTER, 2012; AVERETT; YOON; JENKINS, 2012; WILLIAMS; FREDRIKSEN-GOLDSSEN, 2014).

Um segundo aspecto versa sobre o modo que os relacionamentos lésbicos são descritos como mais dinâmicos e apoiadores, constituindo uma relação em que o casal se reforça mutuamente. As informações sugerem que casais homossexuais tendem a adotar dinâmicas mais igualitárias na relação, quando se leva em consideração a comparação com o cotidiano de casais heterossexuais, indicando que os contextos relacionais de gênero entre lésbicas criam sistemas de intimidade característicos e que sustentam o relacionamento ao longo do tempo. Isso colabora para que o vínculo se construa de forma a serem caracterizados por uma maior igualdade, seja na contribuição financeira, seja nas divisões domésticas, em geral (RECZEK;

UMBERSON, 2012; UMBERSON; THOMEER; LODGE, 2015; HSIEH; LIU, 2020).

No mesmo sentido dos acordos domésticos, o cuidado entre o par também é retratado dentro de uma perspectiva de co-construção e maior atenção. Os resultados indicam que as mulheres no geral, independente de orientação sexual, tendem a realizar mais comportamentos de cuidado para com o(a) parceiro(a), e que isso tem relação com o desempenho de papéis marcados pelo gênero. Da mesma maneira, casais homossexuais destoam da heteronormatividade, ou seja, rompem com estes papéis pré-estabelecidos de alguma forma. Nesse sentido, ao romperem com as noções heteronormativas de gênero e os papéis incumbidos à mulher, como o da cuidadora, mulheres em relacionamentos do mesmo sexo parecem criar uma nova dinâmica de cuidado em saúde uma com a outra (UMBERSON et al., 2017). No casal lésbico, retratado como um laço de ligação íntima e mútua, os hábitos de saúde podem ocorrer em uma relação de estímulos positivos, mas também de hábitos não saudáveis, sugerindo a existência de uma reciprocidade na qual casais lésbicos realizam o trabalho de saúde de maneira mais consistente e intensa por meio de métodos de apoio mútuo (RECZEK, 2012; RECZEK et al. 2018).

Considerando os achados em relação à sexualidade, também houve temáticas de destaque, como a atividade sexual e sua frequência, os novos significados que o ato sexual passa a ter, o desejo de se relacionar dentro de características específicas e os desafios de tratar da sexualidade de mulheres lésbicas idosas. No geral, encontrou-se que ao tratar da sexualidade na idade avançada o tema sexo não sofreu apagamentos ou deixou de vir à tona com frequência, pelo contrário, as mulheres falam sobre isso e de maneira positiva. Foi considerado que o advento da idade gera impactos na atividade sexual de forma cônsona entre

os trabalhos, tendo em conta que o ato é limitado por mudanças corporais e desafios desencadeados pela própria idade avançada, como no caso de problemas relacionados à dor, diminuição da libido, diminuição na frequência e mudanças nas formas de realizar a performance, porém, apesar do declínio relatado, os resultados sugerem um nível positivo de satisfação de lésbicas mais velhas com suas vidas sexuais e o processo de envelhecimento vivido, tendo em conta que a própria satisfação com a vida sexual é reflexo de uma satisfação com relacionamento em si (AVERETT; YOON; JENKINS, 2012; PAINE; UMBERSON; RECZEK, 2018; FLEISHMAN; CRANE; KOCH, 2020).

Nota-se que parceiras lésbicas enfatizam o sexo como um dos principais símbolos de intimidade e da união, rompendo com a ideia do relacionamento lésbico de longa duração e na velhice como assexuado (UMBERSON; THOMEER; LODGE, 2015). Contudo, é fato que ato sexual na velhice passa a adquirir novos sentidos e formatos, sem deixar de existir e ser desejado ou procurado, mas passando a ter expressões por meio de diferentes nuances, como através do desejo por romance, companhia e parceria (GRIFFIN; FINGERMAN, 2018). No entanto, é necessário frisar que, apesar dos achados que apontam para vivências positivas na intersecção entre sexualidade e envelhecimento, ainda existem desafios enfrentados por mulheres mais velhas no que diz respeito ao assunto, como o apagamento dessa temática e a falta de informações, além da dificuldade de encontrar atendimento especializado em que se sintam à vontade para tratar dessas questões (POWELL; NEUSTIFTER, 2012).

Mais especificamente relacionado à fase da vida, foi apontado por parte das mulheres uma preferência por se relacionarem com outras parceiras com até 10 anos de diferença de si, indicando a existência de um impacto que a idade exerce sobre os relacionamentos, considerado pelas próprias mulheres (AVERETT;

YOON; JENKINS, 2011; AVERETT; YOON; JENKINS, 2012). As dificuldades enfrentadas por um casal mais velho, em um relacionamento de longo prazo, em sua maioria não são as mesmas de cônjuges mais jovens, já que precisam lidar com questões de saúde que se iniciam com o passar dos anos, como a menopausa e, dessa forma, exercem maior influência na saúde uma da outra. Outra opinião comum foi a de que a idade também exerce influência sobre a maturidade com a qual o par irá lidar com esses mesmos problemas e também com as coisas boas, sendo um aspecto positivo apontado nos casais de lésbicas mais velhas, especificamente depois dos 50 anos, que afirmam que sentem suas relações conjugais mais estáveis e maduras e incumbem a razão disso à maturidade adquirida. Ainda, a maior parte das mulheres consideram ser as mesmas pessoas que eram no início de seus relacionamentos, mas reconhecem uma diminuição no foco em aspectos físicos e sexuais da relação, em contraste com um aumento na maturidade, estabilidade e conexão emocional com a parceira, sinalizando ainda como a comunicação sobre essas mudanças pode ajudar o casal nesse processo (RECZEK et al., 2018; AVERETT; YOON; JENKINS, 2012; PAINE; UMBERSON; RECZEK, 2018).

No geral, os achados da revisão versam sobre mulheres com sentimentos positivos em relação a serem lésbicas e o envelhecer. As mudanças culturais da sociedade referentes a uma maior aceitação de diferentes orientações sexuais aparecem como relacionadas a essa mudança positiva, apesar de ainda vir com ressalvas quanto à real mudança significativa e profunda, assim como com a dúvida de sua continuidade. Relatos expõem que o momento da “saída do armário”, a partir do qual as mulheres passam a viver uma vida aberta sem precisar se esconder, quando feitos em um ambiente e sociedade em que é possível e seguro de fazê-lo, torna-se um aspecto positivo e impulsiona

o sentimento positivo sobre si mesma (IACUB et al., 2019; AVERETT; YOON; JENKINS, 2011; AVERETT; YOON; JENKINS, 2012).

3 | Relações e laços sociais: família, trabalho e rede de apoio

Um dado bastante importante apontado pelos estudos referindo-se à mulher lésbica mais velha é que grande parte delas já foi casada com homens em algum ponto de suas vidas. As razões para tanto são distintas: algumas mulheres demoraram a se descobrir e ter a primeira relação com outra mulher, outras engataram em um relacionamento heterossexual por motivações familiares, por benefícios de saúde, por “fachada”, para constituir família, entre outras razões. O que há de comum entre os diversos motivos é que a época em que se casaram não era tão permissiva como hoje e pressões da sociedade, como a ideia da mulher que deve se casar cedo e constituir família, acabavam ganhando mais peso. Isso indica que muitas mulheres viveram parte de sua vida em segredo, tendo a segurança de um relacionamento com “privilégios heterossexuais”, mas vivenciando situações de descontentamento com a relação, além de relatos de que os casamentos heterossexuais anteriores já tinham acabado muito antes do seu término oficial. Em contrapartida, as lésbicas que nunca se casaram com homens anteriormente tendem a ter se “descoberto” e começado a se relacionar com outras mulheres mais cedo (AVERETT; YOON; JENKINS, 2011; AVERETT; YOON; JENKINS, 2012; WAITE, 2015; FREDRIKSEN-GOLDSSEN et al., 2017).

Levando essa realidade em consideração, muitas mulheres que hoje se identificam como lésbicas têm um histórico de já terem sido casadas e constituído uma família antes do atual relacionamento homossexual. Em outros casos, casais lésbicos tiveram filhos

por meio da adoção e também pelo envolvimento com parceiras que já eram mães por relacionamentos anteriores. Em todos os quadros e possibilidades, a relação com a família existe e é retratada pela literatura por meio de diferentes pontos de vista; em sua grande maioria, as mulheres representadas pelas pesquisas eram assumidas em relação a sua sexualidade para suas famílias e isso exhibe diferentes repercussões entre os estudos. Para algumas mulheres, o contato familiar acontecia regularmente, com os filhos e com os pais, e mantinham uma relação positiva com os familiares, enquanto para outras o fato de serem lésbicas representava uma tensão e motivo de afastamento da família, por conta de sua orientação sexual estigmatizada. O baixo nível de apoio familiar aparece como uma das principais razões para a solidão de pessoas LGBT na velhice, acompanhada do fato de que para esse nicho o casamento homossexual também é uma realidade por vezes mais distante, e que somado à falta de apoio familiar contribui para que mulheres lésbicas mais velhas se sintam mais sozinhas em comparação com mulheres heterossexuais (AVERETT; YOON; JENKINS, 2011; HSIEH; LIU, 2020). Ainda, a relação familiar pode impactar até nas condições de moradia, considerando casos em que a pessoa idosa necessita de cuidados intensivos e casas de abrigo ou repouso que nem sempre são acolhedoras, especialmente para idosos LGBT+. Nessas situações, existindo circunstâncias em que a família pode ou não aceitar a orientação sexual da mulher assim como sua parceira, a situação se torna ainda mais delicada por envolver a necessidade do cuidado de terceiros (POWELL; NEUSTIFTER, 2012).

Para além das relações familiares, outro ponto que de destaque entre as publicações se refere às interações das mulheres em seu ambiente de trabalho. Nesse contexto, grande parte delas não se sente confortá-

vel em ter sua orientação sexual revelada, preferindo manter essa parte de si reservada a fim de evitar possíveis constrangimentos ou discriminação. Considerando esse cenário, e também a realidade da “dupla invisibilidade” vivenciada por essas mulheres devido ao seu envelhecimento e status de minoria social, por vezes, sentem-se incapazes e diminuídas em suas ocupações. Embora as leis tenham mudado em muitos países e existam mais direitos legais e também maiores níveis de aceitação pública atualmente, a própria identificação enquanto parte de um casal lésbico significa colocar-se em evidência e contribui com uma maior exposição frente a diferentes reações dos colegas de trabalho, que nem sempre são positivas. Essas formas de discriminação têm um impacto negativo na saúde e na vida de mulheres lésbicas no geral, inclusive em seus relacionamentos. Considerando que muitas não se sentem confortáveis ou seguras em assumir a relação e introduzir suas parceiras ao seu ambiente de trabalho e aos colegas, esse passa a ser um espaço no qual a relação precisa ser ocultada de alguma forma, impedindo a existência plena da identidade lésbica e como casal enquanto sentirem a necessidade de manter o sigilo da relação no ofício, o que pode se tornar uma questão conflituosa entre o par (POWELL; NEUSTIFTER, 2012; FREDRIKSE-GOLDSSEN et al., 2017; WILLIAMS; FREDRIKSEN-GOLDSSEN, 2014, FLEISHMAN; CRANE; KOCH, 2020).

Apesar dos desafios enfrentados nas relações com a sociedade heteronormativa no geral, foram encontrados bons níveis de relações sociais entre casais lésbicos mais velhos. Mulheres lésbicas mais velhas muito provavelmente não cresceram em um lar ou ambiente que fosse aberto e acolhedor em relação à sua orientação sexual e, muitas vezes, esse contexto de crescimento era até adverso e opressivo, sem orientações culturais em relação a ser lésbica. Por isso, fez-se necessário e são criados locais de convivência seguros e acolhedores para essas mulheres, como uma

comunidade privada. É um mundo exclusivo de relações, interconexões, ativismo e cultura da comunidade lésbica, que funciona como uma rede de empatia e conexões que servem de apoio frente às agressões e discriminações enfrentadas (WAITE, 2015; AVERETT; YOON; JENKINS, 2011). Dessa forma, frente a uma desconfiança para com o ambiente, grupos de apoio social ou espaços de reconhecimento surgem como alternativa importante de segurança e meio para criação de laços, onde mulheres em situações semelhantes conectam-se entre si. Assim, lésbicas mais velhas relatam ter envolvimento mais profundos em suas amizades, sendo este um aspecto essencial a ser considerado na vida de adultos mais velhos e idosos LGB (IACUB et al., 2019; HSIEH; LIU, 2020).

4 | Preocupações e preparações do casal frente ao envelhecer

Algumas considerações, preocupações e preparações que não precisam ser pensadas por um casal mais jovem passam a se tornar questões centrais e importantes na medida que os pares envelhecem e precisam se preparar para as demandas que vêm com a idade. Nesse sentido, temas como casamento, luto, planejamento financeiro, aposentadoria, e escolha de residência passam a adquirir um outro olhar e importância. O casamento para mulheres lésbicas é visto com muita ambiguidade pelas mesmas, ele pode significar uma seguridade dos direitos e benefícios, assim como também pode ser visto a partir de uma crítica queer e feminista, ao mesmo tempo. A ambivalência se faz bastante presente nas opiniões em relação ao casamento, e isso diz muito sobre o processo histórico vivido pelas mulheres, que nem sempre tiveram a opção do casamento legal como algo possível de ser considerado na realidade do casal e, assim, durante muito tempo, os relacionamentos foram cultivados sem perspectiva de um futuro que incluísse casar-se uma com a outra

legalmente (BOSLEY-SMITH; RECZEK, 2018).

Apesar da visão hesitante em relação aos significados do casamento, muitas mulheres se colocam contra a prática enquanto instituição heterossexual, mas a favor dos direitos civis e da união, ou seja, a favor da opção para casais lésbicos que quiserem se casar. As razões consideradas na tomada de decisão pelo casamento perpassam questões pessoais e também políticas para a maioria dos pares, mas entre as que optaram por essa união relatam uma experiência positiva e alegre nas preparações da cerimônia e do casamento em si. Os casais que optam por casar-se o fazem por almejar as proteções legais que se estendem aos cônjuges, além da validação social que a sociedade oferece para casais; e também pelo fato do casar ou coabitar ser uma forma de evitar a solidão na velhice, considerando que pessoas LGB tem maior prevalência em estarem solteiras nessa fase em comparação a pessoas heterossexuais, e isso acarreta em um importante fator de risco para a solidão (HUMBLE, 2013; ROSTOSKY et al., 2016; HSIEH; LIU, 2020; GOLDSSEN et al., 2017). Ainda, é importante considerar que muitas pessoas, incluindo gays e lésbicas, não costumam considerar e relacionar a hipótese do divórcio aos casamentos homossexuais. Essa realidade reflete na falta de discussões e problematizações que concernem o divórcio de casais gays e lésbicos, mas também sugerem que a aceitação e apoio destes vêm acompanhada da necessidade de existirem e estarem enquanto casal, fazendo uma reflexão de que o apoio e aceitação é dado somente aos casados (HOY, 2018).

No mesmo sentido de pensar no casamento como um respaldo legal da união e garantia dos direitos das parceiras futuramente, outros pontos como relação com familiares e luto são levados em consideração e passam a ganhar mais importância para casais mais velhos. Casais que já vivenciaram o luto relatam ter enfrentado dificuldades além do impacto emocional, mas problemas relacionados a aspectos jurídicos,

financeiros e com as famílias das cônjuges. Quando um casal heterossexual começa a se preparar para o fim da vida se depara com toda uma estrutura já existente e preparada para auxiliar nesse processo, que vai de profissionais a sistemas de apoio específicos para isso, como acontece com advogados especializados, com casas de repouso se necessário, médicos que ajudam na preparação da família, entre outros serviços que já são conhecidamente preparados para esses casos; mesmo em caso de falecimento e não existência de um testamento, para um casal heterossexual o cônjuge sobrevivente dificilmente terá que se preocupar com a possibilidade de perder sua casa ou seus recursos, o que não pode ser considerado como garantia para um casal lésbico. Para essas mulheres, existe a possibilidade da união não ser reconhecida nem por suas famílias e nem legalmente, sem mencionar que em alguns casos a união permanece em segredo e não comunicada durante muito tempo, o que dificulta seu reconhecimento ainda mais, e a parceira acaba por não ter seus direitos assegurados (AVERETT; YOON; JENKINS, 2011; POWELL; NEUSTIFTER, 2012).

Outro aspecto importante a ser considerado é a organização financeira, já que no fim da vida as pessoas passam a contar com suas aposentadorias e economias. No contexto de casais lésbicos, essa questão passa a ser mais complicada, considerando que os salários das mulheres costumam ser mais baixos em comparação com os dos homens, o que já as coloca em desvantagem cumulativa ao longo de suas vidas; além de enfrentarem perdas adicionais por conta das restrições legais (BAUMLE, 2014; GOLDSSEN et al., 2017). Conhecendo esses desafios, os casais buscam criar planos formais e informais para o fim da vida que os garantam legalmente e os poupe de interferências negativas da família extensa, em alguns casos, se apegando às suas redes de amizade e conversando com os amigos sobre os planos futuros, de forma que estes tenham diretrizes explícitas sobre como manejar

os cuidados futuros. Ainda, é preciso considerar que mulheres em estado de risco e com menos recursos financeiros podem demandar mais de assistência para garantir suas necessidades básicas, no sentido de precisarem prestar mais atenção na detecção e prevenção de possíveis riscos de saúde antes de atingirem a velhice, para que estes não se tornem problemas futuros em sua organização financeira, o que não ocorre com casais que possuem mais recursos econômicos (THOMEER et al., 2017; FREDRIKSEN-GOLDSSEN et al., 2017).

Considerações Finais

Considerando os resultados encontrados, temos a representação do relacionamento lésbico como uma parceria com tendência a ser duradoura e de dinâmica mais igualitária. Lésbicas mais velhas, no geral, têm um autoconceito positivo referente aos seus relacionamentos, ao envelhecer e sua orientação sexual. Muitas lésbicas idosas já viveram um relacionamento heterossexual em algum momento de suas vidas. Sobre suas relações familiares, apresentam-se bastante divididas, em alguns casos a relação com a família é bastante aberta e de aceitação, enquanto em outros pode ser conflituosa ou até mantida em sigilo por receio de reações negativas. Ainda sobre pontos de tensão, o trabalho aparece como um local de grande insegurança quanto a assumir ou não a relação nesse contexto. No geral, essas mulheres têm fortes laços de amizade entre si, formando redes de apoio sólidas e profundas. Por fim, observou-se que preocupações com o fim da vida aparecem com frequência entre casais mais velhos, e relacionadas a moradia, finanças, aposentadoria e também à vivência do luto, nas quais o casal precisa buscar respaldos legais que garantam o reconhecimento de sua relação como forma de preparar-se para o fim da vida, já que nem sempre podem

contar com suas famílias ou outras formas de apoio.

É importante desvendar e desmistificar o que se sabe em relação aos relacionamentos conjugais de idosas lésbicas pois, embora estas mulheres estejam se tornando mais visíveis na sociedade, o conhecimento empírico e o interesse em relação à terceira idade lésbica ainda é pequeno. Os resultados dessa revisão podem contribuir para melhor atuação profissional junto a esse grupo, bem como, a criação formulação de políticas públicas específicas. Para profissionais da saúde, ter conhecimento das necessidades e potencialidades desse grupo é um meio de oferecer uma escuta mais apurada e competente. Aqueles que desenvolvem políticas públicas para mulheres mais velhas devem estar atentos às particularidades que afetam idosas lésbicas na inclusão de formas de visibilidade e comunicação que o grupo exige, sendo implementadas de diferentes maneiras, como em produções culturais ou legislações específicas à essa população.

Em relação às pesquisas da área, ressalta-se a importância de diversificar as amostras dos trabalhos, considerando que quase não houve estudos que incluíssem uma porcentagem significativa de mulheres de baixa escolaridade, de baixa renda, de outras raças que não a branca, que não fossem cisgênero, ou membros de outras minorias. Tratar da mulher lésbica mais velha, mas com dados de pessoas que partem de um lugar de maior segurança financeira e social, significa que as alternativas buscadas e as vivências não são as mesmas de outras mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo com dados que relatam apenas uma parcela privilegiada, e não uma realidade que diz respeito a todas as mulheres. Em relação ao casamento, uma limitação encontrada entre os estudos foi a de que as legislações que permitem o casamento legal entre casais do mesmo sexo são relativamente novas e, por isso, ainda há casais que coabitam por muitos

anos, consideram-se casados, mas não o são legalmente, tornando necessário que sejam consideradas divergências demográficas e políticas entre os estudos.

Ainda, além da necessidade de expandir estudos sobre o desenvolvimento de LGBT seniores, incluindo pessoas transgêneras, bissexuais e intersexuais, fica nítida a necessidade de trabalhos brasileiros no campo, tendo em conta que os estudos sobre a temática na língua portuguesa ainda são muito escassos, e a realidade relatada com maior frequência é a norte americana, existindo uma lacuna grande de informações sobre o contexto lésbico no Brasil. Encoraja-se que pesquisas envolvam temas que possam servir como base para o desenvolvimento de políticas públicas para a mulher idosa lésbica.

Referências

ALVES, A. M. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 213–233, 2010.

AVERETT, P.; YOON, I.; JENKINS, C. L. Older lesbians: experiences of aging, discrimination and resilience. **Journal of women & aging**, v. 23, n. 3, p. 216–232, 2011.

AVERETT, P.; YOON, I.; JENKINS, C. L. Older lesbian sexuality: identity, sexual behavior, and the impact of aging. **Journal of sex research**, v. 49, n. 5, p. 495–507, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rego L de A (trad); Pinheiro A (trad.). Lisboa: Edições, 2011.

BARKER, J. C.; HERDT, G.; VRIES, B. Social support in the lives of lesbians and gay men at midlife and later. **Sexuality research & social policy: journal of NSRC: SR & SP**, v. 3, n. 2, p. 1–23, 2006.

BAUMLE, A. K. Same-sex cohabiting elders versus different-sex cohabiting and married elders: effects of relationship status and sex of partner on economic and health outcomes. **Social science research**, v. 43, p. 60–73, 2014.

BOSLEY-SMITH, E. R.; RECZEK, C. Before and after “I do”: Marriage processes for mid-life gay and lesbian married couples. **Journal of homosexuality**, v. 65, n. 14, p. 1985–2004, 2018.

DANTAS, A. J. L. **Narrativas de histórias de vida de idosas lésbicas: interseccionalidade entre velhice, gênero e sexualidade**. 2021. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal do Ceará, 2021.

FLEISHMAN, J. M.; CRANE, B.; KOCH, P. B. Correlates and predictors of sexual satisfaction for older adults in same-sex relationships. **Journal of homosexuality**, v. 67, n. 14, p. 1974–1998, 2020.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. et al. The unfolding of LGBT lives: Key events associated with health and well-being in later life. **The gerontologist**, v. 57, n. suppl 1, p. S15–S29, 2017.

GABBAY, S. G.; WAHLER, J. J. Lesbian aging: Review of a growing literature. **Journal of gay & lesbian social services**, v. 14, n. 3, p. 1–21, 2002.

GOLDSSEN, J. et al. Who says I do: The changing context of marriage and health and quality of life for LGBT older adults. **The gerontologist**, v. 57, n. suppl 1, p. S50–S62, 2017.

GRIFFIN, E. M.; FINGERMAN, K. L. Online dating profile content of older adults seeking same- and cross-sex relationships. **Journal of GLBT family studies**, v. 14, n. 5, p. 446–466, 2018.

HOY, A. Invisibility, illegibility, and stigma: The citizenship experiences of divorced gays and lesbians. **Journal of divorce & remarriage**, v. 59, n. 2, p. 69–91, 2018.

HSIEH, N.; LIU, H. Social relationships and loneliness in late adulthood: Disparities by sexual orientation: Social relationships and loneliness of LGB elders. **Journal of marriage and the family**, v. 83, n. 1, p. 57–74, 2021.

HUMBLE, Á. M. Moving from ambivalence to certainty: older same-sex couples marry in Canada. **La revue canadienne du vieillissement [Canadian journal on aging]**, v. 32, n. 2, p. 131–144, 2013.

IACUB, R. et al. Sociocultural changes and the construction of identity in lesbian and gay elderly people in Argentina. **International journal of aging & human development**, v. 88, n. 4, p. 341–357, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2011.

KEHOE, M. Lesbians over 65: a triply invisible minority. **Journal of homosexuality**, v. 12, n. 3–4, p. 139–152, 1986.

LIMA, T. G. Tornar-se velho: o olhar da mulher homossexual. 2006. Dissertação - Mestrado em Gerontologia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, G. C. M. et al. Relacionamentos amorosos e homossexualidade: revisão integrativa da literatura. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 547–563, 2011.

PAINE, E. A.; UMBERSON, D.; RECZEK, C. Sex in midlife: Women's sexual experiences in lesbian and straight marriages: Sex in midlife. **Journal of marriage and the family**, v. 81, n. 1, p. 7–23, 2019.

PORRECA, W. Relação conjugal: Desafios e possibilidades do “nós”. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 35, n. spe, 2019.

POWELL, L. A.; NEUSTIFTER, R. An updated social context for therapy with elder lesbian couples. **Journal of feminist family therapy**, v. 24, n. 3, p. 213–229, 2012.

RECZEK, C. The promotion of unhealthy habits in gay, lesbian, and straight intimate partnerships. **Social science & medicine** (1982), v. 75, n. 6, p. 1114–1121, 2012.

RECZEK, C.; UMBERSON, D. Gender, health behavior, and intimate relationships: lesbian, gay, and straight contexts. **Social science & medicine** (1982), v. 74, n. 11, p. 1783–1790, 2012.

RECZEK, C. et al. Healthcare work in marriage: How gay, lesbian, and heterosexual spouses encourage and coerce medical care. **Journal of health and social behavior**, v. 59, n. 4, p. 554–568, 2018.

ROSTOSKY, S. S. et al. Same-sex couples' decisions and experiences of marriage in the context of minority stress: Interviews from a population-based longitudinal Study. **Journal of homosexuality**, v. 63, n. 8, p. 1019–1040, 2016..

SCHOPE, R. D. Who's afraid of growing old? Gay and lesbian perceptions of aging. **Journal of gerontological social work**, v. 45, n. 4, p. 23–38, 2005.

THOMEER, M. B. et al. Planning for future care and the end of life: A qualitative analysis of gay, lesbian, and heterosexual couples. **Journal of health and social behavior**, v. 58, n. 4, p. 473–487, 2017.

TOLEDO, L. G. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior Paulista**. 2008. Dissertação - Mestrado em Psicologia - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

UMBERSON, D.; THOMEER, M. B.; LODGE, A. C. Intimacy and emotion work in lesbian, gay, and heterosexual relationships. **Journal of marriage and the family**, v. 77, n. 2, p. 542–556, 2015.

UMBERSON, D. et al. Instrumental- and emotion-focused care work during physical health events: Comparing gay, lesbian, and heterosexual marriages. **The journals of gerontology. Series B, Psychological sciences and social sciences**, v. 72, n. 3, p. gbw133, 2016.

WAITE, H. Old lesbians: Gendered histories and persistent challenges: Old lesbians: histories and challenges. **Australasian journal on ageing**, v. 34 Suppl 2, p. 8–13, 2015.

WILLIAMS, M. E.; FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. Same-sex partnerships and the health of older adults: Same-sex partnerships and older adult health. **Journal of community psychology**, v. 42, n. 5, p. 558–570, 2014.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of advanced nursing**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

12

Capítulo

Educação TRANSformando a vida de pessoas travestis e transexuais

Rosilane Cristina Silva
Vagner Matias do Prado

Introdução

Apresentamos neste texto um resumo do referencial teórico que norteou a pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, de autoria da pesquisadora Rosilaine Silva, e sob a

orientação do Prof. Dr. Vagner Matias do Prado. Intitulada “(TRANS)FORMANDO NO ENSINO SUPERIOR: Trajetórias de estudantes Travestis e Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia”, defendida em abril/2022.

Este texto intenciona oferecer a(o)s leitora(e)s uma reflexão em relação a constituição de gênero e sexualidade a partir dos Estudos Pós-estruturalista e da Teoria Queer. Nessa primeira parte apresentamos o entendimento que temos em relação a esses conceitos, e em relação a rede de poder que organiza e pauta estes na sociedade, tendo como base a hetero/cis/normatividade.

Apresentamos também a Educação enquanto uma ferramenta potente de transformação social. Nesse sentido, entendemos que o sistema educacional precisa se adaptar para receber, respeitar e visibilizar as corporalidades que dissidem da ordem binária e regulatória de gêneros e sexualidades.

E por fim, abordamos a questão do acesso e permanência estudantes travestis e transexuais nos espaços educacionais. Trazemos também a importância de se ter políticas e programas voltados para essa população, dando-lhes a oportunidade de alcançar cidadania e reconhecimento social.

Gênero e Sexualidade em uma Vertente Pós-Estruturalista e da Teoria Queer

Em primeiro lugar, iniciamos explicando os conceitos de Gênero e sexualidade a partir dos Estudos Pós-estruturalistas e Teoria Queer. Como postulado por Foucault em sua obra *História da Sexualidade I* (1999), a *Scientia Sexualis* foi responsável por criar um discurso sobre o que é aceitável e inaceitável no campo do sexo e da sexualidade. Através do “dispositivo da sexualidade”, foi possível produzir uma “verdade sobre o sexo”, que teve como finalidade moralizar as

práticas e os discursos de uma determinada época e lugar. (FOUCAULT, 1999).

Em virtude disso, os discursos a respeito do sexo e sexualidade foram postos de diferentes formas em diferentes momentos sócio-históricos, como uma tentativa de controlar a vida das populações, de produzir e delimitar os modos de existir, tendo como “sexualidade, normal e natural, é a heterossexualidade” (BENTO, 2008, p. 33).

Mas, existem diversas formas de se vivenciar a heterossexualidade, pois ela “é uma tecnologia social e não uma origem natural fundadora” (PRECIADO, 2014, p. 30). Logo, a sexualidade pode ser experienciada e vivenciada de múltiplas formas, justamente por estar ligada a forma como a pessoa sente e experimenta as sensações corporais, os desejos e se relaciona com outras pessoas.

Igualmente a sexualidade, o gênero também se trata de uma construção social. Gênero e sexo não são sinônimos! o sexo corresponde puro e meramente a genitália, faz parte dos órgãos reprodutivos, enquanto, gênero é algo mais complexo é uma “tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais” (PRECIADO, 2014, p. 29).

Como postulado por Butler gênero é um mecanismo discursivo que “não deve ser constituído como uma identidade estável [...] gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2016, p. 242). Dessa maneira, os gêneros masculino e feminino são socialmente impostos e estão organizados dentro da matriz cisgênera e heterossexual através de atos performativos. Estes atos devem estar sempre em conformidade com a “ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2013, p. 46).

Posto esses conceitos básicos, partimos para o entendimento de que a existência de expressões de gê-

neros e sexualidades que dissidem da norma, acabam por confrontar todo o discurso das práticas regulatórias, demonstrando que estas não são naturais e pondo em xeque sua hegemonia. As diversas formas e possibilidade de ser homem e mulher, como as travestilidades, transexualidades e transgeneridades, são um exemplo. Estas expressões se apresentam como um questionamento as práticas regulatórias de gênero e sexualidade existente, como afirma Butler “gênero é internamente instável, e a vida das pessoas transgêneras são evidência da quebra de quaisquer linhas de determinismo causal entre sexualidade e gênero” (BUTLER, 2014, p. 270).

Como resultado desse rompimento com a norma, há consequências. As corporalidades que “escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedecem às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas” (BENTO, 2008, p. 31). A essas pessoas travestis e transexuais são atribuídas a noção de anormalidade, recaindo sobre si sanções, violências, abjeção, desumanização, invisibilização e silenciamento.

A transfobia pode se entender como o “preconceito e/ou discriminação em função da expressão de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (JESUS, 2012, p. 29). Dessa forma, são múltiplos os discursos que integram a transfobia, lembrando que ela “é utilizada para reduzir a(o)s sujeita(o)s aos quais se refere àquilo que é interpretado como defeito” (OLIVEIRA, 2017, p. 26).

Os valores impostos pela norma, são refletidos desde a terna infância até a velhice, principalmente em espaços de socialização, como é o caso dos espaços educacionais. Este é um dos motivos que nos faz entender que é necessário que se paute nestes ambientes diálogos e reflexões que possibilite a inclusão de pessoas travestis e transexuais de forma

igualitária. Ambientes educacionais se mostram como importantes espaços de formação, que geram discussões importantes e colaboram para a transformação social. Além de contribuir com a formação identitária fora do modelo hegemônico.

Espaços Educacionais e a Potência de TRANSformação

Os espaços educacionais se apresentam como uma das principais instituições reguladoras e reprodutoras da norma, como posto por Foucault (1999). Nesses espaços, os valores sociais que a norma impõe, são impostos desde a infância até a velhice, numa tentativa de formar cidadã(o)s ideais. Trazer para esse espaço discussões sobre gênero e sexualidade, é uma forma de aprimorar a formação identitária das pessoas que estão inseridas nesses espaços, principalmente quando não está pautada na hetero/cis/normatividade.

Todo o sistema educacional foi projetado a partir de “símbolos e códigos [...] o que cada um pode (ou não pode) fazer” (LOURO, 1997, p. 58). Dessa forma, visa ensinar o que é certo e errado para as pessoas ali presentes, sejam estas crianças ou adultos. Todos são ensinados a reconhecer as regras, as permissões, as interdições, as sanções. Principalmente as questões que envolvem gêneros e sexualidades dentro de uma visão compulsória heterossexual e cisgênera.

Esta compulsoriedade, como apresentando por Foucault (1999) e endossado por Bento está vinculada a uma “sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas e escolares, e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres” (BENTO, 2008, p. 40). Todas as pessoas são fiscalizadas e fiscalizadoras e responsáveis por transmitir e reafirmar quais são as expressões de gênero e sexualidade permitidas e interditas, assim como quais são os pa-

péis, os lugares e as formas corretas de ser mulher e homem. Pensar em um ambiente educacional potente e transformador, é não permitir que desigualdades, preconceitos, atos de violência e discriminação aconteçam em seu interior. Buscar por atitudes que desvelem os sistemas de práticas sexistas, machistas, misóginas, xenóforas e as demais formas de disseminação de preconceito é o caminho para modificar a realidade posta. Sales (2018), diz que o modelo educacional atual não consegue lidar com os corpos que dissidem, e tenta a todo momento capturá-los de volta a ordem binária hetero/cis/normativa.

As corporalidades travestis e transexuais que habitam o espaço educacional, acabam por sofrer com a reprodução de valores preconceituosos, discriminatórios e de marginalização e patologização. O impacto destas ações, pode ser notado nas mais diversas formas de desigualdades e violências, o que leva a perda de direitos básicos de cidadania. Defendemos que o reconhecimento das diferenças, seja parte intrínseca do cotidiano escolar, e que este seja capaz de lidar com as diferenças que permeiam seu espaço.

Pensar que as pessoas ali inseridas, são atravessadas de forma interseccional, ou seja, que há atravessamentos de padrões como raça, classe e gênero, que são indissociáveis e não se pode generalizar e pensar em um grupo homogêneo, único e fixo (OLIVEIRA, 2017). Este espaço é permeado pela diversidade e pluralidades social. É “indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 1997, p. 64).

Portanto, deve-se criar estratégias que possibilitem o diálogo e visem superar as diferenças, as violências, as situações de discriminação e preconceito. A promoção de discussões sobre a criação de políticas institucionais que possibilite condições de acesso e de permanência para estudante travestis e transexuais,

pautadas em políticas públicas e programas de assistência estudantis.

As políticas existentes infelizmente têm a finalidade de garantir apenas o mínimo para que sobrevivam, quando sobrevivem. Não há um incentivo ao respeito, ao direito a vida, a socialização, não se garante sobretudo a proclamada inclusão social. Para que mudanças nesse sentido sejam efetivas dentro do ambiente educacional, deve-se considerar a pluralidade do corpo discente, docente e técnico. Que se pautem a produção do conhecimento a partir da diversidade e das diferenças, que se busque por justiça, equidade e igualdade para quem está dentro e fora do ambiente acadêmico, levando em consideração a subjetividades e singularidades de cada pessoa.

Precisamos “implodir a ideia de um binarismo rígido nas relações de gênero” e “terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia” (LOURO, 1997, p. 29). Entendemos que essa iniciativa contribuirá de forma significativa para a promoção de uma educação mais justa e igualitária para pessoas travestis e transexuais.

A educação se valerá do seu papel transformador, quando se cria e promove políticas de acesso e permanência estudantil que garantam que estudantes travestis e transexuais finalizem os ciclos educativos. Em suma, este é o pacto social que nós educadora(s) devemos firmar, para a promoção de uma vida digna, com o reconhecimento da pluralidade e diversidade de quem está dentro e fora do ambiente educacional.

Acesso e Permanência de Estudantes Travestis e Transexuais

Avaliando as vivências de pessoas travestis e transexuais em ambientes educacionais, percebemos que

estas são guiadas para um processo de evasão involuntária (ANDRADE, 2012). Essas evasões são ocasionadas por diversos fatores, mas principalmente por vigorar nesse ambiente a imposição da hetero/cis/normatividade. Dessa forma percebemos a que em muitos momentos o espaço escolar não está preparado para lidar com a diversidade, a diferença e perpetua as desigualdades sociais, principalmente as relacionadas as corporalidades dissidentes.

É preciso problematizar como as relações de poder que são estabelecidas dentro do ambiente educacional, seja esse de educação básica até o ensino superior. A “diferença está sempre implicada em relações de poder, a diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência” (LOURO, 1997, p. 47). Sabemos que as pessoas detentoras do poder são as pessoas heteras/cis, assim ocorre a naturalização das práticas sociais discriminatórias com as corporalidades que não atendem esse padrão.

Ao se problematizar essas questões dentro dos ambientes educacionais estamos desvelando os sistemas de práticas sexistas, machistas, misóginas, xenóforas e as demais formas de disseminação de preconceito. Estes espaços precisam se reorganizar, para que o modelo educacional possa conseguir lidar com os corpos que dissidem. (SALES, 2018). A evasão involuntária, ocorre em sua maioria, motivada pela incapacidade que o ambiente educacional tem em lidar com as diferenças e a pluralidade dos corpos dissidentes. Bento diz que, “na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão” (BENTO, 2008, p. 29). O termo evasão é apenas uma forma mais polida de se dizer que o que ocorre de fato é a expulsão.

Dados da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans), informam que 82% das travestis e mulheres trans que abandonaram o Ensino Médio entre

os 14 e os 18 anos, alegaram que o abandono foi motivado pelas discriminações que sofreram dentro do ambiente escolar e por não terem tido apoio familiar. Entende-se que o direito de frequentar um ambiente educacional foi roubado destas pessoas, e com isso, foi roubada também a expectativa de ascensão social, a possibilidade de exercer a profissão desejada, enfim, lhe é roubada a possibilidade de inserção social com dignidade.

O principal motivo para se abandonar o espaço educacional é a transfobia, que pode ser definida como o “preconceito e/ou discriminação em função da expressão de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (JESUS, 2012, p. 29). Dessa forma, são múltiplos os discursos que integram a transfobia, lembrando que ela “é utilizada para reduzir a(o)s sujeita(o)s aos quais se refere àquilo que é interpretado como defeito” (OLIVEIRA, 2017, p. 26).

A transfobia ocorre de forma velada e sutil, como ao se negar direitos básicos das pessoas travestis e transexuais, como o uso do nome social, respeito aos pronomes, o uso de banheiros, dentre outros. Mas também ocorre de forma violenta, ressaltamos que o Brasil é o país que mais mata essa população no mundo, ocupa esta posição a 11 anos, como apresentado nos dossiês da ANTRA e pela Transgender Europe (2016).

As pessoas travestis e transexuais são tratadas como marginais, retira-se o direito de usufruir dos espaços sociais e o direito a educação que é uma garantia fundamental para toda(o)s como consta na Constituição Federal de 1988. Para Vergueiro (2015), os espaços escolares, são os que mais concentram tensão entre a hetero/cis/normatividade e as diversidades corporais, sexuais e de gêneros. “Estima que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, uma situação que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que ela

sofre” (CUNHA; HANNA, 2017, p. 1).

O Movimento Nacional Das Travestis e Transexuais, assim como do Movimento LGBTQIA+, pautam constantemente o respeito aos direitos das pessoas travestis e transexuais, por entender que sobre essas sabrecai as mais variadas formas de violências. Há uma tendência em marginalizar e patologizar essas pessoas, pois irradia a convicção de que são inferiores e doentes.

Se pensarmos que “cerca de 0,02% das pessoas transexuais e travestis estão na universidade, que 72% não possuem o ensino médio e 56% não chegaram no ensino fundamental” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020), podemos entender que esse modo operandi tem sido um dos principais responsáveis pela evasão/expulsão de pessoas travestis e transexuais dos ambientes educacionais. Precisamos empenhar nossos esforços para que essas corporalidades acessem e permaneçam dentro do espaço educacional, precisamos promover uma ampla discussão sobre a criação de políticas institucionais que possibilite condições de acesso e de permanência.

As discussões de “cotas trans”³ precisam caminhar, pois estas se mostram como o uma possibilidade. Precisamos criar formas igualitárias de se participar dos processos, e assim garantir o acesso. Devemos também pautar a oferta de bolsas e auxílios moradia, alimentação e pecuniários, como uma medida para manutenção destas corporalidades dentro do espaço educacional, garantindo assim a permanência.

Sistema de cotas que beneficia pessoas que se reconhecem como travestis e transexuais. A pesquisa publicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) em 2018, informa que em um universo amostral de quatrocentos e vinte e quatro mil estudantes de universidades públicas do Brasil, apenas 0,1 % declararam ser mulher trans e 0,1% homem trans (ANDIFES, 2018, p 60). Isso,

demonstra que uma parcela muito pequena tem conseguido acessar a universidade pública. E para além disso, sabemos que ainda boa parte que ingressam não concluem, sendo obrigada(o)s a evadirem/expulsarem deste espaço.

Como posto por Sales (2018) o acesso está garantido pela constituição brasileira, como já mencionado, porém e a permanência? Desta forma, estas instituições devem e podem colaborar com o reconhecimento de outras possibilidades de vivências e experiências, independente do padrão pré-estabelecido pela norma hegemônica, e criar formas de garantir a inclusão e permanência de pessoas travestis e trans em sua comunidade.

Como apresentado no Relatório Final do Perfil da Evasão e da Retenção de Estudantes dos Cursos de Ciências Humanas e Ciências Biomédicas da UFU, realizado pelo Observatório de Políticas Públicas UFU (2019), a origem da exclusão involuntária é “responsabilidade do Estado e de suas políticas de estado e de governo, seja das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no que tange à forma como a educação superior é ofertada” (OPP/UFU, 2019, p. 40). O problema é que não há problematização da violência, do preconceito e da discriminação que ocorre com essas corporalidades dentro do ambiente educacional. O que resulta num ostracismo social que compromete as trajetórias educacionais, e que fere os princípios de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, é clara ao se garantir que se deve exercitar a cidadania no âmbito escolar e toda(o)s devem ser incluída(o)s em igualdade de condições para o acesso e permanência. Precisamos revisitar os currículos e as práticas educativas, para que possamos buscar, revisitar, adaptar ou incorporar novas formas de ensinar na prática docente e na forma de se ensinar.

Trazemos o conceito de Butler sobre precariedade que “pode ser compreendida como a tentativa de nos mantermos na vida. Precários somos todos. Mas a precariedade é resultado de esforços que nos colocam em posições de desigualdade” (RODRIGUES, OLIVEIRA, ROCON; ROSEIRO, 2019, p. 12). Entendemos, portanto, que a precariedade está presente nas marcas da desigualdade que uma vida pode ter perante outras, e não na vida em si. É nesse sentido, que precisamos ações afirmativas e políticas de permanência devem ser promovidas para que estudantes travestis e transexuais possam ter condições reais de se manterem dentro da universidade.

Os auxílios estudantis são uma forma de colaborar com a permanência. O MEC prevê na Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013, a criação do Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de IFES. A pesquisa desenvolvida por Fausto Delphino Scote (2017), revela que entre as dificuldades relatadas por estudantes travestis e transexuais que participaram da pesquisa, o acesso a moradia estudantil e o recebimento de bolsas de auxílio pecuniário são questões centrais para a permanência na universidade. Scote diz que muitas pessoas afirmaram que os valores recebidos foram insuficientes para suas despesas pessoais, e que em muitos momentos tiveram que recorrer a outra fonte de renda na tentativa de não abandonar a universidade.

As modificações em relação a alteração do *status* financeiro no decorrer do semestre são em sua maioria motivados a não aceitação da família ao processo de transição. Os níveis de rejeição familiar são altos, o que geram um impacto profundo nestas vidas, tais como instabilidade educacional, econômica, patrimonial e habitacional (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Percebemos que se faz necessário pensar em uma universidade que não seja só *locus* de conhecimento, é preciso

pensá-la como protagonista e instrumento de inclusão e de respeito e reconhecimento das diferenças. Pensar na permanência de estudantes travestis e transexuais é levar em consideração suas realidades, singularidades, subjetividades e demandas específicas.

Estudantes travestis e transexuais sabem que precisam buscar conhecimento, para desenvolver competências e habilidades que lhes garantam um lugar no mundo do trabalho formal. Já que o preconceito e discriminação limitam esse acesso. E a única solução possível é resistirem e insistirem na busca de uma formação universitária.

Acessar a universidade sem qualquer política que vise à permanência, é insuficiente, pois há despesas como transporte, alimentação, apostilas, xerox, livros, cursos e congressos, enfim, uma série de atividades para quais são necessários recursos financeiros. Ter um vínculo empregatício é uma saída que atende a essa demanda. Consequentemente, interfere na possibilidade de se ter uma vivência ampla na universidade.

O direito à cidadania é sistematicamente interdito para essas pessoas. Especialmente para as que tem origem familiar fixada na base da pirâmide social. Estas resvalam nos problemas gerados pela desigualdade de classe, pelo preconceito e pela exclusão social.

É importante observar quais são as políticas internas e externas que estão implicadas no acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais em espaços educativos, como a universidade. As ações implementadas até hoje já se mostraram ser insuficientes para impedir a evasão. E sem garantias e vivendo em uma sociedade transfóbica, dificilmente será possível ter uma vida digna como prevista em nossa constituição.

Conclusão

Os pontos aqui elencados não foram esgotados, e ainda há muitas problematizações a serem feitas. Faz-se necessária ainda muitas discussões e ampla reflexão em relação as questões que envolvem gêneros e sexualidades dentro dos ambientes educacionais.

Ainda, é preciso avançar com políticas públicas e educacionais que reconheçam e garantam espaços para os diferentes e suas diferenças, com a criação de políticas, ações e programas que busquem promover o acesso e a permanência dentro deste espaço ainda está longe de ser finalizada.

Mas, também é preciso reconhecer as potencialidades já instauradas nesses espaços que possibilitaram produzir fissuras, brechas, buracos, tornando cada vez mais porosa o processo de desconstrução da norma.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278 fl. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Brasil). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2022.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 389 de 9 de maio de 2013**. Ministério da Educação cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF: ME, 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30550825. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, [s.l.], v. 42, p. 250-274, jan.-jun. de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2021.

CUNHA, Thaís; HANNA, Wellington. **Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo: Agressões e ameaças e diversos tipos de violência simbólica fazem com que pessoas trans sejam especialmente suscetíveis à evasão educacional**. Portal: Correio Braziliense. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>. Acesso em: 3 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos - guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. 2. ed. Brasília, DF: EDA, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadedesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 3 de jun. de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ONG TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Relatório pessoas trans assassinadas 2016**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/pessoas-trans-assassinadas/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL. **Dia do Trabalhador: Rede Trans Brasil traz ação para empregar pessoas trans**. Data 2021. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/2021/05/01/dia-do-trabalhador-rede-trans-brasil-traz-acao-para-empregar-pessoas-trans/#more-1913>. Acesso em: 21 jun. 2021.

RODRIGUES, Alexsandro; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; ROCON, Pablo Cardozo; ROSEIRO, Steferson Zanoni. **Precárias experiências em dissidências:** crianças que não cabem em si. v. 30. Campinas, SP: Pro-Posições, 2019.

SALES, Adriana **Travestis brasileiras e escolas (da vida):** cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 2018. 310 f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152979>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade?:** o desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Faculdade de Educação, Programade Pós-Graduação em Educação, Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9202?show=full>. Acesso em: 18 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Observatório de políticas Públicas da Universidade Federal De Uberlândia. **Relatório Final:** perfil da evasão e da retenção de estudantes dos cursos de ciências humanas e ciências biomédicas. Data 2021. Disponível em: <https://observatorioppufu.wixsite.com/ppufu/boletins-opp>. Acesso em: 27 jan. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

13

Capítulo

Narrativas, práticas pedagógicas e produção de saberes de travestis, mulheres e homens trans na docência

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Introdução

É possível observar na atualidade a presença de docentes travestis, mulheres e homens trans na educação brasileira na regência de sala de aula. Nossos corpos em trânsito acabam rompendo com o binarismo de gênero e promovem um debate na educação devido à quebra de paradigmas e impactos nos modos de

relação profissional e social nos ambientes que se desenvolvem processos de educação e produção de conhecimento.

Castro e Reis (2017) citam que os binários de gênero e sexualidade vêm, historicamente, organizando os modos de pensar o lugar dos sujeitos nas sociedades ocidentais. Masculino ou feminino, homem ou mulher, heterossexual ou homossexual são oposições que embasam muitos dos modos de pensar os sujeitos, as instituições, as políticas e práticas socioculturais. O sistema binário (masculino *versus* feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas do sujeito estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais.

Conforme Dias (2020), a materialidade do corpo trans é uma potente ferramenta para desconstruir noções binárias de ensino, pois como esses corpos estão em trânsito, eles desestruturam a visualidade de gênero cisnormativo.

E foi a partir da nossa presença no campo da educação que inúmeras produções surgiram abordando a presença de docentes trans e travestis no contexto escolar e nas universidades, teorizando vidas a partir do olhar cisgênero, descaracterizando e silenciando saberes trans produzidos. Todavia, somos mais que um mero “objeto de pesquisa”, uma vez que promovemos discussões de pesquisa, conhecimento e demandas que envolvem processos de educação.

As pesquisas sobre a presença de docentes travestis, mulheres e homens trans no cotidiano escolar devem ultrapassar a ótica cisgênera, pois nossas vivências escolares produzem saberes e novas Pedagogias que levam a inclusão e a permanência de outros corpos não cabíveis nas etapas de escolarização básica, já que a escola é um espaço que permanece produzindo e reproduzindo desigualdades.

Professoras (es) transexuais e travestis em um trabalho de rede com organizações sociais acabam também pressionando pela criação de políticas públicas como a do nome social na educação básica, dispositivo de fundamental importância, já que as dificuldades e a exclusão são visíveis para esta parcela da população que sequer consegue concluir o ensino fundamental.

O nome social é apenas a ponta do iceberg em relação a permanência de estudantes e docentes travestis e transexuais em escolas e universidades, ainda temos muito a conquistar dentro deste espaço que ainda conserva estereótipos e mitos que contribui para a violência e discriminação da nossa população. Vivemos em um país onde a Suprema Corte ainda discute qual banheiro podemos usar, uma vez que não reconhecer o direito fundamental à utilização do banheiro de acordo com sua identidade de gênero afirma a dificuldade e desprezo pela possibilidade de ser e existir como se é (Nogueira, 2020).

A partir destes pontos descritos até o momento, me surgem as seguintes indagações: como que as práticas pedagógicas, produções de saberes e vivências de docentes travestis, mulheres e homens trans contribuem para a ressignificação de uma escola que inclua outros corpos trans na Educação Básica? Como que pesquisadores cisgêneros vem abordando estas temáticas em suas produções intelectuais?

O objetivo deste ensaio, portanto, é analisar a importância das narrativas, as práticas pedagógicas e a produção de saberes de travestis, mulheres e homens trans na docência e de que maneira estas vivências e experiências oferecem um novo lugar de pertencimento para estudantes transexuais e travestis na educação.

No Brasil, pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso vem sendo ao longo da história submetidas (o) a processos de marginalização, que se acentua quando analisamos marcadores sociais como gênero, classe,

migração, raça, entre outros que nos retiram o direito a uma vida plena e digna, excluindo do espaço social. A ausência de políticas públicas na agenda política brasileira nos coloca separadas (os) da sociedade, negando o fundamento basilar do Estado Democrático de Direito que é o princípio da dignidade da pessoa humana que se refere à garantia das necessidades vitais de cada pessoa e previsto nos termos do artigo 1º, III da Constituição Federal (Nogueira, Araújo e Cabral, 2018).

A Escola e a Universidade necessitam se estabelecer como espaços democráticos, desempenhando a função social de proporcionar momentos de debates e discussões acerca de questões sociais e permitir o desenvolvimento da criticidade no indivíduo. Todavia, muitas vezes estes espaços não trabalham de forma adequada o respeito às diversidades, especialmente sexual, contribuindo para a ausência de entendimento e conhecimento e desrespeito nas relações sociais que leva a processos de exclusão.

Reflexões de uma Professora Travesti

O processo de exclusão a qual estamos submetidas impele a população de travestis, mulheres e homens trans viverem a margem do processo de produção de políticas públicas, do mercado de trabalho, da educação e demais demandas sociais. Diaz (2012) afirma que pessoas são atravessadas por políticas sociais e estatais que manejam vulnerabilidades de modos injustos e irregulares, de modo que algumas vidas podem prosperar e outras são obstruídas e marginalizadas (apud Brosin; Tokarski, 2017).

Assim sendo, podemos falar aqui de Necropolítica:

A necropolítica constitui-se como uma política de morte, de extinção e de apagamento de tudo aquilo/ aqueles aos quais não se considera o direito à vida

plena, em que se mata o corpo e toda a possibilidade de existência (Achille Mbembe, 2016 apud Araújo e Nogueira, 2022).

Pensamos que a necropolítica age em função da cisgeneridade, referendando-a, garantindo seus privilégios e sua detenção de poder, designando corpos travestis e transexuais as margens sociais e estabelecendo-os como não dignos do direito a vida, a cidade, aos direitos políticos e as políticas públicas. Para manter seus privilégios e status social, a cisgeneridade, o normal, o aceito, o padrão, precisa criar os demônios, o diferente, o anômalo, o outro a ser inferiorizado, aviltado. Em função disso, instauram a política da morte social, negam direitos básicos e justificam seus atos pela ameaça a sociedade, aos bons costumes e a família tradicional (Araújo e Nogueira, 2022).

A luta pelo reconhecimento e a cidadania das pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso é uma meta que todo e qualquer Estado deve alcançar. Quando determinados grupos sociais conquistam direitos antes negados, toda a população se beneficia com essa conquista, pois não há como se falar em democracia se alguns ainda vivem invisibilizadas (os) perante a sociedade (Monteiro, Lima e Cabral, 2017).

“

Las personas trans experimentan diversas complejidades a lo largo de su vida para poder desarrollarse plenamente en la sociedad. De hecho, sus historias de vida están marcadas por situaciones de discriminación y violencia en el hogar y los espacios públicos. Es por ello que la falta de oportunidades, incluyendo el acceso a la educación, y las precarias condiciones laborales en las que se desenvuelven son elementos frecuentes en sus vidas. A ello se suma, además, la dificultad que aún impera en numerosos Estados de legitimar legalmente su identidad. Para poder hacerlo, y tener un

nombre y/o un indicador de sexogénero que las represente, muchas personas trans deben realizar complejos juicios, cuyos restrictivos requisitos, frecuentemente patologizantes, atentan contra su dignidad (OLAVE, 2019, p. 09-10).

Contudo, percebe-se nas últimas décadas, o surgimento de um movimento de professoras(es) travestis e transexuais no exercício da docência, tanto na Educação Básica como na Superior. E a trajetória educativa e acadêmica de professoras/es transexuais e travestis necessitam ser analisada, uma vez que nossos corpos assumem uma identidade de gênero que rompe com as regras da sociedade cisheteronormativa e suas performances educacionais se tornam um ato de resistência.

A formação enquanto profissionais nas faculdades de educação, o trabalho desenvolvido e a atuação e incidência junto aos movimentos sociais organizados, termina por criar ferramentas e recursos pedagógicos e até políticas públicas para lidar com a violência escolar que se evidencia em resultados positivos para a permanência de estudantes trans no sistema educacional.

Para Torres (2013), a articulação entre professores e professoras travestis, mulheres e homens trans com os movimentos sociais articulam possibilidade de reconhecimentos. Neste trabalho em rede é possível fortalecer demandas fundamentais à garantia legal e ao reconhecimento da identidade de gênero nas políticas de direitos humanos como expresso nos Princípios

pios de Yogyakarta¹.

E ao analisar produções científicas que investigam as vivências das (os) docentes trans e travestis no processo escolarização, percebe-se um número significativo de artigos, teses e dissertações produzidas por pessoas cisgêneras que nos utilizaram somente como “objetos de pesquisa”, todavia, sem devolutivas e, sobretudo, silenciando práticas pedagógicas e a produção de saberes.

“

Até agora, discursos sobre transexualidade têm invariavelmente dependido de linguagem e conceitos inventados por pessoas médicas, pesquisadores e acadêmicos que fizeram das pessoas transexuais seu objeto de estudo. Sob tal paradigma, corpos, identidades, perspectivas e experiências transexuais são continuamente sujeitas a explicações e inevitavelmente permanecem abertas a interpretação. Os atributos cissexuais correspondentes são simplesmente tomados como dados, eles são tidos como ‘naturais’ e ‘normais’, escapando de análises recíprocas (SERANO, 2007 apud VERGUEIRO, 2018, p.39).

Deste modo, é preciso que a Academia entenda o

.....

1 No ano de 2006, especialistas em direito internacional dos direitos humanos de 25 países diferentes se reuniram para elaborar um material voltado especialmente para a proteção da comunidade LGBTQIA+. A reunião entre os especialistas ocorreu na cidade de Yogyakarta, na Indonésia, e resultou na formação de um documento final intitulado de “Princípios de Yogyakarta”. Os Princípios de Yogyakarta são um documento internacional que reconhece as violações de direitos por motivos de orientação sexual ou identidade de gênero como violações de direitos humanos. O documento possui o objetivo de que seus princípios e dispositivos sejam aplicados na legislação internacional de direitos humanos. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/principios-de-yogyakarta-e-os-direitos-lgbt/>>.

lugar de fala e o protagonismo destas pessoas, ao invés de estabelecer o apagamento da sua produção de saberes e práticas na sala de aula. E aqui pode-se falar de “transepistemicídio”, que é o silenciamento destas vozes, a reprodução da transfobia na produção educacional, tecnológica, artística, cultural e intelectual, por contestar a capacidade de travestis, mulheres e homens trans de produzir saber.

Falar de transepistemicídio é falar de invisibilidade, silenciamento e recusa das produções trans, seria a reprodução de uma transfobia intelectual. A não escuta destas histórias e somente a representação de narrativas de dores, sem considerar experiências exitosas e produção de saberes só reporta dinâmicas coloniais.

Ao pesquisar o texto de Santana (2016), “a vivência dos (grifo meu) travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015”, a autora apresenta uma análise sobre a vivência dos (grifo meu) travestis nas escolas e no ensino superior brasileiro por meio de levantamento bibliográfico. Ao mesmo tempo que discute o tema de corpos, identidade e gênero, a partir da concepção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desrespeita estas identidades tratando-as no masculino.

É preciso que estes trabalhos acadêmicos abordem não somente as dificuldades da(o) docente trans no ambiente escolar, todavia, é urgente e necessário desestigmatizar expressões criadas pela sociedade cisheteronormativa e colocar professores e professoras trans no lugar do fazer educacional.

Durante muito tempo eu fui convidada para ser “objeto de pesquisa” de mestrandos e doutorandos que analisavam minha trajetória no ambiente escolar, sobretudo, na educação básica. As entrevistas baseavam unicamente em perguntas dirigidas sobre o meu processo de transição, a aceitação no contexto da escola e passagens de dores. E foram poucas as devolu-

tivas recebidas em relação a estas produções, e mais raras ainda aquelas que trouxeram minhas práticas pedagógicas na Geografia, como eu usava o “corpo” enquanto categoria espacial desta Ciência e os impactos que estas metodologias subversivas traziam para a inclusão de corpos dissidentes dentro da sala de aula.

Particularmente eu devo a Geografia uma transformação na minha visão em relação aos movimentos sociais e ao Direito a Cidade que nos é negado. A Geografia curou minhas dores e me salvou ao me ensinar ler a cidade, e de que forma eu me identifico neste lugar, especialmente, ao andar nas ruas e ao me socializar, reverberando que eu sou um substantivo impregnado de adjetivos.

Segundo Cardoso e Dias (2020), não se pode negar a grande contribuição de trabalhos de pessoas cisgêneras, mas se faz necessário que abordem outras áreas de vivência e sobrevivências das pessoas trans, sob pena de estigmatizá-las e focar a prostituição como único território de vida possível de ser habitado por pessoas trans. Caso contrário, haverá uma imobilização das identidades trans que vêm, aos poucos, inserindo-se em diversos contextos sociais e profissionais, como, por exemplo, a docência.

Marina Reidel (2013a), professora e travesti, em sua dissertação de mestrado, utilizando seu local de fala, aponta que as travestis na docência se tornam adultos de referência, carregadas por elementos da sexualidade, o que as obriga ter um desempenho em sala de aula que lide com estas questões. Elas não podem ignorar o fato de que seus corpos e as suas vidas serem intensamente pesquisados por conta da sexualidade, despertando a curiosidade, as conversas e os olhares, desenvolvendo uma nova Pedagogia.

As professoras trans buscam um sentido de educação ampliado, não somente a aprendizagem de conteúdo das disciplinas, mas uma troca de experiências, uma construção conjunta de conhecimentos e a

valorização do ser humano completo, num conjunto com suas experiências, sentimentos, moralidade, que contemple toda a sua subjetividade (Cardoso e Dias, 2020).

Megg Rayara G. de Oliveira (2017), professora, travesti e doutora, em sua tese de doutorado afirma que o corpo travesti é um corpo que escapa, que lança dúvidas sobre o processo disciplinar proposto pela escola e pelos múltiplos dispositivos que incidem sobre ela. Estar na escola como professora(o) não é garantia de imunidade em relação a transfobia. A identidade de gênero das professoras(es) travestis, mulheres e homens trans estão na mira dos inúmeros processos normatizadores, pois a prática docente é tratada como exclusividade das pessoas cis heterossexuais brancas.

Muitos profissionais da educação que se identificam como travestis, mulheres e homens trans sofrem assédio moral e psicológico como forma de violência e transfobia (Cantelli e Nogueira, 2018). Isso não raro às vezes, acontece por que as pessoas trans são consideradas abjetos, isto é, diante da heterossexualidade compulsória, pois não são considerados sujeitos de direito, são aqueles inóspitos e sem vida social e consecutivamente fora dos padrões binários de gênero, fato que condena, tira direitos e gera violência para as pessoas trans (Butler, 2000).

Assim sendo, o trânsito de nossos corpos nos espaços escolares e a invisibilização das práticas e produção de saberes pode ser evidenciada como uma forma de transfobia, não reconhecendo a cidadania e os direitos humanos enquanto docentes. E é imprescindível criar condições para discussão sobre esta temática, desconstruindo o senso-comum e posicionamentos construídos em espaços de socialização, para erradicar preconceitos.

Pesquisadores cisgêneros como Franco e Cicillini (2016) contextualizaram em seu trabalho como docentes travestis e transexuais se posicionam em suas

práticas pedagógicas, no sentido de identificar a escola como local de direito e de pertencimento daquelas(es) que ultrapassam, transitam e/ou permanecem nas fronteiras do gênero e das sexualidades.

Para Torres, Modesto e Menezes (2020), é preciso se aproximar das verdades trans, entender sua gramática e produzir condições para uma cena de reconhecimento trans na educação. Isto exige uma aproximação daquilo que elas(es) têm produzido como conhecimento, seja este acadêmico, da militância, das artes, enfim, das formas em que a manifestação dessa verdade trans emerge como potência existencial e politicamente posicionada.

É necessário que valorize as experiências práticas e os saberes de profissionais travestis e transexuais na educação. E não compete disputas neste espaço, mas sim a valorização e o respeito ao exercício da docência e suas práticas, muitas vezes marcado pelo preconceito.

“

Quando as professoras transexuais e travestis vão para frente de uma turma de estudantes, dois aspectos importantes ficam evidenciados: 1. que elas são professoras, com disciplinas e conteúdos específicos; e 2. que elas são adultos de referência. Independente do fato de ser professora de matemática, artes ou geografia, por exemplo, há alunos que gostam ou não gostam e que aproveitam para discutir as mais variadas questões. Também quanto mais estas professoras assumem e militam, fica claro que a professora em questão tem gênero e tem sexo e tem uma vida de relações normais e, por isso, mais se credenciam para serem adultos de referência. E para quem? Adultos de referência para alunos gays e lésbicas, mas para demais também, sem dúvida nenhuma. São adultos de referência para todos, porque, querendo ou não, fica uma identidade marcada pela sexualidade (SEFFNER, 2012 apud REIDEL, 2013b, p.07).

Dias (2020) destaca que para as professoras(es) travestis, mulheres e homens trans, a prática docente é uma experiência pessoal que produz rupturas a partir de suas corporalidades e de seus discursos de questionamento da cisheteronorma. O fruto dessas vivências trans e travestis é a reflexão sobre outras formas de ensinar e de fazer educação.

Conforme Cardoso e Dias (2020), o saber é um instrumento para legitimar o poder de quem o “detém”, ou seja, a relação aluna(o)/professora(o) é regulada por essa relação, em que o conhecimento da(o) professora(o) é priorizado em detrimento do conhecimento da(o) aluna(o), que deriva alguns privilégios ao docente. Entretanto, no caso de docentes travestis, mulheres e homens trans, existe uma relação de produção conjunta do conhecimento com as(o) alunas(os). Uma preocupação de produzir um espaço de discussão e, ao mesmo tempo, que sejam acolhidas todas as diversidades.

“

[...] pensar en las experiencias de profesoras travestis y transexuales, entendiendo cómo estos cuerpos, cómo estas profesoras construyen resistencias a las imposiciones sociales, logrando prácticas exitosas, y posibilitando la construcción de una escuela más humana, abierta, sintonizada con la diversidad y con el respeto a las pluralidades allí presentes (SILVA, 2020, p. 07).

As experiências vividas, os saberes produzidos por docentes travestis, mulheres e homens trans permitem enfrentar obstáculos que a transfobia escolar produz, determinando uma capacidade de protagonizar uma Pedagogia Trans que inclua seus pares que diariamente são expulsas(os) no cotidiano escolar.

Refletir sobre esta Pedagogia Trans é buscar perceber como ocupamos e ressignificamos os espaços escolares, estabelecendo possibilidades para uma educação mais inclusiva e empenhada com o respeito a diversidade humana e, sobretudo, a dignidade humana.

Platero e Langarita (2016) afirmam que apenas a presença das professoras(es) não é satisfatória para instaurar pedagogias transformadoras. Todavia, nossas presenças são importantes por oferecerem outras referências para estudantes que não se identificam com o padrão hegemônico. E a presença do corpo trans é no mínimo uma causadora de questionamentos, estranhamentos, com potencial para mudanças (apud Cardoso e Dias, 2020).

Para Silva (2020), foram nos últimos anos, que se proporcionaram maior visibilidade a práticas docentes de professoras travestis e transexuais em nossa sociedade. Fruto de ações dos movimentos sociais, dos estudos de gênero e das lutas em prol do respeito, dignidade humana e contra os preconceitos. Esse processo, de visibilização da docência trans, têm revelado como professoras travestis e transexuais possibilitam práticas docentes exitosas, construindo ambiente mais humanos e sensíveis as diversidades.

Enquanto professora de Geografia e travesti e mesmo acessando espaços de poder eu não deixei de experimentar e vivenciar a transfobia. Mas é importante frisar que a transfobia está ligada a exploração de classe e está intimamente entrelaçada a violência de gênero e de raça devido a colonização que aconteceu no país. Finalizando com Damascena (2017, p. 58) “quando VOCÊS (pessoas cis) matam a nossa carne, nosso espírito já está morto há muito tempo”.

Pontos para Pensarmos Novas Reflexões

1. Torna-se necessário investigar o trabalho docente das travestis, mulheres e homens trans em sala de aula para proporcionar um entendimento maior das condições, produção de saberes e as práticas pedagógicas desenvolvidas nos contextos escolares que podem gerar um novo sentido para a manutenção de outras(os) estudantes trans, pois neste contexto é preciso ir além da inclusão, é imprescindível criar mecanismos de permanência para a comunidade trans escolar.

2. Paulo Freire (1997, p. 12) na obra “Professora sim, tia não – cartas para quem ousa ensinar” nos apresenta que a avaliação da prática é fator importante e indispensável à formação da educadora. Portanto, ao se avaliar e pesquisar pessoas trans na docência, deve-se ir além, enfocando a prática, a forma que como uma Pedagogia Trans vem ressignificando novos espaços para que outras pessoas trans possam ter o direito e a liberdade a educação.

3. Refletir sobre as narrativas trans e a sua atuação na Educação Básica, além da ótica cisgênera, pode oferecer elementos e dados para orientar e auxiliar tanto o corpo docentes no geral, gestores e outras(os) estudantes para que se promova uma educação não discriminatória e cidadã para aquelas pessoas que ultrapassam as fronteiras da binaridade de gênero.

Referências

ARAÚJO, T. A.; NOGUEIRA, S. N. B. A **Espacialização da Transfobia no Brasil**: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021. Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.

BROSIN, D.; TOKARSKI, M. L. Do gênero à norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. **GÊNERO**, Niterói, v.18, n.1, 98, 2. sem.2017.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-68.

CANTELLI, A. L.; NOGUEIRA, S. N. B. **Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação**. Uberlândia, IBTE, 2018.

CARDOSO, H. M.; DIAS, A. F. Saberes Trans* em universidades nordestinas trans. **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1689-1712, dez. 2020.

CASTRO, R. P.; REIS, N. Romper binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não-binária. Dossiê: Corpo, Gênero e Sexualidade, Margens - **Revista Interdisciplinar**, v.11. n. 17, dez., 2017.

DAMASCENA, T. S. F. Transfobia: morte à carne, morte ao espírito. In: Grupo **Transcritas Coletivas**. Nós trans: escrituras de resistências. Belo Horizonte: Litera Trans, 2017. p. 58-60.

DIAS, A. F. Escrituras Trans* como potência. **Rev. FAEEDBA** – Ed. e Contemp., Salvador, v. 29, n. 59, p. 329-344, jul./set. 2020.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. Práticas pedagógicas de professora trans: gênero e sexualidades como abordagem político-identitária no cotidiano escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 4, n. 2, 2016.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios – **revista do ppgav/eba/ufrrj**, n. 32, dezembro 2016.

MONTEIRO, A. O.; LIMA, L. B.; CABRAL, M. Y. R. Transexualidade e Direitos Humanos: uma luta por dignidade e cidadania. **Desfazendo Gênero**, 2017. GT 12: Direitos, cidadania e sexualidades humanas: questões de gênero e a (in) visibilidade das sexualidades divergentes. Universidade Federal da Paraíba.

NOGUEIRA, S. N. B. Nome Social: a ponta do iceberg. CANTELLI, A. L.; NOGUEIRA, S. N. B. **Nome Social**: a ponta do iceberg. 1ª. Edição. Edição do Autor. 2020. NOGUEIRA, S. N. B.; ARAÚJO, T. A.; CABRAL, E. A. **Dossiê**: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de direitos humanos da população trans no Brasil. 2a ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, 2018.

OLAVE, D. L. A. **El tránsito por la escuela.** Elementos para garantizar la permanencia de la niñez y la adolescencia trans en el sistema educativo. Lima, Perú: PROMSEX, 2019.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente:** (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2017.

REIDEL, M. **A pedagogia do salto alto:** histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 2013. 162 fls. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre/RS, 2013a.

REIDEL, M. Pedagogia do salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira. **Anais do Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos**, UFSC, Florianópolis/SC, 16 a 20 set. 2013.

SANTANA, A. L. A. A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015. **Revista Científica Fagoc Multidisciplinar** - Volume I – 2016.

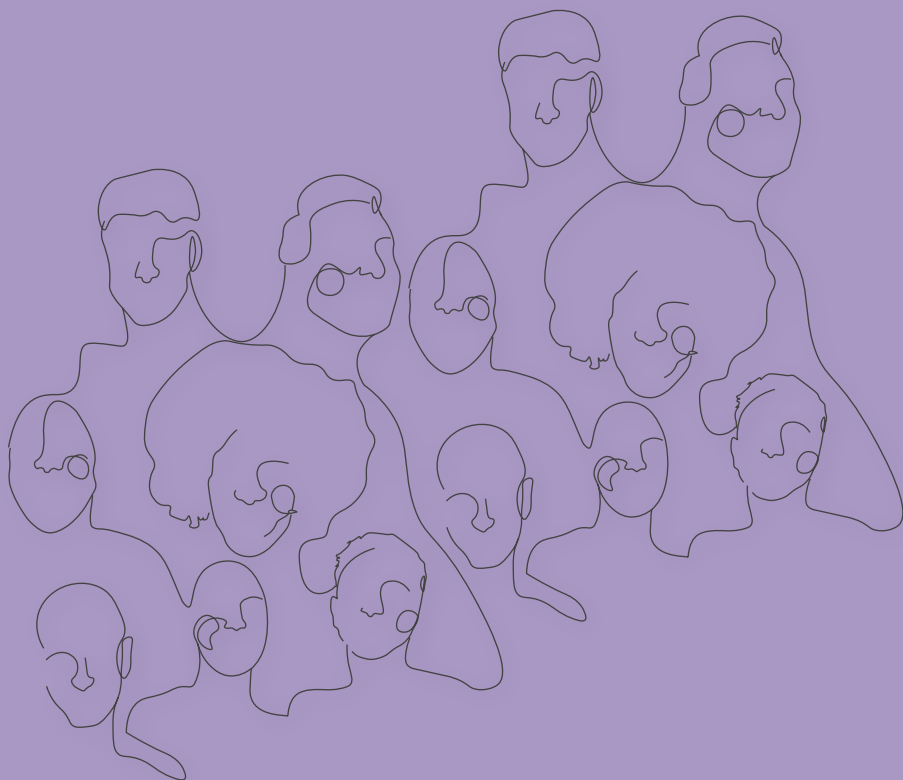
SILVA, D. H. O. **Prácticas docentes de profesoras travestis y transexuales.** Lima, Perú: PROMSEX/RIE, 2020.

TORRES, M. A. Docência, Transexualidades e Travestilidades: a emergência Rede Trans Educ Brasil. **Anais da 36ª Reunião Nacional da ANPEd**, 29 set./02 out. 2013, Goiânia/GO.

TORRES, M. A.; MODESTO, R. G.; MENEZES, T. M. C. Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores.** Belo Horizonte. Vol. 12, nº. 24 (p. 121-134) 31 ago. 2020.

VERGUEIRO, V. **Sou travestis:** estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. Brasília: Padê Editorial, 2018.

Sobre os(as) autores(as)



Adeon Souza do Amaral

Graduado em Geografia (UFU). Técnico em Controle Ambiental pela ESTES (UFU). Colaborador PROAE-DIPAE (UFU). Ativista nos Movimentos LGBTQIA+ de Uberlândia-MG.

E-mail: adeonn.amaral@ufu.br

Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira

Mestra em Educação. Professora de Ciências na rede municipal de Educação de Uberlândia. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: alessandra.ferreira@ufu.br

Alinne Grazielle Neves Costa

Graduada em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e docente de História em algumas escolas privadas do município de Uberlândia/MG.

E-mail: historialinne@gmail.com

Cândice Lisboa Alves

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora Adjunta do Curso de Direito e Mestrado em Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Professora das cadeiras de Jurisdição Constitucional e Organização do Estado do Curso de Graduação em Direito.

E-mail: candicelisboa@ufu.br

Carlos Aparecido Soares Filho

Graduado em Pedagogia (UFU). Graduado em Design Gráfico pela (UNOPAR). Foi estagiário da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, também foi técnico-pedagógico no CECAMPE Sudeste. Atualmente é professor do estado de Minas Gerais nos anos iniciais. Atua também no setor pedagógico do Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria.

E-mail: carlos.soares@ufu.br

Gabriel Rodrigues Barbosa

Graduando em Sistemas de informação (UFU), possui técnico em administração integrado ao ensino médio. Co-fundador do coletivo Bruxas de Salém focado em causas LGBTQIA+ no campus Monte Carmelo.

E-mail: gabriel.barbosa@ufu.br

Elaine Saraiva Calderari (org.)

Técnico em Edificações (1999-Centro Paula Souza-RP-SP), Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2006-UFU); Mestrado em Engenharia Urbana (2012-UFU); Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (2018-USP), Docente da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (2007-2009-UFU), Coordenação de projetos (2010-2015-DIPRO-PREFE- UFU) com ações voltadas para a elaboração de projetos arquitetônicos e urbanos, acompanhamentos e gerenciamento de projetos, fiscalização de contratos, obras públicas, gestão pública, colaborativa e participativa. Pró-reitora de Assistência Estudantil (2017-2025- PROAE-UFU) com ações voltadas para inclusão social, produção de conhecimentos, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, garantindo o direito à educação aos discentes. Conselheira Estadual (2021-2023) Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, Coordenadora Geral (2021-2022) e Coordenadora Adjunta (2023) da Comissão de Organização e Administração do CAU-MG. Membro do grupo de Pesquisa LEAUC: Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo, no IAU-USP e do grupo de pesquisa Rede Azul na FAUED-UFU.

E-mail: elainesc.ufu@gmail.com | elaine.ufu@ufu.br

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva

Doutora em Educação, Docente da Faculdade de Educação (FACED). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação (GPECS). Componente da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDiversa).

E-mail: elenita@faced.ufu.br

Emerson Fernando Rasera

Graduado, Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Estágio Pós-doutoral pela University of New Hampshire (EUA). Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Saúde da Família. Foi Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia (2008/2009). Foi Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (2016/2017). Membro do Taos Institute (EUA). Integrante do GT “Cotidiano e Práticas Sociais” da ANPEPP. Líder dos Grupos de Pesquisa “Psicologia, Saúde e Construcionismo Social” (USP) e “Afetad@s: Sexualidades, Cuidado e Políticas públicas” (UFU). Bolsista de Produtividade (CNPQ). Foi Presidente da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia (2021/2022).

E-mail: emersonrasera@ufu.br

Fábio Figueiredo Camargo

Graduado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), Mestre em Literatura brasileira pela mesma universidade e Doutor em Literatura de Língua Portuguesa pela PUCMinas. Professor do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Membro da Comissão de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia (2021/2022).

E-mail: fabiocamargo@ufu.br

Hélder Eterno da Silveira (org.)

Possui graduação em Química: Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (1997). Especialista em Educação para Ciência - Faculdade de Educação - UFU (2000). Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Uberlândia (2002). Doutor em Educação pela UNICAMP (2008), com estágio de doutoramento na Faculdade de Ciências e Tecnologia - Seção de História da Ciência da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Em 2013 e 2015 realizou aperfeiçoamento na Stanford University (EUA), no Stanford Teacher Education Program (STEP). Em 2014 participou da Escola de Formação de Professores no CERN (Centro Europeu de Pesquisa Nuclear), em Genebra -Suíça. Atualmente é Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, coordenador do Colégio de Pró-Reitores e Pró-Reitoras de Extensão da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e presidente do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX).

E-mail: helder.silveira@ufu.br

Klênio Antônio Sousa (org.)

Graduado em Pedagogia e Psicologia. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Aprendizagem pela UFU e aluno do Programa de pós-graduação em Filosofia - Doutorado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Professor no Colégio de Aplicação Eseba da Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: klenio.sousa@ufu.br

Lia Maraucci Meloni

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: lia_marauccimeloni@hotmail.com

Lourdes Maria Campos Corrêa

Doutora em Educação, Pedagoga da Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional (DIPAE) da Pró-reitora de Assistência Estudantil (PROAE). Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação (GPECS). Componente da Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero (CPDiversa).

E-mail: lourdes.correa@ufu.br

Luciana Aparecida Siqueira Silva

Doutora em Educação, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí, do Núcleo de Ciências Biológicas, Urutaí, Goiás, Brasil.

E-mail: luciana.siqueira@ufu.br

Maria Isabel Silva de Moraes

Graduada em Serviço Social pela Anhanguera Educacional (2016) e Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário do Triângulo (2001), Mestre em Biologia Funcional e Molecular, Modalidade Fisiologia Geral e Biofísica - Linha Estudos Neurais, Aprendizagem e Comportamento, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2007). Como pesquisadora, foi Colaboradora de Projetos na UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, FACISABH (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte), FATRA (Faculdade do Trabalho) e mais recentemente, de 2018 a 2020 no curso de Gestão de Saúde Ambiental/Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Como docente tem experiência ministrando disciplinas nas áreas de Saúde, Educação e Administração. É Assistente Social na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) atuando na Diretoria de Assuntos Estudantis e Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: fisiomis@yahoo.com.br

Maykon Júnior de Paula

Graduado em Gestão da Qualidade pelo Centro Universitário Cidade Verde, Pós-Graduado em Gestão do Agronegócios pela Unimetodo, Ex Aluno da Universidade Federal de Uberlândia Campus Patos de Minas do curso de Engenharia de Alimentos, foi representante discente no ano de 2018/2019 e membro fundador do Coletivo Diversa UFU Campus Patos de Minas.

E-mail: maykonjunior@ufu.br

Mônica de Faria e Silva

Graduada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial, Especialista em Educação em direitos humanos, diversidade e questões étnico-sociais ou raciais peça Faculdade Única, Especialista (MBA) em Liderança e Gestão Educacional pelo Instituto Casagrande, Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Possui experiência como professora alfabetizadora e de pós-graduação lato sensu e como pedagoga na Educação Profissional. Atualmente é pedagoga da Pró-Reitoria de Graduação/Diretoria de Ensino da Universidade Federal de Uberlândia, atuando como Coordenadora da Divisão de Formação Docente. É membro da CPDiversa - Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU, do GEPAE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional - UFU, do GEPEPES - Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão Educacional - UFU; membro do Fórum de Licenciatura, do Provifor - Programa Virtual de Formação e do Programa Diário de Ideias.

E-mail: monicafarisi@ufu.br

Natália Batista Vasconcelos

Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário do Triângulo (2004). Mestrado em Ciências Sociais pela UFU (2014). Especialização em Gestão e Políticas Públicas pela Faculdade Católica de Uberlândia (2010) Especialização em Saúde Mental pela Faculdade Católica de Uberlândia (2013). Atualmente é Técnico Administrativo em assuntos sociais na UFU, atuando como Assistente Social na Pro-Reitoria de Assuntos Estudantil, na Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional, desenvolvendo os programas assistenciais voltados aos discentes do Programa Convênio Estudante Graduação (PEC-G) beneficiados pelo Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAE), e aos discentes indígenas e quilombolas beneficiados pelo Programa Permanência, bem como ações voltadas para inclusão e igualdades sociais no âmbito da Assistência Estudantil dentro da educação do ensino superior.

E-mail: natalia.vasconcelos@ufu.br

Pedro Ferreira

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Tutela Jurídica e Políticas Públicas) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília.

E-mail: pedroferreirajuris@ufu.br

Renata Aparecida Soares

Graduada em Ciências Contábeis (UFU). Técnica Administrativa na UFU. Membro da Comissão de Acompanhamento da Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia (2021/2022).

E-mail: renata.soares@ufu.br

Rosilane Cristina Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Mestre em Educação e Especialista em Direitos Humanos para Educadores, pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade da Faculdade de Educação Física, da Universidade Federal de Uberlândia. Membro da Comissão de Diversidade e Cultura do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: rosilaineCRISILVA@gmail.com

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Coordenação Pedagógica. Travesti, professora, assessora parlamentar. Presidenta do Instituto Brasileiro Trans de Educação e do Conselho Popular LGBTQIA+ de Uberlândia, Secretária de Comunicação da Rede Trans Brasil.
E-mail: sayonarageo@gmail.com

Sauloéber Társio de Souza (org.)

Graduado e Mestre em História (UNESP-Franca), Doutor em Educação (UNICAMP) e Estágio Pós-doutoral em História (UNIFESP). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e do ProfHistória (UFU). Membro do NEPHE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e da ANPUH-Minas Gerais. Coordenador do NEPFE-ICHPO (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação) e da DIPAE-PROAE (Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional). Em parceria, organizou os livros “Do Público ao Privado, do Confessional ao Laico: A história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX” (2009) e “Memórias, Histórias e Crônicas Tijucanas - Publicações Póstumas de Hélio B. de Paiva” (2018) ambos pela EDUFU, além deles os livros “Grupos Escolares na Modernidade Mineira: Triângulo e Alto Paranaíba” (2012) e “Cinema e Ensino de História da Educação” (2013) ambos pela editora Alínea. Também publicou pela editora Pontes a coletânea “História da Educação no Nordeste Paulista”.
E-mail: sauloeber@gmail.com

Taciana Cecília Ramos

Graduada em Direito (UFU). Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDI) da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Área de Concentração: Direitos e Garantias Fundamentais. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MG). Assistente Administrativo na UFU.
E-mail: taciana.ramos@ufu.br

Vagner Matias do Prado

Pós-doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista. Docente da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Escola, da Universidade Estadual Paulista campus de Marília-SP.
E-mail: vagner.prado@ufu.br

Vinicius Nunes Fileto

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestrado em Gestão do Território pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas ligadas à Geografia das racialidades e das sexualidades, movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade. Atua como Professor de Educação Básica (PEB) na rede pública do estado de Minas Gerais e idealiza o projeto Conteúdo Colorido que produz cultura e arte de forma descentralizada e militante.
E-mail: viniciusfileto@ufu.br

*As tipografias deste livro foram compostas em:
Roboto Serif (corpo do texto)
IBM Plex Sans (títulos e subtítulos)*